



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO**

Fortaleza, 2018

REITOR DO IFCE

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

COMISSÃO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Prof. Me. Danilo Souto Pinho

Prof^a Me. Liliana de Matos Oliveira

Prof^a Dr^a Francimara Nogueira Teixeira

Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Macena

Prof. Dr. Paulo Sergio de Brito

Prof^a Dr^a Sabrina Linhares Gomes

Prof^a Dr^a Simone Oliveira de Castro

COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Francimara Nogueira Teixeira, Presidente

Marcos Paulo Miranda Leão dos Santos, Professor titular do Núcleo de Formação Básica

Sabrina Linhares Gomes, Professora suplente do Núcleo de Formação Básica

Liliana de Matos Oliveira, Professora Titular do Núcleo de Formação Específica

Danilo Souto Pinho, Professor Suplente do Núcleo de Formação Específica

Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz, Professora Titular do Núcleo Pedagógico

Elenilce Gomes de Oliveira, Professora Suplente do Núcleo Pedagógico

Barbara Luana Sousa Marques, Pedagoga

Maria das Dores Nascimento Dantas, Pedagoga Suplente

Amanda Lohany Aristides De Oliveira, Representante discente

Pedro Henrique Oliveira Da Silva, Representante discente

Ivanildo Silva Lima Filho, Suplente do representante discente

Lara Xerez Peixoto Ferreira, Suplente do representante discente

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof^a Dr^a Francimara Nogueira Teixeira, Coordenadora

Prof. Me. Danilo Souto Pinho, Docente

Prof^a Me. Liliana de Matos Oliveira, Docente

Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Macena, Docente

Prof^a Dr^a Simone Oliveira de Castro, Docente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
3. JUSTIFICATIVA	14
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
5. OBJETIVOS	21
5.1 Objetivo Geral	21
5.2 Objetivos Específicos	21
6. FORMAS DE INGRESSO	22
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO	22
8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	23
9. METODOLOGIA	24
10. ESTRUTURA CURRICULAR	26
10.1 Organização curricular	26
10.2 Matriz curricular	30
11. FLUXOGRAMA CURRICULAR	36
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	37
13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	39
14. ESTÁGIO	40
15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	41
16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	44
16.1 Do extraordinário aproveitamento de estudos	44
17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	45
18. EMISSÃO DE DIPLOMA	46
19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	47
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	48
21. APOIO AO DISCENTE	49
22. CORPO DOCENTE	50
23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	53
24. INFRAESTRUTURA	54
24.1 Biblioteca	55
24.2 Infraestrutura física e recursos materiais	59

24.3 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet	59
24.4 Laboratórios básicos	60
24.5 Laboratórios específicos à área do curso	61
27. REFERÊNCIAS	62

ANEXOS

Programas de Unidade Didática (PUDs) por semestre

Manual do Estagiário

Manual IFCE de Normalização de Trabalhos Acadêmicos

Regulamento TCC II: Montagem de Espetáculo Teatral

Identificação da Instituição de Ensino

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza	
CNPJ: 10.744.098/0001-45	
Endereço: Rua Jorge Dumar, 1703 Jardim América 60410-426	
Cidade: Fortaleza. UF: CE. Fone: 85 34012500	
E-mail: reitoria@ifce.edu.br	Página institucional na internet: www.ifce.edu.br

Informações gerais do curso

Denominação : Licenciatura em Teatro
Titulação conferido: Licenciado em Teatro
Nível: () Médio (X) Superior
Modalidade: (X) Presencial () À distância
Duração: mínimo (8) semestres e máximo (10) semestres
Periodicidade: (X) Semestral () Anual
Formas de ingresso: (X) Sisu () Vestibular (X) Transferência (X)Diplomado
Número de vagas anuais: 60 vagas
Turno de funcionamento: () matutino (X) vespertino () noturno () integral () não se aplica
Ano e semestre de início do funcionamento: 2019.1
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas): 2.300 horas
Carga horária do estágio: 400 horas
Carga horária da Prática como Componente Curricular: 400 horas
Carga horária das atividades complementares: 200 horas
Carga horária total: 3.300 horas
Sistema de carga-horaria: 01 crédito igual a 20 horas
Duração da hora-aula: 60 minutos

1.APRESENTAÇÃO

Apresentamos aqui a proposta conceitual e curricular do Curso de Licenciatura em Teatro, iniciado no semestre letivo 2008.2 e a nova matriz curricular de 2019.1, a partir de alterações na antiga matriz, a de 2013.1, que readequa a carga horária para 3.300 horas e trata mais pormenorizadamente da prática como componente curricular.

Observamos para a criação desse curso as determinações do Decreto nº 3462/2000, de 17 de maio de 2000, que autoriza os CEFETs, hoje, IFs, a ministrarem ensino superior específico para a formação pedagógica de docentes. Sabendo da importância da fundação inaugural de uma Licenciatura em Teatro no nosso Estado, principalmente, na época de sua criação, ainda bastante carente de formação superior na área, um grupo de professores organizou-se em comissão específica para a elaboração do novo projeto e desafiou-se na criação de um curso na área.

A criação desse curso partiu também de uma necessidade de mudança do Curso Superior de Tecnologia em Artes Cênicas, fundado em 2002.2, para o curso de Licenciatura, segundo orientação da comissão do MEC em visita de avaliação, em junho de 2007.

Para a criação do Curso de Licenciatura em Teatro, a comissão formada buscou se orientar pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura e da Câmara de Educação Superior, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e pelos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, além de analisar a tradição histórica e cultural do fazer teatral no Estado, as demandas por esse profissional na cidade de Fortaleza e no Estado do Ceará e o currículo do Curso de Tecnologia em Artes Cênicas.

Para a alteração aqui apresentada, que considera o currículo em sua última reforma, cuja matriz em vigor é a de 2013.1, foram realizadas ainda consultas aos discentes, bem como foram discutidas as possibilidades de alteração do Projeto Pedagógico, considerando as disciplinas que, na prática, já necessitavam de uma ampliação de sua carga horária. Nos encontros do Núcleo Docente Estruturante foi formada a comissão de alteração do antigo Projeto Pedagógico, composta pelos professores de teatro lotados no Departamento de Artes do IFCE.

O Projeto Pedagógico traz uma estrutura curricular interdisciplinar estruturada em diversos campos do conhecimento científico, integrando saberes da teatro e da pedagogia, com perspectiva integral de formação. Estes conhecimentos vem sendo articulados em diferentes núcleos, todos importantes: os núcleos de teoria e história do teatro, de práticas corporais, de canto e voz falada, de formação do ator e de pesquisa em teatro – organizados em torno do núcleo didático-pedagógico. Entende-se que a combinação destes conhecimentos produz o referencial teórico e prático para a formação docente para o Ensino de Teatro, que toma a formação do artista e professor-pesquisador como base deste processo de desenvolvimento.

A Licenciatura em Teatro do IFCE em uma revisão e reestruturação da matriz curricular em 2013.1, chegou a uma carga horária total de 3.120 horas, distribuídas em oito semestres. Na atual alteração da matriz, a de 2019.1, o currículo do curso passa a ter a carga horária de 3.300 horas. O ingresso é semestral, por meio do ENEM. São ofertadas anualmente 50 (cinquenta) vagas, vinte e cinco semestrais pelo SISU e, ainda, ofertamos ainda vagas para transferidos e graduados, com número variável, dependendo das vagas ociosas registradas pela Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA), totalizando até 60 (sessenta) vagas anuais. O curso é vespertino, com oferta de algumas disciplinas à noite, especialmente as do núcleo pedagógico e funciona com uma hora-aula de 60 minutos. Desta forma, espera-se que este curso proporcione ao egresso uma formação complexa e ampla, através do desenvolvimento da compreensão da importância do docente para a constituição de uma sociedade embasada na defesa da solidariedade, da ética, da justiça, melhor desenvolvendo sua cultura.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A história do IFCE inicia-se no limiar do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha, inspirado nas escolas vocacionais francesas, cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas a prover de formação profissional os pobres e desvalidos da sorte. Algumas décadas depois, um incipiente processo de industrialização começa a despontar no Brasil, o que passa a ganhar maior impulso na década de 40, com o fim da Segunda Guerra

Mundial. Foi então que se deu a transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941, passando, no ano seguinte, a denominar-se Escola Industrial de Fortaleza. Nesse momento, a instituição passou a ofertar cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios, mas certamente voltados ao atendimento das exigências do momento vivido pelo parque industrial brasileiro, como forma de contribuir com processo de modernização do país.

O crescente processo de industrialização, antes realizado tão-só com tecnologias importadas, gerou a necessidade de formar mão-de-obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No arroubo desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão, a de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. Estava demarcado o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica demandada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica, foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas da rede federal, é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal atrás mencionado, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999. Cabe aqui registrar que, no interstício entre a publicação da lei atrás mencionada e a efetiva implantação do CEFETCE, mais precisamente em 1995, com o objetivo de promover a interiorização do ensino técnico, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, no interior do estado. Em 1998, foi protocolizado junto ao MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845.

O Ministério da Educação, reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A essa altura, a reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Ganha corpo então o movimento pró-implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O Governo Federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 312 campi espalhados por todo o país, cada um deles constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

A Educação Profissional e Tecnológica, graças à visão estratégica do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2008, salta de 140 unidades, em 93 anos, para 354, até 2010, com a meta de atender um milhão de alunos, estando assim efetivada a maior expansão de sua história.

As características e as finalidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), como as demais instituições que integram a Rede Federal de Educação Tecnológica, são definidos através de legislação específica. De acordo com o artigo 6º da Lei no. 11.892/2008, o IFCE tem como finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Na área do ensino, o IFCE, nos termos da Lei no 11.892/2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, em diferentes níveis e modalidades do ensino, atuando em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos. Além disso, desenvolve programas de pesquisa e extensão voltados para a produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, desenvolvimento e transferência de tecnologias com ênfase na preservação do meio ambiente.

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em 29 de dezembro de 2008 (Lei 11.892), a unidade do CEFETCE na capital cearense se transformou em campus de Fortaleza da nova instituição. Com sede localizada na Avenida Treze de Maio, no 2081 - Benfica, inaugurada em 1952, ainda sob a denominação de Escola Industrial de Fortaleza, o Campus atualmente possui cerca de sete mil e seiscentos alunos matriculados em 13 cursos técnicos, 08 superiores tecnológicos, 05 bacharelados, 01 curso EAD, 04 licenciaturas e 08 mestrados.

O Campus Fortaleza do IFCE situa-se no bairro do Benfica, numa área de cerca de 40.000m², e conta com uma extensão física no bairro da Aldeota. Dispondo de uma estrutura moderna, o Campus abriga ações de ensino, pesquisa e extensão, focadas na preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Em uma área de aproximadamente 40.000 m², o campus de Fortaleza dispõe de 88 salas de aulas convencionais, mais de 100 laboratórios nas áreas de Artes, Turismo, Construção Civil, Indústria, Química, Licenciaturas e Telemática, além de sala de videoconferência e audiovisual, unidade gráfica, biblioteca, incubadora de empresas, espaço de artes, complexo poliesportivo e auditórios.

Na área do esporte, a unidade dispõe de uma moderna e aperfeiçoada estrutura de 5000 m² de área construída, compreendendo campo de futebol society, quadra poliesportiva coberta, piscina (10x12 m), salas de musculação, de fisioterapia e de avaliação física, cinco salas de aula (duas convencionais e três para ginástica), pista de cooper (260 m), galeria de banheiros e vestiários, além de área de convivência, terraço e setor administrativo.

Os cursos oferecidos no Campus Fortaleza são:

- Técnicos Integrados: São cursos de formação profissional técnica de nível médio, integrados ao ensino médio tradicional. Poderão inscrever--se para esta

modalidade de ensino estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do ensino fundamental.

Técnico integrado em Informática

Técnico integrado em Edificações

Técnico Integrado em Eletrotécnica

Técnico integrado em Mecânica

Técnico integrado em Telecomunicações

Técnico Integrado em Química

- Técnicos Subsequentes: São cursos de formação profissional técnica. Poderão inscrever-se para esta modalidade de ensino estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do ensino médio.

Edificações

Eletrotécnica

Guia de Turismo

Instrumento Musical

Manutenção Automotiva

Mecânica Industrial

Segurança do Trabalho

- Tecnológicos: Cursos destinados a formar profissionais para campos específicos do mercado de trabalho.

Tecnologia em Estradas

Tecnologia em Gestão Ambiental

Tecnologia em Hotelaria

Gestão Desportiva e de Lazer

Tecnologia em Processos Químicos

Tecnologia em Saneamento Ambiental

Tecnologia em Mecatrônica Industrial

Tecnologia em Telemática

- Licenciaturas: Cursos de graduação específicos para a formação de docentes. Poderão inscrever-se nestes cursos os estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do Ensino Médio.

Licenciatura em Artes Visuais

Licenciatura em Física

Licenciatura em Matemática

Licenciatura em Teatro

- Bacharelados: Cursos destinados para a formação profissional de graduação como bacharel. Poderão inscrever-se nestes cursos os estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do Ensino Médio.

Bacharelado em Engenharia da Computação

Bacharelado em Turismo

Bacharelado em Engenharia Civil

Bacharelado em Engenharia de Mecatrônica

Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações

- Cursos de Educação a Distância:

Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica

- Especializações:

Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica

- Mestrados

Artes

Ciência da Computação

Educação Profissional e Tecnológica

Energias Renováveis

Engenharia de Telecomunicações

Ensino de Ciências e Matemática

Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

Tecnologia e Gestão Ambiental

3. JUSTIFICATIVA

A formação de professores para a Educação Básica deve estar atenta, na sua concepção, ao desenvolvimento das competências necessárias à atuação profissional, buscando definir relações diretas e coerentes entre a formação oferecida e a prática desejada. É sabido que as dimensões da aprendizagem, da avaliação e da pesquisa devem estar imbricadas num só processo de produção de conhecimento, estimulando o aluno e futuro professor a ampliá-las em sua atuação profissional. Para tanto, foi criada uma estrutura curricular que valoriza a prática profissional desde o seu primeiro ano, aliada a uma formação pedagógica e ao desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo sobre as questões concernentes ao teatro como conteúdo fundamental, dentro das linguagens artísticas, na Educação Básica.

O Curso de Licenciatura em Teatro, como foi dito anteriormente, surge também da necessidade de verticalização do Curso Superior de Tecnologia em Artes Cênicas, criado em 2002, e que tinha como eixo principal a formação de ator. Quando da criação desse primeiro curso observamos os interesses, vivências, linguagens e modos de conhecimento artísticos e práticos dos artistas locais, percebendo que este ator trabalhava, na maioria dos casos, a partir da sua percepção intuitiva, faltando assim um pensamento teórico e metodológico mais consistente e estruturado. Em 2007, com quatro turmas já formadas, observamos a necessidade de uma fundamentação conceitual e prática dos conceitos chave em metodologia e didática do ensino fundamental e médio para uma atuação precisa nas escolas de educação básica. Percebemos então a importância de formar artistas-pesquisadores e a urgência de oferecer a formação pedagógica necessária ao professor de teatro em nossa cidade e em nosso estado.

Acreditando que o ambiente acadêmico seja o mais apropriado para a estruturação dessa idéia, é que o Curso de Licenciatura em Teatro investe nesse pensamento centralizado na relação entre a prática pedagógica e a arte do ator, no qual se fundem num só caminho duas linhas essenciais: o teatro como experiência artística e o teatro como ferramenta educacional.

A oferta da educação superior no Brasil ainda é muito pequena e, no Nordeste, essa oferta é diminuta, conforme Pacheco e Ristoff (2004). A procura pelas universidades públicas tem se mostrado, historicamente, elevada e no Ceará os dados sobre o ensino superior, em 2009, apontavam a existência de 51 instituições, públicas

e privadas, ofertando o nível superior de ensino em apenas 22 de seus 184 municípios (IBGE, 2010).

O Ceará e, especificamente Fortaleza, ainda necessita estruturar acadêmica e metodologicamente seus saberes e fazeres artísticos, articulando-os no contexto da educação e da formação de professores-artistas. Seguindo este pensamento e sempre atento à realidade da região nordeste, em especial, o estado do Ceará, o IFCE lançou em 2002 os primeiros Cursos Superiores de Tecnologia em Artes (Artes Plásticas e Artes Cênicas), a fim de propiciar o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, oferecendo formação superior.

O teatro como expressão artística se confunde com o próprio desenvolvimento humano, nas suas capacidades de comunicação e também na necessidade de representar suas percepções e de subjetivar suas idéias. O Teatro Ocidental apresenta muitos vazios históricos na sua cronologia, diferente do teatro que se desenvolveu no Oriente que é marcadamente mantido pela tradição, tradição essa que é repassada tanto nos seus aspectos materiais, como nos aspectos mais sagrados.

No Ceará não foi diferente disso. Marcelo Costa, escritor e teatrólogo cearense, cita em seu livro *Panorama do Teatro Cearense* que “nenhum teatro é superior a sociedade que o produz” (1994: p.14). Nessa sua reflexão, podemos ler que até meados do século XVIII Fortaleza era pouco mais que uma vila, um grande areal, cidade pobre sem sobrados, sem casas de espetáculos. Outro agravante era a dificuldade de desembarcar aqui, o que afugentava as companhias de teatro que iam para Manaus e Belém na fase áurea da borracha. “Não tinha teatro porque não tinha público, não tinha público porque não tinha teatro” (COSTA,1994: p.17). Um ciclo vicioso.

Em 1880 inicia-se uma nova fase na cidade que beneficia em muito o teatro local. Fortaleza já conta com 35.000 habitantes; funda-se o Instituto do Ceará; a Academia Cearense de Letras. Surgem várias associações literárias: Padaria Espiritual, a criação de um teatro no Clube Iracema, a construção do Teatro São João, em Sobral, entre outros.

O século XX é mais generoso com o teatro no Ceará. O teatro começa a buscar sua própria identidade e suas formas mais peculiares de existir. Surgem atores que se consagram, afirma-se uma dramaturgia local, diversas companhias são criadas, as

casas de espetáculo se ampliam. A lacuna que ainda se apresenta diz respeito à formação do ator e das técnicas da cena. Vários movimentos se iniciam e se concluem sem deixar uma continuidade representativa.

O Curso de Arte Dramática da UFC cumpriu durante sessenta anos o papel de formação em interpretação teatral em nível de extensão. Em 1997, cria-se o Colégio de Direção Teatral, um curso livre do Governo do Estado, que aponta para uma formação mais consistente de atores e diretores, promovendo em seus participantes uma verdadeira reviravolta, tanto no fazer como na percepção da cena teatral. Mas se repete a falta de continuidade. Por motivos políticos, o curso é interrompido, mas sua semente ainda é percebida nos palcos cearenses.

A criação da Licenciatura em Teatro, em 2008, veio para cumprir, assim, com o compromisso histórico e ético de contribuir para a formação dos artistas locais, possibilitando-lhes prioritariamente uma formação como educadores de teatro. O maior desafio é oferecer aos discentes condições que lhes possibilitem atuar no campo artístico-educacional, além da oportunidade de experimentar essencialmente o teatro como linguagem. As teorias que cercam o universo teatral (em sua maior parte surgidas no século XX) são totalmente centradas e estruturadas na práxis teatral. Como arte, o teatro não poderá ser concebido distante da palavra que lhe deu origem: ato, agir.

Atentos também às pesquisas realizadas pelo INEP sobre a Educação Básica e a formação de professores, reiteramos aqui a importância de fortalecer no IFCE as ações de formação do professor de artes, cuja presença nas escolas ainda não é uma realidade. Segundo dados do próprio INEP, a partir do Documento Notas Estatísticas do Censo Escolar 2017, para os anos finais do ensino fundamental, o Indicador de Adequação da Formação Docente demonstrou que o pior resultado se dá para a disciplina de artes, já que apenas 31,5% dos docentes possuem a formação adequada para ensinar a matéria.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Meta 15 do PNE, tem como objeto de interesse, garantir que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. O Indicador de Adequação da Formação Docente sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente.¹ Esse indicador permite calcular os seguintes percentuais:

Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

Grupo 2 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

Grupo 3 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona

Grupo 4 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias anteriores

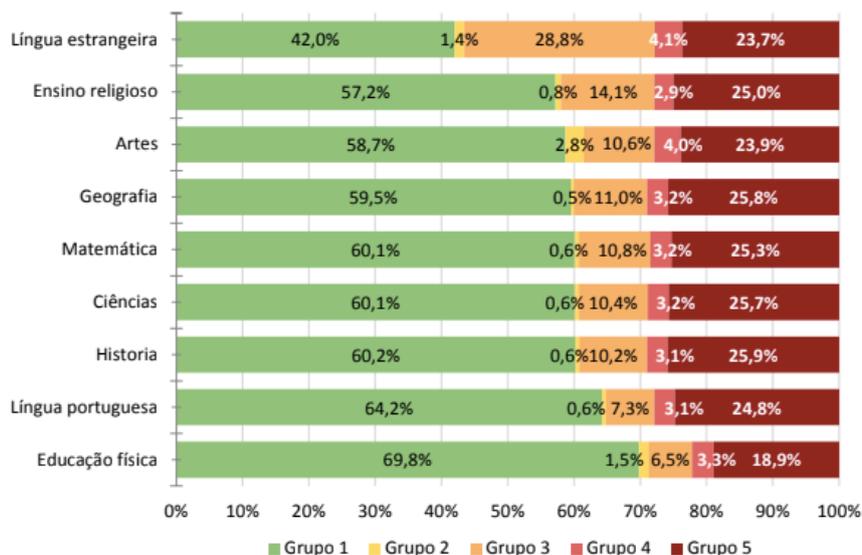
Grupo 5 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior

1) A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>).



PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ANOS INICIAIS

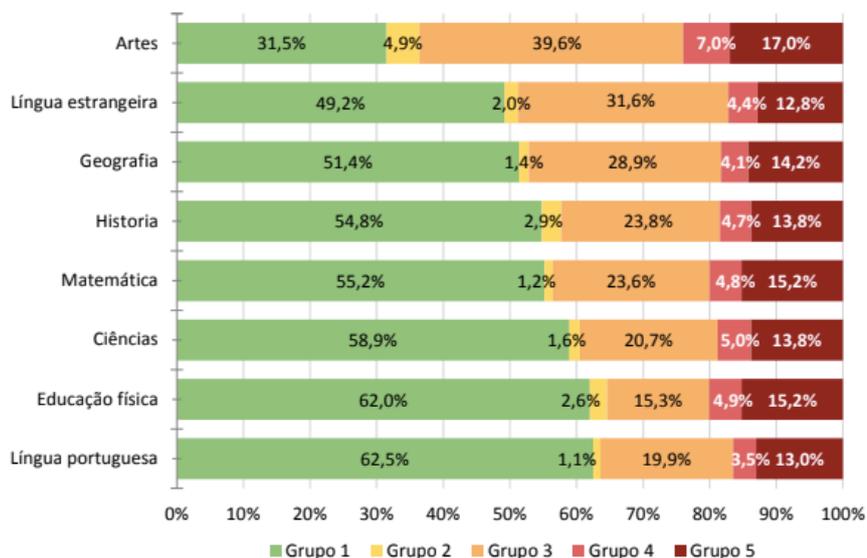
Indicador de Adequação da Formação Docente dos anos iniciais do ensino fundamental por disciplina - Brasil 2017



Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ANOS FINAIS

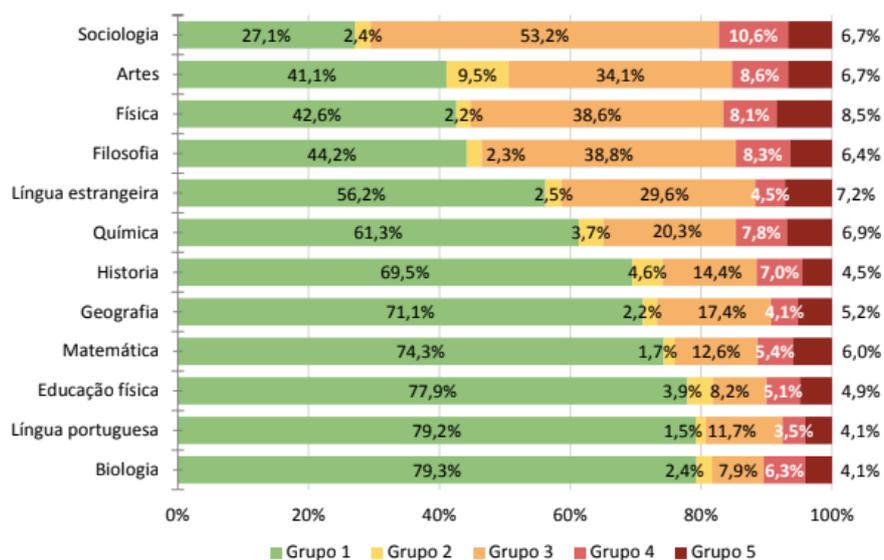
Indicador de Adequação da Formação Docente dos anos finais do ensino fundamental por disciplina - Brasil 2017



Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO MÉDIO

Indicador de Adequação da Formação Docente do ensino médio por disciplina - Brasil 2017



Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

TABELAS: Dados da apresentação da coletiva do Censo Escolar da Educação Básica 2017

A Licenciatura em Teatro, em formato de graduação plena, é uma iniciativa pioneira do IFCE no Estado do Ceará, surgindo para atender a uma antiga demanda por formação superior na área de Ensino de Artes na Educação Básica. Por isso, a necessidade de constantemente haver uma atualização dos conteúdos que passam pela formação de professores. A fundação dessa Licenciatura indica a preocupação em formar um profissional de teatro, que disponha do instrumental didático-pedagógico fundamental para o ensino de teatro na Educação Básica, com ênfase no trabalho prático do ator. Nesse aspecto defendemos uma educação para autonomia, formando um ator-criador e um artista-pesquisador, habilitado para exercitar sua criação, propor, discutir e refletir sobre soluções estéticas na construção de um produto artístico e pedagógico. Essa intenção de formar um ator-professor seria um diferencial importante na formação de um atuante em teatro-educação, um profissional que se valerá da prática teatral como meio para instauração e disseminação de práticas e saberes.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os currículos e o trabalho pedagógico do curso de Licenciatura em Teatro estão pautados nas diretrizes normativas, decretos, leis e resoluções citados abaixo, que contém uma lista de documentos que normatizam as projeções aqui documentadas:

- Documento orientador da PROEN: Manual para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, de 2017.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9396/96)

- Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.

- Parecer CNE/CES nº 195/2003, aprovado em 5 de agosto de 2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências

- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

- Resolução No.02, 18.06.2007 (Carga horária)

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; e

- Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

- Leis 10.639/03 e 11.645/2008, que pautam a Educação para as Relações Étnico-Raciais, referentes às questões afro-brasileiras e indígenas são atendidas de forma a reconhecer a justiça e igualdade dos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, assim como a valorização da diversidade sócio-cultural existente ente os grupos sociais negros e indígenas.

5. OBJETIVOS

O Curso de Licenciatura em Teatro propõe um currículo focado nas necessidades da comunidade escolar, centrado no aluno a partir da inter-relação ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo uma discussão crítica acerca das exigências dos processos educacionais, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

5.1 Objetivo Geral

Formar professores de teatro para Educação Básica, com foco em uma formação que articule a interpretação teatral com as suas dimensões pedagógicas, oferecendo um sistema de conhecimento técnico, pedagógico e científico. Para tanto, o curso persegue os seguintes objetivos específicos:

5.2 Objetivos Específicos

- Formar professores de teatro com apropriação ativa do conhecimento cênico interpretativo;
- Criar mecanismos que estimulem a consciência crítica e ética no fazer artístico-educacional;
- Pensar a prática profissional concatenada com os parâmetros curriculares nacionais e com a práxis educativa para o Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e para o Ensino Médio.
- Promover uma formação interdisciplinar que contemple as dimensões de educador, artista e pesquisador;
- Garantir uma instrumentalização teórico-prática na área de interpretação teatral;
- Ampliar a compreensão do educador teatral como um multiplicador de práticas artístico-pedagógicas.
- Ampliar a formação considerando o ensino não-formal e as atividades correlatas à dimensão do teatro na educação, que possam atuar em ONGs ou Associações Comunitárias;

6. FORMAS DE INGRESSO

O acesso ao Curso Superior de Licenciatura em Artes do IFCE, *campus* Fortaleza, destina-se ao candidato que tenha concluído o Ensino Médio ou equivalente, conforme determinações legais e será feito por meio de:

I. Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU)

A admissão também pode ocorrer por:

- II. Reingresso, conforme estabelecido no Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD; ou
- III. Transferência ou admissão de diplomados, conforme estabelecido no ROD e por edital específico.

No caso da Licenciatura em Teatro, o ingresso por processos seletivos regulares tem acontecido por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São oferecidas 25 vagas semestrais. Eventualmente podem ser ofertas vagas para transferidos e graduados, através de edital interno, em processos seletivos específicos.

7. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A área principal de atuação profissional é a docência de teatro na Educação Básica, que compreende o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O Licenciado em Teatro poderá ainda:

- Atuar no ensino não-formal, a exemplo de associações, grupos de teatro, organizações comunitárias e organizações não governamentais.
- Desenvolver projetos em artes cênicas (consultoria, pesquisa, produção, formação, montagem e circulação).

- Expandir sua formação acadêmica, ingressando preferencialmente na Pós-Graduação em Artes ou Educação.

8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

Quanto ao perfil profissional do egresso e sua área de atuação, o caráter obrigatório do Ensino de Artes instituído com a nova Lei de Diretrizes e Bases cria sólidas perspectivas de absorção dos formandos. O Perfil Desejado do Formando, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Teatro, aconselha que os cursos sejam capazes de promover uma “sólida formação ética, teórica, artística, técnica e cultural que capacitará alunos, tanto para uma atuação qualificada nos processos de educação (formais e não-formais), quanto à investigação de novas técnicas, metodologias de trabalho, linguagens e propostas estéticas” em Teatro. O campo de atuação do Licenciado é constituído pelas atividades de ensino formais e informais característicos do Ensino Fundamental e Médio desenvolvidos nas escolas das redes pública e particular de ensino, também podendo agir como educador em instâncias de ensino não formal, em projetos culturais, ligados às atividades de ensino.

A formação oferecida pelo curso através dos núcleos de teoria e história do teatro, de práticas corporais, de canto e voz falada, de interpretação, de pesquisa em teatro – organizados em torno do núcleo didático-pedagógico – habilitará esse profissional a exercer sua atividade como educador. O Licenciado em Teatro pelo IFCE será capaz de perceber, compreender, analisar e avaliar a realidade na qual está inserido para – a partir de sua visão crítica e da sua produção criativa – poder contribuir para a transformação desta realidade, de forma ética e socialmente responsável. O aluno formado será protagonista do seu percurso como artista, acadêmico e educador, estando habilitado também a realizar pesquisa em teatro, a prestar assessoria e consultoria em artes cênicas, a elaborar projetos de formação, montagem e circulação de espetáculos, de forma autônoma e integrada com outras áreas.

A formação desse profissional como artista-pesquisador lhe possibilitará uma intervenção em equipes e projetos multidisciplinares, que compreendam a arte como

veículo potencializador do homem em suas dimensões afetiva, cognitiva, criativa e estética.

O egresso do curso estará habilitado a compreender o processo de ensino-aprendizagem referido à prática escolar, abordando conteúdos específicos, mas contextualizados, utilizando métodos que favoreçam o desenvolvimento do conhecimento, cuja abordagem privilegiará problemas concretos dimensionados a partir da proposição de projetos interdisciplinares.

As características definidas no perfil do aluno egresso previstas nesse projeto serão garantidas pela seleção e organização curricular adotadas, pela abordagem metodológica utilizada durante o curso, pelas experiências acadêmicas vivenciadas, por múltiplas atividades institucionais e pela postura dos formadores.

9. METODOLOGIA

No Curso de Licenciatura em Teatro é prioridade a aprendizagem ativa e participativa como processo de ensino. Nesse contexto, o curso se coaduna com os interesses institucionais e também defende que “é importante que se compreenda o fazer pedagógico como um processo de construção e reconstrução da aprendizagem de modo que o conhecimento adquirido venha a ser compartilhado, a fim de que todos sejam atores do conhecer e aprender por meio da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.” (PDI/IFCE, p.62)

Entende-se que o professor deve ocupar o lugar de mediador e fomentar a participação do aluno em processos criativos, através de metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitem o exercício argumentativo e a construção de um discurso ético. Para tanto, a multiplicidade de metodologias que abrigam tais pressupostos é compreendida também como mecanismo avaliativo e meio de integração do tripé indissociável: ensino, pesquisa e extensão.

No caso específico do ensino de teatro e do exercício da linguagem teatral, considera-se a criação e prática de metodologias que possam auxiliar o processo de ensino-aprendizagem de uma forma global, estimulando a criatividade, a

predisposição para o improviso, a expressividade vocal e corporal, a capacidade de síntese, a disciplina e a motivação no treinamento físico, o cumprimento de prazos e horários de ensaios. De tal forma temos oferecido a possibilidade de experimentar, dadas as especificidades dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Teatro, aulas teóricas e práticas, atividades interdisciplinares, laboratórios de corpo e voz, seminários e debates, visitas técnicas, escritura de relatórios, artigos e monografias, registros em diários de bordo e cadernos de criação, ações poéticas e exercícios públicos.

No tocante referente à formação docente, o curso busca contribuir com a construção do docente tendo como foco o ensino de Teatro voltado para a Educação Básica, oportunizando ao longo das disciplinas vivências práticas de ensino, bem como planejamento e reflexões teóricas na área educacional.

Para que o perfil de egresso almejado se concretize, o curso vem desenvolvendo estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes em projetos de prática docente, de iniciação à pesquisa e às práticas extensionistas, além do estímulo à produção e circulação de espetáculos teatrais e apoio à sua exibição nas instituições parceiras e nas dependências do Campus Fortaleza

O Campus disponibiliza atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas: tradução e interpretação em Libras, descrição, materiais didáticos especializados, dentre outros, através do NAPNE e também através do apoio psicológico que o núcleo ligado ao DIREX e ao CTP desempenha.

Ao longo de seu currículo, a Licenciatura em Teatro implementa estratégias didático-pedagógicas, especialmente, nas disciplinas Estudos do Corpo I e II, Fundamentos da Arte na Educação; Teatro e Cultura Popular; Currículos e Práticas Educativas, Danças Dramáticas. História da Educação, Teatro Brasileiro, Projetos Sociais e Ética e Gestão para a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, que transversalizam esses conteúdos para a formação de um artista-pesquisador consciente e multiplicador.

No âmbito do curso, que é presencial, não são priorizadas as Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem, devido às características específicas do curso. Em âmbito institucional, contudo, são oferecidas ferramentas de compartilhamento de dados através do Sistema Acadêmico, permitindo aos professores disponibilizarem em plataforma específica os conteúdos e materiais didáticos aos alunos. Os professores em suas práticas têm também compartilhado documentos e artigos científicos através de grupos restritos em redes sociais, aproximando suas práticas da realidade discente.

10. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular privilegia a compreensão de que teoria e prática são aspectos inseparáveis do processo de ensino-aprendizagem, articulando a construção do saber e do saber-fazer.

No teatro essa ligação é mais importante ainda, podemos até dizer que é indissolúvel e fortemente imbricada, já que nossa prática alimenta a teoria com a experimentação e as descobertas criativas, enquanto a teoria fornece uma base para a compreensão e o desenvolvimento esclarecido da prática.

10.1 Organização curricular

A definição de currículo constante no PDI do IFCE resolve que: “o currículo tem de ser visto como um processo que privilegia a formação do homem na sua totalidade, de forma crítica, reflexiva e integrada, no contexto sócio-político-econômico e cultural, tornando-o um ser autônomo e empreendedor, capaz de atuar em uma sociedade em constante transformação.” (PDI/IFCE, p.21).

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Teatro do IFCE, teve seu currículo revisto para aproximar os conteúdos pedagógicos às disciplinas específicas, tratando a formação de professores em teatro de forma dinâmica e atualizada com as novas diretrizes curriculares. O currículo enfatiza a preparação e o exercício de educadores para o ensino de teatro, com uma estrutura programática que contempla o conhecimento didático-pedagógico fundamental, na especificidade do ensino de teatro.

O Curso, com duração de oito semestres e perfazendo uma carga horária de 3300 horas-aula, conta com um currículo focado no ensino de teatro, com ênfase na formação do ator. Abaixo, segue o detalhamento da organização curricular do curso, através da descrição da distribuição da carga horária, dos conteúdos curriculares e da matriz curricular por semestres.

A hora-aula da Licenciatura em Teatro é baseada nos critérios do IFCE, entendendo-se como hora-aula 60 minutos de aula. O IFCE trabalha com créditos, ou seja, 01 crédito equivale a 20 horas-aula. Uma disciplina de 80 horas-aula, por exemplo, é contabilizada como 04 créditos.

A matriz curricular contempla, em sua estruturação, uma maior aproximação dos conteúdos pedagógicos às disciplinas específicas, tratando a formação de professores em teatro de forma dinâmica e atualizada com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A matriz curricular estrutura-se de modo flexível e interdisciplinar, promovendo um envolvimento de disciplinas teóricas e práticas em cada semestre. O curso espera oferecer, transversalmente, uma formação pautada na aproximação de práticas criativas como práticas pedagógicas.

Compreendendo a formação do professor de teatro também como a de um artista-pesquisador e, na nossa linguagem, como um ator-pesquisador, o currículo prevê uma formação ampla em Interpretação Teatral, com ênfase na formação do ator, como pode ser observado pela sua organização curricular, que conta atualmente com três disciplinas específicas de interpretação teatral, três de preparação vocal e musical, duas de preparação corporal, além de disciplinas específicas de encenação, produção de textos dramáticos e gestão teatral.

Sua fundamentação teórico-crítica está assegurada através das noções capitais de literatura dramática, teoria teatral e história do teatro mundial e brasileiro, no qual é abordada a história do teatro cearense, além de uma formação específica em cultura popular e danças regionais, capacitando-o com elementos de nossa cultura regional e local. O foco na formação do ator como prática pedagógica prevê, desde o início do curso, através da disciplina de Jogos Teatrais, que o aluno seja estimulado a desenvolver seu projeto de encenação, articulando-o à sua formação pedagógica. Dessa forma, os professores do Núcleo de Formação do Ator poderão lhe prestar uma

assessoria e oferecer um acompanhamento ao seu projeto artístico desde o começo do curso, auxiliando-o a desenvolvê-lo de forma autônoma e criativa.

O diferencial do curso está na adoção de práticas pedagógicas desde seu início, através das disciplinas que privilegiam a prática profissional, ainda que não especificamente a da sala de aula. Em sua formação, as disciplinas pedagógicas se sucedem concomitantemente à apreensão dos conhecimentos fundamentais à linguagem teatral, habilitando-o ao estágio curricular a partir do sexto semestre.

O foco na formação do ator prevê, desde o início do curso, através da disciplina de Jogos Teatrais, que o aluno seja estimulado a desenvolver seu projeto de encenação, articulando-o à sua formação pedagógica. Dessa forma, os professores do Núcleo de Formação do Ator poderão lhe prestar uma assessoria e oferecer um acompanhamento ao seu projeto desde o começo do curso, auxiliando-o a desenvolvê-lo de forma autônoma e criativa.

Diante da especificidade que a linguagem do teatro requer, compreendemos ser de fundamental importância que o aluno desenvolva dois projetos importantes, além dos relatórios de estágio: um deles é coletivo (a montagem de espetáculo teatral como prática pedagógica) e o outro é individual (o projeto monográfico em forma de ensaio dissertativo). Essas formas de criação e reflexão investigativas acontecem concomitantemente ao exercício da prática pedagógica em Estágios Supervisionados ao longo do curso, nos quais o aluno cumpre 400 horas.

O curso está baseado em uma distribuição de disciplinas por núcleos, abaixo discriminados:

- N0: núcleo de formação básica
- N1: núcleo de teoria e história do teatro
- N2: núcleo de práticas corporais
- N3: núcleo de voz e canto
- N4: núcleo de formação do ator
- N5: núcleo de pesquisa em teatro
- P: núcleo didático-pedagógico

Dessa forma, podemos pensar em uma distribuição equilibrada do conhecimento específico a cada núcleo durante cada semestre, como pode ser compreendido na tabela abaixo:

	N0:	N1:	N2:	N3:	N4:	N5:	P:	ESTAGIO	TOTAL
Semestre I	140	00	60	00	80	00	160		440
Semestre II	00	80	60	60	80	40	160		480
Semestre III	00	80	00	00	160	00	160		400
Semestre IV	40	80	00	80	80	00	80		360
Semestre V	40	80	80	00	120	00	160		480
Semestre VI				80	80	80		120	360
Semestre VII					120	20		140	280
Semestre VII						80		140	220
Subtotal	200	320	200	220	720	220	720	400	3020
Atividades complementares									200
Optativas									80
TOTAL									3300

A carga horária da formação básica e específica fica assim distribuída:

FORMAÇÃO BÁSICA (N0 E N5):	440
FORMAÇÃO ESPECÍFICA (N1, N2, N3 E N4):	1460
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA (P):	720
ESTÁGIO	400
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200
OPTATIVAS	80
TOTAL:	3300

O curso organiza-se, dessa maneira, em uma distribuição equilibrada do conhecimento específico a cada núcleo, durante cada semestre. A formação básica, eminentemente teórica, compreende carga horária total de 440 horas, incluindo as atividades de pesquisa. A formação especificamente pedagógica, incluindo as 400 horas de estágio curricular, compreende uma carga horária teórico-prática de 1120

horas. A formação específica em conteúdos do teatro (teoria e história do teatro, práticas corporais, voz e canto e formação do ator), eminentemente prática, compreende uma carga horária de 1460 horas. O aluno deve cumprir ainda 200 horas de atividades complementares e cursar 80 horas em disciplinas optativas. Ao longo das 3300 horas, estão diluídas em metodologia e formas de avaliação específicas, as 400 horas de prática como componente curricular, como descrito em tabela própria no item desse projeto.

Vale ressaltar que o curso está atento à necessidade de incluir em seus programas e em sua bibliografia o tratamento demandado na Resolução n.1, de 17 de junho de 2004, que institui a discussão das questões étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, bem como a Resolução n.2, de 15 de junho de 2012, relativa à Educação Ambiental. As disciplinas Estudos do Corpo I e II, Fundamentos da Arte na Educação, Teatro e Cultura Popular, Currículos e Práticas Educativas, Danças Dramáticas. História da Educação, Teatro Brasileiro, Projetos Sociais e Ética e Gestão tratam de relacionar em seus conteúdos as discussões de ordem identitária e ecológica.

Inseridas em cada núcleo, as unidades curriculares encontram-se congregadas de acordo com as diversas áreas de conhecimentos, as quais embasam a formatação do curso de Licenciatura em Teatro. É válido assinalar que esta organização da matriz curricular ressalta uma preocupação com a globalidade e continuidade dos conteúdos, evitando o engessamento de pré-requisitos desnecessários e favorecendo a articulação entre as múltiplas áreas inseridas no ensino do Teatro.

A distribuição dos conteúdos por semestre abaixo oferece um panorama da atualização que se operou com a atualização da matriz curricular:

10.2 Matriz curricular

Seguem listados os componentes curriculares em sua distribuição semestral:

Componentes Curriculares por Semestre

Semestre I:

Comunicação e linguagem

Estudos do Corpo I

Fundamentos sociofilosóficos da educação

História da educação

Iniciação à estética

Jogos teatrais

Semestre II:

Ator-intérprete

Estudos do Corpo II

Fundamentos da arte na Educação

Metodologia do trabalho científico

Psicologia do desenvolvimento

Teoria e história do teatro I

Voz cantada

Semestre III:

Ator narrador

Políticas educacionais

Psicologia da aprendizagem

Teatro e cultura popular

Teoria e história do teatro II

Semestre IV:

Ator performer

Didática geral

Língua Brasileira de Sinais

Poéticas do espetáculo

Teatro brasileiro

Voz e espacialidade

Semestre V:

Análise e criação de texto para o teatro

Currículos e práticas educativas

Danças dramáticas

Ética e gestão em teatro
Metodologia do ensino em teatro
Projetos sociais
Técnicas de encenação

Semestre VI:

Composição cênica
Estágio I
Pesquisa em artes cênicas
O ator e a fala

Semestre VII:

Estágio II
Pesquisa orientada
TCC I: montagem de espetáculo teatral

Semestre VIII:

Estágio III
TCC II: monografia

Disciplinas Optativas:

Optativa I: Tópicos avançados em teatro: reflexões e poéticas – 80 h/a
Optativa II: Laboratório de práticas culturais tradicionais - 80 h/a
Optativa III: Laboratório de prática de conjunto musical – 80 h/a

Abaixo, apresentamos os componentes curriculares em sua distribuição por núcleos² e carga horária:

Núcleos	SEMESTRE I	CH	SEMESTRE II	CH	SEMESTRE III	CH	SEMESTRE IV	CH
0	Comunicação e linguagem Iniciação à estética	140	--	00	--	00	Língua Brasileira de Sinais	40

² A legenda dos núcleos segue aqui descrita: N0: núcleo de formação básica; N1: núcleo de teoria e história do teatro; N2: núcleo de práticas corporais; N3: núcleo de voz e canto; N4: núcleo de formação do ator; N5: núcleo de pesquisa em teatro e P: núcleo didático-pedagógico

1	--	00	Teoria e História do Teatro I	80	Teoria e história do teatro II	80	Poéticas do espetáculo Teatro brasileiro	80
2	Estudos do Corpo I	60	Estudos do Corpo II	60	--	00	--	00
3	--		Voz cantada	60	--	00	Voz e Espacialidade	80
4	Jogos teatrais	80	Ator-interprete	80	Teatro e Cultura Popular Ator Narrador	160	Ator Performer	80
5	--		Metodologia do trabalho científico	40	--	00	--	00
P	História da Educação Fundamentos sócio-filosóficos da educação	160	Psicologia do desenvolvimento Fundamentos da arte na educação	160	Políticas educacionais Psicologia da aprendizagem	160	Didática Geral	80
Núcleos	SEMESTRE V	CH	SEMESTRE VI	CH	SEMESTRE VII	CH	SEMESTRE VIII	CH
0	Projetos sociais	40	--	00	--	00	--	00
1	Análise e criação de texto para o teatro	80	--	00		00	--	00
2	Danças dramáticas	80	--	00	--	00	--	00
3	--	00	O ator e a fala	80	--		--	00
4	Ética e gestão em teatro Técnicas de encenação	120	Composição cênica	80	TCC I: montagem de espetáculo teatral	120	--	00
5	--	00	Pesquisa em artes cênicas	80	Pesquisa orientada	20	TCC II: Monografia	80
P	Metodologia do ensino em teatro Currículos e práticas educativas	160	Estágio I	120	Estágio II	140	Estágio I	140
OPTATIVAS						CH		
I: Tópicos avançados em teatro: reflexões e poéticas – 80 h/a						80		
II: Laboratório de práticas culturais tradicionais - 80 h/a						80		
III: Laboratório de prática de conjunto musical – 80 h/a						80		

Na tabela a seguir, uma distribuição semestral dos componentes curriculares, especificando a distribuição da carga horária:

SEMESTRE I	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC³	Pré-requisito
História da Educação	80	70 h/a	00 h/a	10 h/a	-
Fundamentos sócio-filosóficos da educação	80	70 h/a	00 h/a	10 h/a	-
Iniciação à estética	80	60 h/a	20 h/a	00 h/a	-
Jogos teatrais	80	20 h/a	60 h/a	00 h/a	-
Estudos do Corpo I	60	20 h/a	20 h/a	20 h/a	-
Comunicação e linguagem	60	60h/a	00h/a	00h/a	-
SUBTOTAL	440	300 h/a	100h/a	40h/a	
SEMESTRE II	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Psicologia do desenvolvimento	80	60h/a	00 h/a	20 h/a	-
Fundamentos da arte na educação	80	40 h/a	00 h/a	40 h/a	-
Teoria e História do Teatro I	80	80 h/a	00 h/a	00 h/a	-
Ator-interprete	80	20 h/a	40 h/a	20 h/a	-
Voz cantada	60	20 h/a	40 h/a	00 h/a	-
Estudos do Corpo II	60	20 h/a	20 h/a	20 h/a	Estudos do Corpo I
Metodologia do trabalho científico	40	20 h/a	20 h/a	00 h/a	-
SUBTOTAL	480	260 h/a	120 h/a	100 h/a	
SEMESTRE III	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Psicologia da aprendizagem	80	60h/a	00 h/a	20 h/a	Psicologia do desenvolvimento
Políticas educacionais	80	70 h/a	00 h/a	10 h/a	
Teoria e história do teatro II	80	80 h/a	00 h/a	00 h/a	Teoria e História do Teatro I
Teatro e Cultura Popular	80	20 h/a	20 h/a	40 h/a	-
Ator Narrador	80	20 h/a	60 h/a	00 h/a	-
SUBTOTAL	400	250 h/a	80 h/a	70 h/a	
SEMESTRE IV	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Língua Brasileira de Sinais	40	20h/a	20h/a	00h/a	-
Didática Geral	80	60 h/a	00 h/a	20 h/a	Psicologia da aprendizagem
Poéticas do espetáculo	40	40 h/a	00 h/a	00 h/a	-
Teatro brasileiro	40	40 h/a	00 h/a	00 h/a	-
Ator Performer	80	20 h/a	40 h/a	20 h/a	-
Voz e Espacialidade	80	20 h/a	60 h/a	00 h/a	-
SUBTOTAL	360	200 h/a	120 h/a	40 h/a	
SEMESTRE V	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Currículos e práticas educativas	80	60h/a	00h/a	200h/a	Didática Geral
Metodologia do Ensino em Teatro	80	40 h/a	00 h/a	40 h/a	Fundamentos da Arte na Educação
Análise e criação de texto para o teatro	80	40 h/a	40 h/a	00 h/a	Comunicação e Linguagem, Teoria

³ CH é a legenda para Carga Horária. PCC é a legenda para Prática como Componente Curricular.

					e Historia do Teatro II
Técnicas de encenação	80	20h/a	20h/a	40h/a	Ator-intérprete, Ator-narrador, Ator-performer, Poéticas do espetáculo, Estudos do Corpo II
Ética e gestão em teatro	40	20 h/a	20 h/a	00 h/a	-
Danças Dramáticas	80	30 h/a	00 h/a	50 h/a	Teatro e cultura popular
Projetos sociais	40	10 h/a	30 h/a	00 h/a	-
SUBTOTAL	480	220 h/a	110 h/a	150h/a	
SEMESTRE VI	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Estágio I	120	40 h/a	80 h/a	00 h/a	Currículos e práticas educativas, Metodologia do Ensino de Teatro
Composição cênica	80	40h/a	40h/a	00h/a	Voz e Espacialidade, Técnicas de encenação
O Ator e a Fala	80	40 h/a	40 h/a	00 h/a	Voz e Espacialidade
Pesquisa em Artes Cênicas	80	40 h/a	40 h/a	00 h/a	Teoria e História do Teatro II, Fundamentos da arte na educação
SUBTOTAL	360	160 h/a	200 h/a	00 h/a	
SEMESTRE VII	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Estágio II	140	60 h/a	80 h/a	00 h/a	Estágio I
TCC I: Montagem de espetáculo teatral	120	40 h/a	80 h/a	00 h/a	Composição cênica, O Ator e a Fala
Pesquisa orientada	20	20 h/a	00 h/a	00 h/a	Pesquisa em Artes Cênicas
SUBTOTAL	280	120 h/a	160 h/a	00 h/a	
SEMESTRE VIII	CH total	CH teórica	CH prática	CH PCC	Pré-requisito
Estágio III	140	60 h/a	80 h/a	00 h/a	Estágio II
TCC II: Monografia	80	80 h/a	00 h/a	00 h/a	Pesquisa Orientada
SUBTOTAL	220	140 h/a	80 h/a	00 h/a	
Optativa I: Tópicos avançados em teatro: reflexões e poéticas – 80 h/a	80	80 h/a	-	-	-
Optativa II: Laboratório de práticas culturais tradicionais - 80 h/a	80	80 h/a	-	-	-
Optativa III: Laboratório de prática de conjunto musical – 80 h/a	80	80 h/a	-	-	-

CH DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2220 h/a			
CH DISCIPLINAS OPTATIVAS	80 h/a			
CH PCC	400 h/a			
CH ESTÁGIO	400 h/a			
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200 horas			
CH TOTAL	3300 h/a			
TOTAL	3300 horas			

11. FLUXOGRAMA CURRICULAR

A carga horária total foi readequada, atualizada e contempla 3300 horas e assim pode equilibrar de maneira mais equânime a formação básica, a formação específica e as práticas pedagógicas e de pesquisa, além de garantir maior flexibilidade entre os componentes oferecidos a cada semestre. A bibliografia sofre adequação e atualização constantes, pelo incremento através da compra de livros e dos portais de acesso à pesquisa na área.

O curso acredita assim poder oferecer ao egresso da Licenciatura em Teatro o contato em sua formação com conteúdos atualizados, através de bibliografia especializada e materiais didáticos pertinentes à uma prática interessada em promover o ensino de teatro permanentemente revisto, em acordo com as demandas contemporâneas e em atenção às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Aqui um fluxograma, que permite visualizar o percurso formativo através da distribuição dos núcleos através dos semestres:

SEMESTRES	NÚCLEO 0	NÚCLEO 1	NÚCLEO 2	NÚCLEO 3	NÚCLEO 4	NÚCLEO 5	NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
I	Comunicação e linguagem -- Iniciação à estética		Estudos do Corpo I		Jogos teatrais		História da Educação -- Fundamentos sócio-filosóficos da educação
II		Teoria e História do Teatro I	Estudos do Corpo II	Voz cantada	Ator-interpretar	Metodologia do trabalho científico	Psicologia do desenvolvimento -- Fundamentos da arte na educação
III		Teoria e História do Teatro II			Teatro e Cultura Popular Ator Narrador		Políticas educacionais -- Psicologia da aprendizagem
IV	Língua Brasileira de Sinais	Poéticas do espetáculo -- Teatro brasileiro		Voz e Espacialidade	Ator Performer		Didática Geral
V	Projetos Sociais	Análise e criação de texto para o teatro	Danças dramáticas		Ética e gestão em teatro -- Técnicas de encenação		Metodologia do ensino em teatro -- Currículos e práticas educativas
VI				O ator e a fala	Composição cênica	Pesquisa em artes cênicas	Estágio I
VII					TCC I: montagem de espetáculo teatral	Pesquisa orientada	Estágio II
VII						TCC II: Monografia	Estágio III

12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Curso de Licenciatura em Teatro propõe atividades avaliativas em consonância com os conteúdos teórico-práticos das disciplinas e de suas especificidades. Considerando os objetivos do curso e o perfil do profissional que pretendemos formar, as atividades avaliativas, com exceção das disciplinas de conteúdo teórico específico, têm forte cunho prático, estimulando desde o primeiro semestre que o aluno apresente experimentos de linguagem e propostas estéticas.

O processo de avaliação obedece ao Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. Sendo assim, a metodologia empregada e a organização curricular são compatíveis com o sistema de avaliação geral. O professor pode empregar avaliações, pesquisas, participação em sala de aula, acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno, entre outros, para pontuar seu desempenho de aprendizagem no curso. A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas são permitidas apenas aos alunos regularmente matriculados. É considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha a média mínima de aproveitamento

semestral e sua correspondente frequência mínima no total de aulas (75%) e demais atividades programadas no semestre letivo.

Atendida a frequência mínima exigida por lei às aulas e demais atividades escolares, é aprovado: o aluno que obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), resultado da média das notas, dos exercícios realizados no semestre letivo, na forma do plano de ensino de cada disciplina.

Com a mudança do paradigma do "ter de saber" para "saber", "saber-fazer" e "saber-ser" e com adoção de metodologias que estimulem a iniciativa, participação e interação dos alunos, a avaliação deverá ser feita de forma contínua e processual com prevalência dos aspectos qualitativos, tendo como critérios: capacidade de síntese, de interpretação e de análise crítica; habilidade na leitura de códigos e linguagens; agilidade na tomada de decisões; postura cooperativa e ética; raciocínio multi-relacional e interativo.

No caso específico da linguagem teatral, consideramos de uma forma global a criatividade, a predisposição para o improviso, a expressividade vocal e corporal, a capacidade de síntese, a disciplina e a motivação no treinamento físico, o cumprimento de prazos e horários de ensaios, o que tem sido aplicado no desenvolvimento de novas metodologias e de novas formas avaliativas.

Como instrumentos de avaliação da apreensão crítica dos conteúdos, utilizamos as seguintes formas:

- trabalho de pesquisa e/ou de campo (devem ser feitos durante todo o processo de aprendizagem);
- provas subjetivas com análise, interpretação, síntese;
- projetos interdisciplinares;
- resolução de situações-problema;
- debates;
- apreciação de espetáculos;
- protocolos, relatórios, diários de ensaios e treinos;
- registro de apresentações públicas.

O professor, ao detectar as dificuldades do aluno, deverá, uma vez que a avaliação é contínua e processual, orientá-lo para que ele obtenha uma visão de compreensão de que os mesmos se encontram diante de dificuldades a serem enfrentadas, visto ser a aprendizagem o objetivo maior do ensino. Os critérios de notas

e médias estão pautados no Regulamento de Organização Didática - ROD do IFCE:

13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 esclarece: “a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”.

A Prática como Componente Curricular (PCC) no âmbito do curso de Licenciatura em Teatro está distribuída em 16 disciplinas, a saber:

10 horas em HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10 horas em FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO e 20 horas em ESTUDOS DO CORPO I, no primeiro semestre;

20 horas em PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 20 horas em ESTUDOS DO CORPO II, 20 horas em ATOR INTERPRETE e 40 horas FUNDAMENTOS DA ARTE NA EDUCAÇÃO, no segundo semestre;

20 horas em PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM, 10 horas em POLÍTICAS EDUCACIONAIS 40 horas em TEATRO E CULTURA POPULAR, no terceiro semestre;

20 horas em DIDÁTICA GERAL e 20 horas em ATOR PERFORMER no quarto semestre;

20 horas em CURRÍCULOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS, 50 horas em DANÇAS DRAMÁTICAS, 40 horas em METODOLOGIA DO ENSINO DE TEATRO e 40 horas em TÉCNICAS DE ENCENAÇÃO, no quinto semestre.

Tendo em vista tal esclarecimento, são exemplos para se aplicar a PCC nas disciplinas contempladas: seminários; aulas ministradas pelos estudantes; criação e aplicação de técnicas de ensino; criação e aplicação de portfólio; esquete; paródias; apresentação de estudo de caso; elaboração de material didático; elaboração de plano de aula; elaboração de vídeos; ministração de minicursos; criação de blogs; aplicativos; oficinas pedagógicas; confecção de banners; elaboração de roteiro de aulas práticas.

Em conformidade com o artigo 12 da Resolução supracitada, a Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o Curso. Em articulação

intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico, antecipando ao longo dos cinco semestres iniciais a prática do ensino de teatro mais efetiva que se dará em Estágio I, II e III, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Teatro. A correlação entre teoria e prática que propõe a PCC é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar e será extremamente importante, dado que grande parte dos alunos do Curso já atua profissionalmente. Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro professor, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento.

A prática, nesta proposta, será desenvolvida em dezesseis disciplinas específicas, totalizando 400 horas, e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, a partir dos conteúdos ministrados nas disciplinas. A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica criando desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas, materiais e propostas de atuação.

O eixo norteador da Prática como Componente Curricular é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades ligadas ao ensino de teatro, como os estudos do corpo, as práticas tradicionais, as técnicas de encenação e a compreensão das metodologias que embasam o ensino de teatro, a partir das discussões da arte na educação.

14. ESTÁGIO

O estágio curricular “visa promover a integração teórica e prática dos conhecimentos, as habilidades e as técnicas desenvolvidas no currículo; proporcionar situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento complementar à formação profissional pela reflexão-ação; desencadear ideias e atividades alternativas; atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho; desenvolver e estimular as potencialidades individuais proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores.” (PDI/IFCE, p.65)

Os estágios curriculares cumprem com a carga horária especificada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 400 horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso, O estágio segue o Manual do Estagiário, aprovado na Resolução n. 28/2014, pelo Conselho Superior do IFCE, que regulamenta as atividades de estágio. De acordo com a maioria dos Cursos de Licenciatura em Teatro brasileiros, dividimos as 400 horas obrigatórias para os estágios em três semestres:

Sexto semestre: Estágio Supervisionado I – observação nos ensinoss fundamental e médio, em 120 horas.

Sétimo semestre: Estágio Supervisionado II – participação e regência no ensino fundamental, em 140 horas.

Oitavo semestre: Estágio Supervisionado III – participação e regência no ensino médio, em 140 horas.

A Diretoria de Extensão tem uma Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos, onde são implementadas ações com as redes públicas de ensino.

Os convênios específicos da Licenciatura em Teatro do IFCE com as secretarias municipais e estaduais de educação estão em tramitação para sua formulação final.

Os Estágios Supervisionados I e II acontecem em escolas da Secretaria Executiva Regional (SER) IV da Prefeitura de Fortaleza. Com área territorial de 34.272 km², a SER IV abrange 19 bairros e concentra 15 creches e 28 escolas de ensino infantil e fundamental. O Estágio Supervisionado III, que compreende participação e regência no Ensino Médio, tem acontecido junto ao Ensino Integrado (Médio) do próprio IFCE campus Fortaleza.

A Licenciatura em Teatro participa ainda do Programa Residência Pedagógica cujas atividades equivalem para os alunos bolsistas à carga horária curricular obrigatória do Estágio Supervisionado.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com

experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares.

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, aproveitamento de componentes curriculares, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Em resumo, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar e com as ações de extensão junto à comunidade.

Trata-se, portanto, de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. Nesse mesmo contexto, estão as atividades de extensão que podem e devem ser concebidas no Projeto Pedagógico do Curso, atentando-se para a importante integração das mesmas com as experiências da vida cotidiana na comunidade.

Uma das principais práticas do Curso de Licenciatura em Teatro é a realização de atividades extra-curriculares, atendendo a uma demanda de seu corpo docente e discente e também da comunidade por um espaço alternativo de prática, troca de experiências e intercâmbio. Dessa forma o aluno poderá cumprir parte das 200 horas de atividades complementares, participando das atividades do próprio curso.

Como programação regular do IFCE e que podem ser computadas como atividades complementares, tem-se o encontro anual de pesquisa realizado pela Pro-

Reitoria de Pesquisa e Inovação, além do estímulo à participação discente em eventos similares em outras instituições. O Encontro de Bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFCE, espaço onde os alunos de diversos cursos se encontram para discutir e aprofundar seus trabalhos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento é também uma das programações regulares. A Licenciatura em Teatro realiza semestralmente a Semana de Pesquisa em Artes Cênicas e os Seminários de Estágio I, o que também se constitui como um estímulo à formação complementar.

As atividades complementares compreendidas como aquelas que se constituem como experiências pessoais comprovadas através da certificação (atividades de extensão, palestras, minicursos e eventos voltados para as artes cênicas em especial ao teatro-educação ou artes do espetáculo, etc) podem ser computadas e foram catalogadas a partir dos grandes eixos de formação, pesquisa, atuação e apreciação, como decidido pelo Colegiado do Curso. A coordenação segue a orientação abaixo para efetivar a realização das atividades como carga horária complementar para os alunos:

- FORMAÇÃO 60 H, compreendendo a participação em CURSO (CH máxima 12 h); OFICINA (CH máxima 12 h) e PALESTRAS (CH máxima 2 h)
- PESQUISA 60 H, compreendendo a participação em CONGRESSO, PARTICIPAÇÃO com apresentação de trabalho/publicação E PUBLICAÇÃO de anais, jornais, revistas, sites institucionais
- ATUAÇÃO 60 H, compreendendo ATUAR COMO AGENTE em atividades artísticas e de docência/por atividade
- APRECIÇÃO 20 H, compreendendo APRECIÇÃO de Espetáculos de teatro, dança, circo, exposições, eventos culturais, etc./por cada apreciação.

Modalidade da Atividade	C.H máxima	C.H máxima por atividade
I – Atividades de Formação		
Participação em curso e/ou oficina	Até 60h	12 h
Participação em palestras		2h
ii – atividades de pesquisa		
Participação em congresso, participação com apresentação de trabalho/publicação e	Até 60h	12 h

publicação de anais, jornais, revistas, sites institucionais		
iii – atividades de atuação		
Atuar como agente em atividades artísticas e de docência	Até 60h	20h por atividade
iv – atividades de apreciação		
Apreciação de espetáculos de teatro, dança, circo, exposições, eventos culturais, etc.	Até 20h	Até 2h por cada atividade de apreciação

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos é contemplado pela legislação educacional brasileira. A Lei 9.394/96 dispõe no artigo 47 § 2º que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

O direito ao aproveitamento de disciplina e à validação de conhecimentos dos discentes do curso superior de licenciatura em Teatro, estão ancorados no que preconiza os capítulos III e IV do Regulamento da Organização Didática (ROD), do Instituto Federal do Ceará.

O aproveitamento de estudos, bem como a validação de conhecimentos/saberes adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, obedecerá aos critérios estabelecidos pelo já referido ROD (IFCE, 2015).

16.1 Do extraordinário aproveitamento de estudos

O aproveitamento extraordinário de estudos é contemplado no art. 146: o estudante de graduação que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração dos seus cursos (LDB Nº. 9. 394/96 art. 47, § 2º).

Parágrafo único: Caberá à Proen normatizar o disposto neste artigo por meio de regulamentação específica.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Diante da especificidade que a linguagem do teatro requer, compreende-se ser de fundamental importância que o aluno desenvolva dois projetos como trabalhos de conclusão: um deles é coletivo, o TCC I: montagem de espetáculo teatral (compreendendo a montagem de espetáculo em suas etapas e divisão de funções como prática pedagógica) e o outro é individual, o TCC II: Monografia (o projeto monográfico e investigativo em forma de ensaio dissertativo).

O trabalho coletivo (TCC I) consiste na montagem e circulação de um espetáculo e na produção de um memorial. As aulas serão baseadas em investigações teórico-práticas dos elementos: atuação, dramaturgia, figurino, maquiagem, cenografia, sonoplastia e iluminação. Este trabalho deve ser orientado por um professor-diretor do Núcleo de Formação do Ator ou do Núcleo de Práticas Corporais, mas é o grupo de alunos, de acordo com suas afinidades, que se responsabilizará e assinará as etapas de produção e realização do projeto. A direção geral do trabalho poderá ser assinada pelo professor-orientador ou por algum estudante. Esta decisão será tomada pela turma em comum acordo com os pares.

Nesse exercício coletivo, o aluno poderá reunir e praticar o conhecimento adquirido ao longo do curso, realizando os projetos relacionados à prática da encenação e produção teatral, podendo investigar ainda os diferentes conceitos e práticas relacionadas às etapas de criação de uma obra cênica como laboratórios de pesquisa atoral, pesquisa dramaturgica, pesquisa em caracterização (concepção e criação de figurinos e maquiagem), pesquisa em visualidades (cenografia, iluminação e paisagem sonora), investigando assim campos específicos da montagem teatral e aprofundando-se em questões conceituais e técnicas dos elementos da encenação, podendo desempenhar a função de artista-pesquisador em mais de um desses elementos.

Dessa forma, o curso pretende realizar um projeto coletivo por semestre, sendo este oriundo de uma investigação iniciada na disciplina Composição Cênica que visa proporcionar experiências laboratoriais em sala de aula, leituras e análises

de textos, pesquisas e compartilhamento de ideias e materiais entre os envolvidos para a criação de cenas e realização dos primeiros rascunhos do projeto de encenação.

Ao longo do processo do TCC I, os estudantes recebem um reforço específico dos professores através de laboratórios de direção, de voz e interpretação, de pré-produção, de leitura dramática podendo ter laboratórios/ateliês especiais diante de demandas específicas, em que serão convidados artistas e outros profissionais da cidade, do ramo teatral, (cenógrafo, cenotécnico, maquiador, figurinista, iluminador, músico, dentre outros) para interagir e dialogar com os estudantes ao longo do processo de estudos e montagem, para que, desta forma, os alunos possam vivenciar a experiência da montagem como prática pedagógica e como prática de pesquisa artística em concepção, criação estética e artesanaria da cena.

O TCC II é ofertado no último período do curso (S-VIII). É um trabalho de caráter individual e nele o aluno desenvolve uma investigação no campo da pesquisa monográfica em Artes Cênicas, com formato de ensaio dissertativo. O aluno é encaminhado ao TCC II pelas disciplinas: Pesquisa em Artes Cênicas (S-VI) e Pesquisa Orientada (S-VII). Na primeira, o estudante deve finalizar a componente curricular com o desenho de seu projeto de pesquisa para que em Pesquisa Orientada, ele trabalha o seu projeto sendo acompanhado por meio de uma orientação individual junto ao professor da disciplina e de seu orientador.

Para ambos trabalhos de conclusão de curso (TCC I e TCC II), foram desenvolvidos manuais específicos, ambos encontram-se anexados a esse PPC.

18. EMISSÃO DE DIPLOMA

Os critérios exigidos para obtenção do título estão descrito no Capítulo V do ROD, sessão VI, que aqui também seguem transcritas:

“Art. 167. Ao estudante que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular de seu curso, incluindo o TCC, estágio curricular e atividades complementares, de acordo com a obrigatoriedade expressa no PPC, deverá ser conferido:

- I. certificado – para egressos de cursos FIC ou de qualificação profissional;
- II. diploma de técnico – para egressos de cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes;
- III. diploma de tecnólogo – para egressos de cursos de graduação tecnológica;
- IV. diploma de licenciado – para egressos de cursos de licenciatura;
- V. diploma de bacharel – para egressos de cursos de bacharelado.

Parágrafo único: O egresso de curso técnico concomitante que não apresentar certificação do ensino médio não terá direito a diploma de técnico, recebendo apenas um certificado de qualificação profissional.

Art. 168. O estudante em situação de irregularidade quanto ao ENADE não poderá colar grau por este exame ser considerado um componente curricular.”

Conforme o Art. 167 e 168 do Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE, Art. 167. Ao estudante que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular do curso, incluindo o TCC, estágio curricular e atividades complementares, de acordo com a obrigatoriedade expressa no PPC, e estando em situação de regularidade no ENADE deverá ser conferido o diploma de Licenciado em Teatro.

19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso é avaliado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, anualmente. Professores, alunos e Coordenadores respondem questionários emitindo sua avaliação.

Os professores, colegiados e o Núcleo Docente Estruturante avaliam o curso no decorrer de cada semestre de acordo com pautas preestabelecidas.

A Diretoria de Ensino, através de formulário no Sistema Acadêmico, oportuniza aos alunos uma avaliação semestral do corpo docente. As avaliações são tabuladas e entregues aos professores, como uma ação da Coordenação Técnico-Pedagógica. Tal ação semestral dá indicativos concretos aos professores para a revisão e o desenvolvimento de sua prática docente. O trabalho dos professores em certa medida fornece um tipo de retrato do curso em si. Com esse mecanismo avaliativo o NDE pode buscar incrementar novas práticas que garantam ao aluno um curso atualizado.

O curso ainda não participou do ENADE.

Os resultados das avaliações realizadas são analisados e subsidiam o replanejamento das atividades do curso.

Conscientes da importância da autocrítica, a qual envolve preocupações com a melhoria e aprendizado constante, o processo de auto-avaliação do curso acontece a partir da legislação vigente, do resultado da avaliação interna, das avaliações feitas pelos discentes, pelas discussões empreendidas nas reuniões de Colegiado e nas

reuniões gerais, pelo instrumento de comunicação interna criado pela coordenação — lista de discussão, e-mails — e pela participação dos representantes discentes nas reuniões de Colegiado.

A avaliação discente é feita por meio de um questionário, disponibilizado pela área pedagógica da instituição, no qual os alunos respondem questões referentes a conduta docente, atribuindo graus de 0 (zero) a 5,0 (cinco), relacionadas a pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e sistema de avaliação. Há ainda um espaço para que os alunos forneçam informações adicionais que julgarem necessárias.

No mesmo questionário os alunos ainda respondem sobre itens relacionados a auto-avaliação, como participação nas aulas, aproveitamento da disciplina, cumprimento ao horário das aulas e relação com os colegas.

A metodologia de autoavaliação institucional foi implementada pela Portaria CEFET-CE número 222-GDG, de 21 de junho de 2004 e segue os passos constantes do item nº 3.2 do PDI.

20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O PDI do IFCE tem como missão e diretrizes: produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação do cidadão, por meio de ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e o setor produtivo.

Seu objetivo é o de cumprir o seu papel de produtor e disseminador do conhecimento, melhorando continuamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de uma infraestrutura adequada e de recursos humanos qualificados.

Como políticas específicas do PDI 2014-2018 para as licenciaturas estão os objetivos de ampliar os cursos, as turmas e as vagas, respeitando a oferta de 20% para as licenciaturas e 30% para cursos de bacharelados e tecnológicos, respeitando as particularidades de cada região, bem como os objetivos de ampliar o número de salas de aula e laboratórios e de adquirir equipamentos e acervo bibliográfico. Há

políticas claras que beneficiam a pesquisa, como o fortalecimento dos programas de bolsa (PROAPP, PIBIC, PIBIT), editais para publicação, incentivo à titulação dos docentes mestres e/ou graduados, através do fomento aos convênios MINTER/DINTER e da liberação programada de professores para programas de pós-graduação e estímulo à criação de grupos de pesquisa.

Como políticas institucionais relativas ao âmbito do Curso de Licenciatura em Teatro apresentam-se ainda no PDI do IFCE:

- Fortalecimento do curso, por meio da melhoria da infra-estrutura das suas instalações;

- Construção de um Centro Cultural com teatro de 300 lugares, com toda a infra-estrutura para servir ao ensino, à pesquisa, à extensão e demais atividades desenvolvidas pelo curso de Licenciatura em Teatro e para abrigar o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Cultura Folclórica, o Mira Ira;

- Implantação de salas de aulas com recursos didáticos-instrumentais para aulas teóricas;

- Implantação de laboratórios didáticos especializados para aulas práticas;

- Ampliação, atualização e diversificação do acervo da biblioteca, considerando todos os cursos ofertados na instituição e o público docente.

- Fortalecimento de ações de pesquisa, com apoio às atividades dos grupos de pesquisa (PRPI/IFCE/CNPq) liderados por professores do curso (Comicidade e Riso, Poéticas do Corpo e Dramaturgia, drama, cena: questões contemporâneas);

- Incremento e apoio as atividades do Grupo Mira Ira - Folclore do IFCE, que desenvolve há 37 anos práticas em ensino, pesquisa e extensão: Digital Mundo Miraira, Grupo de Estudos em Cultura Folclórica e o Laboratório de Práticas Culturais Tradicionais.

21. APOIO AO DISCENTE

O IFCE através da Diretoria de Extensão e editais internos frequentes, realiza toda uma política de apoio ao discente. A coordenação da Licenciatura em Teatro, bem como a Chefia do Departamento de Artes orientam os discentes na recepção aos novatos, quando de seu ingresso, e sempre que necessitarem de informação a respeito.

A assistência ao educando é contemplada em ações em diversos setores no campus de Fortaleza. Na Diretoria de Extensão e Relações Empresariais, ficam abrigados os Serviços de Saúde e Social, além da Psicologia Escolar. O primeiro tem como uma de suas principais atividades a análise do perfil de alunos para concessão de bolsas e auxílios, que contribuam com a permanência e a conclusão do curso pelo estudante. O segundo assegura atendimento primário aos discentes, com profissionais médicos, enfermeiros e dentistas. Promove, ainda, ações educativas, a exemplo do programa de prevenção de ISTs e HIV/Aids. O terceiro atende aos alunos, que necessitam de suporte psicológico.

22. CORPO DOCENTE

Quadro I – Corpo docente ainda necessário para desenvolvimento pleno do curso

ÁREA	SUBÁREA	QUANTIDADE DOCENTES	DISCIPLINAS
ENSINO DE ARTES	TEATRO	2	Fundamentos da Arte na Educação Metodologia do Ensino de Teatro Estágio I, II e III Teatro e Dança para o Ensino Médio
TEORIA E HISTÓRIA TEATRAL	TEATRO	1	Teoria e História do Teatro I e II Teatro Brasileiro
DRAMATURGIA	TEATRO	1	Análise e Criação do Texto em Teatro Tópicos Especiais Poéticas Teatrais

Quadro II – Corpo docente existente

NOME DO DOCENTE	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TITULAÇÃO MÁXIMA	VÍNCULO	REGIME DE TRABALHO	DISCIPLINAS
ANDREA MICHILES LEMOS	Licenciada em Letras (UFC); Especialização em Ensino de Língua	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Libras

	Portuguesa (UECE); Mestra em Linguística (UFC).				
CIRCE MACENA	Licenciada em Teatro (IFCE), Mestre em Artes (IFCE)	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Danças Dramáticas, Teatro e Cultura Popular, Composição Cênica; TCC I Montagem, Artes para o Ensino Médio e Integrado
DANILO SOUTO PINHO	Bacharelado em Fonoaudiologia (UNIFOR), Mestrado em Artes Cênicas (UFBA).	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Voz e espacialidade, O ator e a fala e Jogos Teatrais
ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA	Licenciada em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação (UFC)	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Estágio I
FRANCIMARA NOGUEIRA TEIXEIRA	Graduação em Psicologia (UFC), Mestrado em Artes (USP) e Doutorado em Artes Cênicas (UFBA).	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Ator-Narrador, Pesquisa em Artes Cênicas, Análise e Criação do Texto em Teatro, Poéticas Teatrais
GILENO NUNES CAMPOS	Graduação em Filosofia (UECE), Mestrado em Psicologia	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem
JOSE WILLIAM MOREIRA MORENO FILHO	Graduação em filosofia (UFC), mestrado em filosofia (UFC) e doutorado em educação (UNESP)	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Iniciação à estética
JOSÉ TOMAZ DE AQUINO JUNIOR	Tecnólogo em Artes Cênicas (IFCE), Licenciatura em Teatro (IFCE), Especialização em Neuroeducação (UNICHRISTUS) Mestrado em Artes (UFF)	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Estudos do Corpo I, Ator-intérprete, Ator-performer, Composição Cênica, TCC I: Montagem do Espetáculo Teatral, Artes para o Ensino Médio e Integrado

JOAO EUDES MOREIRA DA SILVA	Bacharel em Biologia, Mestrado e Doutorado em Educação (UFC)	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Didática, Políticas Educacionais, Estágio II
LILIANA MATOS DE OLIVEIRA	Licenciatura em Teatro (UFBA), Bacharel em Artes Cênica - Interpretação Teatral (UFBA). Mestra em Artes Cênicas, (PPGAC-UFBA).	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Estudos do Corpo I e II, Técnicas de Encenação, Ator-Performer, Composição Cênica, TCCII: Montagem, Artes para o Ensino Médio e Integrado
MARIA EDNEIA GONÇALVES QUINTO	Licenciada em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Pesquisa em Artes Cênicas
MARIA DE LOURDES MACENA DE SOUZA	Licenciada em Música, Mestrado em Turismo, Doutorado em Artes.	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Teatro e Cultura Popular, Danças Dramáticas, Pesquisa Orientada, TCCII: Monografia
MARIA AUXILIADORA GADELHA DA CRUZ	Licenciada em História, Mestrado e, Doutorado em História.	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	História da Educação no Brasil
MARCELO SANTOS MARQUES	Licenciado em Sociologia, Mestrado e, Doutorado em Sociologia.	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação
MARCOS PAULO MIRANDA LEÃO DOS SANTOS	Licenciatura em Música (UECE); Especialização em Metodologias do Ensino de Artes (uece); Mestrado em Educação Brasileira (UFC)	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Voz Cantada
PAULO SERGIO DE BRITO	Licenciado em Pedagogia e Teatro, Mestrado e Doutorado em Teatro.	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Ator-interprete, Jogos Teatras, Metodologia do Ensino de Teatro, Pesquisa Orientada, TCCII: Monografia
SABRINA LINHARES GOMES	Graduação em Teatro (IFCE), Mestrado e	Doutora	Efetivo	40 horas, DE	Curriculos e Praticas, Políticas

	Doutorado em Educação (UFC)				Educacionais, Estágio III,
SIMONE OLIVEIRA DE CASTRO	Doutora em Sociologia (UFC) Mestre em História Social (PUCSP) Licenciada em História (UECE).	Doutor	Efetivo	40 horas, DE	Fundamentos da Arte na Educação, Metodologia de Trabalho Científicos, TCCII: Monografia e Pesquisa Orientada
THIAGO ARRAIS PEREIRA	Bacharelado em Direção Teatral, Mestrado em Artes (UNIRIO)	Mestre	Efetivo	40 horas, DE	Teoria e História do Teatro I e II, Teatro Brasileiro, Poéticas teatrais, Ética e Gestão em Teatro, Análise e Criação do Texto em Teatro,

Os professores efetivos que compõem o corpo docente do Curso de Licenciatura em Teatro possuem capacitação acadêmica comprovada e experiência profissional no cenário acadêmico e artístico-cultural local e nacional, estando, portanto, habilitados a ministrarem as disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso. Estão também, em sua maioria, intensamente envolvidos com a produção artística de Fortaleza, produzindo espetáculos e contribuindo para a cena teatral local. No nosso corpo docente contamos com cinco professores com formação específica de ator e de grande notoriedade no cenário local, além de diretores, dramaturgos, músicos e bailarinos. Nossos professores possuem formação adequada às disciplinas que ministram e estão permanentemente envolvidos com a pesquisa e a extensão, o que lhes possibilita uma formação continuada.

23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso possui uma equipe de técnicos administrativos que estão localizados em diversos setores da instituição. No expediente interno da coordenação conta-se com um técnico que atende o curso nos turnos tarde e noite e com o apoio do Controle Acadêmico que dá suporte a todas as questões referentes à matrículas e vida escolar dos alunos. Conta-se ainda com o apoio de mais um técnico-administrativo que trabalha junto ao Departamento de Artes e também uma pedagoga destacada pelo

Coordenadoria Técnico-Pedagógica para acompanhar os cursos do Departamento de Artes. Especialmente para dar suporte ao corpo discente há os setores NAPNE, DIREX, CTP, de Saúde e de Psicologia.

Quadro III - Técnicos-administrativos designados para dar suporte ao DEARTES.

NOME	CARGO	TITULAÇÃO MÁXIMA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
Francisco Flávio Nogueira Fernandes	Técnico em secretariado	Graduação em Marketing	Execução de atividades pertinentes à Administração em seus vários segmentos, dando suporte administrativo e técnico à chefia da unidade.
Carlos Robério Costa	Técnico em secretariado	Graduação em Administração de Empresas	Execução de atividades pertinentes à Administração em seus vários segmentos, dando suporte administrativo e técnico à chefia da unidade.
Barbara Luana Sousa Marques	Pedagoga	Graduação em Pedagogia Especialização em Psicopedagogia institucional	Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar. Viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

24. INFRAESTRUTURA

24.1 Biblioteca

O Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI) foi criado através da Portaria 410/GR, de 30 de junho de 2015. O SIBI está diretamente vinculado à Pro-reitoria de Ensino/Departamento de Bibliotecas e é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, planos e programas institucionais.

As Bibliotecas integrantes do SIBI regem-se pelo Regimento Geral do IFCE, pelo Regimento Interno dos campi, pelo Regimento Interno do SIBI e pelas demais normas da Instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

No Campus Fortaleza, a Biblioteca Engenheiro Waldyr Diogo de Siqueira foi fundada em 8 de dezembro de 1968, é assim denominada em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo professor Waldyr Diogo, diretor-geral do Instituto Federal do Ceará, no período de 1939 a 1951.

Localizada próximo ao pátio central, a biblioteca ocupa uma área de 470 m², onde estão localizadas 42 cabines de estudos individuais e espaço para estudo em grupo. Seu acervo, de aproximadamente 50.361 volumes (dados de setembro de 2016), compreende livros, periódicos, dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, teses, dissertações, monografias e CD-ROMs nas áreas de ciências humanas, ciências puras, artes, esporte, literatura e tecnologia, com ênfase em livros técnicos e didáticos.

A biblioteca dispõe de profissionais habilitados a proceder à catalogação, classificação e indexação das novas aquisições e ainda à manutenção das informações bibliográficas no Sistema SoPHia. Além disso, é de responsabilidade da equipe de servidores a preparação física (carimbos de identificação e registro, colocação de etiquetas e bolso) do material bibliográfico destinado a empréstimo domiciliar.

A bibliografia básica atende aos programas de todas as disciplinas, cumprindo com a oferta de no mínimo três títulos por disciplina e conseqüente número de exemplares, condizendo proporcionalmente com o número de alunos que atende. Na bibliografia referida nos programas das unidades didáticas, somam-se 141 títulos com 809 exemplares. A bibliografia básica está atualizada, tombada e disponível para consulta e empréstimo. O censo aqui apresentado é de 2015, quando da visita da Comissão de Avaliação para Renviação do Reconhecimento do Curso.

DADOS ESTATÍSTICOS - BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CURSO: LICENCIATURA EM TEATRO

SEMESTRE/ DISCIPLINA	QUANTITATIVO TÍTULOS	QUANTITATIVO EXEMPLARES
Comunicação e Linguagem (S1)	3	16
Estudos do Corpo I (S1)	3	16

Fundamentos Sociofilosóficos da Educação (S1)	3	14
História da Educação no Brasil	3	17
Iniciação à estética (S1)	3	14
Jogos Teatrais	3	29
Ator-Intérprete (S2)	3	24
Estudos do Corpo II (S2)	3	21
Fundamentos da Arte na Educação (S2)	3	20
Metodologia do Trabalho Científico (S2)	3	20
Psicologia do Desenvolvimento (S2)	3	21
Teoria e História do Teatro I (S2)	5	41
Voz Cantada (S2)	4	16
Ator Narrador (S3)	3	12
Políticas Educacionais (S3)	3	23
Psicologia da Aprendizagem (S3)	3	29
Teatro e Cultura Popular (S3)	4	22
Teoria e História do Teatro II (S3)	4	30
Ator Performer (S4)	4	17
Didática Geral (S4)	3	17
Língua Brasileira de Sinais (S4)	3	37
Práticas do Espetáculo (S4)	5	32
Teatro Brasileiro (S4)	4	19
Voz e Espacialidade (S4)	3	12
Análise e Criação de Te4xto para o Teatro (S5)	4	16
Currículos e Práticas Educativas (S5)	4	18
Danças Dramáticas (S5)	3	9
Ética e Gestão em Teatro (S5)	5	16
Metodologia do Ensino em Teatro (S5)	5	43
Projetos Sociais (S5)	3	11
Técnicas de Encenação (S5)	5	41
Composição Cênica (S6)	3	26
Estágio I (S6)	3	16
Pesquisa em Artes Cênicas (S6)	3	10
O ator e a fala (S6)	3	12
Estágio II (S7)	3	13
Pesquisa Orientada (S7)	3	4
TCC I: Montagem de Espetáculo Teatral (S7)	3	18
Estágio III (S8)	3	13
TCC II: Monografia	3	14
TOTAL	141	809

A bibliografia complementar adequa-se às indicações bibliográficas referidas em todos os programas das disciplinas, cumprindo com a oferta de no mínimo cinco títulos por disciplina e conseqüente número de exemplares, condizendo proporcionalmente com o número de alunos que atende. Na bibliografia complementar presente nos programas das unidades didáticas, somam-se 297 títulos com 771 exemplares. A bibliografia complementar está atualizada, tombada e disponível para consulta e empréstimo.

DADOS ESTATÍSTICOS - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CURSO: LICENCIATURA EM TEATRO

SEMESTRE/ DISCIPLINA	QUANTITATIVO TÍTULOS	QUANTITATIVO EXEMPLARES
Comunicação e Linguagem (S1)	6	16
Estudos do Corpo I (S1)	6	16
Fundamentos Sociofilosóficos da Educação (S1)	5	9
História da Educação	5	14
Iniciação à estética (S1)	5	17
Jogos Teatrais	5	25
Ator-Intérprete (S2)	6	39
Estudos do Corpo II (S2)	6	19
Fundamentos da Arte na Educação (S2)	5	9
Metodologia do Trabalho Científico (S2)	5	15
Psicologia do Desenvolvimento (S2)	5	14
Teoria e História do Teatro I (S2)	6	20
Voz Cantada (S2)	6	28
Ator Narrador (S3)	6	23
Políticas Educacionais (S3)	5	13
Psicologia da Aprendizagem (S3)	6	9
Teatro e Cultura Popular (S3)	6	14
Teoria e História do Teatro II (S3)	9	54
Ator Performer (S4)	7	28
Didática Geral (S4)	5	4
Língua Brasileira de Sinais (S4)	3	5
Poéticas do Espetáculo (S4)	13	48
Teatro Brasileiro (S4)	8	62
Voz e Espacialidade (S4)	5	15
Análise e Criação de Texto para o Teatro (S5)	13	67
Currículos e Práticas Educativas (S5)	5	8
Danças Dramáticas (S5)	4 (6 web)	19

Ética e Gestão em Teatro (S5)	5	5 (1 BVU)
Metodologia do Ensino em Teatro (S5)	7	21
Projetos Sociais (S5)	5	5
Técnicas de Encenação (S5)	7	30
Composição Cênica (S6)	5	19
Estágio I (S6)	4	5
Pesquisa em Artes Cênicas (S6)	8	14
O ator e a fala (S6)	5	7
Estágio II (S7)	4	5
Pesquisa Orientada (S7)	5	13
TCC I: Montagem de Espetáculo Teatral (S7)	6	25
Estágio III (S8)	4	5
TCC II: Monografia	4	7
TOTAL	297	771

Os periódicos especializados que estão indexados e disponíveis para a consulta local são:

- 1) Cadernos de Espetáculos, com edições de 1995-1998, totalizando 5 exemplares.
- 2) Revista Folhetim, com edições de 2001 a 2010/2011, totalizando 20 exemplares.
- 3) Revista Urdimento, com edições dos anos 2004, 2005, 2006, 2008 e 2011, totalizando 6 exemplares.
- 4) Revista Repertório, com edições dos anos 2000, 2002, 2005, 2008, 2009, 2010, totalizando 8 exemplares.
- 5) Caderno Encenação, com 1 exemplar da edição de 2009.
- 6) Revista OLHARCE, Bienal de Dança, com 2 exemplares da edição de 2008.

As principais revistas e periódicos dos principais programas de Pós-graduação em Artes Cênicas estão disponíveis para consulta virtual (Sala Preta, Urdimento, Repertório, Folhetim, Percevejo). A biblioteca agenda treinamento e oferece todo o suporte necessário para o acesso aos periódicos disponíveis e ao acervo local. O acesso ao portal da CAPES é feito mediante acesso via IP da instituição ou pela rede CAFE. A biblioteca ministra treinamentos sobre o acesso, busca e uso aos inúmeros periódicos do portal semestralmente com os discentes. Os alunos têm, ainda, acesso a revistas de grande circulação nacional, como Veja, Isto É e Época, como também aos 2 maiores jornais locais: O Povo e Diário do Nordeste.

24.2 Infraestrutura física e recursos materiais

O Campus Fortaleza, do IFCE, tem uma área física total de 29.973 m², com área construída de 28.259m². Os laboratórios e ambientes para formação básica/geral ocupam cerca de 7.000 m², sem a área ocupada pela biblioteca.

Os laboratórios didáticos especializados do Curso de Licenciatura em Teatro ocupavam até 2017 uma área de 394 m², ainda bastante inferior às necessidades do curso. Em 2018, o Curso recebe um prédio, o Bloco do Teatro, vizinho à Casa de Artes. Nesse prédio funcionavam as atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e o mesmo vem recebendo melhorias para atender às atividades do curso.

O curso dispõe de sala de para coordenação, que abriga dois computadores e dois birôs, além do arquivo documental do curso. Há três gabinetes para professores, compartilhados com os professores do PPGArtes. Um deles é também apoio para o Programa de Residência Pedagógica.

No atual Bloco de Teatro ainda há uma copa e duas salas para guardar equipamentos.

24.3 Infraestrutura de laboratórios.

O curso não dispõe de laboratórios, mas realiza o Estágio Supervisionado III como oferta da disciplina de Artes para o Ensino Médio e Integrado, servindo-se, portanto, das salas de aula do Bloco Central do IFCE como laboratórios para a prática de Ensino.

24.3 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet

O IFCE disponibiliza uma rede wireless onde os alunos têm livre acesso para utilizar seus próprios computadores, smartphones e/ou tablets.

Os laboratórios e ambientes de informática apresentam equipamentos modernos que atendem às necessidades de formação geral e básica. São eles:

Laboratórios de uso compartilhado (seu uso é gerenciado pelo Setor de Mídias e obedece à reserva):

- 01 sala de vídeo-conferência, refrigerada com ar condicionado tipo 59plit; 28 notebooks (adquiridos em 2004/2005), com isolamento acústico.

- 01 laboratório multimídia, com ar-condicionado tipo 60plit; iluminação e ventilação naturais; capacidade para até 35 pessoas; lousa branca; 01 LCD fixo e 01 sobressalente; 01 CPU fixa e 01 sobressalente; 01 TV fixa 29 polegadas e 01 sobressalente; 01 video fixo e 01 sobressalente; 01 dvd;
 - 01 laboratório de informática com 12 microcomputadores conectados à internet; capacidade para 24 alunos; Hub com carga de 16; lousa branca.
- Laboratórios de uso compartilhado (seu uso é gerenciado pela Biblioteca e obedece à uso controlado por hora):
- 01 laboratório multimídia da biblioteca, com área de 146 m²;
- Laboratórios de uso compartilhado (seu uso é gerenciado por bolsista no próprio espaço, com acesso público e cobrança de taxa simbólica por hora):
- 01 ilha digital com 06 microcomputadores com internet (com acesso público, mas com cobrança de taxa simbólica por hora).

Além desses laboratórios, os alunos da Licenciatura em Teatro são atendidos pelo Laboratório de Informática do Departamento de Turismo, Desporto e Lazer. As características desse laboratório estão descritas abaixo:

- Quantidade de equipamentos: 20 computadores (19 com internet)
- O laboratório funciona nos três turnos: manhã (8:50 as 12h) tarde (15h as 18h:10m) e noite (18h:10m as 21h).
- Número total de usuários: 50.
- Acessibilidade: laboratório no térreo, sem projeto específico de acessibilidade mas o aluno pode solicitar instalação de programas específicos com ajuda do bolsista.
- Velocidade de acesso à internet: 100mega.

24.4 Laboratórios básicos

O curso dispõe de equipamentos multimídia (4 projetores), 3 TVs de Plasma 40 polegadas, 3 Caixas de som que são utilizados pelos professores sob agendamento com a Coordenação. Os equipamentos referidos atendem plenamente às necessidades didáticas dos professores.

O IFCE disponibiliza para uso compartilhado por todos os cursos laboratórios e ambientes que são utilizados para práticas pedagógicas, como a sala de videoconferência, as salas multimídia, os auditórios (de uso bastante versátil,

atendendo tanto a aulas de teatro, como servindo como espaço de projeção, além de ser um espaço também para a realização de seminários e produção de eventos de maior porte, os laboratórios de informática e a ilha digital, a biblioteca central e seu laboratório de informática.

Além desses espaços compartilhados, o Curso de Licenciatura em Teatro gerencia o uso dos dois espaços (Casa de Artes e Bloco de Teatro) que estão sob sua coordenação exclusiva e que atendem especificamente o curso. A coordenação disponibiliza os mesmos para ensaios de alunos e professores e encontros dos grupos de pesquisa, com uso no contra-turno das atividades curriculares, fomentando a criação e espaços de experimentação

24.5 Laboratórios específicos à área do curso

Quanto às salas de aula específicas para as atividades teóricas e práticas, segue aqui a descrição das mesmas:

- Práticas Cênicas 01 – CEN 01, antiga Sala de Teatro da Casa de Artes, com piso de madeira, duas janelas, ar-condicionado, quadro branco.
- Práticas Cênicas 02: Espaço Cultural Mira Ira – CEN 02, antigo Anexo, com piso de concreto industrial, quadro branco, ar-condicionado e banheiros.
- Práticas Cênicas 03 – CEN 03, Antigo Espaço Zen, sala com pintura preta, com piso de concreto industrial, ar-condicionado e duas portas de correr.
- Práticas Cênicas 04 – CEN 04, com piso em porcelanato, com ar condicionado e quadro branco.
- Práticas Cênicas 05 – CEN 05, com ar-condicionado e quadro branco.
- Sala da Licenciatura em Teatro 01 – LIC 01, piso em cerâmica, antiga Sala de Artes Plásticas, com ar condicionado, quadro branco e 25 cadeiras.
- Sala da Licenciatura em Teatro 02 – LIC 02, piso em porcelanato, com ar condicionado, quadro branco e 25 cadeiras.
- Sala da Licenciatura em Teatro 03, piso em porcelanato, com ar condicionado, quadro branco e 25 cadeiras.

27. REFERÊNCIAS

Livros, planos e regulamentos:

COSTA, M. **Panorama do Teatro Cearense**. Fortaleza, Edição do IBEUCE, 1994.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília, DF: INEP, 2004. (Série Documental. Textos para discussão, n. 12).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2014-2018. IFCE, Fortaleza, 2014.

ROD Regulamento da Organização Didática/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.

SANTANA, A. P. **A prática extensionista na formação do professor: reflexões, indagações e descobertas no âmbito do projeto “ação cultural em teatro”**. Revista Percevejo, v. 1, n. 2 (2009).

Decretos, Leis, Pareceres e Resoluções:

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9396/96)

Lei Nº 10.639

Lei Nº 11.645

Lei nº 10.436

Parecer CNE/CES nº 146/2002

Parecer CNE/CES nº 195/2003

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004

Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004

Resolução No.02, 18.06.2007 (Carga horária)

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012

Resolução No. 02/CNE, 01.07.2015 (Formação)

ANEXOS

- PUD de todas as disciplinas (cada PUD em separado, em arquivo extensão PDF);
- Regulamento de atividades complementares, estágio e Trabalho de Conclusão de Curso, (TCC), dentre outros pertinentes ao curso.

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Comunicação e Linguagem	
Código:	01.405.06
Carga Horária Total:	60h
CH Prática como Componente Curricular:	CH Teórica: 60 CH Prática: 00
Número de Créditos:	3
Pré-requisitos:	-
Semestre:	1
Nível:	Superior
EMENTA	
Linguagem e Comunicação: fundamentação teórica; estudos de produção de sentido; o texto/a textualidade; relação significativa: representação e interpretação; o texto literário e outras linguagens estéticas; a relação objeto/signo/intérprete; condições da leitura e da escrita de diferentes tipos de texto.	
OBJETIVO	
Desenvolver a capacidade de ler, interpretar e produzir textos escritos, em diversas formas de expressão textual, revelando senso crítico, coerência e originalidade, além de favorecer a compreensão das convergências e dos diálogos entre variadas linguagens estéticas. ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none">• Conhecer a teoria da comunicação e a teoria da recepção;• Compreender os conceitos, as especificidades e as interfaces entre linguagem, língua, fala e escrita;• Praticar – sistematicamente e ao longo de toda a disciplina – a leitura de diversas formas de expressão textual;• Ler e interpretar textos, temas e situações de forma crítica, estabelecendo relações textuais, contextuais e intertextuais;• Estabelecer relações entre diferentes linguagens estéticas.	
PROGRAMA	
Comunicação: Teoria da Comunicação Processo da Comunicação Elementos da Comunicação A Importância da Comunicação Teoria da Recepção Linguagem: Conceitos e interfaces entre Linguagem, Língua, Fala e Escrita Variações Lingüísticas Linguagens em seus contextos	

<p>Funções da Linguagem Leitura e Interpretação de Textos: Tipologias Textuais (com ênfase no gênero dramático) O Texto Literário e Outras Linguagens Estéticas</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Procedimentos a critério do professor para desenvolvimento da aprendizagem (sugestões: aula expositiva; estudos dirigidos; debates a partir de leituras de textos e/ou exibições de filmes, documentários, peças teatrais; seminários; entre outras).</p>	
AValiação	
<p>A avaliação ocorrerá de forma permanente e continuada dentro do processo de ensino aprendizagem.</p>	
RECURSOS	
<p>Projetor multimídia Material impresso</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto. 9.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. 319 p. RYNGAERT, Jean-Pierre. Introdução à análise do teatro. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1996. ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. São Paulo: Edusp, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ARNHEIM, Rudolf. Intuição e intelecto na arte. 2.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. BAJARD, Elie. Ler e dizer: compreensão e comunicação de texto escrito. São Paulo (SP): Cortez, 1994. 118 p. MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegozada. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2005. NÖTH, Winfried. A semiótica no século XX. 3.ed. São Paulo (SP): Annablume, 2005. 265 p. FREIRE, Paulo. A Importância do ato de ler. São Paulo (SP): Moderna, 2003. 47 p. PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva. 1990.</p>	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ESTUDOS DO CORPO I	
Código: 01.405.05	
Carga Horária: 60	CH Teórico : 20
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático : 20
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 1	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Percepção e consciência do corpo em movimento. Noções de cinesiologia. Desenvolvimento das potencialidades expressivas. Composição de sequências de ações. Elementos e qualidades do movimento. Observação e análise do movimento na cena. Reconhecimento do corpo como potência de comunicação, expressão e criação poética. O corpo perceptivo, sensório e motor. O corpo nas diferentes culturas e momentos sócio históricos. Aspectos pedagógicos das relações entre corpo, ritmo e movimento.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a capacidade proprioceptiva do corpo e sua elaboração postural; - Estudar as noções sobre Corpo desenvolvidas ao longo da História Social e Teatral; - Investigar o conhecimento da estrutura corporal; - Desenvolver habilidades com o corpo como: a capacidade de percepção, precisão e atenção; - Ampliar a preparação corporal do ator ao desenvolvimento psicomotor; - Estimular as potencialidades individuais para criação poética corporal; 	
PROGRAMA	
<p>Unidade 1 – Propriocepção e Estudos Somáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Aparelho locomotor - Cinesiologia: ossos, articulações e músculos • O Conceito prático-teórico de Propriocepção. • Ampliação da mobilidade Postura Corporal • Noções teórico-prático sobre os Estudos Somáticos • Conceito de memória corporal <p>Unidade 2 – Corpo na História Social e Teatral</p>	

- Concepções do Corpo ao longo da História Social
- Concepções do Corpo do Ator no Teatro
- O Corpo na Dança e nas Artes Visuais
- Corpo e Política; o papel do corpo na arte educação

Unidade 3 – Estudo do Movimento

- Estudo e Análise do Movimento (Laban- Bartinieff)
- Fatores do Esforço (Peso, Espaço, Tempo e Fluência)
- Conceito de Ritmo; ritmo individual, grupal, corpo e movimento
- Corpo, Ritmo e Espacialidade

Unidade 4 – Laboratório de Investigação: Corpo Expressivo

- Corpo Expressivo – oposições, equilíbrio, dilatação, equivalência
- Imagens Corporais: imaginação e incorporação de imagens
- Conceitos de Partitura Corporal
- Conceito de Ação Física
- Noções sobre a Mímica Corporal Dramática

Unidade 5 – Laboratório de Criação: Corpo Poético

- Corpo e a Cena; construção de significados poéticos
- Laboratório de Criação - Poética Corporal

,METODOLOGIA DE ENSINO

ESTUDOS ORIENTADOS (40h)

- Estudos orientados, articuladores da teoria e da prática.
- Análise de textos teóricos.
- Atividades escritas e exposição dialogada nos encontros presenciais.
- Planejamento - Projeto Cênico (justificativa, transposição cênica; procedimentos e materialidades para cena, imagens referenciais, cronograma, bibliografia.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (40h).

- Apresentação de Seminários.
- Laboratório de pesquisa prática para criação individual e coletiva de partituras corporais.
- Criação de Cenas (prática) a partir dos procedimentos técnicos estudados.
- Apresentação parcial de cenas com discussão coletiva dos procedimentos adotados.
- Apresentação final dos resultados das atividades práticas: Criação Poética Corporal

AVALIAÇÃO
Será realizada na primeira etapa avaliação teórica acerca das aulas expositivas e uma avaliação teórico-prática em grupo acerca dos procedimentos adotadas para criação de partituras corporais. Na segunda etapa a avaliação será realizada a partir de um projeto pessoal de encenação e o seu resultado prático na construção de uma poética corporal.
RECURSOS
- Projetor Multimídia - Materiais Impressos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AZEVEDO, Sonia Machado de. O Papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva.
BOLSANELLO. Débora Pereira. A educação somática e os conceitos de descondicionalismo gestual, autenticidade somática e tecnologia interna. Motrivivência Ano XXIII, Nº 36, P. 306-322 Jun./2011.
CHECOV, Michael. Para o Ator. São Paulo : Martins Fontes, 2003.
DOMENICI, Eloisa. A pesquisa das danças populares brasileiras: questões epistemológicas para as artes cênicas. In: Caderno do GIPE-CIT: Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade. Nº 23. Salvador: Universidade Federal da Bahia – Escola de Teatro/Escola de Dança, 2009.
FERNANDES, Ciane. O Corpo em movimento : o sistema Laban-Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. 2. ed. São Paulo (SP): Annablume, 2006. 406 p. KELEMAN, Stanley. Anatomia emocional. São Paulo (SP): Summus, 1992. 174 p.
FERRACINI, Renato. A arte de não-interpretar como matéria corpórea do ator. Campinas: Dissertação de Mestrado pela UNICAMP, 1998.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. 5.ed. São Paulo (SP): Summus, 1978. 268 p.
LECOQ, Jacques. O Corpo Poético: Uma Pedagogia da Criação. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
MARIZ, Adriana Dantas de. A ostra e a pérola: uma visão antropológica do corpo no teatro de pesquisa. São Paulo: Perspectiva, 2007.
OIDA, Yoshi. O ator invisível. Trad.: Marcelo Gomes. São Paulo: Vila Lettera, 2007.
_____. Um ator errante. Trad.: Marcelo Gomes. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

OLIVIER, Giovanina Gomes de Freitas. **Um Olhar sobre o Esquema corporal a Imagem Corporal, a Consciência Corporal e a Corporeidade.** CampinasSP:UNICAMP, 1995, 108p. Dissertação. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1995

STRAZZACAPPA, Marcia. **Educação Somática e Artes Cênicas: princípios e aplicações.** Campinas: Papyrus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTHERAT, Thérèse; BERNSTEIN, Carol. **O Corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si.** São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003. 168 p.

CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan; GOMES, Simone (Coord.). **Dança e educação em movimento.** São Paulo (SP): Cortez, 2003. 271 p.

GORDON, Louise. **O Corpo em movimento: anatomia para artistas.** Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 2000. 130 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 2 ed. Trad.: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corpo, percepção e conhecimento em MerleauPonty.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/06.pdf, 2008.

RENGEL, Lenira. **Dicionário Laban.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SÓCIO FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	
Código: 01.405.02	
Carga Horária: 80h/a	CH Teórico: 70
CH Prática como Componente Curricular: 10	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 1	
Nível: Superior	
EMENTA	
A questão dos paradigmas. Dimensões sócio-filosóficas e ético-política da educação. A análise sociológica da educação contemporânea. Pedagogia da Essência em busca da totalidade.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os paradigmas educacionais; • Compreender as dimensões sócio-filosóficas da educação; • Analisar a dimensão ético-política da educação. 	
PROGRAMA	
<p>Unidade I – Introdução – (20h/a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e discussão do plano de curso; • Filosofia e Filosofia da Educação; • Sociologia e Sociologia da Educação. <p>Unidade II – A questão dos paradigmas – (20h/a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos e funções; • Classificação: positivista, racionalista, pragmatista; • Paradigma brasileiro liberal e progressista; • Os paradigmas emergentes e da complexidade no contexto da educação. <p>Unidade III – Dimensões sócio-filosóficas da educação – (20h/a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • O papel da filosofia e da sociologia na formação do educador; • Análise sócio-filosófica da educação contemporânea. <p>Unidade IV – Dimensão ético-política da educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Axiologia – filosofia e teoria dos valores; • Valores e objetivos da educação contemporânea; • A postura do educador: ética e competência. 	

METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Estudo dirigido, discussões, seminários, exposições dialogadas, exercício de pesquisa, trabalhos individuais e coletivos.</p> <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (10h).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Seminários. - Aulas com aplicação de jogos 	
AVALIAÇÃO	
<p>Elaboração e apresentação de trabalhos de pesquisa, relatórios, seminários e discussão.</p>	
RECURSOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia - Materiais Impressos 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CORTELLA, Mário Sérgio. A Escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 10. ed. São Paulo (SP): Cortez : Instituto Paulo Freire, 2006. 166 p.</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 2. ed. São Paulo (SP): Ática, 1994. 319 p.</p> <p>GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação. Rio de Janeiro (RJ): DP & A, 2002. 108 p.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: artes. Brasília (DF) Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf></p> <p>GILES, Thomas Ransom. Filosofia da educação. São Paulo (SP): EPU, 1983. 108p.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo (SP): Cortez, 1994. 181 p.</p> <p>MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo (SP): FTD, 1998. 197p.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 39. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007. 94 p.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Código: 01.405.01	
Carga Horária: 70 h	CH Teórico: 70
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 10
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 1	
Nível: Superior	
EMENTA	
Desenvolvimento da compreensão do fenômeno educativo como fator de contextualização e socialização da dinâmica do processo ensino-aprendizagem, em estreita articulação com os múltiplos movimentos históricos e suas determinações, por se tratar de uma atividade essencialmente mediadora, no âmbito das contradições que compõem o universo das relações sociais, devendo a educação formal se constituir num instrumento de crescimento e de promoção humana.	
OBJETIVO (S)	
Compreender a História da educação em seu contexto sociopolítico e econômico Entender a revolução de trinta e a expansão educacional do país Compreender a legislação no Estado Novo e a Legislação Educacional	
CONTEÚDOS	
<p>UNIDADE I</p> <ul style="list-style-type: none"> História da educação; Introdução; Visão dicotômica da educação; Função e objetivo da educação formal. <p>UNIDADE II</p> <ul style="list-style-type: none"> Evolução do ensino no Brasil; Períodos: Colonial - A Reforma Pombalina; Imperial - A Independência e a Educação; Republicano - a Educação em Debate. <p>UNIDADE III</p> <ul style="list-style-type: none"> A Revolução de 30 e a Expansão do Ensino; Exigências educacionais da industrialização; Manifestos dos pioneiros da educação nova. <p>UNIDADE IV</p> <ul style="list-style-type: none"> A Educação no estado novo; As leis Orgânicas: - O Ensino Técnico - profissional; - O Ensino Secundário; - O Ensino Primário e o Normal. 	

<p>UNIDADE V</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Regime Populista e a Organização do Sistema Educacional; • A Redemocratização e a Educação; • Diretrizes e Bases da Educação Nacional; • A Luta pela Escola pública; • Movimento de Educação Popular: o método Paulo Freire. <p>UNIDADE VI</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Educação Brasileira após 1964; Os acordos MEC-USAID e a definição de uma política educacional tecnicista; A Reforma Universitária de 68; A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. <p>UNIDADE VII</p> <p>Da Transição à Atualidade; O Fórum da Educação na Constituinte; A Nova LDB; Democratização na Escola.</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Debates - Seminário - Apresentação de vídeos <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (10h).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exposições dialogadas - Exercícios de pesquisa - Trabalhos individuais e coletivos
<p>AVALIAÇÃO</p> <p>Individual e coletiva (produções orais e escritas). Apresentação de Seminários. Desempenho dos alunos</p>
<p>RECURSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia - Materiais Impressos
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • PILETTI, Nélon. História da educação do Brasil. São Paulo: Ática, 2002. • RIBEIRO, Maria Luiza S. História da educação brasileira: a organização escolar. Ed. Moraes, 1987 • ROMANELLI, Otaíza. História da educação do Brasil – 1930/1973. Petrópolis: Vozes, 2002.
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo, Ática, 2005.</p>

LOPES, Eliane M.T. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil** 5. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1999. 232 p.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **Escola pública como local de trabalho**. 2.ed. São Paulo (SP): Cortez, 1993.

TOJAL, João Batista A. G. **A Universidade e o ensino de 1º e 2º graus**. Campinas (SP): Papyrus, 1988.

Coordenador do Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

DISCIPLINA: INICIAÇÃO À ESTÉTICA	
Código: 01.405.03	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 80
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 20
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 1	
Nível: Superior	
EMENTA	
Introdução á Filosofia; Iniciação á Estética; A arte na sociedade das mercadorias; análise critica da estética do espaço urbano.	
OBJETIVO	
Discutir sobre a noção de corpo e sua capacidade proprioceptiva, assim como a elaboração postural. Facilitar a compreensão das funções do sistema nervoso e sua relação com os movimentos e ritmos do corpo. Compreender o processo de construção consciente e inconsciente dos movimentos e posturas corporais. Refletir e expressar o si mesmo no presente. Facilitar a interação entre o conteúdo estudado e a postura profissional do professor de teatro.	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I –I NTRODUÇÃO A FILOSOFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Filosofia como um modo específico de ver e interpretar o mundo. - O Processo do Filosofar. - A Filosofia no contexto da pós-modernidade. <p>UNIDADE II- INICIAÇÃO A ESTÉTICA.</p> <ul style="list-style-type: none"> -A Estética e seu método/A natureza e o objeto da Estética; -Teoria Platônica de Beleza; -Teoria Aristotélica da Beleza/As categorias da beleza; -O feio na arte (Santo Agostinho). <p>UNIDADE III - A ARTE NA SOCIEDADE DAS MERCADORIAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Sobre Literatura e arte: Marx - Engels; -As categorias crítico-expressivas do pensamento de Adorno: esclarecimento, dialética e estética; -A Sociedade do Espetáculo (Guy Debord); 	

<p>-A estética da modernização (Robert Kurz).</p> <p>UNDADE IV - UMA LEITURA CRÍTICA DA CIDADE DE FORTALEZA.</p> <p>-A estética no espaço urbano da cidade de Fortaleza</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<p>Aulas expositivas, aulas praticas, leituras de textos, apresentação de vídeos, gravação de vídeos de trabalhos corporais, análise dos vídeos registrados, apresentações publicas de trabalhos realizados em sala.</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Investigação do conhecimento estudado (30%) • Trabalho individual escrito (30%) • Trabalho individual pratico (30%) • Participação em sala (10%)
<p>RECURSOS</p>
<p>- Projetor Multimídia - Materiais Impressos</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>GREENBERG, Clement. Estética doméstica: observações sobre a arte e o gosto. São Paulo (SP): Cosac & Naify, 2002. 287 p.</p> <p>HUGO, Victor. Do grotesco e do sublime. 2. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2002. 101 p. (Elos; v. 5).</p> <p>NUNES, Benedito. Introdução à filosofia da arte. 5. ed. São Paulo (SP): Ática, 2005. 128 p.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ARNHEIM, Rudolf. Intuição e intelecto na arte. 2.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004.</p> <p>BORNHEIM, Gerd. Brecht: a estética do teatro. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1992. 382 p.</p> <p>GUINSBURG, J. Da cena em cena: ensaios de teatro. São Paulo (SP): Perspectiva, 2001. 142 p.</p> <p>LACOSTE, Jean. A Filosofia da arte. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1986. 110 p.</p>

MIKHAIL, Bakhtin. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Rio de Janeiro: Hucitec.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: JOGOS TEATRAIS	
Código: 01.405.04	
Carga Horária: 80	CH Teórico : 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático : 60
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: I	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>O prazer como condição primeira do jogo teatral. O lúdico, a alegria e a despretensão como princípios criativos. A predisposição orgânica para o jogo teatral na ação espontânea. O jogo da contracenação como elemento fundamental do teatro. A relação entre estrutura e espontaneidade. Composição de personagens. Construção de roteiros para cenas.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o instinto orgânico do corpo e da voz. - Revelar a própria verdade espontaneamente. - Testar a validade de um momento de inspiração. - Potencializar a criatividade inerente de cada ator brincante. - Encontrar o sentido dionisíaco e apolíneo no jogo teatral. - Ampliar o jogo teatral na relação com o público. 	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Jogos de integração: o espelho, concentração, ação coletiva, autoconfiança; 2. Estruturação do jogo: repetição, tempo, espaço, resposta cinestésica, gesto, palavra; 3. A plataforma de improviso: os pontos, as linhas de contorno e de imersão fazendo emergir a espontaneidade na estrutura; 4. Dinamização do jogo teatral: ação. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Treinamento físico e vocal; improvisações de cenas coletivas e individuais; leituras e debates sobre os temas abordados.
Apresentações abertas ao público do IFCE.

AVALIAÇÃO

- Presença e qualidade de participação do aluno em sala de aula, observando a sua capacidade criativa e de raciocínio lógico.
- Trabalhos práticos em grupo resultando em cenas teatrais.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 10.ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2007.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006. 155 p.
- NOVELLY, Maria C. **Jogos teatrais: exercícios para grupos e sala de aula**. 11. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2008.
- SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 4. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2003.
- _____. **Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BOGARD, Anne e LANDAU, Tina. **O livro dos Viewpoints**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2017.

CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido de improvisação teatral**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2007.

FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. 2. ed. São Paulo (SP): SENAC-SP, 1999.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

PUDS – 2º SEMESTRE

DISCIPLINA: ATOR INTERPRETE	
Código: 01.405.10	
Carga Horária: 80h	CH Teórico : 20
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático : 40
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 2	
Nível: LICENCIATURA	
EMENTA	
<p>O melodrama e a linguagem gestual. A linha das forças motivas e aplicação do método das ações físicas a partir do Sistema de Stanislavski. A cena espontânea e a neutralidade/naturalidade representativa. Criação de personagens e sua musicalidade interior. Teatro do Real. Identificação dos elementos constitutivos da cena.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none">- Proporcionar uma limpeza gestual e conexão respiração-movimento;- Proporcionar técnicas que possibilitem a preparação do ator e a criação de personagens e de cenas de forma espontânea e sincera;- Compreender a simplicidade na cena;- Fomentar as energias potenciais do ator e os estados emocionais por meio dos elementos da natureza;- Conhecer métodos de análise da cena: unidade de ação.	
PROGRAMA	
<p>Unidade 1 – Melodrama</p> <ul style="list-style-type: none">• Estudo histórico do melodrama e da linguagem gestual: a pantomima clássica	

- Elaboração de cenas melodramáticas

Unidade 2 – O sistema de Stanislavski – Forças das linhas motivadas

- A preparação do ator
- A construção da personagem
- O ritmo interno da personagem

Unidade 3 – A linha das ações físicas: Stanislavski e Grotowski

- A linha das ações físicas

Unidade 4 – Elaboração de cenas

- Estudo do texto dramático
- Unidades de ação
- Análise da cena dramática

Unidade 5 - Elaboração de cena

- Elaboração e apresentação de exercício final público

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, aulas práticas, aulas de campo, leituras de textos, apresentação de vídeos, criação, montagem e apresentação de cenas.

AVALIAÇÃO

- Participação nas aulas e vivências.
- Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e rodas de diálogos em sala.
- Pesquisas bibliográficas e de campo.
- Apresentação de trabalhos em grupo e individual.
- Avaliação escrita sobre textos e temas estudados.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEICHES, Mauro; FERNANDES, Silvia. Sobre o trabalho do ator. São Paulo: Perspectiva.

ROUBINE, Jean-Jacques. A arte do ator. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

STANISLAVSKI, Constantin. A construção da personagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADLER, Stella. A técnica da representação teatral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1994

BONFITTO, Matteo. O ator-compositor. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FERRACINI, Renato. A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

KUSNET, Eugenio. Ator e método. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1975.

STANISLAVSKI, Constantin. A criação de um papel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A preparação do ator. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ESTUDOS DO CORPO II	
Código: 01.405.12	
Carga Horária: 60	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático: 20
Número de Créditos: 3	
Código pré-requisito: 01.405.05	
Semestre: II	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Estudo do Corpo como entendimento do seu pertencimento cultural afro-brasileiro e indígena. Entendimento do treinamento técnico e energético como possibilidade de ampliação da expressividade cênica. Noção sobre Ritualidade no Teatro. Entendimento do Corpo enquanto tempo-espço de ancestralidade.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um repertório para Treinamento Técnico - Ampliar o entendimento do Corpo Energético - Estudar o conceito de Rito e Mito a partir das Ciências Sociais - Investigar o conceito de Ritualidade no Teatro - Desenvolver estudo Corporal a partir da na Cultura Brasileira - afro-brasileira e indígena - Criar uma poética corporea a partir da cosmovisão indígena e afro-brasileira 	
PROGRAMA	
<p>Unidade 1 - Estados Corporais - Treinamento Psicofísico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios para o Treinamento Técnicos e Energético • Noções de acrobacias Circenses • Estudos somáticos; micro movimentos • Corpo Vazio; imagens do Butô <p>Unidade 2 - Ritualidade no Teatro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito sociológico sobre Mito e Rito; formas de ritualidade • Entendimento Oriental e Ocidental da origem ritualística do Teatro • Teatro Ritual de Artaud – e o teatro da Crueldade, ator; atleta afetivo, corpo sem órgãos • Ritualidade e Performance – o instante presente 	

Unidade 3 – Corpo, Cultura e Ancestralidade

- Ator Brincante: estados corporais nas Brincadeiras da Cultura Brasileira.
- Imagens Corporais a partir da mitologia Afro Brasileira e Indígena
- Corpo-memória e território – vivências culturais

Unidade 4 – Poética da Cena - Corpo e Ancestralidade

- Laboratório de Investigação – imagens corpóreas – atualização do mito
- Laboratório de Criação – corpo e materialidades cênicas - rito pessoal

METODOLOGIA DE ENSINO

ESTUDOS ORIENTADOS (40h)

- Estudos orientados, articuladores da teoria e da prática.
- Análise de textos teóricos.
- Atividades escritas e exposição dialogada nos encontros presenciais.
- Planejamento - Projeto Cênico (justificativa, transposição cênica; procedimentos e materialidades para cena, imagens referenciais, cronograma, bibliografia.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (40h).

- Apresentação de Seminários.
- Laboratório de pesquisa prática para criação individual de partituras corporais.
- Criação de Cenas (prática) a partir dos procedimentos técnicos estudados.
- Apresentação parcial de cenas com discussão coletiva dos procedimentos adotados.
- Apresentação final dos resultados das atividades práticas: Cena individual

AVALIAÇÃO

Será realizada na primeira etapa avaliação teórica acerca das aulas expositivas e uma avaliação teórico-prática acerca dos procedimentos adotadas pelos encenadores (teórico serão Estudos Compartilhados e práticos Criação de cenas). Na segunda etapa a avaliação será realizada a partir de um projeto pessoal de encenação e o seu resultado prático na construção de um rito pessoal (cena).

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARTAUD, Antonin. **O Teatro e seu Duplo**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
BARBA; SAVARESE. **A Arte Secreta do Ator**. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1995.

BARBA, Eugênio. **Queimar a casa: origens de um diretor**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BARBARA, Rosamaria. **A dança das Aiabás: Dança, Corpo e cotidiano das Mulheres de Candomblé**. Dissertação de mestrado. USP, 2002.

COLLA, Ana Cristina. **Caminhante não há caminhos, só rastros**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CRUZ, Norval Batista. **Consciência Corporal Africana: Conceitos Sociopoéticos produzidos por pessoas de Santo**. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – Mestrada em educação, Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, 2009.

DOMENICI, Eloisa. **Estados corporais como parâmetro de investigação do corpo que dança**. Anais do V Congresso de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, Belo Horizonte, 2008.

_____. **A pesquisa das danças populares brasileiras: questões epistemológicas para as artes cênicas**. In: Caderno do GIPE-CIT: Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade. Nº 23. Salvador: Universidade Federal da Bahia – Escola de Teatro/Escola de Dança, 2009.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Perspectiva. 3ª edição, 1991.

FERRACINI, Renato. **A arte de não-interpretar como matéria corpórea do ator**. Campinas: Dissertação de Mestrado pela UNICAMP, 1998.

_____. **Ensaaios de atuação**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Café com queijo**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editora Ed.: Fapesp, 2006.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JUNIOR, Antonio Marcos Ferreira. **A dança dos Orixás de Augusto Omolu e suas confluências com a Antropologia Teatral**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2011.

LIMA, Renata de Lima. **O Corpo Limiar e as Encruzilhadas: A Capoeira Angola e os Sambas de Umbigada no processo de criação em Dança Brasileira Contemporânea**. Programa de Pós Graduação em Artes do Instituto de Artes da UNICAMP como requisito parcial na obtenção do título de Doutorado em Artes. Campinas 2010.

OLIVEIRA, Líliliana de Matos. **Corpo em estado de trânsito: um entre-lugar como condição de atuação**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Escola de Teatro e Escola de Dança, UFBA, 2013.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

QUILICI, Cassiano Sydow. **Antonin Artaud: Teatro e Ritual**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMANO, Lúcia. **O teatro do Corpo Manifesto**. São Paulo: Editora perspectiva, 2008.

SÁNCHEZ, Lúcia Maria Morais. **A dramaturgia da memória no teatro-dança**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e Ancestralidade; uma proposta pluricultural de dança-arte-educação**. 2º edição. – São Paulo: Terceira Margem, 2006.

SILVEIRA, Juliana Carvalho Franco da. **Dramaturgia na dança-teatro de Pina Bausch**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Lendas Africanas dos Orixás**. Tradução: Maria Aparecida da Nóbrega – 4º edição. Salvador: Corrupio, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Bya. **Etienne Decroux e a artesanaria do ator**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CURI, Alicia Stefania. **Traços e devires de um corpo cênico**. Brasília: Dulcina Editora, 2013.

DAMASCENO, Tatiana Maria. **Xirê: uma performance corporal de restauração da energia vital**. Anais do VI Congresso de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, Rio de Janeiro, 2010.

FUGANTI, Luis. **Corpo em Devir**. São Paulo; Revista Sala Preta, 2007.

GREINER, Christine. **A diáspora do corpo em crise: do teatro japonês aos novos processos de comunicação do ator contemporâneo**. São Paulo; Revista Sala Preta, 2002.

LIMA, Vinícius Silva de. **O Teatro Ritual de Artaud e a Cura Xamânica**. Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL ; Londrina, n. 9, p. 52-64, janjun 2010.

LINS, Daniel. Antonin Artaud. **O Artesão Do Corpo Sem Órgãos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. e TIBÚRCIO, Larissa Kelly de O. M. **A Experiência do corpo na dança butô: indicadores para pensar a educação**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 461-468, set./dez. 2004.

SCHMIDT, Elisa. **Uma análise sobre o corpo no Teatro pós-dramático entre Hans - Thies Lehmann e o Teatro Essencial de Denise Stoklos**.

www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/.../elisa_stephan.pdf
Memória ABRACE X Anais do IV Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas UNIRIO – Rio de Janeiro, 2006.

STELZER, Andrea. **A escritura corporal do ator contemporâneo**. Rio de Janeiro: Confraria do vento, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ARTE NA EDUCAÇÃO	
Código: 01.405.08	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 40	CH Prático:00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 2	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>O papel da arte como instrumento de aprendizagem na construção do conhecimento. Bases históricas da arte educação no Brasil desde a vinda da missão francesa até o modernismo. A arte como identidade de um povo e expressão de culturas, fomentando o desenvolvimento do pensamento artístico, da percepção estética bem como das questões éticas relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, socioambiental e sociocultural como princípios de equidade. O pensamento pedagógico sobre o ensino da(o) arte/teatro nas escolas brasileiras segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar e refletir sobre o ensino de artes/teatro no intuito de elaborar uma visão crítica das metodologias empregadas no processo educacional brasileiro. - Compreender que a linguagem artística contribui para o pleno desenvolvimento do cidadão nos seus aspectos sociais, políticos, afetivos, cognitivos e identitários; - Discutir e se apropriar de questões éticas relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, socioambiental e sociocultural como conteúdo no ensino de artes. - Conhecer os objetivos e as metas apontados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua aplicação para o ensino de artes nas escolas públicas; - Ministrando e analisar aulas práticas de teatro/arte para um grupo pré-determinado tendo em vista a tríade: fazer- fruir- refletir objetivando a construção do conhecimento e a formação do professor. 	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I – O ENSINO DE ARTE NO BRASIL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Breve história da arte educação no Brasil • Arte e Educação seus dilemas e desafios • A arte como conhecimento e expressão de culturas <p>UNIDADE II - O ENSINO DE ARTES E A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ensino de arte/teatro e à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, socioambiental e sociocultural 	

- A temática indígena e afro-brasileira e as práticas pedagógicas na escola para o ensino de artes

UNIDADE III – O ENSINO DE ARTES/ TEATRO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO

- Transformações no ensino de artes – questões contemporâneas
- A educação do olhar/o ser sensível
- Fundamentos do ensino de artes/teatro: aprendizagem ou adestramento?

UNIDADE IV – O ENSINO DE ARTES/TEATRO NA PRÁTICA

Aulas práticas no ensino de artes (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), utilizando os conteúdos teóricos discutidos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Seminários;
- Aulas experimentais: preparação e experimentação de aulas práticas, seguidas de análise e reflexão crítica da aplicabilidade das mesmas.
- Aulas de campo: visita a exposições, museus, festivais de música e teatro.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (40h).

- Apresentação de Seminários.
- Aulas com aplicação de procedimentos técnicos estudados

AVALIAÇÃO

- Processual e contínua levando em consideração a assiduidade, pontualidade e participação nas aulas teóricas e de campo;
- Debates e resumos sobre textos indicados.
- Auto avaliação e avaliação coletiva e docente das aulas práticas em Artes Visuais, Música, Dança, Teatro, abordando os conteúdos discutidos e questões objetivas e metodológicas dos PCN's. (fazer- fruir- refletir).

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Adriana de Carvalho. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168. Maio/2015. Acesso in: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1001>

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. 5 ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2008. 132 p.

BARBOSA, Luciene Cecilia. Educação para as relações étnico-raciais: um caminho possível para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168. Maio/2015.

Acesso in:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1001>
 BERGAMASCHI, Maria Aparecida e GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 53-69 jan./abr. 2012.
 Acesso In: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bergamaschi-gomes.pdf>
 DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Por que arte-educação?** Campinas (SP): Papyrus, 2005. 87 p.
 DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação.** São Paulo (SP): Papyrus, 2002. 150 p.
 PETIT, Sandra Haydée. Práticas pedagógicas para a Lei No. 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. In: **Educação em Foco**, v. 21, n.3, pp.657-684, set./dez. 2016.
 Acesso in:
<https://educacaoemfoco.ufjf.emnuvens.com.br/edufoco/article/view/3194>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MEC/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília (DF): [s.n.], 2002. 360 p.
 IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores.** Porto Alegre (RS): Artmed, 2003. 126 p.
 MUNANGA, Kabegle (Org). **Superando o racismo na escola.** 2 ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
 Acesso in: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf
 PEREIRA, Amauri Mendes. Escola - Espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos) Acesso in:
http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf
 READ, Herbert. **A Educação pela arte.** São Paulo (SP): Martins Fontes, 2001. 366 p.
 ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos) Acesso in:
http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Código: 01.405.18	
Carga Horária: 40	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 20
Número de Créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Semestre: 2	
Nível: Superior -	
EMENTA	
<p>Ciência e conhecimento científico. Método Científico. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha e monografia. Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. Pesquisa. Tipos de Pesquisa. Documentação: didática pessoal, fichamento. Projeto e relatório de pesquisa. TCC: elaboração, defesa. Normas da ABNT para trabalhos científicos.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância da disciplina na vida acadêmica e profissional. - Identificar relevantes aspectos históricos e teóricos concernentes ao saber científico. - Conhecer técnicas e métodos científicos para elaboração de trabalhos acadêmicos. - Elaborar textos acadêmicos segundo as normas da ABNT. 	
PROGRAMA	
<p>UNIDADE I – COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO DA PESQUISA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arte e ciência como conhecimento. • Métodos e técnicas em ciências humanas e artes <p>UNIDADE II - CONHECIMENTO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos, Resenhas, Papers, Relatórios • Monografias, Dissertações, Teses. • Apresentação oral de trabalhos científicos <p>UNIDADE III – METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE PESQUISA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Metodologia qualitativa e quantitativa. • Pesquisa social. Pesquisa em Arte • Elementos essenciais de um projeto de pesquisa: plano de trabalho, fichamento, pesquisa bibliográfica, resumos, normas técnicas, elaboração. <ul style="list-style-type: none"> a. Trabalho monográfico: leitura, redação e revisão. 	

METODOLOGIA DE ENSINO	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivo-dialógicas. - Atendimentos individuais para construção do pré-projeto - Apresentações orais 	
RECURSOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Material didático-pedagógico: apostila com textos - Computador com projetor - Sala 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GOLDENBERG, Mirian. A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10. ed. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2007.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo (SP): Atlas, 2001. 219 p.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Suely Ferreira DESLANDES, Otávio CRUZ NETO, Romeu GOMES. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. 80 p.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2002. 335 p.</p> <p>ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo (SP): Autores Associados, 2001. 107 p.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 19. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 174 p.</p> <p>HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. As Normas da ABNT em trabalhos acadêmicos: TCC, dissertação e tese: métodos práticos e ilustrações com exemplos dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 2. ed. São Paulo: Globus, 2011. 158 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte (MG): Interlivros, 2001. 317 p.</p> <p>SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 5. ed.rev. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2002. 164 p.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	
Código: 01.405.07	
Carga Horária: 80h	CH Teórico:60
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático:00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 2	
Nível: Graduação	
EMENTA	
<p>Aspectos básicos do desenvolvimento humano. Etapas do desenvolvimento: infância, adolescência, idade adulta, velhice. Desenvolvimento aprendizagem e psicosexual. Temáticas atuais na área da psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento sócio-emocional. Desenvolvimento psicomotor e da linguagem</p>	
OBJETIVO (S)	
<p>Identificar e descrever as etapas do desenvolvimento em cada uma das grandes áreas de constituição do sujeito: desenvolvimento sócio emocional; desenvolvimento psicosexual; desenvolvimento cognitivo; desenvolvimento psicomotor; desenvolvimento da linguagem. Analisar de maneira crítica os modelos explicativos do desenvolvimento humano.</p>	
CONTEÚDOS	
<p>UNIDADE I – FATORES INTERVENIENTES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO O dado O apropriado A autodeterminação</p> <p>UNIDADE II – PRIMEIRA INFÂNCIA Características gerais da primeira infância Desenvolvimento da consciência de realidade e função de representação.</p> <p>UNIDADE III – SEGUNDA INFÂNCIA Dia de mãe-filho à situação triangular A situação triangular e a discriminação do ego A idade dos jogos</p>	

<p>UNIDADE IV – A CRIANÇA ENQUANTO SER EM TRANSFORMAÇÃO A concepção inatista A concepção ambientalista: Skinner A concepção interacionista: Piaget e Vgotsky A concepção sócio cultural: Paulo Freire</p> <p>UNIDADE V - ADOLESCÊNCIA Fases da adolescência Mudanças corporais Identidade versus auto-afirmação e rebeldia</p> <p>UNIDADE VI – SEMINÁRIO: MATURIDADE, VIDA ADULTA E VELHICE Processo de amadurecimento humano Fases da vida adulta Teorias sobre o processo de envelhecimento O homem como ser paradoxal em seu devir</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p> <p>Aulas expositivas; discussão de textos; discussão de filmes; Seminário</p> <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (20h). Dinâmicas de sensibilização Trabalhos individuais e coletivos</p>
<p>AVALIAÇÃO</p> <p>Trabalhos escritos; Participação nas aulas; Avaliação teórica do conteúdo; Participação do seminário.</p>
<p>RECURSOS</p> <p>- Projetor Multimídia - Materiais Impressos</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação - v.1. 2.ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004. _____. Desenvolvimento psicológico e educação - v.2. 2.ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004. RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. Psicologia do desenvolvimento - v.1. São Paulo (SP): EPU, 2007.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COX, Maureen. Desenho da criança. 3.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2010. 280 p.</p>

GOTTMAN, Jonh; DECLAIRE, Joan. **Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos**: como aplicar os conceitos revolucionários da inteligência emocional para uma compreensão da realidade. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva, 1997. 231 p.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 1975. 146 p.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2010. 182 p.

WALLON, Henri. **A Evolução psicológica da criança**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2010. 208 p.

Coordenador do Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

DISCIPLINA: TEORIA E HISTÓRIA DO TEATRO I	
Código: 01.405.09	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 80
CH Práticas como Componente Curricular: 00	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	-
Semestre: II	
Nível: Superior	
EMENTA	
A disciplina abrange os aspectos ligados ao contexto histórico, teorias do drama e do espetáculo e evolução do espaço cênico desde as origens do Teatro ao século XIX na Europa.	
OBJETIVO	
Apresentar uma introdução à História do Teatro desde suas origens orientais e ocidentais até o Romantismo europeu.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Origens da arte e do teatro; • Estudos de expressões teatrais não ocidentais (Egito, Índia, Japão, China, entre outras.); • Estudo de expressões teatrais ancestrais do ocidente (festas, rituais, ditirambos, teogonia de Hesíodo, etc.); • Teatro Grego (origens, dionisiacas, tragédia, tragediógrafos, comédia, comediógrafos, poética de Aristóteles, a representação no teatro grego, o espaço cênico, as máscaras, o drama satírico, o teatro popular: mimo); • Teatro Romano (origens, comédia, comediógrafos, poética de Horácio e Longino, o espaço cênico, tragédia, o teatro popular: fábula atelana); • Teatro na Idade Média (Tertuliano e a origem diabólica do teatro, Santo Agostinho e o prazer do trágico, drama litúrgico: milagres, mistérios e moralidades, o teatro popular: autos e farsas, o espaço cênico, raízes do teatro lusófono: Gil Vicente); • Renascimento Italiano (Comentários sobre a poética de Aristóteles, novas definições de 'tragédia' e 'comédia', o espaço cênico: palco italiano, o teatro popular: <i>Commedia Dell'Arte</i>); • Renascimento Espanhol (<i>Philosophia antiqua poetica</i> de López Pinciano, Século de Ouro Espanhol: Lope de Vega e Calderón de La Barca, espaço cênico: <i>corrales</i>); • Renascimento na Inglaterra (<i>Defense of poesy</i> de Sir Philip Sidney, Teatro Elizabetano: Ben Jonson, o espaço cênico: palco isabelino, William Shakespeare); • Teatro clássico francês (a teoria de Jean Chapelain, Corneille, controvérsia do <i>Cid</i>, a prática do teatro de D'Aubignac, Molière, Racine); • Teatro francês do século XVIII (o drama burguês de Diderot e Beaumarchais, Marivaux e a influência italiana, comédie française); 	

<ul style="list-style-type: none"> Romantismo no teatro (Sturm and Drung”, Goethe e Schiller na Alemanha, Victor Hugo e Alexandre Dumas na França, Lord Byron na Inglaterra, “a peça-bem-feita” de Scribe, Vaudeville e Melodrama) 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Procedimentos a critério do professor para desenvolvimento da aprendizagem (sugestões: aula expositiva; estudos dirigidos; debates a partir de leituras de textos e/ou exibições de filmes, documentários, peças teatrais; seminários; entre outras).</p>	
AValiação	
<p>A avaliação ocorrerá de forma permanente e continuada dentro do processo de ensino aprendizagem.</p>	
RECURSOS	
<p>- Projetor Multimídia - Materiais Impressos</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BERTHOLD, M. História mundial do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000. CARLSON, M. Teorias do teatro: estudo histórico dos gregos até a atualidade. São Paulo: Unesp, 1997. GASSNER, J. Mestres do teatro I. São Paulo: Perspectiva, 1980. GRIMAL, Pierre. O teatro antigo. Lisboa: Edições 70, 2002. ROUBINE, J.J. Introdução às grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BLOMM, H. Shakespeare e a invenção do humano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. BRANDÃO, Junito de Souza. Teatro grego: tragédia e comédia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. GRIMAL, Pierre. (org.) O classicismo. São Paulo: Perspectiva, 1999. GRIMAL, Pierre. O teatro antigo. Lisboa: Edições 70, 2002. HUGO, V. Do grotesco ao sublime. São Paulo: Perspectiva, s.d. LESKY, Albin. A Tragédia grega. São Paulo: Perspectiva, 2003.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: VOZ CANTADA		
Código: 01.405.11		CH Teórico: 20
Carga Horária:	60	CH Prático: 40
Número de Créditos:	3	
CH Prática como Componente Curricular:	00	
Código pré-requisito:		
Semestre:	2	
Nível:	Superior	
EMENTA		
<p>A linguagem sonora como elemento constitutivo da narrativa comunicacional. A percepção, desmontagem, análise e reconstrução dos cenários sonoros próprios da linguagem musical aplicada às artes cênicas. Estudo e trabalho em caráter prático-aplicativo voltado ao desenvolvimento dos fundamentos da expressividade e da mecânica vocal (postura, respiração, registros e agilidade). Desenvolvimento e aplicação de exercícios que ampliem as possibilidades do trabalho com a voz cantada. Aplicação dos elementos de fisiologia da voz em exercícios práticos e no repertório vocal. Improvisação vocal.</p>		
OBJETIVO		
<p>Expandir a expressão vocal do ator para o universo do canto e da música na composição da cena. Fazer uso do som melódico como um recurso de linguagem no trânsito entre a narrativa, o jogo e o ritual. Desenvolver no ator a sensibilidade à escuta, ao ritmo e à afinação.</p>		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento da higiene vocal - saúde vocal; 2. Conhecimento de textura - monofônica, homofônica e polifônica, mediante audição e interpretação. 3. Conhecimento das técnicas de projeção vocal com movimentos simultâneos do corpo. 4. Entoação de canções populares, brasileiras e folclóricas; 5. Entoação de música coral; 6. Entoação de canções solo. 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Aulas teóricas e expositivas; aulas práticas com o uso e aplicação das técnicas para impostação de voz; uso de Dvs com filmes didáticos.</p>		
AValiação		

Avaliação progressiva do uso das técnicas pelos alunos através de atividades práticas e acompanhamento participativo em aulas.	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia - Materiais Impressos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FERREIRA, Leslie Piccolotto (Org) Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo (SP): Summus, 1988. 158 p.</p> <p>GAYOTTO, Lúcia Helena. Voz: partitura da ação. São Paulo (SP): Plexus, 2002. 132 p.</p> <p>QUINTEIRO, Eudisia Acunã. Estética da voz: uma voz para o ator. 4.ed. São Paulo (SP): Summus, 1989. 119 p.</p> <p>VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte. Os Cantos da voz: entre o ruído e o silêncio. São Paulo (SP): Annablume, 1999. 230 p</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CAMPIGNION, Philippe. Respirações: a respiração para uma vida saudável. São Paulo (SP): Summus, 1998. 143 p.</p> <p>JOURDAIN, Robert. Música, cérebro e êxtase: como a música captura nossa imaginação. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva, 1998. 441 p.</p> <p>ROEDERER, Juan G. Introdução à física e psicofísica da música. São Paulo (SP): EDUSP, 2002. 310 p.</p> <p>PEIXOTO, Fernando. Ópera e encenação. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1986. 140 p.</p> <p>SCHAFER, R. Murray. A Afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo (SP): Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2001. 381 p.</p> <p>SCHAFER, R. Murray. O Ouvido pensante. São Paulo (SP): Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1991. 399 p.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

PUDS – 3º SEMESTRE

DISCIPLINA: ATOR-NARRADOR	
Código: 01.405.17	
Carga Horária: 80h	CH Teórico : 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático : 60
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 3	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>O ator e as formas de narrar. A representação épica: narração, historicização, literalização da cena, os coros, a música. Teatro épico brechtiano:: o estranhamento, o gestus social. O ator épico. A dramaturgia: modelos de ação, fábula, biografia, testemunho.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Experimentar as noções associadas de narração e demonstração da construção de um corpo épico para o trabalho do ator. Explorar gestos de base a partir de proposições dramáticas. Conhecer, compreender e aplicar as técnicas e conceitos gestados na poética do Teatro Épico para explorar formas de representação que valorizem o ator em sua qualidade de narrador.</p>	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Experimentando diferentes formas de narrar:<ul style="list-style-type: none">- corpo atento e crítico;- tempo épico e tempo dramático;- procedimentos de descrição e separação.2. Explorando a atuação narrativa:<ul style="list-style-type: none">- o corpo que narra;- interpretação versus demonstração;- procedimentos para o estranhamento brechtiano e construção gestual.3. Ator como co-fabulador:<ul style="list-style-type: none">- modelo de ação brechtiano;- fábula;- biografia;	

- testemunho.
- 4. Investigação da cena épica:
 - o texto como material;
 - o tempo-espaço narrativo;
 - desafios narrativos em cenas e situações.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exercícios e jogos de exploração
- Estudo da dramaturgia e de textos teóricos
- Experimentação de cenas e situações
- Acompanhamento da produção criativa

AValiação

- Ao longo do semestre, se utilizará de quatro mecanismos avaliativos:
- Protocolos discentes (registros de aula);
 - Análise da construção das cenas;
 - Relatórios por etapa de trabalho;
 - Frequência e participação nas aulas e tarefas.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORNHEIM, Gerd. **Brecht: a estética do teatro**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1992.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Um vôo brechtiano: teoria e prática da peça didática**. São Paulo (SP): Perspectiva, 1992.

RIZZO, E. P. **Ator e estranhamento: Brecht e Stanislavski, segundo Kusnet**. São Paulo (SP): SENAC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRECHT, B. O casamento do pequeno burguês. In: **Teatro completo em 12 volumes - v.1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, I. C. **A Hora do teatro épico no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1996.

KOUDELA, Ingrid. Dormien. **Heiner Müller: o espanto no teatro**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2003.

_____. **Jogos teatrais**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

ROSENFELD, Anatol. O Teatro épico. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006. 176 p.

TEIXEIRA, F. N. **Prazer e crítica**: o conceito de diversão no teatro de Bertolt Brecht. São Paulo (SP): Annablume, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Código: 01.405.14	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 70
CH Prática como Componente Curricular: 10	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 3	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Noções fundamentais de Legislação Educacional Brasileira e do Ensino. História do Sistema Escolar Brasileiro e da Legislação Educacional Brasileira. A Educação como reflexo do contexto sócio-político-econômico brasileiro. O sistema escolar atual do Brasil. A gestão do sistema da Educação Básica. A Educação Básica no Ceará.</p>	
OBJETIVO (S)	
<p>Compreender o contexto econômico, cultural, político e social brasileiro no qual se desenvolve a prática educativa, tendo nas Instituições de Ensino Fundamental e Médio o campo para consolidar a relação teoria – prática.</p>	
CONTEÚDOS	
<p>UNIDADE I – POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As Constituições Brasileiras e a Educação no Brasil. ▪ A participação do Estado, do mercado e da sociedade na formulação das políticas públicas educacionais. <p>UNIDADE II – ESTRUTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Sistema Escolar Brasileiro. ▪ Aspectos das LDBs (4.024/61, 5692/72, 9394/96). ▪ A educação escolar na LDB – princípios e finalidades. ▪ A Educação Básica na LDB 9394/96. ▪ Estrutura administrativa do Ensino Fundamental e Médio – LDB 9394/96. ▪ Estrutura didática do Ensino Fundamental e Médio – Diretrizes e Referenciais Curriculares. ▪ A Educação Escolar Pública democrática no contexto atual: um desafio fundamental. ▪ A Educação Profissional e a LDB. ▪ Estudo no site do MEC da LDB nº 9394/96 – realização de pesquisa. ▪ Diretrizes Curriculares para o Ensino de teatro. <p>UNIDADE III – GESTÃO ESCOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas FNDE. 	

- O Sistema de Organização e Gestão Escolar.
- Concepções de organização e de gestão/Gestão Participativa.
- Princípios e características da Gestão Escolar Participativa.
- Estrutura Organizacional de uma Escola com Gestão Participativa.
- O Projeto Político Pedagógico: chave da gestão escolar

METODOLOGIA DE ENSINO

ESTUDOS ORIENTADOS (20h)

- Estudos orientados, articuladores da teoria e da prática
- Análise de filmes e músicas.
- Atividades escritas e exposição dialogada nos encontros presenciais.
- Debates, relatos de experiência, vivências em grupo.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (10h).

- Exposição das propostas de pesquisa.
- Apresentação dos resultados das atividades práticas, através de relatórios, textos dissertativos, artigos, etc.

ATIVIDADES A DISTÂNCIA (10h Teóricas e 10h Práticas)

- Orientação com o tutor à distância.
- Atividades, chats e fóruns no ambiente virtual.
- Orientação para pesquisa de campo e visitas orientadas às unidades escolares.
- Relatório das visitas orientadas às unidades escolares.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno, através do ambiente virtual de aprendizagem e nas aulas presenciais. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Ubiratan; MARTINS, Ricardo. **LDB: memória e comentários**. 2. ed. Fortaleza: Livro Técnico, 2003.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil – leitura crítica compreensiva artigo a artigo** – 7ª edição. Petrópolis – RO: Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. **A nova LDB –Ranços e Avanços**.3ª edição – Campinas – SP: Papyrus, 1997

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**/José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2006 – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978, 14ª edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**.3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953. v.3.

CUNHA, Luiz Antônio. **Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia**. In: Fórum Educacional. Rio de Janeiro: 2 (4): 31-65; out./dez., 1978.

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. Jovens pobres e a educação profissional no contexto histórico brasileiro. In: **TRABALHO NECESSÁRIO**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos, documentações e dados do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Ano 4 – Número 4 - 2006.

CIAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio, RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo : Cortez, Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

DAVENPORT, Thomas O. **O capital humano: o que é e por que as pessoas investem nele**.São Paulo: Nobel, 2001.

LOPES, Robéria Rodrigues. A Política Educativa como Política Social.In: **A Reforma da Educação Profissional técnica: desafios para a autonomia do novo trabalhador**. Fortaleza:UFC, pp 35 – 56. Dissertação de Mestrado, 2005.

LOPES, Robéria Rodrigues. A Educação e o Desenvolvimento Econômico.In: **Concepções Científicas e Pessoais sobre a Educação/Formação Profissional:Contributos para a elaboração de um modelo teórico**.Braga:IEP/UMINHO, pp 147-175. Tese de doutorado, 2006.

MELLO, G. Namo de. O espaço das políticas educativas na sociedade do conhecimento: em busca da sociedade do saber. In: Espaço de educação, tempos de formação. Lisboa. Fundação Caloste Gulbenkaian, p. 69-97, 2002.

TORRES, Carlos A.(Org.). *Teoria crítica e sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.

Coordenador do Curso <hr/>	Coordenadoria Técnico- Pedagógica <hr/>
--------------------------------------	---

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	
Código: 01.405.13	
Carga Horária: 80h CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Teórico: 60 CH Prático: 00
Número de Créditos: 3.0	
Código pré-requisito: 01.405.07	
Semestre: 3	
Nível: Graduação	
EMENTA	
Organizar e sistematizar, em uma perspectiva global os principais e aspectos relacionados com o estudo dos processos e fatos da psicologia da aprendizagem.	
OBJETIVO (S)	
Conhecer, compreender e analisar os avanços mais importantes nos processos psicológicos envolvidos no ensino e na aprendizagem escolar.	
CONTEÚDOS	
<p>História da evolução, conceitos e características da psicologia da aprendizagem</p> <p>Classes de comportamento e aprendizagem – reflexos e instintos</p> <p>Produtos da aprendizagem – aprendizagem cognitiva (caracterização, fatores determinantes e processos de aprendizagem: insight e ensaio e erro)</p> <p>Produtos da aprendizagem – aprendizagem de automatismos (caracterização/ fatores auxiliares e processos de aquisição de automatismos)</p> <p>Produtos da aprendizagem – aprendizagem apreciativa ou afetiva</p> <p>Estudo e tipologia da motivação – Maslow (aspectos energético/ teleológico/genético)</p> <p>Motivação segundo a doutrina psicanalítica; condições psicológicas da aprendizagem (importância da motivação na aprendizagem)</p> <p>Conceito e natureza do motivo / fontes e classificação dos motivos</p> <p>Teoria conexionista da aprendizagem (Edward Lee Thordike)</p> <p>Teoria do condicionamento operante de Skinner</p> <p>Teoria clássica da Gestalt – Wertheimer</p> <p>Teorias psicodinâmicas da aprendizagem – Freud / Dollard e Miller</p> <p>Teoria funcionalista – John Dewey</p> <p>Teoria Piaget</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas; discussão de textos; discussão de filmes; seminário temático.	
<p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (10h).</p> <p>Dinâmicas de sensibilização</p> <p>Trabalhos individuais e coletivos</p>	

AVALIAÇÃO	
Trabalhos escritos; participação nas aulas; avaliação teórica do conteúdo; seminários.	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia - Materiais Impressos	
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo (SP): Pearson Makron Books, 2005. 798 p. MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; COLL, César (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação - v.2 . 2.ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004. v. 2. RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. Psicologia do desenvolvimento - v.1 . São Paulo (SP): EPU, 2007. v. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ARNHEIM, Rudolf. Intuição e intelecto na arte . 2. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 343 p. COX, Maureen. Desenho da criança . 3. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2010. 280 p. ENDERLE, Carmen. Psicologia do desenvolvimento: o processo evolutivo da criança . Porto Alegre (RS): Artes Médicas, 1990. 117 p. PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais . 3. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2004. 439 p. READ, Herbert. A Educação pela arte . São Paulo (SP): Martins Fontes, 2001. 366 p.	
Coordenador do Curso _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica

DISCIPLINA: TEATRO E CULTURA POPULAR	
Código: 01.405.16	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 40	CH Prático: 20
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 3	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Saberes e fazeres na atuação profissional do ator/docente (reflexões e compreensão das possibilidades). Estudo sobre complexo cultural e cosmovisão dos povos. Compreensão do popular no Teatro (história, tipos e técnicas) Reconhecimento dos usos e saberes do povo, tipos populares, ritmos nordestinos. Elaboração de performance cênica baseada em expressões tradicionais como lendas, contos, mitos. Experimentação de elementos da cultura afro-brasileira. Investigação e prática de lúdica tradicional infantil. Estudo sobre o teatro de formas animadas e Criação e utilização de teatro de bonecos. Audição de músicas e ritmos locais para identificação e elaboração de sonoplastia cearense para a cena. Introdução ao estudo da etnocenologia e a natureza do espetacular.</p>	
OBJETIVOS	
<p><u>GERAL:</u> Conhecer saberes e fazeres tradicionais populares e suas possibilidades de aplicação na ação docente e na performance criativa do ator/ariz favorecendo também sensibilização para o reconhecimento de Mestras/Mestres, Tesouros Vivos do Ceará e suas demandas socioeconômicas.</p> <p><u>ESPECÍFICOS:</u> UNIDADE I – Estudo da Cultura, do Patrimônio, da Etnocenologia e prática de matrizes estéticas da tradição como ritmos, dramas e danças tradicionais.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar no âmbito da cultura as formas diversificadas das culturas populares 2. Compreender identidade, tradição, folclore, memória e a pluralidade da cultura brasileira. 3. Conhecer o teatro de raiz popular, teatro folclórico no discurso acadêmico brasileiro dentro da história do Teatro Brasileiro. 4. Experimentar expressões culturais tradicionais do Ceará e do Nordeste e suas possibilidades para a cena e como prática docente. 5. Demonstrar conhecimento de gêneros rítmicos do nordeste como marcha, xote, baião, coco, maracatu, rancheira, ciranda, xaxado, mazurca, entre outros. 6. Reconhecer expressões tradicionais cearenses como patrimônio imaterial do nosso povo e possibilidades diversas da atuação profissional do ator e atriz/docente na educação patrimonial de crianças e jovens. 	

8. Conhecer a Etnocologia como ramo para o estudo do espetacular e suas tramas com a cultura popular.

UNIDADE II - Teatro de formas animadas (Mamulengo), lúdica infantil, Poesia popular

1. Apreciar o universo sociocultural cênico e político da poesia de Patativa do Assaré.
2. Identificar os vários estilos da cantoria e do verso de improviso nordestino, classificando também os vários tipos de cordéis.
3. Reconhecer lendas, mitos e o romanceiro tradicional cearense no universo oral brasileiro.
4. Montar e estruturar personagens e/ou pequenas peças com lendas e mitos cearenses.
5. Reconhecer, confeccionar e favorecer o teatro de bonecos, sua ludicidade espontânea e as várias possibilidades de criação com este.
6. Utilizar a poesia, o boneco, o cancionero infantil tradicional como desenvolvimento de repertório para a docência em artes.

UNIDADE III – Religiosidade popular, cultura negra e indígena, folguedos natalinos e sonoplastia nordestina.

1. Distinguir e reconhecer as várias manifestações de religiosidade popular nordestinas, identificando suas razões, contextos e seus participantes como Romeiros, mestres, profetas, etc.
2. Reconhecer o Maracatu como expressão afro e cabocla cearense demarcando historicamente a luta pela liberdade negra na simbologia da antiga coroação dos Reis Negros.
3. Reconhecer expressões culturais afro-brasileiras e rituais religiosos desenvolvendo respeitabilidade pelos povos de terreiros;
4. Identificar, repertoriar e distinguir sonoplastia típica cearense e nordestina para possível utilização em espetáculos teatrais

PROGRAMA

PARTE I – Estudos da Cultura, Dramaturgia Nordestina e prática de ritmos e danças tradicionais (36h/a)

1. Cultura, Identidade, Folclore, Memória, Tradição, Ciência e arte – o popular no Teatro - introdução a disciplina
2. Cultura(s), Cultura Popular, Folclore, cultura brasileira, nordestinidade (Reflexões)
3. Etnocologia – um estudo necessário em teatro e cultura popular
4. Práticas de expressões culturais tradicionais cearenses e nordestinas para repertório na docência (cana verde, maneiro pau, coco, pau-de-fitas, marcha, xote, baião, quadrilha, xaxado, araruna, cacuriá, frevo, cavalo piancó, ciranda, rancheira, mazurca) Outros gêneros brasileiros.
5. Diversidade Cultural Cearense – patrimônio Imaterial
6. O teatro de raízes populares por Altimar Pimentel (Estudo e seminário)
7. Dramaturgia nordestina - Diálogos sobre o teatro popular do nordeste.

8.O povo brasileiro (Darcy Ribeiro) Matrizes estéticas da tradição: tupi, negra, sertaneja, cabocla.

PARTE II – Teatro de formas animadas (Mamulengo), lúdica infantil, Poesia (22h.)

- 1.A poesia de Patativa do Assaré e sua importância como favorecimento de elementos teatrais (Atividade em grupo para prática docente) -
2. A sextilha norteando o improviso na encenação teatral: o cordel, o embolador, a cantoria de Viola, o cantador, o improviso. A fala do ator/atriz em verso.
3. Teatro de Bonecos (Teatro de formas animadas) no Ensino em Arte – confecção, criação, manipulação (atividade para prática docente)
4. Conto popular e Teatro – O romanceiro, as lendas e mitos como elemento norteador de espetáculos populares – dramas, lendas e mitos cearenses. A contação de histórias na ação do ator/atriz. Atividade para prática docente.
5. Lúdica infantil tradicional e narrativas populares - a contação de histórias. Atividade para prática docente.

PARTE III – Religiosidade popular, cultura negra e sonoplastia nordestina. (22h)

1. Reflexões: Para uma antropologia do ator brincante
 2. Religiosidade, ritual e cena – uma reflexão
 3. Cultura afro-brasileira: A religiosidade: o Candomblé e a Umbanda – simbologia e sincretismo religioso. A capoeira, o lundu, o cacuriá. os elementos cênicos na sensualidade, na ginga, na musicalidade rítmica. Atividade para prática docente.
- Sonoplastia cearense e nordestina: compositores, cantores e conjuntos. Atividade em grupo.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas teóricas ocorrerão em forma de Aula dialogada a partir de textos sugeridos, outros estudos e pesquisas por meio de exposição oral participante. Utilizo:

Estudos de textos, pesquisa teórica e de campo em grupo e individual, Audição de cd's e vídeos, Projeção de slides, Debates sobre temas dados, apresentação de seminário.

A **PCC** – ocorrerá por meio de atividades formativas buscando favorecer experiências para aplicação de conhecimentos na prática docente. Serão 40h estando estas distribuídas assim: 20h na unidade I, 10h na unidade II e 10h na unidade III. Nestas será desenvolvido:

Vivências, experiências em forma de oficinas com danças folclóricas tradicionais e gêneros musicais ancestrais e canto em conjunto – atividade como prática docente;

Aulas de campo (Terreiros, roças de candomblé ou umbanda, eventos tradicionais e ou festas populares com Mestres/Mestras da tradição) Atividade como prática docente.

Criação, montagem e apresentação com Teatro de Animação (Teatro de bonecos).

Vivência de movimentos coreográficos de danças negras e indígenas nordestinas. Aula em campo em comunidades tradicionais e sua aplicação na docência.
RECURSOS DIDÁTICOS
Sala de aula comum, anexo para aulas práticas, som, microsistem; vídeo, data show; ônibus escolar p/ visitas técnicas; caixa cênica para bonecos; textos xerocopiados/apostilas.
AVALIAÇÃO
<p>Avaliação qualitativa e processual</p> <ul style="list-style-type: none"> -Frequência, participação nas aulas e vivências de expressões tradicionais; - Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e debate em sala. -Pesquisas bibliográficas e de campo (relatório) -Criação/Apresentação de trabalhos em grupo e individual -Avaliação escrita sobre textos e temas estudados e outras formas de avaliação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>ANDRADE, Mário de; ALVARENGA, Oneida. Danças dramáticas do Brasil. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 2002.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas. 3.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 591 p.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional II: danças, recreação e música. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 573 p.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares técnicas tradicionais. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 532 p.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do folclore brasileiro - v.1. São Paulo (SP): Global, 2003.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Lendas brasileiras: 21 histórias criadas pela imaginação do nosso povo. Rio de Janeiro (RJ): Tecnoprint, S.D. 166 p.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 10. ed. São Paulo (SP): Global, 2001. 768 p</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>AYALA, Marcos. <u>Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise</u>. São Paulo:Ática,2006.</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. <u>A cultura popular na idade média e no renascimento:o contexto de François Rabelais</u>. São Paulo: Hucitec, Tradução de Yara Frateschi Vieira, 1999</p>

BARROSO, Oswald. Reis de Congo- teatro popular tradicional. Arquivo eletrônico – verificar no acadêmico

Bião, Armindo. Estudos de Etnocologia – arquivo eletrônico – verificar no acadêmico.

BENJAMIM, Roberto. A África está em nós: história e cultura afro-brasileira São Paulo: Grafset, 2003.

COIMBRA, Ana Luisa de Castro Et al. O Movimento Armorial reafirmando as raízes da cultura popular. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 9., (ano), Salvador. **Anais**. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0259-1.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

ESCUDEIRO, Ângela. Cassimiro Côco de cada dia: Botando boneco no Ceará. Fortaleza: IMEPH, 2007.

LEAL, Vinicius Barros. O Bumba-meu-boi: uma nova abordagem O Teatro de Carlos Câmara. Fortaleza: 1982.

SERAINÉ, Florival. Antologia do Folclore Cearense. 2ª ed. Fortaleza, Edições UFC, 1983

RIBEIRO, José. Brasil no Folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro. Gráfica Editora Aurora Limitada, 1983.

XIMENES, Fernando Lira. Ariano Suassuna: as raízes do teatro cômico popular. Fortaleza: BNB, 2009

Oliveira, M. V. de Faria (et al). Brinquedos e brincadeiras populares: identidade e memória. São Paulo: ABEU, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TEORIA E HISTÓRIA DO TEATRO II	
Código: 01.405.15	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 80
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático:00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.09	
Semestre: 3	
Nível: Superior	
EMENTA	
A disciplina abrange os aspectos ligados ao contexto histórico, teorias do drama e do espetáculo e evolução do espaço cênico desde o surgimento da encenação moderna às formas contemporâneas de teatralidade na Europa e na América Latina.	
OBJETIVO	
Apresentar uma introdução à História do Teatro desde o século XIX aos dias atuais.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Realismo e Naturalismo (O naturalismo no teatro de Zola, Antoine e o <i>Théâtre Libre</i>, o <i>Freie Bühne</i> de Berlim, fase realista de Ibsen e Strindberg, a dramaturgia russa de Tchekov, Teatro de Arte de Moscou, o ator para Stanislavski); • “A obra de arte do futuro” de Wagner; • Simbolismo (<i>Théâtre D’Art</i> e o <i>Théâtre de l’Oeuvre</i> em Paris, a fase simbolista de Ibsen e a dramaturgia de Maeterlinck, o “teatro de andróides” e a “super-marionete”, o espaço cênico de Appia e Craig); • Vanguardas Europeias (Ubu Rei e Alfred Jarry, o teatro futurista e a contribuição de Meyerhold, o Surrealismo e o teatro da crueldade de Artaud, o drama de Georg Kaiser e a encenação de Max Reinhardt no expressionismo alemão); • Teatro Épico (Tendências épicas no teatro ocidental e oriental, o teatro político de Piscator e Brecht – teoria/dramaturgia/encenação) • Teatro no pós-guerra (Teatro do absurdo – Beckett/Ionesco/Genet/Adamov/Pinter dramaturgia norte-americana – O’Neill/Tennessee Williams/Arthur Miller/Edward Albee); • Teatro nas décadas de 60 e 70 (I) (aproximação com a contracultura, Tadeuz Kantor, happening, Living Theatre/Open Theatre/Bread and Puppet, o “Movimento Pânico” de Arrabal e Jodorowsky); • Teatro nas décadas de 60 e 70 (II) (O ‘Teatro-laboratório’ de Grotowski, o <i>Théâtre Du Soleil</i> de Ariane Mnouchkine, Processos criativos de Bob Wilson, a Antropologia Teatral de Eugênio Barba); • Performance e autoralidade cênica; • Teatro Pós-Dramático de Hans-Thies Lehmann; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Tópicos sobre o Teatro Latino-Americano; • Formas contemporâneas de teatralidade e novas tendências; 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Procedimentos a critério do professor para desenvolvimento da aprendizagem (sugestões: aula expositiva; estudos dirigidos; debates a partir de leituras de textos e/ou exibições de filmes, documentários, peças teatrais; seminários; entre outras).</p>	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação ocorrerá de forma permanente e continuada dentro do processo de ensino aprendizagem.</p>	
RECURSOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia - Materiais Impressos 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BERTHOLD, M. História mundial do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000. GUINSBURG, Jacó. Stanislavski e o Teatro de Arte de Moscou. São Paulo: Perspectiva, 1985. ROSENFELD, Anatol. Teatro moderno. São Paulo, Perspectiva, 1977. ROUBINE, J.J. Introdução às grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CARLSON, M. Teorias do teatro: estudo histórico dos gregos até a atualidade. São Paulo: Unesp, 1997. COHEN, Renato. Performance como linguagem. São Paulo, Perspectiva, 1990. GALIZIA, Luiz Roberto. Os processos criativos de Robert Wilson. São Paulo, Perspectiva, 1986. GASSNER, J. Mestres do teatro II. São Paulo: Perspectiva, 1980. GLUSBERG, Jorge. A arte da performance. Trad. Renato Cohen. São Paulo: Perspectiva, 1987. LEHMANN, Hans-Thies. Teatro pós-dramático. São Paulo: Cosac e Naify, 2007. ROUBINE, J.J. A linguagem da encenação teatral. 1880-1980. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. ZOLA, Emile. O romance experimental e o naturalismo no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982. SZONDI, P. Teoria do drama moderno: 1880 – 1950. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: ATOR PERFORMER		
Código:	01.405.23	
Carga Horária: 80 h/a	80h	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular:	20	CH Prático: 40
Número de Créditos:	4	
Código pré-requisito:		
Semestre:	4	
Nível:	SUPERIOR	
EMENTA		
<p>O treinamento psicofísico do ator. O processo não-interpretativo do ator que se expressa sem a mediação da personagem, mas a partir de uma ampliação de si mesmo. A ação extracotidiana. A mímica corporal dramática. A biomecânica corporal. A análise do movimento.</p>		
OBJETIVOS		
<p>- Pensar o ato teatral na contemporaneidade.</p> <p>- Desenvolver as qualidades da presença e os estados de corpo do ator;</p> <p>- Explorar o jogo entre tensões e relaxamentos no corpo performativo do ator;</p> <p>- Construir o corpo marionete do ator: o artificial tornado natural;</p> <p>- Desafiar o performer a ir à cena de peito aberto.</p>		
PROGRAMA		
<p>Unidade 1 – As fundações</p> <ul style="list-style-type: none">• A neutralidade do corpo vertical• A expressão nas duas linhas de força <p>Unidade 2 – A antropologia teatral</p>		

- A pré-expressividade e os princípios que retornam: equilíbrio precário, o princípio das oposições e a energia no tempo e no espaço.

Unidade 3 – Plástica corporal e a poética do espaço

- Os órgãos simples e os órgãos compostos que estruturam o corpo na expressão;
- A análise do movimento na geometria espacial;
- As qualidades do movimento expressivo;
- Os três planos que produzem um corpo tridimensional;
- Os níveis do espaço.

Unidade 4 – A linha performativa

- O jogo da câmera lenta
- Pensando por imagens
- O ator criador

Unidade 5 – Composição Cênica

- Elaboração e apresentação de um solo performativo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Treinamento (práxis e poiesis); estudo teórico; aulas de campo; apresentação de vídeos; criação, montagem e apresentação de performances.

AValiação

- Participação nas aulas e vivências.
- Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e rodas de diálogos em sala.
- Pesquisas bibliográficas e de campo.
- Apresentação de trabalhos em grupo e individual.
- Avaliação escrita sobre textos e temas estudados.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBA, Eugenio. FLASZEN, Ludwick. GROTOWSKI, Jerzy. POLLASTRELI, Carla. O teatro laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969. São Paulo: Perspectiva: SESC-SP: Fondazione Pontedera Teatro, 2007.

ROMANO, Lucia. O teatro do corpo manifesto: teatro físico. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ARTAUD, Antonin. Linguagem e vida. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. O teatro e seu duplo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEVEDO, Sonia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRACINI, Renato. A arte de não interpretar como poesia corpórea do ator. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

GROTOWSKI, Jerzy. Em busca de um teatro pobre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LOBO, Lenora & NAVAS, Cassia. Teatro do movimento – um método para o intérprete criador. Brasília: LGE, 2003.

PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: DIDÁTICA GERAL	
Código: 01.405.20	
Carga Horária: 80 h/a	CH Teórico: 60
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.13	
Semestre: 4	
Nível: Superior - Licenciatura	
EMENTA	
A didática e suas dimensões político social e cultural, e as implicações no processo de ensino e aprendizagem; saberes necessários à organização do trabalho docente.	
OBJETIVOS	
Analisar, comparar e discutir os diferentes pensamentos sobre o processo de ensino e aprendizagem construído historicamente; Reconhecer e elaborar diferentes tipos de planos de aula; Selecionar os conteúdos de ensino a partir de sua tipologia e dos objetivos desejáveis; Identificar e utilizar diferentes recursos de avaliação do processo de ensino;	
PROGRAMA	
<p>Unidade I</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Didática e ensino: conceito e significados; 2. Didática e as tendências pedagógicas. <p>Unidade II</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. As atuais demandas para o trabalho docente; 4. Planejamento: concepções e tipologias. <p>Unidade III</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Os métodos de ensino e os recursos didáticos; 6. Orientações didáticas no ensino de Artes: criação e aprendizagem. <p>Unidade</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. As relações pedagógicas e a organização social da classe; 8. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Exposições orais, interativas, leituras diversas, atividades em grupos e individuais, discussões e seminários. Os alunos serão envolvidos em	

<p>atividades de pesquisas, produções e apresentações.</p> <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (20h).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exposição das propostas de pesquisa. - Apresentação dos resultados das atividades práticas, através de relatórios, textos dissertativos, artigos, etc. 	
AVALIAÇÃO	
<p>Avaliação por meio de exercícios, relatórios, participação em pesquisas, seminários e discussões.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CANDAU, Vera Maria (Org.). A Didática em questão. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. 128 p.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005. 148 p.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo (SP): Cortez, 1994. 261 p.</p>	
RECURSOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia - Materiais Impressos 	
<p>BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: artes. Brasília (DF) Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf></p> <p>CASTRO, Amélia Domingues de. Piaget e a didática: ensaios. São Paulo (SP): Saraiva, 1974. 166 p.</p> <p>MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo (SP): FTD, 1998. 197p.</p> <p>MORIN, Edgar; CARVALHO, Edgard de Assis (Org.); ALMEIDA, Maria da Conceição. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. 4.ed. São Paulo (SP): Cortez, 2007. 104 p.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre (RS): Artmed, 2008. 232 p.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
Código: 01.405.19	
Carga Horária: 40h	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 20
Número de Créditos: 2.0	
Código pré-requisito:	
Semestre: 4	
Nível: Graduação	
EMENTA	
<p>Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: expressão visual-espacial. Atividades em espaços educativos, escolar e/ou não escolar.</p>	
OBJETIVO (S)	
<p>Conhecer os aspectos históricos e os fundamentos da Educação de Surdos; Identificar as características básicas da fonologia na Língua Brasileira de Sinais; Compreender as noções linguísticas básicas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais; Familiarizar os alunos com os códigos linguísticos utilizados na Língua Brasileira de Sinais.</p>	
CONTEÚDOS	
<p>Contextualização da Educação Inclusiva: conceituação e histórico; Fundamentos da educação de Surdos; A Língua Brasileira de Sinais; Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe; Noções de variação linguística aplicada à linguagem de sinais; Noções práticas: desenvolver a expressão visual-gestual. - Resolução Estadual CCE no. 400, de 20 de outubro de 2005.</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Cine-conhecimento: Meu nome é Jonha, Filhos do Silêncio. Atividades em espaços educativos, escolar e/ou não escolar. Aulas expositivas dialogadas Oficinas de comunicação Seminários Cine-conhecimento: Meu nome é Jonha, Filhos do Silêncio. Atividades em espaços educativos, escolar e/ou não escolar.</p>	

AVLIAÇÃO	
Processual e formativa através de registro de leituras, decodificação de sinais e simulação de diálogo.	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia - Materiais Impressos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W Obra: Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras. 1998. SKLIAR, Carlos Obra: A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação. 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação especial: deficiência auditiva - v.2 . Brasília (DF): [s.n.], 1997. v.2. SKLIAR, Carlos Obra: A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação. 1998. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo (SP): Plexus, 2007. 268 p MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão escolar: pontos e contrapontos . São Paulo (SP): Summus, 2006. 103 p.	
Coordenador do Curso _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____

DISCIPLINA: POÉTICAS DO ESPETÁCULO		
Código:	01.405.21	
Carga Horária:	40 h	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular:	00	CH Prático: 00
Número de Créditos:	2	
Código pré-requisito:		
Semestre: 4	IV	
Nível:	Superior	

EMENTA

Estudo teórico do fenômeno cênico e de seus elementos constitutivos. Estudo da linguagem do espetáculo, sua organização e discurso. Estudo da encenação e seus procedimentos teórico-conceituais. Considerações sobre o teatro pós-moderno.

OBJETIVO

- Compreender o teatro como fenômeno, teatralidade intrínseca ao Homem e à Cultura.
- Conhecer a idéia mesma de poética como método, procedimento simultâneo de discurso e organização estética.
- Compreender o espetáculo, a partir de suas premissas gregas, como sistema de uso da teatralidade, suas estratégias de enunciado e seus elementos constitutivos.
- Enfocar no surgimento e desenvolvimento da encenação moderna com o discurso de autonomia da linguagem cênica e suas múltiplas possibilidades.
- Conhecer e debater os mais relevantes teóricos-artistas da linguagem cênica moderna, compreendidos através de seus contextos e épocas.
- Conhecer e debater caminhos da linguagem cênica contemporâneas: suas desconstruções e reconstruções – novos referenciais.

PROGRAMA

Unidade 1 – O Teatro enquanto fenomenologia cultural.

9.A “Idéia de Teatro” como fenômeno da teatralidade, de Ortega y Gasset.

10. Manifestações Teatrais pré-espetaculares: sáceas babilônicas, os Ditirambos e Mistérios Gregos, o uso da máscara e incorporação do Mito (Maria Daraki, Vernant e Vidal-Naquet, Lesky, Nietzsche).

Unidade 2 – A Linguagem Cênica no Espetáculo: Premissas.

- Estudo do surgimento do espetáculo teatral na Grécia (Teogonia de Hesíodo, surgimento e especificidades da Tragédia, Comédia e Drama Satírico). Compreensão de seus elementos constitutivos: corpo, espaço, texto, tensões ritualísticas e dispositivos cênicos.
- Estudo da Dramaturgia Grega como procedimentos de escrita espetacular (Marcus Mota e as abordagens performático-musicais do Teatro Antigo)

Unidade 3 – A Encenação como autonomia da Linguagem do Espetáculo.

- O surgimento da encenação com a Obra de Arte Total de Wagner.
- A encenação realista-histórica dos Meiningers.
- Stanislavski, o TAM e os dispositivos da encenação realista psicológica.
- Antoine, o Theatre Libre e os dispositivos da encenação naturalista.
- A Encenação simbolista de Craig e a “Supermarionete”; Appia e a “Catedral do Futuro”.
- A Encenação Construtivista de Meyerhold e Maiakovski.
- A Encenação de Intervenção espacial de Evrêinov.
- Max Reinhardt e o espetáculo expressionista alemão.
- Artaud e o Teatro da Crueldade.
- O espetáculo épico de Piscator e seu Teatro Total.
- O Espetáculo de Brecht em seu “Pequeno Organon”.
- A revolução cenográfica em Svóboda.
- O Teatro Pobre de Jerzy Grotowski.
- O Teatro imagético de Bob Wilson e Tadeuz Kantor.

Unidade 4 – Considerações sobre a linguagem cênica contemporânea

- Estudo da performance e da diluição do espetáculo convencional.
- Estudo do teatro pós-dramático e do reprocessar de referências do Século XX.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e debates, leituras de textos, apresentação de vídeos e imagens, produção de trabalhos e relatórios.

AVALIAÇÃO

- **Participação nas aulas;**
- **Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e rodas de diálogos em sala.**
- Pesquisas bibliográficas.
- Apresentação de trabalhos em grupo e individual.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEL NERO, Ciro. **Máquina para os deuses**: anti-tratado de cenografia. São Paulo: SENAC, 2008.

FERNANDES, Sílvia. **Teatralidades contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LEHMANN, Hans-Thies. O teatro pós-dramático. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. 2.ed. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1998.

VERNANT, Jean Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, OSWALD. **Ponta de lança**. Rio de Janeiro: Globo, 1980.

ARTAUD, Antonin. O teatro e seu duplo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Linguagem e vida**. São Paulo: Perspectiva.

BORNHEIM, Gerd A. **O Sentido e a máscara**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os Processos criativos de Robert Wilson**: trabalhos de arte total para o teatro americano contemporâneo. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005.

GUINSBURG, Jacob. **Stanislavski e o Teatro de Arte de Moscou**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Da cena em cena**. São Paulo: Perspectiva.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1971.

KANTOR, Tadeusz. **O teatro da morte**. São Paulo: Perspectiva, 2008

NIETZSCHE, Friedrich. **A origem da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAVIS, Patrice. **Análise dos espetáculos**: teatro, mímica, dança-teatro, cinema. São Paulo (SP): Perspectiva, 2004.

PISCATOR, Erwin. **Teatro político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VERNANT, Jean Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia**

Antiga. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Coordenador do Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

DISCIPLINA: TEATRO BRASILEIRO		
Código:	01.405.22	
Carga Horária: 40		CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular:	00	CH Prático: 00
Número de Créditos: 2		
Código pré-requisito:		
Semestre: 4		
Nível: Superior		
EMENTA		
Visão panorâmica e analítica do teatro brasileiro, desde suas origens, avançando até a atualidade. Complementando, a mesma abordagem com o teatro cearense. O período colonial. O advento do romantismo. O nascimento da comédia. O Realismo no teatro. A geração Trianon. Modernismo. Panorama do teatro cearense. Atualidade: diretores e autores contemporâneos.		
OBJETIVO		
Contextualizar o Teatro brasileiro; Apresentar os diferentes períodos historicism do teatro brasileiro		
PROGRAMA		
<p>1. Teatro Colonial: teatro dos jesuítas, Chegada de Anchieta, <i>Auto de são Lourenço</i>; Casas da Ópera, Padre Ventura.</p> <p>2. Transição e Romantismo: Chegada D. João VI, Inauguração Teatro São João. Gonçalves de Magalhães O Poeta e a Inquisição, Estréia Martins Penna, Juiz de Paz na Roça, João Caetano. Romantismo. Leonor de Mendonça – Gonçalves Dias.</p> <p>3. Realismo: Joaquim Heliodoro – Ginásio Dramático, O Demônio Familiar – José de Alencar, A Torre em Concurso – Joaquim Manoel de Macedo, Companhia de Furtado Coelho Como se Fazia um Deputado – França Júnior.</p> <p>4. O Teatro Musicado, Alcazar Lírico (Aimée) Vasques, A Capital Federal, Arthur Azevedo, A Revista do Ano. A geração Trianon. Procópio Ferreira, Leopoldo Fróes.</p> <p>5 Transição para Modernismo: Renato Viana, Teatro de Brinquedo, Deus Lhe Pague, Joracy Camargo, Teatro do Estudante de Pascoal, Dulcina e Odilon.</p>		

6. Modernismo: Nelson e Vestido de Noiva, Artistas Unidos, Teatro Brasileiro de Comédia, O Tablado, Teatro de Arena, Teatro Oficina. Atualidade.
7. Teatro Cearense.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, aulas praticas, leituras de textos, apresentação de vídeos, gravação de vídeos de trabalhos corporais, análise dos vídeos registrados, apresentações publicas ou privadas de trabalhos realizados em sala

AVALIAÇÃO

Progressiva e diária, visando a aspectos qualitativos da aprendizagem como desempenho por meio de leituras, seminários, pesquisas, relatórios quer individuais, quer em grupo; assim como a participação efetiva e assídua. Uma prova escritas uma prova oral e uma nota pela presença e participação.

- Investigação do conhecimento estudado (30%)
- Trabalho individual escrito (30%)
- Trabalho individual prático (30%)
- Participação em sala (10%)

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAGALDI, Sábato. **Moderna dramaturgia brasileira**. São Paulo: perspectiva.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. 6.ed. São Paulo (SP): Global, 2008. 326p.

PRADO, Décio de Almeida. **Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral de 1947-1955**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2001. 381 p.

_____. **O Teatro brasileiro moderno**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2003.149 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CACCIAGLIA, Mário. **Pequena história do teatro no Brasil**. s.l.: S.n., S.d. COSTA, Marcelo Farias. **Didascália: anais do teatro cearense**. Fortaleza (CE): Casa da Memória Equatorial, 2007. 369 p

_____. **História do teatro cearense**. Fortaleza (CE): UFC: Imprensa Universitária, 1972. 286 p.

_____. **Roteiro da dramaturgia cearense**. Fortaleza (CE): Edições UFC, 1980. 110 p.

GUILHERME, Ricardo. **História do teatro (1880 e 1910)**. Fortaleza (CE): Secretaria de Cultura e Desporto, 1981. 86 p

GUINSBURG, J; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela Alves de. **Dicionário**

do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos.. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006. 354 P.

PRADO, Décio de Almeida. . **História concisa do teatro brasileiro 1570 - 1908.** São Paulo (SP): EDUSP, 2003. 172 p.

ROSENFELD, Anatol. **O Mito e o herói no moderno teatro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: VOZ E ESPACIALIDADE	
Código: 01.405.24	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 60
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 4	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Liberação da voz pessoal do ator e revelação da voz da personagem. O corpo e seus espaços internos. A energia da voz no espaço pessoal, médio e global. O encontro com a voz cênica. Ampliação da extensão vocal. Suporte técnico voltado para a produção de uma voz potente, clara, aberta e flexível. A necessidade da comunicação e sua raiz física. Respiração reflexa. As reações orgânicas e espontâneas da voz. Os percursos internos da voz.</p>	
OBJETIVO	
<p>Libertar a voz pessoal do aluno, bem como transpor essa voz para a cena teatral reorganizando as tensões no seu corpo. Conduzir o aluno-ator no percurso interno das vibrações através do seu corpo para encontrar o som da verdade cênica. Construir uma expressão autoral, o ator que tem o que dizer.</p>	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação do corpo no suporte esquelético; - Reorganização das tensões no corpo do ator; - Respiração como produto de uma ação reflexa; - Tocando o som; a raiz da voz no diafragma; - Liberando as vibrações através do corpo; - Expansão do registro médio (Pitch); - Os formantes do som F1 e F2; - Força e potência vocal (Loudness). 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas, exposição de vídeos, treinamento dirigido e trabalho de campo. 	
AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Presença e Participação; 	

<p>- Processo criativo; - Demonstrações técnicas.</p>	
<p>RECURSOS</p>	
<p>- Projetor Multimídia -Materiais Impressos</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. Higiene vocal para o canto coral. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 1997. 44 p.</p> <p>GAYOTTO, Lúcia Helena. Voz: partitura da ação. São Paulo (SP): Plexus, 2002. 132 p.</p> <p>MARSOLA, Mônica; BAÊ, Tutti. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo (SP): Irmãos Vitale, 2001. 111 p.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>BRANDI, Edmée. Educação da voz falada: a terapêutica da conduta vocal. 4.ed.rev.ampl. São Paulo (SP): Atheneu, 2002. 296 p.</p> <p>COSTA, Edilson. Voz e arte lírica: técnica vocal ao alcance de todos. São Paulo (SP): Lovise, 2001. 114 p.</p> <p>FERREIRA, Lésle Piccolotto. Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo (SP): Summus, 1988. 158 p.</p> <p>GREENE, Margaret C. L. Distúrbios da voz. 4.ed. São Paulo (SP): Manole, 1989. 503 p.</p> <p>VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte. Os Cantos da voz: entre o ruído e o silêncio. São Paulo (SP): Annablume, 1999. 230 p.</p>	
<p>Coordenador do Curso</p> <p>_____</p>	<p>Setor Pedagógico</p> <p>_____</p>

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: ANÁLISE E CRIAÇÃO DO TEXTO EM TEATRO	
Código: 01.405.27	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 40
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.06+01.405.15	
Semestre: V	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Conceitos de arte, literatura e teatro. Inter-relação entre as artes. As funções da literatura. Os gêneros literários. As formas dramáticas. O teatro grego (os autores trágicos e os cômicos). O teatro medieval (teatro religioso). Os Estilos de Época e o teatro contemporâneo. A importância do texto dramático. Análise de texto. Estudo e Introdução a Dramaturgia. Estudo da Estrutura do texto teatral. Análise dos gêneros Dramáticos. Compreensão de Cenas e Unidades de Motivação. Composição de cenas e de peças curtas. Playwriting. Interpretação das cenas escritas.</p>	
OBJETIVO	
<p>Compreender, analisar e conceituar a arte, literatura e o teatro utilizando-se das diferentes formas de dramaturgia dentro da evolução histórica do teatro; Aplicar o estudo da literatura, atribuindo-lhe importância, em face de suas funções específicas com análise de textos. Compreender e aplicar os gêneros, cenas e composição da dramaturgia em peças curtas. Favorecer a criação de Personagens, cenas e peças curtas.</p>	
PROGRAMA	
<p>Unidade I</p> <ul style="list-style-type: none">• As funções da literatura;• As formas dramáticas (tragédia comédia e drama)• O teatro grego e o medieval; <p>Unidade II</p> <ul style="list-style-type: none">• Parâmetros de fundamentação para o teatro contemporâneo• Análise de textos dramáticos	

Unidade III

- Conceitos de arte, estender seu alcance à literatura e ao teatro, e apreender suas especificidades e pontos em comum
- O estudo da literatura, atribuindo-lhe importância, em face de suas funções específicas
- Gêneros e formas

Unidade IV

- Estudos da evolução do teatro e do texto dramático, dos tempos helênicos, aos dias atuais
- Análises de textos dramáticos

Unidade V

Parte Teórica:

1. Estrutura dramática. 2. Forma e estilo. 3. Conflito de três personagens. 4. Análise do texto.

Parte Prática:

1. *Oficina Inicial*

Observando o mundo como dramaturgo... Criando Cenários criativos... Construindo personagens... Colocando seus personagens em cena. Personagens falam... Elaborando um roteiro básico... Escrevendo uma cena - o elemento básico da construção dramática.

2. *Oficina Intermediária*

Criando um estoque de personagens... Trabalhando com grupo grande de personagens... Construindo confrontos cara a cara... Criando cenários que refletem o conflito... Equilibrando o cômico e o sério numa cena... Utilizando o poder em conflitos não resolvidos... Entendendo a relação entre ritual e drama.

3. *Oficina Avançada*

Definindo sua visão... Explorando materiais brutos para sua peça... Estabelecendo a premissa da peça. Selecionando e comprimindo o material bruto da peça... Elaborando um roteiro rudimentar... Desenvolvendo um título de trabalho... Esboço da seqüência de cenas... Esboçando cenas individuais... Roteiro detalhado... Dando Escrevendo uma primeira e última cena exploratória... Escrevendo o primeiro esboço de sua peça... Reescrevendo e polindo sua peça... Revisando e polindo sua peça.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, aulas praticas, leituras de textos, apresentação de videos, gravação de videos de trabalhos corporais, analise dos videos registrados, apresentações publicas de trabalhos realizados em sala. Analise de textos, estudo da estrutura dramática. Composição de cenas para o palco, leituras dramáticas e avaliação coletiva de toda a turma. Cena final de uma peça de um ato.

RECURSOS
- Projetor Multimídia -Materiais Impressos
AVALIAÇÃO
Investigação do conhecimento estudado (30%) Trabalho individual escrito (30%) Trabalho individual pratico (30%) Participação em sala (10%)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A Poética clássica . São Paulo (SP): Cultrix, 2005. 114 p. MAGALDI, Sábado. O Texto no teatro . São Paulo (SP): Perspectiva, 2001. 481 p. PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro . 2.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1999. 483 p. ROSENFELD, Anatol. O Teatro épico . São Paulo (SP): Perspectiva, 2006. 176 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BALL, David. Para trás e para frente: um guia para leitura de peças teatrais . São Paulo: Perspectiva. BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal . BOAL, Augusto. Duzentos exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro . 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1980. 123 p. GUINSBURG, J.; KOUDELA, I. D. Buchner: na pena e na cena . São Paulo: perspectiva. PALLOTTINI, Renata. O Que é dramaturgia . São Paulo (SP): Brasiliense, 2006. 135 p. PÍKE, Frank; COSTA, Marcelo; DUNN, Thomas. Manual do dramaturgo . s./l. S./n., S.d. 37 p. (APOSTILA - 26 EX.)ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro . Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2003. 226 p. RYNGAERT, Jean-Pierre. Introdução à análise do teatro . São Paulo (SP): Martins Fontes, 1996. 192 p. . Ler o teatro contemporâneo . São Paulo (SP): Martins Fontes, 1998. 252

p.

SÓFOCLES. **Édipo rei**. Tradução de Domingos Paschoal CEGALLA. 3.ed. Rio de Janeiro (RJ): Difel, 2005. 154 p.

STANISLAVSKI, Constantin. **A Construção da personagem**. 11.ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2005. 396 p.

_____. **A Criação de um papel**. 9.ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2008. 319 p.

_____. **A Preparação do ator**. Fortaleza (CE): Civilização Brasileira, 2006. 365p.

UBERSFELD, Anne. **Para ler o teatro**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 202 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: CURRICULOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Código: 01.405.25	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 60
CH Prática como Componente Curricular: 20	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.20	
Semestre:5	
Nível: GRADUAÇÃO	
EMENTA	
Fundamentos da concepção curricular: o homem, o mundo, a educação e a escola. Currículo e a educação brasileira. O planejamento curricular no cotidiano escolar. Formação teórica e prática de educadores e sua atuação no processo curricular.	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a relação conhecimento, sociedade e currículo; • Discutir sobre o processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento; • Refletir sobre a diversidade cultural brasileira e sua relação com a educação; • Conhecer e analisar as diferentes teorias curriculares; • Analisar as atuais reformas curriculares para a educação básica; • Analisar currículo de uma unidade escolar; • Realizar estudos sobre o processo de inclusão nas escolas; • Analisar a relação entre currículo e fracasso escolar • Compreender o processo de planejamento curricular; • Vivenciar o processo de planejamento e realização curricular. 	
CONTEÚDOS	
<p>UNIDADE I</p> <ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento como constructo histórico • Currículo e conhecimento escolar • Currículo, globalização e diversidade cultural <p>UNIDADE II</p> <ul style="list-style-type: none"> • As teorias curriculares no Brasil • Novas tecnologias e currículo • Os parâmetros curriculares do Ensino Fundamental Médio <p>UNIDADE III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento curricular no cotidiano escolar • O fracasso escolar, evasão e repetência: pontos críticos na educação brasileira 	

- Práticas Educacionais
- Planejamento Curricular

METODOLOGIA DE ENSINO

ESTUDOS ORIENTADOS (40h)

- Estudos orientados, articuladores da teoria e da prática.
- Análise de filmes e músicas.
- Atividades escritas e exposição dialogada nos encontros presenciais.
- Debates, relatos de experiência, vivências em grupo.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (20h).

- Apresentação de Seminários: Indagações sobre o Currículo-MEC.
- Exposição de práticas educacionais.
- Realização de aulas planejadas.
- Apresentação dos resultados das atividades práticas, através de relatórios, textos dissertativos, artigos, etc.

AValiação

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas, exposição de práticas educacionais, realização de aulas planejadas e apresentação dos resultados das atividades práticas.

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais:** educação básica. Brasília (DF): [s.n.], 2001. 261 p.

FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Professores e computadores:** navegar é preciso. Porto Alegre (RS): Mediação, 2004. 109 p. .

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; COSTA, Marisa Vorraber. **O Currículo nos limiars do contemporâneo.** Dagmar Estermann MEYER et al. 4.ed. Rio de Janeiro (RJ): DP & A, 2005. 176 p.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil.** 5. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1999. 232 p.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; GONSALVES, Elisa Pereira. **Currículo e contemporaneidade:** questões emergentes. Campinas (SP): Alínea, 2004. 118 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo.** Porto (Portugal): Porto, 2002. 255 p.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares.** São Paulo (SP): Cortez, 2005. 176 p.

PEDRA, José Alberto. **Currículo, conhecimento e suas representações.** 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1999. 120 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às técnicas do currículo. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2007. 153 p.
TOJAL, João Batista A. G. et al. **A Universidade e o ensino de 1 e 2 graus**.
SANFELICE. Campinas (SP): Papyrus, 1988. 123 p.

Coordenador do Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

DISCIPLINA: DANÇAS DRAMÁTICAS	
Código: 01.405.30	
Carga Horária: 80H	CH Teórica: 30
CH Prática como Componente Curricular: 50	CH Prática: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.16	
Semestre: 5	
Nível: Superior - Licenciatura	
EMENTA	
<p>Danças dramáticas – conceitos, histórico, teoria, personagens, características e práticas. Matrizes culturais dos folguedos brasileiros. Danças dramáticas como prática educativa favorecendo a interdisciplinaridade em artes e reconhecimento da pluralidade brasileira. Características do teatro brincante do Brasil. Mouros e cristãos nas danças dramáticas e suas representações. O Teatro de raiz popular no corpo a corpo das performances brasileiras. Danças dramáticas como espetáculo e diversão e sua contribuição na atuação do ator/docente/pesquisador</p>	
OBJETIVO (S)	
<p>Geral: Concorrer para a utilização das Danças Dramáticas Brasileiras na atuação profissional do ator/docente/pesquisador favorecendo o desenvolvimento sociocultural de crianças e jovens.</p> <p>Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Distinguir danças dramáticas dos demais folguedos brasileiros 2. Experimentar o caráter polifônico das danças dramáticas (música, cena, figurino, adereços, coreografia) buscando favorecer a capacidade de improviso, interpretação e ação do ator professor. 3. Vivenciar danças dramáticas brasileiras interpretando personagens do Teatro brincante para possibilitar seu uso no Teatro escolar. 4. Favorecer uma valorização do Teatro brincante de raízes populares do Nordeste. 5. Reconhecer as danças dramáticas brasileiras como patrimônio imaterial do nosso povo. 6. Contribuir para assimilação, percepção e execução de gêneros populares dançantes. 7. Contribuir para o desenvolvimento rítmico do ator professor. 8. Combinar inter-relações sobre artes populares brasileiras, corporalidade, imaginário, ritos, dança teatro, etnocenologia favorecendo investigações estéticas por meio de experiências com danças dramáticas brasileiras. 	

CONTEÚDOS

1ª. Unidade – Eixo introdutório (30 h/a)

1. Danças Dramáticas Brasileiras - autos, folguedos, bailados: características, o que é (diálogos epistemológicos)
2. Matrizes Culturais dos folguedos brasileiros – folguedos de matriz indígena, europeia e negra.
3. Danças dramáticas e educação – sentir para aprender
4. Patrimônio imaterial e educação patrimonial – experiências no contexto educativo
5. No contexto deles: Danças dramáticas e etnocenologia: corporalidade nativa, ritos, devoção e festa.
6. Seminário de Estudos
- 7.

2ª. Unidade – Estudos práticos (30h/a)

1. Estudos, Práticas, vivências de elementos coreográficos, musicais, dramáticos (Rei de Congo, Congadas, Moçambiques, Cordão de Pássaros, Cacumbi, Boi de Mamão, Fandango do Paraná, e outras)
2. Danças dramáticas nordestinas (Bumba-meu-boi (s), Reisado (s), Nau Catarineta (Barca, fandango, Marujada, Chegada de Marujos), Caboclinhos, Guerreiro (s), Pastoril (is), Congos, Quilombo (s), Fandango, Taieiras, Negro fugido (festa e rito))

3ª. Unidade – Experiências estéticas para práticas no ensino em arte (20h)

1. Trabalho (estudos, pesquisas) e criação em grupo
2. Apresentações internas e/ou públicas das experiências coletivas.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas teóricas ocorrerão em forma de Aula dialogada a partir de textos sugeridos, outros estudos e pesquisas por meio de exposição oral participante. Utilizo:

Estudos de textos, pesquisa teórica e de campo em grupo e individual, Audição de cd's e vídeos, Projeção de slides, Debates sobre temas dados, apresentação de seminário.

A **PCC** – ocorrerá por meio de atividades formativas buscando favorecer experiências para aplicação de conhecimentos na prática docente. Serão 40h estando estas distribuídas assim: 30h na unidade I, 30h na unidade II e 20h na unidade III. Nestas será desenvolvido:

Vivências, experiências em forma de oficinas com danças dramáticas ancestrais e canto em conjunto – atividade como prática docente;

Aulas de campo (Terreiradas, eventos tradicionais e ou festas populares com Mestres/Mestras da tradição) Atividade como prática docente.

Criação, montagem e apresentação com Danças Dramáticas Brasileiras.

Vivência de movimentos coreográficos de Danças Dramáticas Brasileiras. Aula em campo em comunidades tradicionais e sua aplicação na docência.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Sala de aula comum, anexo para aulas práticas, som, microsistem; vídeo, data show; ônibus escolar p/ visitas técnicas; adereços, artefatos, figurinos das Danças Dramáticas Brasileiras (LPCT – Miriara) textos xerocopiados/apostilas.

AVALIAÇÃO

Avaliação qualitativa e processual

- Frequência, participação nas aulas e vivências de danças tradicionais;
- Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e debate em sala.
- Pesquisas bibliográficas e de campo (relatório)
- Criação/Apresentação de trabalhos em grupo e individual
- Avaliação escrita sobre textos e temas estudados e outras formas de avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional II: danças, recreação e música. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004.

ANDRADE, Mario. Danças Dramáticas do Brasil. 1º. Tomo, 2º. Tomo, 3º. Tomo Livraria Martins Editora, 2002.

BRITO, M. de Lourdes da Silva et al.. Fandango de Mutirão. Curitiba (PR): Mileart, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 7ª. Ed. Global Editora.

CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do Folclore Brasileiro. Global editora.

LIMA, Hebe de Medeiros. Músicas e danças folclóricas cearenses como práticas educativas nos cronogramas das escolas de Fortaleza. Fortaleza (CE): CEFET-CE, 2004.

SERAINÉ, Florival. Antologia do Folclore Cearense. 2ª ed.. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Rossini Tavares de. Folguedos Populares do Brasil. Ricordi do Brasil.

MONTEIRO, Marianna. Dança popular – espetáculo e devoção. Terceiro nome.

NANNI, Dionísia. Dança educação. Sprint

PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Teatro de raízes populares*. João Pessoa: Edição do autor, 2003.

RABETTI, Betti. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. In: *O Percevejo*. 8 – Teatro e Cultura popular. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Teatro – UNIRIO, 2000.

TRAVASSOS, Elizabeth. Recriações contemporâneas dos folguedos tradicionais: a performance como modo de conhecimento da cultura popular. In: TEIXEIRA, J. Gabriel; GARCIA, M. Vinícios; GUSMÃO, Rita, et. al. (org.). *Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS-UnB, 2004. (Cedido on line)

MACENA, Maria de Lourdes de Souza. *Sendo como se fosse – as danças dramáticas na ação docente do ator professor*. Belo Horizonte, 2014. 295f. Tese (Doutorado em Artes) EBA. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/JSSS-9GFHGX>

SANTOS, Eleonora C. da Motta. A expressão danças dramáticas em textos acadêmicos. In: CONGRESSO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 6., 2010, São Paulo. *Anais* [online]. Disponível em www.portalbrace.org acessado em 5/3/2013.

VIEIRA, Paulo. O teatro do povo. In: *O Percevejo*. 8 – Teatro e Cultura popular. Rio de Janeiro: programa de Pós-graduação em Teatro – UNIRIO, 2000.

Textos científicos acessados por meio digital disponibilizados no acadêmico

=

CAVALCANTI, M. Laura V. de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. RBCS Vol. 19 n°. 54 fevereiro/2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a04v1954.pdf>

CESTARI, Wildman dos Santos. Algumas relações entre Macunaíma e o bumba-meu-boi. Ensaio disponível em:

www.mafua.ufsc.br/wildmandossantos.html.

GOMES, Jussara Vieira. A que se deve a crescente popularidade da dança de salão. Disponível em:

<http://www.dancadesalao.com/agenda/agfaq4.php?id=33&mobi=&dat=artigos>.

LEAL JR, Milton de Andrade. Improvisação e composição da partitura do ator-dançarino: matrizes corporais na dança dramática do Boi-de-mamão.

Disponível em: www.ceart.udesc.br/revista.../Artigo%20samuel%20-%20milton.doc.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. Deusa do ébano- gestualidade das danças afro-brasileiras. Disponível em:

<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/6/13.pdf>

PERNA, Marco Antonio. As raízes das danças brasileiras. Disponível em:

<http://www.dancadesalao.com/agenda/raizes.php>

RENGEL, Lenira. Ler a dança com todos os sentidos. Disponível em:
<http://culturaecurric>

Coordenador do Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**

DISCIPLINA: ÉTICA E GESTÃO EM TEATRO	
Código: 01.405.29	
Carga Horária: 40h	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 20
Número de Créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Semestre: 5	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Os fundamentos da ética. Normatividade moral e relatividade de valores. Problema e crise da ética na sociedade contemporânea. Ética e capitalismo. A questão ética em artes cênicas. A legislação cultural. Informações, conceitos e métodos básicos para o planejamento e o gerenciamento da produção de espetáculos teatrais. Evolução do incentivo à arte: do mecenato ao marketing cultural. A Produção do Espetáculo Teatral. O projeto de produção. As etapas da produção.</p>	
OBJETIVO	
<p>Fundamentar o conceito de ética à luz dos estudos mais recentes, calcado como território das relações e a propósito da sua relatividade. Compreender a noção ética de relação com as forças externas dentro do contexto cultural. Trabalhar o entendimento de ética interna nas estruturas produtivas dos organismos culturais, com destaque para a atividade teatral. Compreender a estruturação – ou institucionalização – do segmento cultural dentro das políticas públicas e privadas. Trabalhar conceitos recorrentes ao panorama da política cultural como leis de mecenato, patrocínio, editais, festivais, etc. Assim como noções de gestão cultural. Desenvolver projetos culturais simulados.</p>	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Debate sobre o conceito de ética. Suas raízes gregas e a revisão por Spinoza. A compreensão contemporânea do conceito e sua diferenciação à idéia de valores constituídos. 2. A cultura no território ético das relações sociais: estudo sobre as relações da atividade cultural com segmentos ativos da sociedade, tais como economia, política, mídia, movimentos sociais, etc. 	

3. A ética interna dos organismos culturais: seu discurso, pensamento, suas relações constitutivas, suas ferramentas de subsistência, sua relação com os demais setores da sociedade, etc.
4. A cultura institucionalizada: análise sobre as estruturas de política cultural, pública e privada. Dos ministérios, fundos, conselhos e secretarias de cultura, aos programas privados de fundação, patrocínio, doação, crédito cultural empreendidos pelo poder privado. O entendimento de economia da cultura.
5. Ferramentas de acesso à estrutura produtiva da cultura: elaboração de projetos, estudo de editais, prêmios, leis e projetos de lei para a cultura. Os caminhos da produção cultural: da produção executiva à comunicação externa.
 8. Estudo sobre organizações mais recentes e diversas dentro da atividade cultural no atual panorama cearense.
 - 9.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Trabalho de pesquisa de campo – apresentação de seminários (40%)
- Apresentação de relatório escrito (40%)
- Participação nos debates em sala (20%)

RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, debates, trabalhos de campo, leituras de textos, apresentação de seminários e relatório escrito.

AVALIAÇÃO

- Trabalho de pesquisa de campo – apresentação de seminários (40%)
- Apresentação de relatório escrito (40%)
- Participação nos debates em sala (20%)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASLAN, Odette. **O Ator no século XX: evolução da técnica/problema da ética.** São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 363 p.

COELHO, Teixeira. **O Que é ação cultural.** São Paulo (SP): Brasiliense, 2006. 94 p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e prática da gestão cultural.** Fortaleza (CE): Universidade de Fortaleza - UNIFOR, 2002. 162 p.

SEBRAE - RJ. **Como elaborar projetos culturais para captação de patrocínio.** Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1998. 42 p.

SPINOZA, Baruch de. **Ética: demonstrada à maneira dos geômetras.** São Paulo (SP): Martin Claret, 2002. 423 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo (SP): Martin Claret, 2000. 240 p.

CABRAL, Plínio. **A Nova lei de direitos autorais: comentários.** 4. ed. São Paulo (SP): Harbra, 2003. 187 p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.** Brasília (DF): Brasília Jurídica, 2000. 140 p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados.** 2.ed. São Paulo (SP): Atlas, 2006. 281 p.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. **Conversando sobre ética e sociedade.** 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 117 p.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE TEATRO	
Código: 01.405.26	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 40	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.08	
Semestre: 5	
Nível: Superior	
EMENTA	
Instrumentalização para a práxis docente: concepções, objetivos, modalidades e inserção no processo pedagógico na escola. Estímulo aos futuros profissionais da educação uma atitude de investigador, devidamente capacitados para o processo de pesquisa. Vivências de situações como docente: observação nos ensinos fundamental e médio.	
OBJETIVO	
<p>Geral:</p> <p>Compreender, analisar e refletir, no intuito de elaborar uma visão crítica das metodologias empregadas no ensino do teatro e da arte no processo educacional brasileiro.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender que a linguagem artística contribui para o pleno desenvolvimento do indivíduo nos seus aspectos sociais, políticos, afetivos, cognitivos e identitários; - Perceber-se como agente mediador e transformador da educação através do ensino do teatro, diminuindo as lacunas existentes na área de arte educação; - Conhecer a importância e necessidade da linguagem teatral nas diferentes fases do desenvolvimento global do indivíduo; - Ser capaz de preparar um plano de aula e um plano de curso tendo em conta os valores, normas, atitudes, conteúdos, métodos e currículos adaptados à criança e adolescente; - Conhecer as metas de qualidade apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua aplicação nas escolas públicas; - Ser capaz de ministrar e analisar uma aula de teatro para um grupo pré-determinado tendo em vista a tríade: fazer- fruir- refletir objetivando a construção do conhecimento. 	

PROGRAMA
<ol style="list-style-type: none"> 1- Arte como conhecimento e expressão de culturas; breve história da arte e educação no Brasil; 2- O papel do ritual teatral na expressão e construção de uma cultura; 3- O teatro como instrumento de aprendizagem e interação coletiva: as práticas nas escolas e instituições, lacunas e desafios; 4- O trinômio proposto pelos PCN's: fazer-fruir-refletir; 5- O teatro como agente transformador da sociedade: promoção da autonomia e do conceito de cidadania, o papel do teatro na escola hoje.
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>ESTUDOS ORIENTADOS (40H)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos e aplicação dos termos: interdisciplinaridade, e transversalidade dos conteúdos escolares e artes segundo os PCN's; - Preparação de Planos de aulas, elaboração de projetos; - - Estudo aplicado aos principais elementos da Metodologia; - Estudo da ética em sala de aula; - Análise de projeto pedagógico; - Pedagogia do Oprimido; - Criação de texto <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (40H)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teatro do Oprimido, prática e metodologia de ensino: - Dinâmicas e jogos para uma aula; - Preparação e experimentação para aulas práticas, seguidas de análise e reflexão crítica da aplicabilidade das mesmas; - Aulas expositivas; - Seminários; - Aula de campo com aplicação de aulas preparadas previamente; - Aplicação da prática Roda de Conversa, onde o aluno apresenta um tema de modo prático.
AVALIAÇÃO
<p>Processual e contínua levando em consideração a assiduidade, pontualidade e participação nos trabalhos e programas;</p> <p>O aluno deverá ministrar uma aula previamente preparada e corrigida, em uma escola ou instituição de sua escolha sob a supervisão do professor da disciplina em presença de colegas;</p> <p>Debates, resumos e resenhas sobre textos indicados.</p>
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia - Materiais Impressos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BARBOSA, Ana Mae Arte. Educação contemporânea. São Paulo: Cortês, 2006.</p> <p>BOAL, Augusto. Jogos para a arte - resenão-</p>

atores. 10.ed. Riode Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2007. 347p.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005. 148 p.
 JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. **Metodologia do ensino de teatro**. 7.ed. Campinas (SP): Papyrus, 2008. 224 p.
 KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e jogo: uma didática brechtiana**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2008. 130 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. 5.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2008. 132 p.
 DESGRANGES, Flávio. **A Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo**. São Paulo (SP): Hucitec : Edições Mandacaru, 2006. 183 p.
 FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Resende e. **Metodologia do ensino de arte**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 1999. 135 p.
 KOUDELA, Ingrid Dormien. **Um vôo brechtiano: teoria e prática da peça didática**. São Paulo (SP): Perspectiva, 1992. 130 p.
 KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006. 155 p.
 SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TÉCNICAS DE ENCENAÇÃO	
Código: 01.405.28	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 40	CH Prático: 20
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.10 a 01.405.17 a 01.405.23 a	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Estudos técnicos fundamentais dos princípios e conceitos que envolvem a encenação. Definição do papel da direção teatral. Processos e modos de formação de ator e suas ferramentas de composição. Procedimentos criativos. Técnicas de direção teatral. Definição do território do diretor: direção de cena e direção de ator.</p>	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender historicamente o surgimento da encenação como um fenômeno do teatro moderno. - Trabalhar diferentes territórios da encenação: do diretor-pedagogo ao diretor total, passando pelos processos colaborativos de cena. - Trabalhar diferentes princípios (técnicas) de encenação: do teatro oriental, teatro europeu do séx XX, teatro moderno brasileiro e os processos colaborativos e de teatro de grupo no Brasil. - Desenvolver no trabalho teórico-prático, a percepção singular dos alunos e grupos da construção de uma poética de encenação próxima, construída por interesse e pesquisa pessoais. 	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. A Cena oriental: estudo sobre os procedimentos do Teatro Japonês (Nô e Butô), Chinês (Ópera de Pequim), Indiano (Kathakali). 2. A história da encenação moderna: raízes no teatro de Wagner (...). 3. O diretor pedagogo: estudo sobre os procedimentos dos encenadores pedagogos do séx. XX. 4. Encenação brasileira no séx XX (TEN – Teatro Experimental do Negro, Teatro Arena, Teatro Oficina, Augusto Boal 4. Estudo sobre a Materialidade Cênica: construção do fenômeno cênico a partir da (...) 5. Encenação Contemporânea: Processos Colaborativos e Criação Coletiva Teatro de Grupo no Brasil e Latino Americano 	

METODOLOGIA DE ENSINO
<p>ESTUDOS ORIENTADOS (40h)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos orientados, articuladores da teoria e da prática. - Análise de textos. - Atividades escritas e exposição dialogada nos encontros presenciais. - Planejamento - Projeto Cênico (justificativa, transposição cênica; procedimentos e materialidades para cena, imagens referenciais, cronograma, bibliografia). <p>PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (40h).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Estudos Compartilhados (Seminários) - Ensaios com atores convidados; preparação técnica (leitura de texto dramático, treinamento corporal, treinamento vocal, jogos de improvisação) - Criação de Cenas (prática) a partir dos procedimentos técnicos estudados. - Apresentação parcial de cenas com discussão coletiva dos procedimentos adotados. - Apresentação final dos resultados das atividades práticas: Encenação
AVALIAÇÃO
<p>Será realizada na primeira etapa avaliação teórica acerca das aulas expositivas e uma avaliação teórico-prática acerca dos procedimentos adotadas pelos encenadores (teórico serão Estudos Compartilhados e práticos Criação de cenas). Na segunda etapa a avaliação será realizada a partir de um projeto pessoal de encenação e o seu resultado prático na construção de uma encenação.</p>
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia -Materiais Impressos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BARBA, Eugênio. Queimar a casa: origens de um diretor. São Paulo: Perspectiva.</p> <p>BOGART, Anne. A Preparação do diretor: sete ensaios sobre arte e teatro. São Paulo: Martins Fontes.</p> <p>BROOK, Peter. A Porta aberta: reflexões sobre a interpretação e o teatro. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2005. 103 p. PAVIS, Patrice. Análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança-teatro, cinema. São Paulo (SP): Perspectiva, 2004. 323 p.</p> <p>_____. Dicionário de teatro. 2.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1999. 483 p. PEIXOTO, Fernando. Ópera e encenação. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1986. 14</p> <p>ROUBINE, Jean-Jacques. A Linguagem da encenação teatral 1880-1980.</p>

2.ed. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1998. 237 p.

_____. Introdução às grandes teorias do teatro. Tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHINO, Mirela. Alquimistas do Palco - Os Laboratórios Teatrais na Europa.

WEKWERTH, Manfred. **Diálogo sobre a encenação**: um manual de direção teatral. 3.ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1997. 187 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Teatro Oriental

BERTOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo; Editora: Perspectiva, 2006.

GIROUX, Sakae Murakami. **Zeami: cena e pensamento Nô**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

2. Teatro Realista

MANN, Thomás. **O Escritor e sua Missão; Goethe, Dostoiévski, Ibsen e outros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GUINSBURG, J. **Stanislavski e o teatro de Arte de Moscou: do realismo externo ao tchekhovismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

STELLA, Adler. **Sobre Ibsen, Strindberg e Chekhov**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

3. Teatro Épico – Brecht

BORNHEIM, Gerd. **Brecht: a estética do teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BRECHT, Bertold. **Teatro Completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

3.1 Teatro Vanguarda

ARTAUD, A. **Linguagem e vida**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

QUILICI, Cassiano Sydow. **Antonin Artaud: Teatro e Ritual**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

4. Teatro Absurdo

ESSLIN, Martin. **O Teatro do Absurdo; tradução de Bárbara Heliodora**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GENET, Jean. **Diário de um Ladrão**. Rio de Janeiro. Editora: Rio Gráfica, 1949.

SOUZA, Maria Gorete Oliveira de. **Representações de tecnologia no discurso dramático de Eugênio Ionesco**. Curitiba: UTFPr, 2008.

5. Teatro Brasileiro

BOAL, Augusto. **A Estética do oprimido: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista e de j**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LIMA, Evani Tavares. **Um olhar sobre o teatro negro do Teatro Experimental do Negro e do Bando de Teatro Olodum**. Tese (Doutorado em Arte e Sociedade) UNICAMP – Campinas, SP, 2010.

MARCOS, Plínio. **Navalha na Carne, Quando as Máquinas Param**. São Paulo: Parma, 1984

MENDES, Miriam Garcia. **O Negro e o Teatro Brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

6. Teatro 60/70

GROTOWSKI, Jerzy. **Em Busca de um Teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LIMA, Tatiana Motta. **Les Mots Pratiqués: relação entre terminologia e prática no percurso artístico de Jerzy Grotowski entre os anos 1959 e 1974.** Rio de Janeiro. Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro Programa de Pós Graduação em Teatro, 2008.

7. Dança-Teatro.

BAUSCH, Pina. **Pina Bausch e o Wuppertal dança-teatro: repetição e transformação.** São Paulo: Annablume, 2007.

8. Performance

COHEN, Renato. **A Performance como Linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

9. Teatro Contemporâneo

MNOUCHKINE, Ariane. Théâtre du Soleil.
<https://www.youtube.com/watch?v=vLmRJH3wiDg>

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os Processos criativos de Robert Wilson: trabalhos de arte total para o teatro americano contemporâneo.** São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 207p.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--------------------------------------	----------------------------------

DISCIPLINA: PROJETOS SOCIAIS	
Código: 01.405.32	
Carga Horária: 40	CH Teórico: 10
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 30
Número de Créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Fundamentos Sócio-Político-Econômico da realidade brasileira; Metodologia e técnica de elaboração de projetos junto a comunidades carentes; Desenvolver uma cultura solidária de partilha e de compromisso social, de modo que possam construir e exercitar a sua cidadania vivenciando-a com a do outro; Contribuição da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos envolvidos no projeto.</p>	
OBJETIVO	
<p>Compreender as relações que se estabelecem entre os grupos humanos nos diferentes espaços. Reconhecer direitos e responsabilidades como agente de mudança mediante situações que permitam o exercício da crítica. Analisar criticamente a relação entre os indivíduos e o espaço social e físico que ocupam. Desenvolver a capacidade de compreensão, de observação, de argumentação, de raciocínio, de planejamento e de formular estratégias de ação.</p>	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Análise do contexto socio-político-econômico da sociedade brasileira. • Movimentos Sociais e o papel das ONG'S como instâncias ligadas ao terceiro setor. • Formas de organização e participação em trabalhos sociais. • Métodos e Técnicas de elaboração de projetos sociais. • Pressupostos teóricos e práticos a serem considerados na construção de projetos sociais. • Formação de valores éticos e de autonomia pré-requisitos necessários de participação social 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Discussão em sala de aula dos objetivos e fins dos projetos sociais. Acompanhamento e/ou visitas "In loco" das atividades sociais desenvolvidas</p>	

nas comunidades. Simulação em sala de aula de “cases” direcionados as formas de participação social e de resolução de problemas. Realização de Workshop no final do semestre	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da disciplina será processual nos acompanhamentos dos trabalhos sociais desenvolvidos em campo. Ao término das efetivas 40 horas será realizado um Workshop na socialização e divulgação do trabalho realizado.	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia -Materiais Impressos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social. São Paulo (SP): Cortez, 2001. 176 p.	
DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. 11. ed. São Paulo (SP): Melhoramentos, 1978. 91 p.	
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo (SP): Cortez, 2005. 348 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BUARQUE, Cristovam. A Segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. 2.ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2003. 137 p.	
CARLEIAL, Adelita (Org.). População, sociedade e desenvolvimento. Ana MATOS et al. Fortaleza (CE): UECE, 2004. 159 p.	
OLIVEN, Ruben George. A Antropologia de grupos urbanos. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996. 53 p.	
SÁ, Roselene Moura de; LIMA, Simone Paz; LIMA, Tereza Cristina de Andrade. Uma Experiência voltada à auto - estima desenvolvida pelo SESI/CE - Projeto Biblioteca Intinerante. Fortaleza (CE): CEFET-CE, 2007. 17 p.	
VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S.; PAES - SOUSA, Rômulo. O Sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília (DF): UNESCO, 2006. 77 p.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: PESQUISA EM ARTES CÊNICAS	
Código: 01.405.35	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 40
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
Compreensão do significado da pesquisa em artes cênicas. Métodos e técnicas de pesquisa científica. Investigação dos possíveis objetos de pesquisa em Artes. Elaboração de projeto científico em artes cênicas. Construção de artigos científicos.	
OBJETIVO	
Geral: Desenvolver competências e habilidades para a pesquisa científica em Artes.	
Específicos: Compreender, investigar e conhecer os objetos de pesquisa em Artes; Relembrar e utilizar métodos e técnicas da pesquisa científica em trabalhos de IC; Discutir e aprofundar o estudo da ética em pesquisa; Compreender o papel do orientador na pesquisa em artes; Favorecer a aprendizagem na construção de artigos científicos a partir de estudos e pesquisas realizadas; Identificar o seu possível objeto de pesquisa para experiência em TCC; Elaborar projeto de pesquisa em artes cênicas.	
PROGRAMA	
1. Compreensão do significado da pesquisa em artes cênicas: 1.1. Arte e ciência como conhecimento. 1.2. Métodos e técnicas em ciências humanas e artes.	
2. Metodologia da Pesquisa em/sobre Artes Cênicas: 2.1. Ciência, Pesquisa e Artes: conceito, planejamento da pesquisa, relatório.	
3. A pesquisa em Artes Cênicas:	

<p>3.1. Elementos essenciais de um projeto de pesquisa: plano de trabalho, fichamento, pesquisa bibliográfica, resumos, normas técnicas.</p> <p>3.2. Preparação para o trabalho monográfico: as etapas de leitura, redação e revisão.</p> <p>3.3. Comunicação oral e defesa pública do projeto.</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<p>Aulas expositivas, aulas práticas tipo seminário, leituras de texto, encontros individuais, participação em evento acadêmico.</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Investigação do conhecimento estudado • Trabalho individual escrito • Acompanhamento processual durante o semestre; • Participação em sala • Participação em eventos acadêmicos
<p>RECURSOS</p>
<p>- Projetor Multimídia -Materiais Impressos</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. 516 p.</p> <p>CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). Construindo o saber - metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas (SP): Papyrus, 2006. 175 p.</p> <p>CARREIRA, A. (org.) [et al.] Metodologias de Pesquisa em Artes Cênicas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2002. 175 p.</p> <p>GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro, Record, 2001.</p> <p>JEUDY, Henri-Pierre. O Corpo como objeto de arte. 2.ed. São Paulo (SP): Estação Liberdade, 2002. 181 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2007. 289 p.</p> <p>MINAYO, M.C.S.(org.) Pesquisa Social: teoria, método, criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.</p> <p>ZAMBONI, S. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPAGNON, A. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

Trabalhos científicos: normas para organização, redação e apresentação. Fortaleza, ED. UECE, Março, 2003.

Memória Abrace V- Anais do IV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós Graduação em Artes Cênicas. III CONGRESSO DA ABRACE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

RAMOS, L.F. (org.) **Arte e ciência: abismo de rosas**. São Paulo: Abrace, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: COMPOSIÇÃO CÊNICA	
Código: 01.405.33	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 40
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.24, 01.405.28	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
Técnicas de composição cênica. Procedimentos criativos da direção teatral. Laboratórios específicos: estudos de mesa, análise de cenas e personagens, pesquisa de gestos e sons. Elementos estruturantes da cena. Supervisão dos processos de encenação. Estudo de análise de textos dramáticos. Projeto de montagem.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as diversas formas de composição cênica enfatizando as técnicas corporais; - Conhecer os processos de montagens de cenas e espetáculos de grupos e companhias teatrais; - Proporcionar um conhecimento prévio dos elementos estruturantes da cena: sonoplastia; - Incentivar a leitura de textos dramáticos; - Escolher texto(s) e/ou tema(s) para a montagem do espetáculo teatral; - Proporcionar suporte para elaborar projeto de montagem. 	
PROGRAMA	
<p>Unidade 1 – Composição Cênica corporal e o processo colaborativo da dramaturgia cênica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Composição de cena a partir do silêncio • Composição de cena a partir da Mímica Corporal Dramática • Composição de cena a partir do Viewpoints • Composição de cena a partir de textos dramatúrgicos e análise de cenas 	

<p>Unidade 2 – Sonoplastia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo da trilha sonora na composição da cena • Estudo da sonoplastia no teatro • Efeitos de Percussão <p>Unidade 3 – Direção cênica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de técnicas de direção teatral <p>Unidade 5 – Dramaturgia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo da dramaturgia e dos dramaturgos por períodos históricos <p>Unidade 6 – Projeto de montagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de projetos culturais e elaboração do projeto de montagem <p>Unidade 7 – Elaboração de cena</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e apresentação de exercício final público
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Aulas expositivas, aulas práticas, aulas de campo, leituras de textos, apresentação de vídeos, criação, montagem e apresentação de cenas, relatoria de composição das cenas.</p>
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas aulas e vivências; - Leitura dos textos sugeridos para acompanhamento da disciplina e rodas de diálogos em sala. - Pesquisas bibliográficas e de campo. - Apresentação de trabalhos em grupo e individual. - Relatório final de montagem da cena.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia -Materiais Impressos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>FERRACINI, Renato. A Arte de não interpretar como poesia corpórea do ator. São Paulo (SP): UNICAMP, 2003. 300 p.</p> <p>PAVIS, Patrice. Análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança-teatro, cinema. São Paulo (SP): Perspectiva, 2004. 323 p.</p> <p>ROUBINE, Jean-Jacques. A Linguagem da encenação teatral. 2.ed. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1998. 237 p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASLAN, Odette. **O Ator no século XX**: evolução da técnica/problema da ética. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 363 p.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1971. 208 p.

GUINSBURG, J. **Da cena em cena**. São Paulo: Perspectiva. (7 ex.)

MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva. (3 EX.)

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 2.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1999. 483 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ESTÁGIO I	
Código: 01.405.31	CH Teórico: 40 CH Prático: 80
Carga Horária: 120	
CH Prática como Componente Curricular: 00	
Número de Créditos: 6	
Código pré-requisito: 01.405.25 a 01.405.26	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
<p>Aborda-se o Estágio Supervisionado como atividade teórico-metodológica que instrumentaliza a práxis docente: concepções, objetivos, modalidades e inserção no projeto pedagógico da escola-campo, possibilitando, ainda, aos futuros profissionais da educação uma atitude de investigador, devidamente capacitados para o processo de pesquisa. Além desses aspectos os estagiários terão a oportunidade de realizar a observação participante e a regência de sala, estudando e elaborando planos e aplicando projetos.</p>	
OBJETIVO	
<p>Contribuir com a formação dos alunos, ajudando-os a construir atitudes de compromisso, responsabilidade profissional, atitude ética e autocrítica. Construir competências para a condução, execução e reflexão de sua prática profissional. Analisar, elaborar e aplicar projetos e planos de aula. Observar e analisar a postura e o trabalho do professor regente da disciplina.</p>	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Função social da escola e do papel do professor de Artes; • Planejamento escolar: relação com as propostas de ensino; • Análise do cotidiano da prática docente e reflexões da prática como e futuro educador; • Dinâmica da sala de aula: comunicação e desenvolvimento das aulas de Artes; • Conhecimento da realidade social da escola: análise e reflexão. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Estudo de textos. Visitas técnicas para o desenvolvimento de pesquisas, investigações e entrevistas com profissionais da área de Artes. Seminários de aprofundamento. Construção e aplicação de projetos em Artes.</p>	
AValiação	

<p>A avaliação se processará através da participação efetiva do discente nas discussões teóricas, visitas técnicas às escolas, seminários, construção e aplicação de projetos.</p>	
<p>RECURSOS</p>	
<p>- Projetor Multimídia -Materiais Impressos</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo (SP): Atlas, 2001. 219 p.</p> <p>PECONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A Prática de ensino e o estágio supervisionado. 9. ed. Campinas (SP): Papirus, 2003. 139 p.</p> <p>SILVA, Eurides Brito da (Org.). A educação básica pós LDB. São Paulo (SP): Pioneira Thomson Learning, 2003. 223 p.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>FAZENDA, Ivani et al. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo (SP): Cortez, 2004. 174 p.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31.ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005. 148 p.</p> <p>IKENAMI, Lúcia Fernandes Sinício. Arte no ensino superior: problemas de metodologia. Campinas (SP): UNICAMP, 1999. 241 p</p> <p>MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo (SP): FTD, 1998. 197p.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre (RS): Artmed, 2008. 232 p.</p>	
<p>Coordenador do Curso</p> <p>_____</p>	<p>Setor Pedagógico</p> <p>_____</p>

DISCIPLINA: O ATOR E A FALA	
Código: 01.405.34	
Carga Horária: 80	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 40
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.24	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
A apropriação do texto pelo ator. A elaboração rítmica da fala através dos recursos dinamizadores. O texto em prosa e o texto em verso. A oralidade humana. Mímesis corpóreo-vocal.	
OBJETIVO	
Oferecer metodologia de abordagem para o texto teatral. Investigar os fonemas do português brasileiro. Relacionar o som e o movimento. Incorporar a linguagem como expressão de um pensamento claro.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> - A apropriação do texto feita pelo ator numa conexão visceral entre o corpo, a voz e a fala. - A elaboração das pausas na fala da persona/personagem; - A acentuação melódica, uma percussão na orquestração da fala. Um dedo que aponta para a palavra-chave; - As curvas de inflexão, reflexo do espectro emocional na poética do ator; - Duração e velocidade de fala. O tempo de duração da vogal; - O texto em prosa e o texto em verso; - A oralidade humana; - Mímesis e Simulacro; - Treino articulatório. 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivas, aulas práticas, leituras de textos, apresentação de vídeos, apresentações públicas ou privadas de trabalhos realizados em sala.	
AVALIAÇÃO	
- Presença e Participação;	

<p>- Poéticas cênicas;</p> <p>- Desempenho nos seminários: domínio do conteúdo e coerência entre o tema e a abordagem.</p>	
RECURSOS	
<p>- Projetor Multimídia</p> <p>-Materiais Impressos</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. Higiene vocal para o canto coral. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 1997. 44 p.</p> <p>GAYOTTO, Lúcia Helena. Voz: partitura da ação. São Paulo (SP): Plexus, 2002. 132 p.</p> <p>FERREIRA, Léslie Piccolotto. Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo (SP): Summus, 1988. 158 p.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRANDI, Edmée. Educação da voz falada: a terapêutica da conduta vocal. 4.ed.rev.ampl. São Paulo (SP): Atheneu, 2002. 296 p.</p> <p>MARSOLA, Mônica; BAÊ, Tutti. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo (SP): Irmãos Vitale, 2001. 111 p.</p> <p>QUINTEIRO, Eudisia Acunã. Estética da voz: uma voz para o ator. 4.ed. São Paulo (SP): Summus, 1989. 119 p.</p> <p>STANISLAVSKI, Constantin. A Construção da personagem. 11.ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2003. 396</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

7º SEMESTRE

DISCIPLINA:ESTÁGIO II	
Código: 01.405.36	
Carga Horária: 140h	CH Teórico: 60
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 80
Número de Créditos: 7	
Código pré-requisito: 01.405.31	
Semestre: 7	
Nível: Superior	
EMENTA	
Instrumentalização para a práxis docente: concepções, objetivos, modalidades e inserção no processo pedagógico na escola-campo. Estímulo de uma atitude investigativa aos futuros profissionais da educação. Preparo de material didático. Vivências de situações como docente: participação e regência no ensino fundamental.	
OBJETIVOS	
Construir o projeto de estágio, indicando as ações a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado na escola-campo. Experimentar o contato com diferentes unidades escolares do Ensino Fundamental da rede pública e particular e com a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, para que identifique, analise e critique a realidade escolar, suas estruturas e funcionamentos. Aplicar, ampliar e adequar conhecimentos técnicos e científicos visando à integração entre teoria e prática voltada para o Ensino Fundamental da Educação Básica.	
PROGRAMA	
Tendo como objetivo articular teoria e prática, o Estágio Supervisionado II remete à fundamentação teórica recebida nos semestres anteriores a partir de diferentes disciplinas, desde as que envolvem os fundamentos da ação docente às que estão voltadas à organização e ao planejamento de ensino voltado para o Ensino Fundamental da Educação Básica.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A metodologia empregada será crítico-participativa, possibilitando aos alunos a reflexão da ação docente, através do referencial teórico e das vivências de participação e regência do estágio em turmas do Ensino Fundamental da Educação Básica.	

AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe. Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos. Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados. Domínio de atuação docente (postura e desempenho).	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia -Materiais Impressos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MARCONI, Marina de A. Metodologia do trabalho científico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001/2006. 219p.	
MARTINS, Miriam C.; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. T. Telles. Didática do ensino da arte . São Paulo: FTD, 1998. 197p. (Conteúdo e Metodologia)	
SILVA, Eurides Brito da (Org.). A Educação básica pós LDB . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 223p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FAZENDA, Ivani et al. Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo (SP): Cortez, 2004. 174 p.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 31.ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005. 148 p.	
IKENAMI, Lúcia Fernandes Sinício. Arte no ensino superior: problemas de metodologia . Campinas (SP): UNICAMP, 1999. 241 p.	
PECONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A Prática de ensino e o estágio supervisionado . 9. ed. Campinas (SP): Papirus, 2003. 139 p.	
PERRENOUD, Philippe. A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica . Porto Alegre (RS): Artmed, 2008. 232 p.	
Coordenador do Curso <hr/>	Setor Pedagógico <hr/>

DISCIPLINA: PESQUISA ORIENTADA	
Código: 01.405.38	
Carga Horária: 20	CH Teórico: 20
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 00
Número de Créditos: 1	
Código pré-requisito: 01.405.35	
Semestre: 6	
Nível: Superior	
EMENTA	
Desenvolvimento do projeto iniciado em Pesquisa em Artes Cênicas com professor orientador. Construção de artigos científicos.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Rever o projeto monográfico. -Desenvolver o projeto em artigo científico. - Aprofundar os objetivos da pesquisa com orientações individuais. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I – PROJETO DE PESQUISA	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequações de métodos e materiais; • Revisão de cronograma; • Preparação de sumário; • Redação de versão parcial. 	
UNIDADE II – TCC	
<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica e de campo • Normas da ABNT/Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE • Apresentação oral de trabalhos científicos 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivo-dialógicas. - Atendimentos individuais com orientadores - Apresentação parciais do TCC 	
AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento das tarefas solicitadas durante as orientações; - Qualidade do texto escrito apresentado; 	

- Frequência às orientações.	
RECURSOS	
- Projetor Multimídia -Materiais Impressos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. SP: EDUC, 1998.</p> <p>MOREIRA, Etelvina Maria Marques; SILVA, Joselito Brilhante da. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017.</p> <p>RAMOS, Luiz Fernando (org.). Arte e ciência: abismo de rosas. São Paulo: ABRACE, 2012.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte (MG): Interlivros, 2001. 317 p.</p> <p>SANTAELLA, M. L. Comunicação e pesquisa. São Paulo: Hacker, 2001</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 19. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 174 p.</p> <p>HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. As Normas da ABNT em trabalhos acadêmicos: TCC, dissertação e tese: métodos práticos e ilustrações com exemplos dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 2. ed. São Paulo: Globus, 2011. 158 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.</p> <p>SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 5. ed.rev. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2002. 164 p.</p> <p>ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo (SP): Autores Associados, 2001. 107 p.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: TCC I: MONTAGEM	
Código: 01.405.37	
Carga Horária: 120	CH Teórico: 40
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 80
Número de Créditos: 6	
Código pré-requisito: 01.405.33 a 01.405.34	
Semestre: 7	
Nível: Superior	
EMENTA	
Montagem de espetáculo de conclusão de curso. Improvisação. Planta baixa. Ensaios de marcação. Afiinação da cena. Ensaio geral. Ensaio aberto. Temporada. Elaboração do projeto de circulação.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar montagem e temporada de espetáculo de conclusão de curso, a mobilizar todos os integrantes da disciplina dentro das mais diversas funções da realização teatral; - Construir processo pedagógico na produção da montagem, na qual valores éticos e de aprendizado estejam sempre pautados, visando o teatro como um saber prático e coletivo; - Produzir, como resultado do processo, um objeto que reflita o caminho de aprendizagem percorrido ao longo do curso; - Apontar e orientar, no processo de montagem, interesses específicos de pesquisa dos alunos, enfatizando-os, nessa prática, não somente como artistas de cena, mas sobretudo como pesquisadores do saber teatral. 	
PROGRAMA	
<p>O programa da disciplina é variável a cada turma, de acordo com cada projeto de montagem. Seu enfoco, todavia é prático-teórico, no qual diversos aspectos práticos da realização teatral são trabalhados, juntamente com a permanente produção de pesquisa e pensamento dos alunos. De modo que podemos sintetizar o processo da seguinte maneira, ainda que sem definições cronológicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo dos temas abordados pela montagem. Análise estética, ética, poética e de discurso. Definição do objeto de pesquisa; - Experimentações práticas das questões abordadas à luz dos mecanismos teatrais: procedimentos com as poéticas corporais, sonoplastia, criação de espaço cênico, visualidade cênica, dramaturgia, contracenação e utilização de outras mídias; 	

-Definição dos mecanismos do processo criativo, submetido a referências teóricas e sobre demandas surgidas pelo processo interno da turma. Definição do papel criador de todos os integrantes da disciplina: atuação, criação de luz, som, cenário, figurino, produção, direção, comunicação etc;

-Trabalho prático de composição cênica, sempre de modo debatido e orientado pelo professor;

- Busca do resultado do processo a ser apresentado em temporada como montagem: obra aberta ou fechada, tendo em vista produção de discurso, interferência estética e gestão de pensamento. Mobilização dos recursos técnicos e produtivos para este fim;

- Relatório final da temporada e processo de montagem, bem como apresentação de projeto de circulação do trabalho;

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, leituras de texto, apresentação de vídeos e seminários, debates, experiências prático-teóricas, divisão de núcleos de produção/realização. Vivência prática e discutida de todos os elementos constitutivos de um processo de criação e montagem teatral.

AVALIAÇÃO

- Participação nas etapas da metodologia de ensino - práticas e teóricas
- Apresentação de relatório descritivo de todo o processo
- Apresentação de projeto de circulação de montagem
- Nível de desempenho e envolvimento na montagem do trabalho

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. 2.ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 1999. 483 p.

_____. Análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança-teatro, cinema. São Paulo (SP): Perspectiva, 2004. 323 p.

ROMANO, Lúcia. O Teatro do corpo manifesto: teatro físico. São Paulo (SP): Perspectiva, 2008. 250 p.

Obs: A bibliografia é específica a cada projeto de montagem. A ser indicada pelo professor(a) orientador, conforme especificidades da montagem. Consultar Manual de TCC1: MONTAGEM DE ESPETÁCULO TEATRAL.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASLAN, Odette. **O Ator no século XX**: evolução da técnica/problema da ética. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 363 p.

BROOK, Peter. **A Porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. 4.ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2005. 103 p.

CASTRO, Ruy. **O Anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2003. 457 p.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. 5.ed. São Paulo (SP): Summus, 1978. 268 p.

MAGALDI, Sábato. **Nelson Rodrigues**: dramaturgia e encenação. 2rev.ampl. São Paulo (SP): Perspectiva, 1992. 206 p.

_____. **Teatro da obsessão**: Nelson Rodrigues. São Paulo (SP): Global, 2004. 189 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PUDS LICENCIATURA EM TEATRO

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÁGIO III	
Código 01.405.39	
Carga Horária: 140	CH Teórico: 60
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 80
Número de Créditos: 7	
Código pré-requisito:	
Semestre: 8	
Nível: Superior - Licenciatura	
EMENTA	
<p>Estágio Supervisionado como atividade teórico-metodológica que instrumentaliza a práxis docente: concepções, objetivos, modalidades e inserção no projeto pedagógico da escola-campo, possibilitando, ainda, aos futuros profissionais da educação uma atitude de investigador, devidamente capacitados para o processo de pesquisa. Além desses aspectos os estagiários terão a oportunidade de realizar a observação participante e a regência de sala, estudando e elaborando planos e aplicando projetos para o Ensino Médio da Educação Básica.</p>	
OBJETIVO	
<p>Contribuir com a formação dos alunos, ajudando-os a construir atitudes de compromisso, responsabilidade profissional, atitude ética e autocrítica. Observar e analisar a postura e o trabalho do professor regente da disciplina nas turmas do Ensino Médio da Educação Básica. Construir competências para a condução, execução e reflexão de sua prática profissional. Analisar, elaborar e aplicar projetos e planos de aula em turmas do Ensino Médio da Educação Básica.</p>	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none">• Compreensão da função social da escola e do papel do professor de Teatro na escola;• Planejamento escolar: relação com as propostas de ensino; análise do cotidiano da prática docente, bem como de sua prática como estagiário e futuro educador;• Dinâmica da sala de aula: comunicação e desenvolvimento das aulas de Artes - Teatro;	

- Conhecimento da realidade social da escola: análise e reflexão.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia empregada será crítico-participativa, possibilitando aos alunos a reflexão da ação docente, através do referencial teórico e das vivências de participação e regência do estágio em turmas do Ensino Médio da Educação Básica.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe. Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos. Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados. Domínio de atuação docente (postura e desempenho).

RECURSOS

- Projetor Multimídia
- Materiais Impressos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo (SP): Atlas, 2001. 219 p.

MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo (SP): FTD, 1998. 197p.

SILVA, Eurides Brito da (Org.). **A educação básica pós LDB**. São Paulo (SP): Pioneira Thomson Learning, 2003. 223 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAZENDA, Ivani et al. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo (SP): Cortez, 2004. 174 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005. 148 p.

IKENAMI, Lúcia Fernandes Sinício. **Arte no ensino superior: problemas de metodologia**. Campinas (SP): UNICAMP, 1999. 241 p.

PECONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 9. ed. Campinas (SP): Papirus, 2003. 139 p.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2008. 232 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TCC II : MONOGRAFIA	
Código: 01.405.40	
Carga Horária: 80h	CH Teórico: 80
CH Prática como Componente Curricular: 00	CH Prático: 00
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito: 01.405.38	
Semestre: 8	
Nível: Superior	
EMENTA	
Execução de projetos de pesquisa científica em artes cênicas, de caráter monográfico. Consolidação e desenvolvimento do projeto de pesquisa. Aprofundamento teórico específico. Orientação e elaboração da monografia. Planejamento do trabalho. Redação do trabalho de acordo com normas da ABNT e Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE.	
OBJETIVO	
- Realizar trabalho monográfico sobre tema afim ao campo de saber das artes cênicas. Defender publicamente e entregar versão final escrita.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – PROJETO DE PESQUISA	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequações de métodos e materiais; • Revisão de cronograma; • Preparação de sumário; • Redação de versão parcial. 	
UNIDADE II – TCC	
<ul style="list-style-type: none"> • Divisão em seções • Pesquisa bibliográfica e de campo • Adequação às Normas da ABNT/Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE 	
UNIDADE III – EXECUÇÃO E DEFESA DO TCC	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento da defesa • Apresentação do TCC de forma oral e escrita. 	

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivo-dialógicas. - Atendimentos individuais com orientadores - Defesa pública do TCC
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Frequência às orientações. - Apresentação das versões parciais do trabalho monográfico. - Preparação para defesa. - Defesa pública do trabalho monográfico.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Projetor Multimídia -Materiais Impressos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. SP: EDUC, 1998.</p> <p>MOREIRA, Etelvina Maria Marques; SILVA, Joselito Brilhante da. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017.</p> <p>RAMOS, Luiz Fernando (org.). Arte e ciência: abismo de rosas. São Paulo: ABRACE, 2012.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte (MG): Interlivros, 2001. 317 p.</p> <p>SANTAELLA, M. L. Comunicação e pesquisa. São Paulo: Hacker, 2001</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 19. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 174 p.</p> <p>HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. As Normas da ABNT em trabalhos acadêmicos: TCC, dissertação e tese: métodos práticos e ilustrações com exemplos dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 2. ed. São Paulo: Globus, 2011. 158 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.</p> <p>SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 5. ed.rev. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2002. 164 p.</p> <p>ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo (SP): Autores Associados, 2001. 107 p.</p>

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--------------------------------------	----------------------------------

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Tópicos avançados em teatro: reflexões e poéticas	
Código:	
Carga Horária Total: 80h	CH Teórica: 80 CH
CH Prática como Componente Curricular: 00	
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos: -	
Semestre:	
Nível: Superior	
EMENTA	
Estudos do pensamento e das práticas de diferentes autores-criadores e sua contribuição para a cena contemporânea. Teatralidade, espetacularidade e os princípios que norteiam os processos criativos. Diferentes abordagens das materialidades cênicas: luz, figurino, cenografia. Apesquisa contemporânea sobre processos de produção, recepção e análise das artes cênicas.	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none">- Estudar diferentes pensamentos e práticas em artes cênicas na contemporaneidade;- Abordar as noções de teatralidade e espetacularidade;- Investigar processos criativos à luz de suas poéticas;- Conhecer diferentes abordagens das materialidades cênicas: luz, figurino, cenografia.- Aprofundar o estudo em investigações sobre processos de produção, recepção e análise das artes cênicas.	
PROGRAMA	
Artes da Cena e as poéticas contemporâneas. Elementos do teatro em suas pesquisas atuais: Música, Cenografia, Luz, Figurino. Estudos e metodologias da pesquisa em teatro: reflexões contemporâneas	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Procedimentos a critério do professor para desenvolvimento da aprendizagem (sugestões: aula expositiva; estudos dirigidos; debates a partir de leituras de	

<p>textos e/ou exposições de filmes, documentários, peças teatrais; seminários; entre outras).</p> <p>OBS: Essa disciplina será ofertada por um professor a cada semestre e a abordagem (conteudística e metodológica) dos grandes temas aqui desenhados ganhará especificidade de acordo com cada pesquisa.</p>	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação ocorrerá de forma permanente e continuada dentro do processo de ensino aprendizagem.</p>	
RECURSOS	
<p>Projeto multimídia</p> <p>Material impresso</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARTAUD, Antonin. O Teatro e seu duplo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>BARBA, Eugenio. Além das ilhas flutuantes. São Paulo: Hucitec, 1991.</p> <p>BROOK, Peter. O teatro e seu espaço. Petrópolis: Vozes, 1970.</p> <p>CARLSON, Marvin. Teorias do teatro. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>CRAIG, E. G. Da arte do teatro. Ed. Arcádia, Lisboa.</p> <p>GROTOWSKI, J. Em busca de um teatro pobre. C. Brasileira, RJ, 1987.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BARBOSA, Ana Mae. Ensino da arte: memória e história. São Paulo: Perspectiva, 2008.</p> <p>BORIE, M., ROUGEMONT, M.; SCHERER, J. Estética teatral: textos de Platão a Brecht. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.</p> <p>DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do Teatro: Provocação e Dialogismo. São Paulo: Hucitec, 2006.</p> <p>JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do ensino de teatro. Campinas: Papyrus, 2001</p> <p>PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.</p>	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CULTURAIS TRADICIONAIS	
Código:	Professor: Maria de Lourdes
Carga Horária: 80 h/a	PCC: 80h
Número de Créditos: 4	e-mail:
Código pré-requisito:	
Semestre: 2019	
Nível: Superior Licenciatura	
EMENTA	
<p>Práticas Tradicionais populares – identificação e características. Grupos artísticos de matriz estética tradicional – características, processo criativo, necessidades técnicas e pedagógicas, funcionalidade. O grupo Miraira e os grupos de Fortaleza – histórico e particularidades. O ambiente de ensino formal como espaço para uma prática profissional interdisciplinar por meio de danças, músicas, ritos, poesias tradicionais. O grupo artístico como espaço de vida efetiva entre a comunidade e a instituição. Tesouros Vivos, Mestres da Cultura, saberes e fazeres – a prática como processo de salvaguarda do patrimônio Imaterial. Experiências de Atuação profissional com Práticas Tradicionais populares.</p>	
OBJETIVO	
<p>GERAL: Oportunizar experiências práticas de como criar, organizar, manter e consolidar um grupo de dança/teatro tradicional popular em ambiente educativo formal e não formal experimentando repertório de danças e folguedos tradicionais populares, ritos, músicas e outros saberes.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver competências corporais para práticas criativas com danças tradicionais e populares; 2. Compreender a lógica interna de grupos de tradições populares; 3. Favorecer a criação de grupos de tradição popular em espaços educativos como atuação do docente/artista/pesquisador; 4. Reconhecer folguedos, danças, músicas, ritos; tradicionais como repertório para criação cênica com matriz estética tradicional. 	
PROGRAMA	

PARTE I – Experiências com Danças, Músicas usos e costumes cearenses.

Cana Verde (s) - Reisado (s) - Reis de Congo (Milagres) - Bumba-meu-boi (s) - Pastoril (is) - Maracatu (s) - Maneiro Pau (s) – Leruá - Coco (s) – Torém - Toré

PARTE II – Experiências com Danças, usos e costumes tradicionais brasileiros.

Quilombo – Maxixe - Frevo – Candomblé – Araruna-Lundu – Balainha – Carimbó – Siriá – Xaxado- Pastoril- Boi do maranhão – Guerreiro Alagoano – São Gonçalo de Laranjeiras- Cavalo Piancó – Caboclinhos – Maracatu (PE) - Chimarita – Pezinho – cana Verde – Anu – chula - Maçanico – Tirana do Lençotatu com volta no Meio - – dança do facão – rancheira de Carreinha – rilo – Jongo - Cacuriá sarrabalho – Carangueijo – Quero Mana – Preta da Angola – Jacundá – Cacuriá, Ciranda de Tefé, Retumbão.

Parte III – Experiências com Danças, usos e costumes tradicionais internacionais.

Sombreiro - Square dance - Quadrilha Francesa - Can-can - Tango - La cueca – Sanjuanito - La Marinera – Chacareira – Huayno – Bailecito.

Parte IV - Experiências de Criação com outros saberes tradicionais.

Pisa no pilão – suíte Cearense – Vaqueiro – Vaquejada – festejos, etc..

METODOLOGIA DE ENSINO

OBS: Esta disciplina optativa ocorrerá dentro das práticas efetivas do grupo Miraira na qual os alunos poderão vivenciar todo o processo que envolve a efetivação de um grupo como esse no ambiente escolar. Eles poderão participar de todas as práticas artísticas, organizativas e de produção cultural do mesmo, além de atuar cenicamente no circuito cultural da cidade durante as apresentações do grupo, podendo inclusive participar em ações interestaduais. Tudo ocorrerá como atividade formativa buscando favorecer experiências para aplicação de conhecimentos na prática docente.

Experiências, vivências em aulas/ensaios;

Prática de ritmos e expressões culturais dramáticas e simples;

Estudos orientados sobre as danças e usos;

Vivência de movimentos coreográficos de danças negras e indígenas nordestinas;

Exibição pública de trabalhos montados em forma de espetáculos no circuito cultural da cidade e/ou de outros estados.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Anexo para aulas práticas, som, microsistem;; ônibus escolar p/ visitas técnicas e espetáculos públicos.

AValiação
<p>Avaliação qualitativa</p> <ul style="list-style-type: none"> -Frequência, participação nas aulas/ensaios e vivências de expressões tradicionais; -Participação nas atividades do grupo de organização técnica e coletiva com adereços, figurinos e instrumentos -Pesquisas bibliográficas e de campo (relatório) -Apresentação de trabalhos em grupo e individual -Avaliação escrita sobre textos e temas estudados e outras formas de avaliação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>ANDRADE, Mário de; ALVARENGA, Oneida. Danças dramáticas do Brasil. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 2002.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas. 3.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 591 p.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional II: danças, recreação e música. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 573 p.</p> <p>ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares técnicas tradicionais. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 532 p.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do folclore brasileiro - v.1. São Paulo (SP): Global, 2003.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Lendas brasileiras: 21 histórias criadas pela imaginação do nosso povo. Rio de Janeiro (RJ): Tecnoprint, S.D. 166 p.</p> <p>CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 10. ed. São Paulo (SP): Global, 2001. 768 p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ESCUDEIRO, Ângela. <u><i>Cassimiro Côco de cada dia: Botando boneco no Ceará</i></u>. Fortaleza: IMEPH, 2007.</p> <p>LEAL, Vinicius Barros. <u><i>O Bumba-meu-boi: uma nova abordagem O Teatro de Carlos Câmara</i></u>. Fortaleza: 1982.</p> <p>Oliveira, M. V. de Faria (et al). <u><i>Brinquedos e brincadeiras populares: identidade e memória</i></u>. São Paulo: ABEU, 2010.</p> <p>FIGUEIREDO FILHO, J. de. <u><i>Folquedos infantis caririenses</i></u>. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará 1966.</p> <p>LOPES, Ribamar (org.) <i>Literatura de cordel: antologia</i>. 3ª. Ed. Fortaleza: BNB, 1994</p> <p>MOTA, Leonardo. <i>Violeiros do norte: poesia e linguagem do sertão nordestino</i>. 3ª. Ed. Fortaleza: ABC editora, 1962.</p>

MORAIS, Carlos A. Crisóstomo de. *A Lúdica infantil espontânea na formação da criança do ensino fundamental de Fortaleza.* Fortaleza: monografia IFCE, 2003.

Carlos A. Crisóstomo de Moraes

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PRÁTICA DE CONJUNTO MUSICAL: sons musicais tradicionais na docência e na prática artística	
Código: :	Prof. RAIMUNDO NONATO CORDEIRO
Carga Horária: 80 PCC:	
Número de Créditos: 4	
Código pré-requisito:	
Semestre: OPTATIVA	
Nível: SUPERIOR	
EMENTA	
Gêneros tradicionais da cultura imaterial do povo brasileiro. Matrizes estéticas sonoras do povo brasileiro. Gêneros, Instrumentos e contribuições musicais do povo afrodescendente. Gêneros, Instrumentos e contribuições musicais dos indígenas e seus descendentes brasileiros. Música e cena nas danças dramáticas brasileiras. Universo sonoro imaterial do povo cearense. Gêneros, Instrumentos e contribuições musicais latino-americanas.	
OBJETIVO (S)	
<p>Geral: Cantar, tocar, executar sons de tradição oral e instrumentos étnicos brasileiros e latinos americanos.</p> <p>Específicos: -Reconhecer instrumentos étnicos brasileiros e latinos americanos; -Reconhecer sons e gêneros musicais tradicionais do povo brasileiro e latino americano; - Valorizar a música de tradição oral; -Utilizar a música de tradição oral na atuação docente em Artes.</p>	
CONTEÚDOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Música de tradição oral cearense; 2. Música de tradição oral nordestina; 3. Música de tradição oral brasileira; 4. Música de tradição oral latina americana 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Práticas por meio de aulas/ensaios com estudos de canto e toques diversificados com instrumentos diversos com música de Tradição Oral de acordo com repertório dos projetos em curso. O aluno que pretende cursar	

esta disciplina deverá fazer um THE – teste de habilidade específica com o Prof. Nonato Cordeiro.
- Práticas de gravação em estúdio musical.

AValiação

Avaliação qualitativa

- Frequência, participação nas aulas/ensaios e vivências de expressões sonoras tradicionais;
- Participação nas atividades do grupo de organização técnica e coletiva com a diversidade instrumental e figurinos;
- Pesquisas bibliográficas e de campo (relatório);
- Participação, atuação artística profissional em experiências de espetáculos cênicos/sonoros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Mário de; ALVARENGA, Oneida. **Danças dramáticas do Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 2002.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas**. 3.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 591 p.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional II: danças, recreação e música**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 573 p.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares técnicas tradicionais**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 532 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Ermelinda. 500 canções brasileiras. Rio de Janeiro: Luís Bogo, 1989.

CUNHA, Conceição de Maria. A música Folclórica Infantil e o brinquedo cantado na creche escola Aprendendo a crescer. Monografia Especialização curso Arte e Educação. UECE/CEFETCE, Fortaleza, 2003

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro - v.1**. São Paulo (SP): Global, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Lendas brasileiras: 21 histórias criadas pela imaginação do nosso povo**. Rio de Janeiro (RJ): Tecnoprint, S.D. 166 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo (SP): Global, 2001. 768 p.

<p style="text-align: center;">Coordenador do Curso</p> <hr/>	<p style="text-align: center;">Coordenadoria Técnico- Pedagógica</p> <hr/>
--	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

MANUAL DO ESTAGIÁRIO

PROEXT
2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ÍNDICE

I – APRESENTAÇÃO	04
II – PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO	05
III – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	06
IV – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO NÃO – OBRIGATÓRIO	07
V – LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO	08
VI – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	18



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

APRESENTAÇÃO

Caros alunos,

O presente manual visa a oferecer orientações sobre os procedimentos de estágio supervisionado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Nele, serão encontradas as diretrizes essenciais para a realização das atividades de estágio com base na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Leia-o criteriosamente e, para solucionar as eventuais dúvidas, procure esclarecimento na Coordenadoria de Estágios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO

Para ingressar no estágio, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece os seguintes requisitos:

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;
- Celebração de termo de compromisso de estágio;
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso de estágio, bem como adequação ao projeto pedagógico do curso;
- Acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente, comprovado por relatórios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR**

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

I – Antes de ingressar no estágio:

- a. Solicitar e preencher ficha de matrícula no estágio na coordenadoria de acompanhamento de estágios;
- b. Preencher termo de compromisso de estágio em 03 (três) vias;
- c. Preencher o plano de atividades em 03 (três) vias;
- d. Apresentar cópia da proposta de seguro de vida com seu respectivo comprovante de pagamento ou da apólice de seguro contra acidentes pessoais ou cópia contratada pela parte concedente.

II – Durante o estágio:

- a. Apresentar relatório periódico de atividades com vistos do professor orientador da instituição de ensino, do supervisor do estágio na parte concedente e do aluno, a cada 06 (seis) meses.

III – Conclusão do estágio:

- a. Apresentar ficha de avaliação do estagiário na coordenadoria de estágios;
- b. Apresentar relatório final de estágio na coordenadoria de estágios;
- c. Requerer a conclusão do estágio supervisionado;
- d. Apresentar relatório final de atividades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO NÃO – OBRIGATÓRIO

I – Antes de ingressar no estágio:

Apresentar termo de compromisso de estágio e plano de atividades preenchidas e assinadas pelas partes em 03 (três) vias.

II – Durante o estágio:

Relatório periódico de atividades com vistos do professor orientador da instituição de ensino, do supervisor de estágio na empresa e do aluno, a cada 06 (seis) meses.

III – Conclusão de estágio:

Termo de encerramento de estágio fornecido pela parte concedente do estágio.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR**

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II
DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III
DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV
DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

[§ 1o](#) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

[§ 3o](#) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

[§ 7o](#) Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.”

(NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187^o da Independência e 120^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FernandoHaddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I
DO EXERCÍCIO ORIENTADO DA PROFISSÃO (ESTÁGIO
SUPERVISIONADO)

Art. 1º - O exercício orientado da profissão (estágio supervisionado) é condição indispensável para a conclusão e obtenção do diploma de técnico, tecnólogo, bacharel e licenciado nos cursos para os quais a realização do estágio seja definido como obrigatório.

§ 1º - Considera-se estágio supervisionado obrigatório aquele definido no projeto pedagógico do curso e cuja carga horária seja requisito indispensável para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º - Considera-se estágio não – obrigatório aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

§ 3º – Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, somente poderão desenvolver atividades em estágio os educandos que estejam com matrícula e frequência regular em curso de educação superior ou de educação profissional, em exceção aos casos apresentados no Art. 16 deste regulamento.

§ 4º - As atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica na educação superior, bem como aquelas desenvolvidas nos laboratórios da instituição, devidamente cadastradas na Pró-reitoria, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico de cada curso e desde que sigam as normas legais e os dispositivos deste regulamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único – Para os casos de contrato de trabalho, as atividades desenvolvidas serão avaliadas pelo professor orientador para efeito de aproveitamento como carga horária de estágio.

Art. 2º - O estágio será administrado pela Coordenadoria de Acompanhamento Estágios ou setor equivalente, sendo acompanhado e supervisionado por um ou mais de um professor orientador de cada curso.

Art. 3º - A carga horária mínima para o cumprimento do Estágio Supervisionado será definida no projeto pedagógico e matriz curricular de cada curso.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado somente poderá ser cursado a partir do período definido por cada curso, em seu respectivo projeto pedagógico, para a sua realização.

§ 1º - As atividades em estágio obrigatório poderão ser realizadas em empresas (pessoas jurídicas de direito privado), órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como em escritórios de profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que seja realizado no período previsto no projeto pedagógico do curso, condicionado ainda à contratação pela parte concedente do estágio, de seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno e designação de supervisor para acompanhamento e orientação das atividades executadas no estágio, além da observância das demais normas legais aplicáveis à espécie.

§ 2º - As atividades em estágio supervisionado também poderão ser realizadas nos laboratórios, oficinas e no ensino médio da própria instituição, cabendo à diretoria de Ensino definir as normas, número de vagas de estágio em cada laboratório, bem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

como os professores orientadores responsáveis pela orientação e supervisão do estágio, devendo ainda fazer constar tal previsão no projeto pedagógico de cada curso.

§ 3º - As vagas para estágio nos laboratórios da instituição serão prioritariamente destinadas aos alunos que tenham atendido a todos os requisitos necessários para a matrícula no Estágio Supervisionado.

§ 4º - No caso do parágrafo anterior, será facultada ao aluno e à parte concedente, a manutenção do estágio até o limite máximo de 02 (dois) anos, incluindo o tempo cumprido no estágio supervisionado, desde que apresente relatório periódico de atividades em prazo não superior a 06 (seis) meses e obedeça às demais previsões legais e as disposições previstas neste regulamento, exceto nos casos previstos no Art 11 da Lei nº 11.788.

§ 5º - O aluno matriculado no Estágio Supervisionado, sejam suas atividades desempenhadas na instituição ou em outra parte concedente, deverá apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, relatórios diários e periódicos de atividades (ANEXO II e III) com o visto do professor orientador e do supervisor do estágio em prazo não superior a 06 (seis) meses.

§ 6º - Por ocasião do encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios o requerimento de conclusão do estágio, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada por supervisor designado pela parte concedente. A avaliação final se dará nos moldes do Capítulo III deste regulamento.

Art. 5º - O estágio poderá ser obtido através da Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, pelo próprio aluno com o apoio desta ou por intermédio dos agentes de integração.

Art. 6º - A matrícula para o Estágio Supervisionado terá vigência por um semestre letivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único - Na hipótese de ocorrer rescisão ou mudança da parte concedente do estágio antes de o aluno ter completado a carga horária total exigida no projeto pedagógico do curso para o cumprimento do Estágio Supervisionado, serão consideradas as horas já cumpridas.

Art. 7º - A jornada de estágio poderá ser cumprida em até 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - Ao aluno compete:

- a. A efetivação da matrícula no Estágio Supervisionado será na Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios. Neste ato, o aluno deverá apresentar a ficha de matrícula no estágio (ANEXO I) devidamente preenchida e assinada, tratando-se de condição básica para o início do Estágio Supervisionado e a contagem da carga horária necessária para o seu cumprimento.
- b. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, em prazo não superior a 06 (seis) meses, relatórios diários e periódicos de atividades em estágio (ANEXO II e III), contendo as assinaturas do aluno, do professor orientador e do supervisor do estágio na parte concedente.
- c. Por ocasião do encerramento do Estágio Supervisionado, protocolar, em local a ser definido pela Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios do Campus, o requerimento de conclusão desta, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada pelo supervisor do estágio na parte concedente.
- d. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, para o caso de contabilização parcial das horas necessárias para o cumprimento do Estágio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Supervisionado, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada pelo supervisor do estágio na parte concedente.

- e. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios o comprovante de recebimento da certidão a que se refere a alínea c, do art. 10, pela parte concedente.

Art. 9º - À Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios compete:

- a. Divulgar as regras previstas neste regulamento junto à comunidade acadêmica.
- b. Celebrar termo de compromisso de estágio com a parte concedente e com o aluno ou com seu representante ou assistente legal, quando aquele for, respectivamente, absoluta ou relativamente incapaz.
- c. Divulgar as vagas para estágio ofertadas pelas partes concedentes sempre que por estas solicitadas.
- d. Fornecer mensalmente ao professor orientador de cada curso a relação de alunos que desenvolvem atividades em estágio (supervisionado ou não), na qual conste o endereço das partes concedentes e a vigência do estágio, com vista à avaliação das instalações daquelas, a supervisão e o acompanhamento do estagiário, observado o disposto na alínea a do Art. 11.
- e. Encaminhar à Coordenadoria de Controle Acadêmico a documentação referente ao Estágio Supervisionado, para instruir a expedição do diploma ou a conclusão da mesma.

Art. 10 – À Diretoria de ensino em conjunto com as Coordenações de Curso, compete:

- a. Indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante, ao horário e calendário escolar de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

cada um dos cursos, como meio de possibilitar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios a intermediação destas informações às partes concedentes.

- b. Indicar um ou mais professores orientadores da área a ser desenvolvida no estágio (supervisionado ou não) de cada curso, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
- c. Comunicar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, no início de cada período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas ou fornecer certidão ao aluno, por ocasião da realização de tais atividades, para apresentação à parte concedente de estágio mediante recibo e posterior entrega à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios.

Art. 11 – Ao Professor Orientador compete:

- a. Realizar visitas periódicas às partes concedentes, onde houver alunos estagiários para acompanhar o desempenho do aluno, avaliar as instalações e sua adequação à formação cultural e profissional do educando. No caso das Licenciaturas, a carga/horária será mediada pelo departamento ou diretoria de ensino.
- b. Contribuir com à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios relação de novas empresas e instituições que atuam na área específica do curso.
- c. Observar a compatibilidade do estágio realizado em partes concedentes com a proposta pedagógica do curso, à etapa, modalidade de formação escolar do estudante, ao horário e calendário escolar, orientando e encaminhando o aluno para outro local em caso de descumprimento de suas normas.
- d. Solicitar do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatórios diários e periódicos de atividades, encaminhando-o à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios para guarda e arquivo até a conclusão do estágio (ANEXO II e III).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 12 – Ao Supervisor de Estágio compete:

- a. Preencher o plano de atividades do estagiário, junto com o aluno e o Professor Orientador;
- b. Acompanhar as atividades que o aluno desenvolverá durante o Estágio;
- c. Enviar a Termo de realização e Avaliação do Estágio, após o término do estágio, para a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios do respectivo Campus (ANEXO VII).

Parágrafo único - Os supervisores deverão ter, no mínimo, o mesmo nível de formação que o discente obterá ao concluir o curso que ensejou o estágio ou que se adequem as condições do Art. 9, inciso III da Lei nº 11.788.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO

Art. 13 – Para a avaliação final do Estágio Supervisionado, caso o projeto pedagógico do curso não disponha em sentido diverso, o professor orientador emitirá parecer, atribuindo conceito satisfatório ou insatisfatório às atividades em estágio realizadas pelo aluno, considerando:

- a. A avaliação do aluno por parte do supervisor do estágio na parte concedente (Anexo VII).
- b. Os relatórios diários e periódicos de atividades (ANEXO II e III).
- c. O relatório final, levando em conta a compatibilidade das atividades executadas com a grade curricular da habilitação, bem como a qualidade e quantidade das atividades desenvolvidas no estágio (ANEXO IV).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 14 - Em caso de parecer com conceito insatisfatório, a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios esclarecerá ao aluno da necessidade de realização de novo estágio.

Art. 15 - O aluno não terá validado seu estágio quando proceder ao trancamento ou abandono do semestre ou do curso ou, ainda, à reprovação por faltas em todas as disciplinas cursadas no respectivo período ou semestre.

Parágrafo único – O aluno terá, no entanto, validado seu estágio quando não conseguir aprovação por nota nas demais disciplinas do período que cursa, desde que apresente os relatórios diários, periódicos e final de estágio, de acordo com a alínea b e c do art. 8 e tenha suas atividades de estágio consideradas como satisfatórias pelo professor orientador.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 16 – O aluno poderá se matricular apenas no Estágio Supervisionado nos casos em que tenha cursado todas as disciplinas teóricas de sua grade curricular no período letivo imediatamente anterior, levando-se em consideração as dificuldades locais e regionais para captação de estágios ao longo do curso, desde que, devidamente justificada pela Diretoria de Ensino.

§ 1º – O aluno que estiver afastado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, por qualquer motivo e por mais de 1 (um) período letivo, deverá solicitar seu reingresso nos termos definidos no Regulamento de Organização Didática do Instituto Federal do Ceará.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 17 – O aluno que for proprietário ou sócio de pessoa jurídica terá suas atividades computadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º – Para o aproveitamento das atividades de que trata o caput deste artigo, o aluno deverá apresentar a ficha de matrícula do Estágio Supervisionado, o parecer ou autorização do professor orientador, o contrato social da empresa ou outro instrumento constitutivo da pessoa jurídica, cópias reprográficas do documento de identidade, do cadastro de pessoas físicas e comprovante de endereço da respectiva pessoa jurídica.

§ 2º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios, diários, periódicos e final do estágio devidamente vistados pelo professor orientador e a ficha de avaliação do estagiário firmada por algum cliente da empresa da qual o aluno seja sócio ou proprietário.

Art. 18 – O aluno que exercer atividades como profissional liberal ou autônomo terá estas validadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º - Para a comprovação da natureza autônoma de prestação de serviços, o aluno poderá apresentar comprovante de recolhimento de contribuição previdenciária como contribuinte individual, comprovante de recolhimento de iss (imposto sobre serviços de qualquer natureza), declaração comprobatória de percepção de rendimentos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

(decore) expedida e firmada por contabilista, devidamente autenticada por meio de colagem da etiqueta auto-adesiva denominada declaração de habilitação profissional (dhp), contrato de prestação de serviço ou qualquer outro meio lícito que seja suficiente para provar sua condição, sob as penas da lei.

§ 2º - O professor orientador, para emitir parecer sobre o relatório de estágio, deverá visitar o ambiente de trabalho e avaliar as atividades desenvolvidas pelo aluno.

§ 3º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios diários, periódicos e final do estágio devidamente vistos pelo professor orientador e a ficha de avaliação do estagiário firmada por algum cliente do aluno.

Art. 19 – O aluno pertencente ao quadro funcional de uma empresa (empregado) bem como os servidores públicos terão suas atividades computadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º – Para o aproveitamento das atividades de que trata o caput deste artigo, o aluno deverá apresentar cópias de sua carteira de trabalho e previdência social (ctps) ou o ato de nomeação, o termo de posse e de efetivo exercício que comprovem sua condição de empregado ou de servidor.

§ 2º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios diários e periódicos (ambos vistos pelo supervisor da empresa e professor orientador, ANEXO II e III), o relatório final do estágio (ANEXO IV) e o termo de realização firmado por seu chefe imediato na empresa ou órgão de lotação.

Art. 20 - O aluno que, por qualquer motivo, interromper o estágio, deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do desligamento, comunicar tal fato à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios mediante apresentação do respectivo termo de rescisão.

Art. 21 – O aluno que, por qualquer motivo, deixar de fazer apenas o Estágio Supervisionado da grade curricular do seu curso, mas estiver atuando profissionalmente em sua área de formação há pelo menos 03 (três) anos contados do momento em que o aluno cumpriu os requisitos para a matrícula no estágio supervisionado, deverá dirigir requerimento a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio que encaminhará ao Coordenador do Curso do aluno requerente e ao professor orientador, bem como ouvirá a Coordenadoria Técnico-Pedagógica, e posteriormente solicitar parecer da Diretoria de Ensino do Campus, visando o aproveitamento da experiência profissional, para fins de cumprimento do Estágio Supervisionado.

§ 1º Caso entenda cabível o aproveitamento, a Diretoria de Ensino remeterá o processo à Coordenadoria de Controle Acadêmico para expedição de diploma.

§ 2º No caso de indeferimento do pedido caberá recurso em única instância ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 – O presente regulamento integra o manual do estagiário.

Art. 23 – Os ANEXOS I a X são, também, partes integrantes do presente regulamento.

Art. 24 – Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Ensino ou Extensão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO I - Ficha de matrícula.

ANEXO II – Relatório Diário de Atividades.

ANEXO III – Relatório Periódico de Atividades.

ANEXO IV – Relatório Final de Estágio para Cursos Técnicos.

ANEXO V – Relatório Final de Estágio para Cursos Superiores.

ANEXO VI - Ficha de visita do professor orientador à parte concedente de estágio.

ANEXO VII - Termo de Realização e Avaliação do Estágio.

ANEXO VIII - Termo de Compromisso de Estágio.

ANEXO IX - Plano de Atividades do Estagiário (parte integrante do TCE).

ANEXO X – Formulário para Cadastramento de Empresa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO I – FICHA DE MATRÍCULA (UMA VIA)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ

CAMPUS: _____

MATRÍCULA NO ESTÁGIO

Aluno: _____ Matrícula nº: _____
Data de Nascimento: ___/___/___ RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____ Nº: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ e-mail: _____
CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____
Curso: _____
Empresa: _____
Endereço: _____ Nº _____
Bairro: _____ Telefone: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Supervisor do estágio na empresa: _____ Telefone: _____

Em ___/___/___

Assinatura do aluno

Observações:

- É obrigatória a apresentação desta ficha no ato da matrícula na Coordenadoria de estágios, para iniciar o estágio obrigatório;
- A data oficial do início do estágio é a constante do verso deste documento;
- O estágio é válido somente para aluno regularmente matriculado e com frequência às aulas;
- O(a) estagiário(a) deverá comparecer à instituição, no mínimo, uma vez por mês para contatar com o orientador, conforme os horários de permanência do mesmo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Espaço Reservado ao IFCE

1. Aluno (a) matriculado (a) no estágio em ____/____/____

Assinatura do servidor

Observações:

1. Autorizo o aproveitamento das atividades laborais para fim de cumprimento da disciplina Estágio Supervisionado, em razão da compatibilidade das atividades desempenhadas com a área de formação do (a) aluno (a).

Carga horária diária para contabilização:

Assinatura e carimbo do professor orientador

2. Autorizo a antecipação da matrícula do (a) aluno (a) na disciplina de Estágio Supervisionado em razão de:

Assinatura e carimbo do professor orientador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

3.

Assinatura e carimbo do professor orientador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO II – RELATÓRIO DIÁRIO DE ATIVIDADES. (TRÊS VIAS)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

RELATÓRIO DIÁRIO DE ATIVIDADES

Nome do Estagiário: _____

Nome da Empresa: _____

Curso: _____

Professor Orientador do IFCE: _____

Supervisor da empresa _____

MÊS: _____

ANO: _____

TOTAL DE HORAS DO MÊS: _____

TOTAL DE HORAS ACUMULADAS : _____

<i>Data</i> ____/____/____ <i>Horas Trabalhadas</i> _____	<i>ATIVIDADES</i>	<i>OBSERVAÇÕES:</i> <i>(Dificuldades surgidas e</i> <i>soluções adotadas)</i>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Notas:

Máquinas, aparelhos, equipamentos instrumentos utilizados.

ASSINATURA E CARIMBO

DO PROFESSOR DO IFCE

ASSINATURA E CARIMBO

DO SUPERVISOR DA EMPRESA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO III – RELATÓRIO PERIÓDICO DE ATIVIDADES. (TRÊS VIAS)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

RELATÓRIO PERIÓDICO DE ATIVIDADES

I) IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome da empresa: _____

Supervisor: _____

II) IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

Nome: _____

Matrícula nº: _____

Curso: _____

Período avaliado: ____/____/____

Professor(a) orientador: _____

**III) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO NO
PERÍODO DE ____/____/____ a ____/____/____:**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

V – AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:

• Conceitos:

- (4) Muito Satisfatório
- (3) Satisfatório
- (2) Pouco Satisfatório
- (1) Insatisfatório

• Critérios:

- () Aplicação do conhecimento teórico
- () Relacionamento
- () Assiduidade/pontualidade
- () Aprendizado
- () Iniciativa
- () Cooperação

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do estagiário

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do supervisor da parte concedente de estágio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

**ANEXO IV – RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PARA CURSOS TÉCNICOS.
(UMA VIA)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PARA CURSOS TÉCNICOS

• ESTAGIÁRIO

Nome: _____
Curso: _____

• PARTE CONCEDENTE

Nome: _____
Supervisor de Estágio: _____

• ESTÁGIO

Período de realização ____/____/____ a ____/____/____

Setor de estágio na parte
concedente _____

Situação: Estagiário () Empregado () Outros: _____

O emprego foi decorrência do estágio? Sim () Não ()

Total de horas do estágio _____

1. Obtenção do estágio: Pelo IFCE () Pelo Aluno () Outros ()

2. Descreva as atividades desenvolvidas pela parte concedente do estágio:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

3. Enumere as atividades realizadas durante o seu período de estágio:

4. Especifique as principais dificuldades encontradas durante seu estágio, estabelecendo uma comparação entre os conhecimentos técnicos na instituição de ensino e as atividades práticas desenvolvidas na parte concedente do estágio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

5. A empresa oferece estrutura adequada para a realização do estágio?

6. Conhecimentos adquiridos no estágio. Cite treinamentos, cursos, seminários, leituras de manuais, livros técnicos, etc.

7. Avalie:

a) A assistência e orientação dada pela parte concedente para execução de suas atividades durante o estágio:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

8.2 Críticas e sugestões:

- Indique que assunto deve ser incluído ou excluído no seu curso. Justifique.

- Dê sugestões, a fim de que o IFCE melhore a qualidade do seu ensino.

_____, ____/____/____

Assinatura do (a) aluno (a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO V - RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PARA CURSOS
SUPERIORES. (UMA VIA)

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PARA CURSOS SUPERIORES

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

São os elementos preliminares, cujos objetivos principais são os de identificar o trabalho e orientar a leitura do texto principal. Elementos de proteção e estética. Não são contados nem numerados e devem conter:

1.1 CAPA

Parte externa do volume contendo a identificação do trabalho: a logomarca e o nome do IFCE e da coordenação responsável, tipo de trabalho e título, o nome do estagiário, local e ano de depósito.

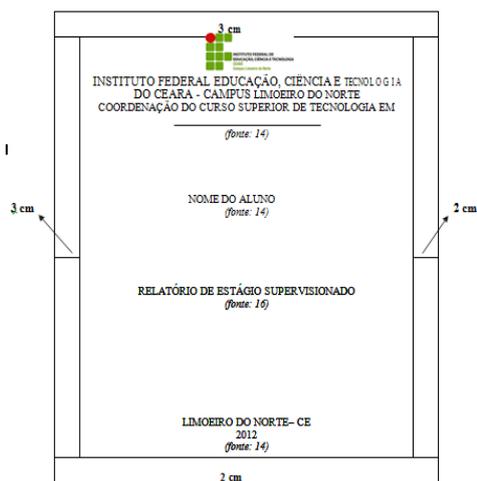


Figura 1 - Modelo da Capa

1.2 FOLHA DE ROSTO

Folha principal de identificação do trabalho, contendo os seguintes elementos: Instituição, autor, tema, nota indicando a natureza do trabalho, local e data do depósito.

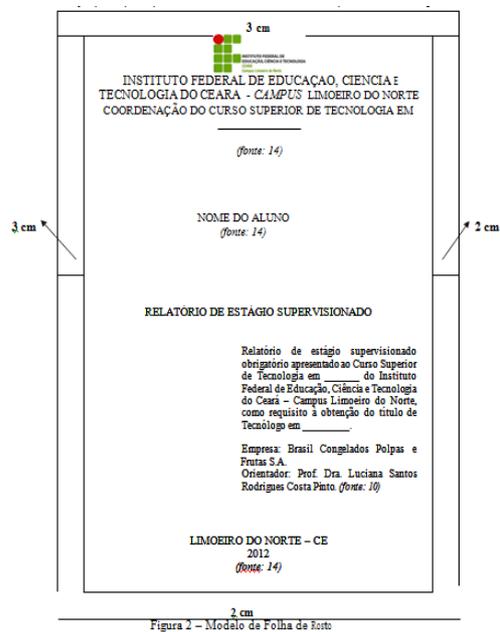


Figura 2 - Modelo de Folha de Rosto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

1.3 FOLHA DE APROVAÇÃO

Seqüencial à folha de rosto. Deve conter os registros da avaliação do relatório.

3 cm

Relatório de estágio supervisionado obrigatório apresentado ao Curso de Tecnologia em _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Limoeiro do Norte, como requisito à obtenção do título de Tecnólogo em _____

Empresa: Brasil Congelados Polpas e Frutas S.A.

Banca Examinadora

Prof(a) Dr(a) (nome)
Professora(a) Orientadora
Fonte: 12

Prof(a) M(a) (nome)
Coorientador(a)
Fonte: 12

Prof(a) Esp. (nome)
Coorientador(a)
Fonte: 12

LIMOEIRO DO NORTE – CE
2012
(Fonte: 14)

3cm

Figura 3 – Modelo de folha de aprovação para curso em que a apresentação do relatório para banca examinadora é obrigatória.

1.4 DEDICATÓRIA (opcional)

Elemento opcional constitui-se na homenagem a alguém (familiares amigos ou outros). Apresenta-se em folha distinta, sem título e formatada.

3 cm

*A Karl Marx, pela enorme
contribuição para construção
da liberdade do homem.*

2cm

3cm

2cm

Figura – 5. Modelo de Dedicatória

1.5 AGRADECIMENTOS (opcional)

Devem ser mencionadas pessoas e / ou instituições que colaboram direta ou indiretamente para a realização das atividades da prática de ensino. Sugere-se esta parte seja titulada e formatada. Tanto pode ser escrita na forma de texto quanto ficar em baixo da página, à direita, justificada.

1.6 EPÍGRAFE (opcional)

Refere-se a uma citação escolhida pelo autor para destacar em seu trabalho. Deve ser apresentada entre aspas tendo abaixo a indicação de autoria, colocada na parte de baixo da página, à direita, de modo justificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

1.8 LISTAS DE TABELAS, FIGURAS, ABREVIATURAS, SIGLAS OU SÍMBOLOS (condicionadas à conveniência)

É a relação de tabelas, quadros e figuras existentes em um trabalho. Deve ser apresentada em folha distinta incluindo-se palavra designando o tipo de ilustração, número de ordem título e página. Elaborar lista própria para cada tipo, desde que a mesma apresente, no mínimo, cinco itens. Caso contrário, elaborar única lista denominada LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1.9 RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

O resumo deverá conter, no máximo, 250 (duzentas e cinquenta) palavras ou 15 linhas em espaço simples, parágrafo único e deverá expressar de forma concisa os pontos relevantes tratados no relatório final da prática de ensino. Devem-se incluir palavras-chave após o resumo.

1.7 SUMÁRIO

È a enumeração das principais divisões ou seções do trabalho, na ordem em que a matéria nele se sucede. As divisões são grafadas exatamente como aparecem no texto (veja modelo).

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, SÍMBOLOS (Inserir somente listas indispensáveis à compreensão do trabalho)

RESUMO (Resumo com até 250 palavras em parágrafo único, com título em caixa alto centralizado)

1 INTRODUÇÃO (Esta parte pode ser um texto único, descrevendo onde se realizou a Prática de Ensino, qual seguimento de ensino, questões legais, carga horária, programa da disciplina, conteúdos trabalhados, etc), focando justificativa, objetivos dessa etapa, referencial teórico, metodologia utilizada, tempo de duração da prática, entre outros aspectos.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

3 DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

3.1 Referenciais teóricos

3.2 Metodologia

3.3 Resultados e análise

4 CONCLUSÕES (Ver “Normas para elaboração....”)

REFERÊNCIAS (Ver “Normas para elaboração....”)

ANEXOS (Ver “Normas para elaboração....”)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

<p>2. ELEMENTOS TEXTUAIS</p> <p>Texto que é parte do trabalho onde se expõe o conteúdo do relatório. A redação deve ser feita em escrito em linguagem impessoal (Ex: observou-se, percebe-se, compreende-se, etc.), esta parte do relatório deverá conter uma media 20 (vinte) páginas em espaço um e meio. Com parágrafos curtos, linguagem técnico-científica, com uma apresentação seqüencial e lógica. A descrição das atividades desenvolvidas deve obedecer a seções específicas obedecendo a uma numeração progressiva.</p> <p>2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO</p> <p>Descrição breve da instituição onde se realizou o estágio, como histórico, localização, caracterização ou qualquer informação que achar pertinente. Descrever de forma objetiva, se achar relevante, os aspectos administrativos, a filosofia da empresa, relacionamento com pessoas de diferentes níveis hierárquicos que observou na empresa, sempre tomando cuidado com os aspectos éticos envolvidos em tal abordagem. Este é o momento de caracterizar o local onde ocorreu a prática e não de denúncia.</p>	<p>2.1 INTRODUÇÃO</p> <p>Ao ler a introdução deve-se ter uma visão geral do conteúdo do relatório. A introdução deve explicitar claramente o objeto da prática de ensino de forma contextualizada, indicando a natureza, importância, objetivos e a organização do relatório. A introdução é importante para orientar aquele que vai ler o relatório. Apresenta uma visão geral daquilo que será desenvolvido. Deve conter informações de quem fez o relatório, o que contém, onde, como e porque foi feito o estágio. Aborda o assunto de maneira generalizada e breve.</p> <p>2.3 DESENVOLVIMENTO DO ESTAGIO</p> <p>O desenvolvimento tem por objetivo expor, extensamente, as idéias principais, analisando-as e ressaltando os pormenores mais importantes. Cada atividade contida no plano, dentre outras que o aluno realizar. Aqui, o estagiário relatará o que, por que e como foi feito e o resultado final dessa atividade. O desenvolvimento é uma etapa que pode ser redigida logo após a realização de cada atividade prevista no cronograma. Ela contém um relato preciso das observações, análise e acompanhamento de sua experiência pré-profissional vivida em condições reais de trabalho tanto nas fases de observação quanto nas intervenções em sala e extra-sala.</p>
<p>2.3.1 Referenciais teóricos</p> <p>Relatar de forma sucinta, as bases teóricas e legais (conhecimento) que foram utilizados para desempenhar as</p>	<p>2.3.2 Metodologia</p> <p>Descrever a metodologia utilizada para desempenhar as tarefas da prática de ensino, ou seja, cada objetivo específico. Neste caso, é</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

funções durante a Prática de Ensino (pode-se, inclusive, citar a(s) disciplina(s) que teve (tiveram) maior impacto no desenvolvimento do trabalho). As referências bibliográficas – e de outra natureza – citadas aqui devem constar na seção Referências.

2.3.3 Resultados e análise

Resultados (ou produtos) alcançados no desenvolvimento da prática de ensino. Podem ser apresentadas Tabelas ou Figuras nesta seção, desde que de acordo com as normas da ABNT. Nesta seção, também podem ser colocadas às dificuldades pedagógicas e técnicas encontradas e as formas como se contornam esses problemas. Possíveis soluções ou sugestões de eventuais melhorias nos aspectos técnico-pedagógicos da escola podem ser feitas nesta seção. Informações ou documentos que sejam importantes, mas que “quebrem” a fluência do texto, devem ser colocadas em anexos.

3. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

3.1 REFERÊNCIAS

A lista de referências inclui todas as fontes bibliográficas ou de outra natureza referenciadas ou citadas no texto do relatório, organizadas por ordem alfabética e seguindo as normas descritas neste documento, que obedecem à NBR 6023 (AGO 2002). Para maiores informações sobre a apresentação dessas referências, consultar a NBR citada.

melhor enumerar os procedimentos utilizados e explicar cada um deles mais ou menos na ordem em que eram executados, e se necessário ressaltando a sua necessidade.

2.4 CONCLUSÕES

Principais conclusões alcançadas com a prática de ensino, ou seja, o significado dos dados mais relevantes observados ou coletados para resolver o problema proposto, e/ou como as atividades foram importantes para a formação acadêmica do futuro professor, e/ou como as expectativas teóricas se comportaram na prática. estagiário. Aqui devem aparecer as críticas, positivas ou negativas, devendo ser sempre construtivas e nunca pessoais. Na conclusão o estagiário tem a oportunidade de dar sua opinião sobre a validade da prática de ensino, a importância do mesmo para sua vida profissional, enfim, se a teoria aprendida no decorrer do curso, contribuiu para a realização da prática.

3.2 ANEXOS (opcional)

Informações ou documentos utilizados em tarefas descritas da prática de ensino que possam ser de interesse, mas não essenciais à compreensão do texto ou que causariam uma falta de fluência caso fossem inseridos no texto. Os Anexos constituem um conjunto de material ilustrativo ou complementar ao texto, tais como gráficos, tabelas, diagramas, fluxogramas, fotografias, tabelas de cálculos, símbolos, descrição de equipamentos, modelos de formulários e questionários, plantas ou qualquer outro material

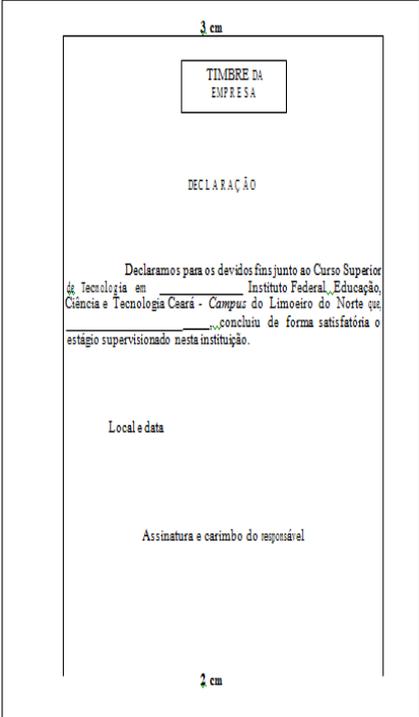


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

<p>ABNT. NBR 6022: informações e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.</p> <p>ABNT. NBR 6023: informação e documentação: elaboração: referências. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.</p> <p>ABNT. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003. 3 p.</p> <p>ABNT. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.</p> <p>ABNT. NBR 10520: informação e documentação: citação em documentos. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.</p> <p>ABNT. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 6 p.</p> <p>IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. 1993.</p>	<p>de consulta. O material ilustrativo deve aparecer somente quando necessário à compreensão, esclarecimento do texto, sem qualquer finalidade decorativa ou de propaganda. Se for em número reduzido e indispensável ao entendimento do texto, deve ser usado junto à parte a que se refere. Quando em maior quantidade, para não sobrecarregar o texto, é colocado como anexo. Cada anexo deve ser uma informação ou documento distinto, vindo em uma folha diferente e numerado por A, B, C etc., <u>assim como deve ter sido citado em algum lugar do texto principal.</u></p>
<p>3.2.1 DECLARAÇÃO DA ENTIDADE CONCEDENTE</p> <p>Emitida pela empresa, em papel timbrado, informando o que o estagiário cumpriu ou não a Prática de Ensino. Lembramos que o aluno deve ficar com o original.</p>	<p>4. ORGANIZAÇÃO DOS ORIGINAIS</p> <p>4.1 REDAÇÃO DO RELATÓRIO</p> <p>Para a redação do relatório, devem ser observados os seguintes requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Uso de linguagem técnico-científica;b) Linguagem impessoal e direta (sujeito, verbo, predicados e complementos);c) Não usar pronomes e adjetivos pessoais (nosso, ele, ela, meu, etc.);d) Estilo de fácil compreensão e transparente;e) Uso de parágrafos curtos;f) Lógica no encaminhamento das idéias: início, meio e fim



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

 <p>3 cm</p> <p>TIMBRE DA EMPRESA</p> <p>DECLARAÇÃO</p> <p>Declaramos para os devidos fins junto ao Curso Superior de Tecnologia em _____ Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia Ceará - Campus do Limoeiro do Norte que _____, concluiu de forma satisfatória o estágio supervisionado nesta instituição.</p> <p>Local e data</p> <p>Assinatura e carimbo do responsável</p> <p>2 cm</p> <p>Figura 4 – Modelo de declaração</p>	<h4>4.2 FORMATAÇÃO GRÁFICA</h4> <p>Papel – O formato de papel recomendado para a impressão deve ser o A4 (210x297mm). O documento deve ser produzido usando-se apenas o anverso (frente do papel).</p>
<p>Margens – Superior de 3 cm, Inferior 2 cm, Esquerda de 3 cm, Direita de 2 cm.</p> <p>Tipo e tamanho de letra (fonte) – Recomenda-se o uso da fonte Time New Roman ou Arial, tamanho 12. Para citações longas, notas de rodapé, tabelas, quadros e ilustrações usar Time New Roman ou Arial 10.</p> <p>Espaçamento entre linhas</p> <p>a) Para o texto corrido: espaço um e meio (1,5);</p> <p>b) Para citações longas com mais de três linhas: fonte 10 e espaço simples;</p> <p>c) Para resumos: espaço simples;</p> <p>d) Para notas de rodapé: fonte 10 e espaço</p>	<p>Encadernação</p> <p>Encadernação sem espiral, com capa transparente.</p> <p>Citações</p> <p>De acordo com a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2001, p.1), citação é a “menção no texto de uma informação extraída de outra fonte”. As citações devem ser usadas com o objetivo de apoiar e esclarecer idéias apresentadas no texto. As citações podem ser diretas; indireta; mista e citação. A apresentação de citações em documentos está definida na NBR 10520 (AGO 2002).</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

simples;

e) Para referências (bibliográficas ou não):
espaço simples e entre elas espaço duplo.

Numeração de páginas

Numerar as páginas seqüencialmente, com algarismos arábicos, no canto superior direito. Conta-se a partir da folha de rosto, embora só devam ser numeradas a partir da segunda folha do texto, ou seja, folha imediatamente após a introdução. No caso do apêndice e anexos devem ser numerados de forma contínua e sua paginação deve dar seguimento ao texto principal.

Notas de rodapé

As notas de rodapé têm a finalidade de complementar ou esclarecer o texto. São registradas ao pé da página, sendo indicadas por números. Recomenda-se evitar o uso excessivo de notas de rodapé. Deve ser grafadas em espaço simples, letra 10, iniciando a dois espaços da última linha da página (conforme editor de texto). A primeira linha da nota deve iniciar parágrafo da margem esquerda antecedida pela chamada que tem a mesma apresentação do texto (asterisco ou número).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

**ANEXO VI - FICHA DE VISITA DO PROFESSOR ORIENTADOR À PARTE
CONCEDENTE DE ESTÁGIO. (TRÊS VIAS)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

**FICHA DE VISITA DO PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO À PARTE
CONCEDENTE DE ESTÁGIO**

I - IDENTIFICAÇÃO

Parte Concedente:

Endereço:

Bairro: _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____ Fax _____ CEP _____

Supervisor da parte concedente responsável pelo acompanhamento e orientação do estagiário:

Nome: _____

Cargo/função: _____ Telefone: _____

Estagiário: _____

Curso: _____

II - INFORMAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

1. Qual o ramo de atividade da parte concedente do estágio?



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

2. A parte concedente já visitou a instituição? SIM () NÃO ()
Qual a finalidade da visita?

3. Avaliação das instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário.

() Satisfatórias

() Insatisfatórias. Por quê?

4. As atividades desempenhadas em estágio apresentam compatibilidade com a proposta pedagógica do curso e formação profissional do estagiário?

SIM () NÃO () Por quê?

6. O supervisor da parte concedente apresentou sugestões para a melhoria da formação técnica de nossos alunos? NÃO () SIM () Quais?



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

7. O supervisor apresentou sugestões para oferta de novos cursos ou para a reformulação das grades curriculares já existentes? NÃO () () SIM Quais?

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do supervisor da parte concedente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

**ANEXO VII - TERMO DE REALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO.
(UMA VIA)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

TERMO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO
(PREENCHIMENTO PELA PARTE CONCEDENTE)

Aluno: _____ Matricula nº: _____

Data de Nascimento: ___/___/____ RG: _____

CPF: _____

email: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____

Curso: _____

Parte Concedente:

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Supervisor do estágio na parte concedente: _____ Telefone: _____

Ramo de atividade da parte concedente:

- **Relacione as principais tarefas executadas pelo estagiário(a).**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

• **Desempenho funcional do estagiário(a).**

	Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente
2.1 – Aprendizagem	()	()	()	()
2.2 – Segurança na execução do trabalho	()	()	()	()
2.3 – Interesse	()	()	()	()
2.4 – Iniciativa própria	()	()	()	()
2.5 – Conhecimentos técnicos	()	()	()	()
2.6 – Qualidade/Produtividade	()	()	()	()
2.7 – Disciplina	()	()	()	()
2.8 – Relacionamento Interpessoal	()	()	()	()
2.9 – Assume a responsabilidade de seus atos	()	()	()	()
2.10 – Pontualidade	()	()	()	()
2.11 – Assiduidade	()	()	()	()

• **A parte concedente faz avaliação do estágio através de:**

Reuniões () Relatórios () Observações ()

Outros meios () Citar _____

4. O aluno cumpriu nesta parte concedente _____ horas de estágio
no período de ____/____/____ a ____/____/____.

5. Apresente sugestões para alteração de matrizes curriculares e ofertas de novos cursos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Supervisor do estagiário na parte concedente
(Carimbo e Assinatura)

**CARIMBO COM C.N.P.J. DA PARTE CONCEDENTE OU COM O
NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO
PROFISSIONAL.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO VIII - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO. (DUAS VIAS)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

CAMPUS: _____

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, o INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, *CAMPUS*
_____ , interveniente obrigatório neste instrumento, representado por

_____ ,
(cargo) doravante denominado, simplesmente, IFCE, e do outro lado, a empresa (nome)

_____ ,
CNPJ Nº _____ , situada a Rua (Av.)

_____ , Nº _____ ,

Bairro _____ , CEP: _____ , Fone: _____ ,

Fax: _____ , ramo de atividade

_____ , E-mail

_____ , doravante designada PARTE

CONCEDENTE, e o estagiário

_____ ,
CPF Nº _____ , data de nascimento ____/____/____ , residente

na Rua (Av.) _____

nº _____ , Complemento: _____ , Bairro _____ , Cidade

_____ , CEP. _____ , aluno do Curso de

_____ , Semestre _____ , desta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

instituição de ensino, resolvem firmar o presente Termo de Compromisso de estágio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

- PRIMEIRA – As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ser compatíveis com a formação recebida no Curso, conforme plano de atividades em anexo.
- SEGUNDA – Caberá à parte concedente:
 - a) Oferecer ao estagiário condições de desenvolvimento vivencial, treinamento prático e de relacionamento humano com observância do plano de atividades do estagiário que passa a ser parte integrante deste documento;
 - b) Proporcionar à instituição de ensino condições para o aprimoramento e avaliação do estagiário.
 - c) Designar profissional qualificado como supervisor do estagiário.
 - d) Estabelecer nos períodos de atividades acadêmicas redução de pelo menos a metade da jornada a ser cumprida em estágio.
 - e) Conceder período de 30 dias de recesso ao estagiário sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01(um) ano ou proporcional quando de duração inferior a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.
 - f) Fornecer, por ocasião do desligamento do estagiário, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.
- TERCEIRA – Caberá ao Estagiário:
 - Cumprir as atividades estabelecidas pela parte concedente de acordo com a cláusula primeira;
 - Observar as normas internas da parte concedente;
 - Cumprir as instruções contidas no Manual do Estagiário elaborado pela instituição de ensino.
- QUARTA – O Horário do estágio será das _____ às _____ horas e de _____ às _____ horas perfazendo _____ semanais, devendo esta jornada ser compatível com o horário escolar do estagiário.
- QUINTA – Este Termo de Compromisso terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita, independente de pré-aviso, inexistindo qualquer indenização e vínculo de emprego.
- SEXTA – A parte concedente remunerará mensalmente o estagiário através de uma bolsa-auxílio, no valor de R\$ _____ (_____) e de auxílio-transporte no valor de R\$ _____ (_____).
- SÉTIMA - A parte concedente, neste ato, oferece ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, com cobertura limitada ao local e período de estágio, mediante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

apólice nº _____ da Companhia _____,
comprovado mediante fotocópia da apólice.

- OITAVA – A Empresa designa o funcionário cargo/qualificação: _____ para ser o supervisor (a) interno do estagiário, que ficará responsável pelo acompanhamento e programação das atividades a serem desempenhas no estágio.
- NONA – Constituem motivos para cessação automática do presente Termo de Compromisso:
 - A conclusão ou abandono do estágio ou cancelamento de matrícula.
 - O não cumprimento das cláusulas estabelecidas neste documento.
 - O trancamento ou o abandono do semestre ou do curso.
 - A conclusão do curso.
 - Não frequência às aulas.
 - Pedido de rescisão por parte do aluno ou da parte concedente.

Estando de acordo com o que ficou acima expresso, vai o presente instrumento assinado, em três vias de igual teor, pelas partes.

_____, _____ de _____ de 20____.

Empresa
(Assinatura e carimbo)

Aluno Estagiário/Bolsista
(Assinatura)

Instituição de Ensino
Coordenadoria de Estágios
(Assinatura e carimbo)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO IX - PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO. (TRÊS VIAS)

PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO
(PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E SUPERVISOR:

Nome da Empresa:	
ENDEREÇO:	CEP:
CIDADE:	CNPJ:
TELEFONE:	FAX:
E-MAIL:	
SUPERVISOR DO ESTÁGIO DESIGNADO PELA EMPRESA:	
CARGO/QUALIFICAÇÃO:	
TELEFONE:	

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:

Nome :	Telefone:
Curso:	Semestre:
Período do estágio: ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____	
Setor de realização do estágio:	

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

CAMPUS:	
PROFESSOR ORIENTADOR:	TELEFONE:
E-MAIL DO PROFESSOR ORIENTADOR:	

4. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

5. RESULTADOS ESPERADOS:

ASSINATURA E CARIMBO DO SUPERVISOR NA PARTE CONCEDENTE

ASSINATURA DO (A) ESTAGIÁRIO(A)

ASSINATURA E CARIMBO DO PROFESSOR ORIENTADOR IFCE

Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFCE - SIBI

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
DO IFCE



Fortaleza - CE
2017

Presidente da República – Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação e Cultura – José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica – Marcos Antônio Vargas Filho

Reitor – Virgílio Augusto Sales Araripe

Pro-Reitor de Ensino – Reuber Saraiva de Santiago

Chefe do Departamento de Bibliotecas – Etelvina Maria Marques Moreira

Elaboração – Etelvina Maria Marques Moreira (Bibliotecária)

Joselito Brilhante da Silva (Docente)

Colaboração Carlos Henrique da Silva Sousa (Bibliotecário)

Islândia Fernandes Araújo (Bibliotecária)

Jarbas Rocha Martins (Docente)

Ranádia da Silva Virgúlio (Bibliotecária)

Sara M^{re} Peres de Morais (Bibliotecária)

Normalização Bibliográfica: Etelvina Maria Marques Moreira

Capa – Elias Figueiroa / Francisco de Assis Simões Neto

Revisão Ortográfica – Ana Lela Freitas Maciel

Editoração – Francisco de Assis Simões Neto

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

159m IFCE: PROEN/ Sistema de Bibliotecas - SIBI
Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFCE/ Pro-Reitoria
de Ensino - Sistema de Bibliotecas: Etelvina Maria Marques Moreira,
Joselito Brilhante da Silva. Fortaleza: IFCE, 2017.

189 p. II

ISBN: 978-85-475-0044-3

1. NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. 2. PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS
- NORMAS. 3. DOCUMENTAÇÃO – NORMAS. I. Moreira, Etelvina Maria
Marques. II. Silva, Joselito Brilhante da. III. Pro-Reitoria de Ensino. IV.
Título.

CDD: 001.42

Catalogação: Bibliotecária Esp. Etelvina Maria Marques Moreira – CRB 3 – nº 615

APRESENTAÇÃO

Como parte integrante da sociedade, as instituições de ensino dela extraem a matéria prima para elaboração dos seus saberes. Essas instituições educativas não apenas refletem e produzem o conhecimento já existente, como acrescentam a este, um valor que deve ser difundido e partilhado com a comunidade científica e a sociedade em geral. Esse valor agregado pode ser denominado produção científica. A produção científica é, por conseguinte, uma ação criativa individual ou coletiva e a instituição educativa, o espaço propício a esse mister. Desse modo, o referido processo resultará na difusão do saber construído e produzido.

Tal difusão, entretanto, possui normas e regras de apresentação a fim de que a comunidade científica possa dar-lhe conhecimento, aceitação e credibilidade. Dessa forma, a correta difusão do saber elaborado é de fundamental importância para o reconhecimento, a aceitação, a notoriedade e a valorização dos seus agentes produtores, quais sejam: os alunos, os docentes e os pesquisadores. A classificação dada às melhores instituições de ensino pode ser medida pela produção acadêmica delas oriundas, não apenas em termos de quantidade, mas principalmente pela qualidade dos textos ali produzidos.

Almejando a credibilidade junto à comunidade científica nacional e internacional, faz-se necessário, portanto, que os trabalhos, qualquer que seja o nível acadêmico, sejam elaborados e apresentados de acordo com as normas exigidas pelos modelos vigentes.

Foi com esse objetivo que um grupo de servidores do IFCE, composto por docentes e bibliotecários, elaboraram o presente documento que servirá de orientação à comunidade do IFCE no que diz respeito a utilização das normas para elaboração e apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos.

O presente manual, portanto, vem estabelecer um modelo institucional a ser adotado pelo IFCE, como uma forma de concorrer para o alcance da excelência nos trabalhos acadêmicos elaborados no âmbito do IFCE.

Reuber Saraiva de Santiago
Pro-reitor de Ensino

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa de trabalho de conclusão de curso	28
Figura 2	Lombada	30
Figura 3	Folha de rosto – trabalho acadêmico (TCC/ TCCE/ Dissertação/ Tese)	33
Figura 4	Ficha catalográfica	34
Figura 5	Folha de aprovação	37
Figura 6	Dedicatória	40
Figura 7	Agradecimentos	41
Figura 8	Epígrafe	42
Figura 9	Epígrafe em capítulo	43
Figura 10	Resumo na língua vernácula	45
Figura 11	Resumo em língua estrangeira	46
Figura 12	Sumário	52
Figura 13	Referências	54
Figura 14	Margens e espaçamentos	61
Figura 15	Margens e espaçamentos da folha de rosto	62
Figura 16	Margens e espaçamentos da folha de aprovação	63
Figura 17	Margens e espaçamentos de nota de rodapé	64
Figura 18	Margens e pontuação de alíneas e subalíneas	68
Figura 19	Limites das margens e paginação - anverso/verso da folha	70
Figura 20	Ilustração	72
Figura 21	Tabela	73
Figura 22	Folha de rosto – projeto de pesquisa	78
Figura 23	Elementos pré-textuais – artigo científico	89
Figura 24	Elementos textuais – artigo científico	91
Figura 25	Elementos pós-textuais – artigo científico	93
Figura 26	Formulário de identificação – relatório técnico científico	103
Figura 27	Formulário de identificação – relatório de estágio	104
Figura 28	Esquema gráfico - pôster técnico e científico	111
Quadro 1	Abreviatura dos meses	163

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS	23
2.1	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE).....	23
2.2	Dissertação	23
2.3	Tese	24
2.4	Projeto de Pesquisa	24
2.5	Artigo Científico.....	25
2.6	Relatório Técnico e/ou Científico.....	25
2.7	Pôster Técnico e Científico	25
3	ESTRUTURA DO TRABALHO ACADÊMICO	26
3.1	Parte Externa	27
3.1.1	Capa.....	27
3.1.2	Lombada	29
3.2	Parte Interna	30
3.2.1	Elementos pré-textuais	30
3.2.1.1	Folha de rosto	31
3.2.1.2	Errata.....	35
3.2.1.3	Folha de aprovação.....	36
3.2.1.4	Dedicatória.....	38
3.2.1.5	Agradecimentos	38
3.2.1.6	Epígrafe.....	39
3.2.1.7	Resumo na língua vernácula.....	44
3.2.1.8	Resumo em língua estrangeira	45
3.2.1.9	Lista de ilustrações	46

3.2.1.10	Lista de tabelas	48
3.2.1.11	Lista de abreviaturas e siglas	49
3.2.1.12	Lista de símbolos	50
3.2.1.13	Sumário	50
3.2.2	Elementos textuais	52
3.2.2.1	Introdução	52
3.2.2.2	Desenvolvimento	53
3.2.2.3	Conclusão	53
3.2.3	Elementos pós-textuais	53
3.2.3.1	Referências	53
3.2.3.2	Glossário	54
3.2.3.3	Apêndice	55
3.2.3.4	Anexo	56
3.2.3.5	Índice	56
4	APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO TRABALHO ACADÊMICO	58
4.1	Formato	58
4.2	Margem	59
4.3	Espacamento	59
4.4	Numeração progressiva	64
4.4.1	Seções	64
4.4.2	Alneas	66
4.4.3	Subalneas	67
4.5	Paginação	68
4.6	Siglas	70
4.7	Equações e fórmulas	71

4.8	Ilustrações	71
4.9	Tabelas	72
4.9.1	Diferenças entre Quadro e Tabela	74
5	ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA	75
5.1	Parte Externa	76
5.1.1	Capa	76
5.1.2	Lombada	76
5.2	Parte Interna	76
5.2.1	Elementos pré-textuais	76
5.2.1.1	Folha de rosto	76
5.2.1.2	Lista de ilustrações	79
5.2.1.3	Lista de tabelas	79
5.2.1.4	Lista de abreviaturas e siglas	79
5.2.1.5	Lista de símbolos	79
5.2.1.6	Sumário	79
5.2.2	Elementos textuais	80
5.2.3	Elementos pós-textuais	81
5.2.3.1	Referências	81
5.2.3.2	Glossário	82
5.2.3.3	Apêndice	82
5.2.3.4	Anexo	82
5.3	Apresentação gráfica do projeto de pesquisa	82
5.3.1	Formato	82
5.3.2	Fonte	83
5.3.3	Margem	83

5.3.4	<i>Espacamento</i>	83	6.3.6	<i>Glossário</i>	92
5.3.5	<i>Paginação</i>	84	6.3.7	<i>Apêndice</i>	93
5.3.6	<i>Numeração progressiva</i>	85	6.3.8	<i>Anexo</i>	93
5.3.7	<i>Notas de rodapé</i>	85	6.4	<i>Apresentação gráfica do artigo científico</i>	93
5.3.8	<i>Citações</i>	85	6.4.1	<i>Formato</i>	93
5.3.9	<i>Siglas</i>	85	6.4.2	<i>Numeração Progressiva</i>	94
5.3.10	<i>Equações e fórmulas</i>	85	6.4.3	<i>Citações</i>	95
5.3.11	<i>Ilustrações</i>	86	6.4.4	<i>Siglas</i>	95
5.3.12	<i>Tabelas</i>	86	6.4.5	<i>Equações e fórmulas</i>	95
6	ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO	87	6.4.6	<i>Ilustrações</i>	95
6.1	<i>Elementos pré-textuais</i>	88	6.4.7	<i>Tabelas</i>	95
6.1.1	<i>Título e subtítulo</i>	88	7	ESTRUTURA DE RELATÓRIO TÉCNICO E/OU CIENTÍFICO	96
6.1.2	<i>Autoria</i>	88	7.1	<i>Parte Externa</i>	97
6.1.3	<i>Resumo na língua do texto</i>	88	7.1.1	<i>Capa</i>	97
6.1.4	<i>Palavras-chave na língua do texto</i>	88	7.1.2	<i>Lombada</i>	97
6.2	<i>Elementos textuais</i>	90	7.2	<i>Parte Interna</i>	97
6.2.1	<i>Introdução</i>	90	7.2.1	<i>Elementos pré-textuais</i>	97
6.2.2	<i>Desenvolvimento</i>	90	7.2.1.1	<i>Folha de rosto</i>	98
6.2.3	<i>Conclusão</i>	90	7.2.1.2	<i>Errata</i>	99
6.3	<i>Elementos pós-textuais</i>	91	7.2.1.3	<i>Agradecimentos</i>	99
6.3.1	<i>Título e subtítulo em língua estrangeira</i>	92	7.2.1.4	<i>Resumo na língua vernácula</i>	99
6.3.2	<i>Resumo em língua estrangeira</i>	92	7.2.1.5	<i>Lista de ilustrações</i>	99
6.3.3	<i>Palavras-chave em língua estrangeira</i>	92	7.2.1.6	<i>Lista de tabelas</i>	100
6.3.4	<i>Notas explicativas</i>	92	7.2.1.7	<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	100
6.3.5	<i>Referências</i>	92	7.2.1.8	<i>Lista de símbolos</i>	100

7.2.1.9	Sumário.....	100	9.1.2	Citação direta com mais de três linhas.....	113
7.2.2	Elementos textuais.....	101	9.2	Citação indireta.....	114
7.2.3	Elementos pós-textuais.....	101	9.3	Citação de citação.....	114
7.2.3.1	Referências.....	102	9.4	Regras gerais de apresentação de citações.....	115
7.2.3.2	Glossário.....	102	9.4.1	Supressões.....	115
7.2.3.3	Apêndice.....	102	9.4.2	Interpolações, acréscimos ou comentários.....	116
7.2.3.4	Anexo.....	102	9.4.3	Ênfase ou destaque.....	116
7.2.3.5	Índice.....	102	9.4.4	Citação de texto traduzido pelo autor.....	117
7.2.3.6	Formulário de identificação.....	102	9.4.5	Dados obtidos por informação verbal.....	117
7.2.4	Apresentação gráfica de relatório técnico e/ou científico.....	105	9.4.6	Trabalhos em fase de elaboração.....	118
8	ESTRUTURA DE PÔSTER TÉCNICO E CIENTÍFICO.....	106	9.4.7	Documentos eletrônicos.....	118
8.1	Título.....	106	9.5	Sistemas de chamada.....	119
8.2	Subtítulo.....	106	9.5.1	Sistema alfabético (autor-data).....	119
8.3	Autoria.....	107	9.5.1.1	Critérios para apresentação de autoria nas citações.....	121
8.4	Informações complementares.....	107	9.5.2	Sistema numérico.....	123
8.5	Resumo.....	107	10	ELABORAÇÃO DE REFERÊNCIAS.....	125
8.6	Conteúdo.....	107	10.1	Definição.....	125
8.7	Referências.....	108	10.2	Localização.....	125
8.8	Apresentação gráfica do pôster técnico e científico.....	108	10.3	Regras gerais para apresentação de referências.....	125
8.8.1	Suporte e dimensões.....	108	10.4	Modelos de referências para monografias.....	126
8.8.2	Formato, espaçamento e margens.....	108	10.4.1	Monografia no todo.....	127
8.8.3	Orientações gerais.....	109	10.4.2	Monografia no todo em meio eletrônico.....	128
9	CITAÇÕES.....	112	10.4.3	Parte de monografia.....	128
9.1	Citação direta.....	112	10.4.4	Parte de monografia em meio eletrônico.....	129
9.1.1	Citação direta de até três linhas.....	113	10.5	Modelos de referências para publicações periódicas.....	130

10.5.1	<i>Publicação periódica no todo</i>	130
10.5.2	<i>Parte de publicação periódica sem título próprio</i>	131
10.5.3	<i>Parte de publicação periódica com título próprio</i>	131
10.5.4	<i>Artigo e/ou matéria de revista</i>	131
10.5.5	<i>Artigo e/ou matéria de revista em meio eletrônico</i>	132
10.5.6	<i>Artigo e/ou matéria de jornal</i>	133
10.5.7	<i>Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico</i>	134
10.6	<i>Modelos de referências para eventos</i>	134
10.6.1	<i>Evento como um todo</i>	134
10.6.2	<i>Evento como um todo em meio eletrônico</i>	135
10.6.3	<i>Trabalho apresentado em evento</i>	135
10.6.4	<i>Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico</i>	136
10.7	<i>Modelos de referências para patentes</i>	137
10.8	<i>Modelos de referências para documentos jurídicos</i>	137
10.8.1	<i>Legislação</i>	137
10.8.2	<i>Jurisprudência</i>	138
10.8.3	<i>Doutrina</i>	139
10.8.4	<i>Documento jurídico em meio eletrônico</i>	139
10.9	<i>Modelos de referências para imagens em movimento</i>	140
10.10	<i>Modelos de referências para documentos iconográficos</i>	141
10.10.1	<i>Documento iconográfico em meio eletrônico</i>	141
10.11	<i>Modelos de referências para documentos cartográficos</i>	142
10.11.1	<i>Documento cartográfico em meio eletrônico</i>	142
10.12	<i>Modelos de referências para documentos sonoros</i>	143
10.12.1	<i>Documento sonoro no todo</i>	143

10.12.2	<i>Parte de documento sonoro</i>	144
10.13	<i>Modelos de referências para partituras</i>	144
10.13.1	<i>Partitura em meio eletrônico</i>	145
10.14	<i>Modelos de referências para documentos tridimensionais</i>	145
10.15	<i>Modelos de referências para documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico</i>	146
10.16	<i>Modelos de referências para documentos diversos</i>	147
10.17	<i>Transcrição dos elementos</i>	148
10.17.1	<i>Regras Gerais</i>	148
10.17.2	<i>Autor pessoal</i>	149
10.17.2.1	<i>Um só autor</i>	149
10.17.2.2	<i>Dois ou três autores</i>	149
10.17.2.3	<i>Mais de três autores</i>	150
10.17.2.4	<i>Indicação de responsabilidade</i>	150
10.17.2.5	<i>Autoria desconhecida</i>	150
10.17.2.6	<i>Obra publicada sob pseudônimo</i>	151
10.17.2.7	<i>Outros tipos de responsabilidade</i>	151
10.17.2.8	<i>Autor em língua espanhola</i>	152
10.17.2.9	<i>Sobrenome que indica parentesco</i>	152
10.17.2.10	<i>Sobrenome constituído por substantivo + adjetivo</i>	152
10.17.2.11	<i>Sobrenome ligado por hífen</i>	152
10.17.3	<i>Autor entidade</i>	153
10.17.3.1	<i>Entidade com denominação genérica</i>	153
10.17.3.2	<i>Entidade com denominação específica</i>	153
10.17.4	<i>Título e Subtítulo</i>	154
10.17.4.1	<i>Título demasiadamente longo</i>	154

10.17.4.2	Titulo em mais de uma lingua	155	10.17.9.4	Publicação em mais de um volume	166
10.17.4.3	Titulo genérico em periódico	155	10.17.9.5	Indicação de ilustrações	166
10.17.4.4	Abreviatura de titulo de periódico	155	10.17.9.6	Indicação de dimensões	166
10.17.4.5	Documento sem titulo	155	10.17.10	Série e Coleções	167
10.17.5	Edição.....	156	10.17.11	Notas.....	167
10.17.5.1	Emendas e acréscimos à edição.....	156	10.17.11.1	Documentos traduzidos	168
10.17.6	Local de publicação	157	10.17.11.2	Tradução com base em outra tradução	168
10.17.6.1	Cidades homônimas	157	10.17.11.3	Separatas	168
10.17.6.2	Mais de um local para uma só editora	157	10.17.11.4	Trabalhos acadêmicos	168
10.17.6.3	Documento sem indicação do local de publicação	157	10.17.11.5	Outras notas	169
10.17.7	Editora.....	158	10.17.12	Ordenação das referências	169
10.17.7.1	Duas editoras em uma mesma cidade	158	10.17.12.1	Sistema alfabético	169
10.17.7.2	Duas editoras em cidades diferentes	159	10.17.12.2	Sistema numérico	171
10.17.7.3	Três ou mais editoras	159	11	NOTAS DE RODAPÉ.....	172
10.17.7.4	Documento sem indicação de editora	159	11.1	Notas de referência	172
10.17.7.5	Documento sem indicação do local de publicação e da editora ..	160	11.2	Notas explicativas	175
10.17.7.6	Editora responsável pela autoria	160	12	ESTRUTURA DO PLANO DE NEGÓCIO	177
10.17.8	Data.....	160	12.1	Parte Externa	179
10.17.8.1	Documento sem data de publicação	161	12.2	Parte Interna	179
10.17.8.2	Datas em documentos com vários volumes	161	12.2.1	Elementos pré-textuais	179
10.17.8.3	Datas em publicação periódica	161	12.3	Elementos textuais	179
10.17.9	Descrição física	164	12.3.1	Sumário Executivo	179
10.17.9.1	Descrição de parte de publicação	165	12.3.2	Conceito do Negócio	180
10.17.9.2	Descrição de páginas preliminares.....	165	12.3.3	Análise de Mercado	180
10.17.9.3	Publicação não paginada ou com numeração irregular.....	165	12.3.4	Plano Estratégico	181

12.3.5	<i>Plano de Marketing</i>	181
12.3.6	<i>Plano Operacional</i>	182
12.3.7	<i>Plano Financeiro</i>	182
12.4	<i>Elementos pós-textuais</i>	183
	REFERÊNCIAS	184
	ANEXO A – RELAÇÃO DE NORMAS DA ABNT UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	187

1 INTRODUÇÃO

A presente publicação constitui-se de um conjunto de procedimentos e modelos para orientar a comunidade acadêmica na elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, em todos os níveis de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

A padronização recomendada neste guia tem como base os padrões das Normas Brasileiras (NBR) para informação e documentação elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), órgão responsável pela normalização técnica no Brasil. Tais normas devem ser adotadas como modelo –padrão do projeto gráfico dos documentos produzidos no meio acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

O Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE traz um conjunto de procedimentos e modelos adotados na apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos – TCC (trabalho de conclusão de curso), TCCE (trabalho de conclusão de curso de especialização), tese, dissertação, projeto de pesquisa e artigo científico – em todos os níveis de ensino do IFCE.

Cumprir salientar que está preservado aos autores o direito de seguir suas preferências estéticas, nos casos em que esta alternativa é permitida.

Nesta elaboração foram utilizadas, de forma detalhada, todas as normas da ABNT, que se aplicam aos trabalhos acadêmicos, a saber: as NBR 6022, 6023, 6024, 6027, 6028, 6032, 6033, 6034, 10520, 12225 e 14724.

O manual trata de todos os elementos necessários para o desenvolvimento de trabalhos monográficos e está organizado da seguinte forma

- a) a estrutura de cada tipo de trabalho acadêmico, com destaque para os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;
- b) a formatação, com modelos e exemplos da apresentação gráfica dos elementos que compõem a estrutura dos trabalhos acadêmicos;
- c) a apresentação dos tipos de citações, sistemas de chamadas e notas de rodapé;
- d) as regras utilizadas na apresentação de referências bibliográficas.

Dessa maneira, almeja-se que o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE constitua, efetivamente, um instrumento norteador na produção intelectual da comunidade acadêmica, contribuindo para que a instituição cumpra sua função social e científica na criação, produção e transmissão de conhecimento.

2 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS

A normalização de documentos técnico-científicos tem como finalidade padronizar e assegurar a qualidade da produção científica no meio acadêmico. As monografias constituem o produto de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação. Sua principal característica é a abordagem de um tema único (*monos* = um só e *graphiein* = escrever). Desta forma, os trabalhos acadêmicos distinguem-se uns dos outros pelo grau de profundidade com que tratam o assunto. Todos os trabalhos acadêmicos são monográficos e devem ser feitos sob a supervisão de um orientador

A NBR 14724:2011 “especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora, especialistas designados e/ou outros)”.

Esta norma aplica-se às teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), trabalhos de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento e outros.

2.1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE)

Documento que apresenta o resultado de estudo sobre um tema, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feitos sob a coordenação de um orientador (NBR 14724, 2011, p. 2).

2.2 Dissertação

Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o

assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) visando a obtenção do título de mestre (NBR 14724, 2011, p. 2).

2.3 Tese

Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar (NBR 14724, 2011, p. 4).

2.4 Projeto de Pesquisa

Segundo Kirst, pesquisa é um conjunto de atividades cujo objetivo é a solução de problemas para a obtenção de novos conhecimentos, valendo-se de procedimentos científicos.

Compõem o projeto de pesquisa: uma pergunta a ser respondida ou um problema que constitui o ponto de partida; a busca da resposta ou solução com a aplicação dos procedimentos científicos; a informação dos resultados obtidos através do relatório de pesquisa.

Toda pesquisa, independente de sua natureza – bibliográfica, social ou experimental – acontece em quatro fases: planejamento; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; relatório de pesquisa.

O projeto de pesquisa ocorre na fase do planejamento. Sua função primordial é ajudar o pesquisador a esclarecer, avaliar e definir quais os caminhos a seguir, uma vez que, ao longo de sua elaboração, ele deve sofrer revisões e alterações e aprimoramentos, através das leituras realizadas e orientações recebidas.

É importante destacar que o projeto de pesquisa pressupõe conhecimento prévio do assunto. No entanto, é de vital importância a leitura

exploratória e uma boa revisão da literatura para que os objetivos sejam alcançados de forma segura e eficiente. (KIRST, 2009)

2.5 Artigo Científico

Artigo científico é definido pela ABNT como "parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados" (NBR 6022, 2003).

O artigo científico difere da monografia por ser menos exaustivo, uma vez que objetiva a publicação em periódicos científicos que requerem limitação de espaço.

2.6 Relatório Técnico e/ou Científico

Relatório técnico e/ou científico "é a exposição escrita na qual se descrevem fatos verificados mediante pesquisas ou se historia a execução de serviços ou de experiências. É geralmente acompanhado de documentos demonstrativos, tais como tabelas, gráficos, estatísticas e outros." (UFPR, 1996).

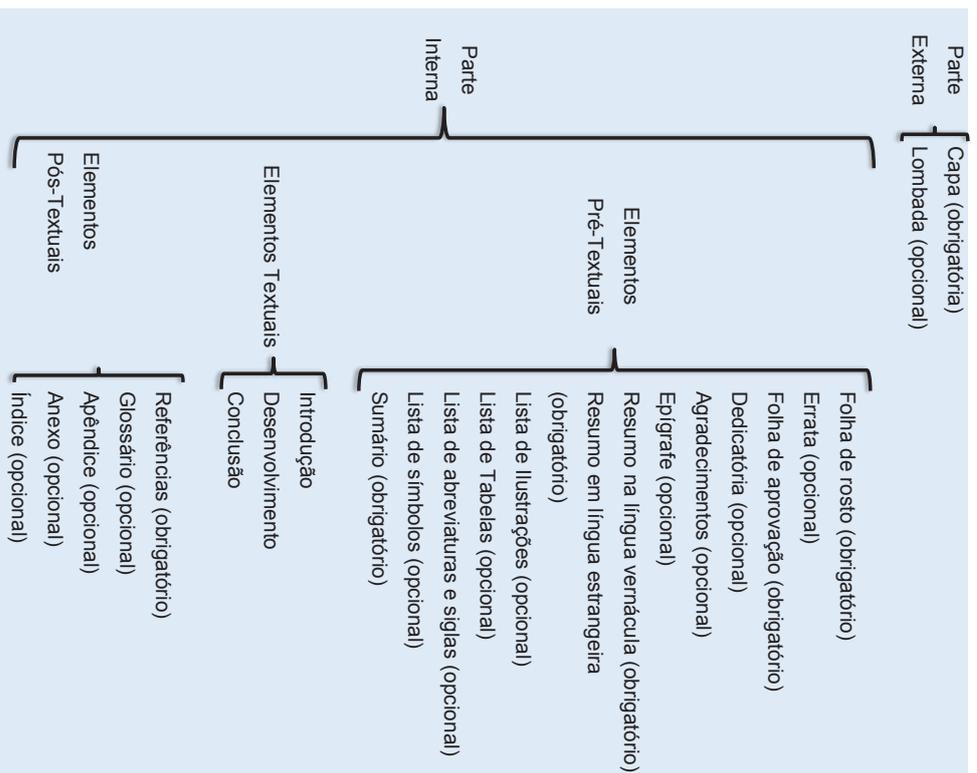
É definido pela ABNT NBR 10719 como o documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica.

2.7 Pôster Técnico e Científico

Instrumento de comunicação, exibido em diversos suportes que sintetiza e divulga o conteúdo a ser apresentado. (ABNT NBR 15437, 2006, p.1)

3 ESTRUTURA DO TRABALHO ACADÊMICO

A estrutura de trabalhos acadêmicos compreende a parte externa e interna conforme indicado, a seguir:



Fonte NBR 14724 (ABNT, 2011)

26

3.1 Parte Externa

3.1.1 Capa

Elemento obrigatório

Definição - Proteção externa do trabalho sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação (ABNT NBR 14724:2011, p. 2)

Os elementos são exibidos na seguinte ordem:

- nome da instituição, seguido do nome do campus, nome da diretoria/departamento, programa de pós-graduação (se for o caso) e/ou nome do curso;
- nome do autor;
- título do trabalho;
- subtítulo: se houver. Deve ser precedido de dois pontos, evidenciando a sua subordinação ao título;
- número do volume: se houver mais de um, deve constar em cada capa a especificação do respectivo volume;
- local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado o trabalho. Em caso de cidades homônimas, recomenda-se o acréscimo da sigla da unidade da federação;
- ano de depósito (da entrega), em algarismos arábicos.

Apresentação Gráfica - Inicia-se na margem superior da folha/página com todas as informações centralizadas, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaço de 1,5 cm entre as linhas (FIGURA 1).

27

Figura 1 – Capa de trabalho de conclusão de curso

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

INSTITUTO FEDERAL Ceará

IFCE CAMPUS _____
<denominação do curso>

NOME COMPLETO DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)

CIDADE - UF

ANO DE PUBLICAÇÃO

Fonte: Elaborado pelos autores

3.1.2 Lombada

Elemento opcional

Definição – Parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira; também chamada de dorso (NBR 12225, 2004, p. 1).

A lombada deve conter os seguintes elementos:

- nome do autor (ex: SILVA, J. P.) (ex: SILVA JÚNIOR, J. P.);
- título;
- elementos alfanuméricos de identificação de volume, fascículo e data, se houver.

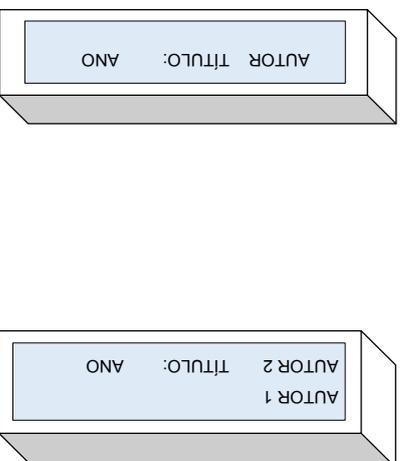
Apresentação Gráfica - Deve ser feita em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e centralizada. Recomenda-se adotar o modelo de título de **lombada descendente** cuja impressão é longitudinal, do alto para o pé da lombada. Esta forma possibilita a leitura, quando o documento está com a face voltada para cima.

O nome do autor e o título devem ser impressos no mesmo sentido da lombada. Se houver mais de um autor, estes devem ser separados por sinais de pontuação, espaços ou sinais gráficos.

Os elementos alfanuméricos devem ser impressos no mesmo sentido da lombada

Recomenda-se a reserva de um espaço, se possível de 30 mm, na borda inferior da lombada, sem comprometer as informações ali contidas, para a colocação de elementos de identificação que possibilitem a localização do documento (FIGURA 2).

Figura 2 – Lombada



Fonte: Elaborada pelos autores

3.2 Parte Interna

A parte interna é formada por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

3.2.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais trazem informações que identificam o trabalho. Devem iniciar no anverso da folha, com exceção dos dados internacionais de catalogação-na-publicação que devem vir no verso da folha de rosto.

São apresentados na sequência a seguir:

3.2.1.1 Folha de rosto

Elemento obrigatório

Definição - Folha que contém os elementos essenciais à identificação do trabalho (NBR 14724, 2011, p. 3).

Os elementos são dispostos no anverso e verso da folha-de-rosto e devem ser apresentados na seguinte ordem:

No anverso da folha-de-rosto:

- a) nome completo do autor;
- b) título do trabalho;
- c) subtítulo (se houver); separado do título por dois pontos;
- d) número do volume. Se houver mais de um, deve constar em cada folha de rosto o respectivo volume em algarismos arábicos;
- e) natureza: tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros)
- f) objetivo do trabalho (aprovação em disciplina, obtenção do grau pretendido);
- g) área de formação (curso concluído);
- h) área de concentração, se houver;
- i) nome da instituição a que é submetido;
- j) nome do orientador e do coorientador (se houver);
- k) local (cidade e unidade federativa) da instituição onde deve ser apresentado o trabalho.
- l) ano de depósito (da entrega), em algarismos arábicos.

Apresentação Gráfica - Inicia-se na margem superior da folha/página com o nome do autor e título centralizados, em letras maiúsculas, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5 entre as linhas.

A natureza e objetivo do trabalho, a área de concentração e de formação, o nome da instituição, o nome do orientador e coorientador, se houver, devem vir alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita (reco de 8 cm da margem esquerda), em letras maiúsculas/minúsculas, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, em espaço simples entre as linhas e alinhamento justificado.

O local e a data apresentam-se em letras maiúsculas, fonte tamanho 12 e espaço de 1,5 cm entre as linhas e alinhamento centralizado (FIGURA 3).

No verso da folha-de-rosto:

- a) os dados internacionais de catalogação-na-publicação (ficha catalográfica), conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano(AACR2) vigente devem ser elaborados pela biblioteca que atende ao curso em que o trabalho for apresentado ou pelo gerador de ficha catalográfica disponível no Portal do IFCE.

Apresentação Gráfica – Deve ser impressa no verso da folha de rosto, em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 10, alinhamento justificado e com espaçamento simples entre as linhas. A ficha deve estar localizada na parte inferior da folha, com alinhamento centralizado (FIGURA 4).

Figura 3 – Folha de rosto – Trabalho acadêmico (TCC/ TCCE/ Dissertação/ Tese)

NOME COMPLETO DO AUTOR
TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)
< Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)> apresentado ao curso de _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus _____, como requisito parcial para obtenção do Título de _____.
Orientador (a): Prof. <Título abreviado> Nome completo
Cidade – UF
Ano de Publicação

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.2 Errata

Elemento opcional

Definição - Lista de folhas e linhas em que ocorrem erros no texto, seguidas das devidas correções (NBR 14724, 2011, p. 3)

Deve ser inserida logo após a folha de rosto, constituída pela referência do trabalho e pelo texto da errata. Apresentada em papel avulso ou encartado, acrescida ao trabalho depois de impresso.

Apresentação Gráfica - A palavra Errata deve estar centralizada, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, seguida de espaçamento 1,5 em branco.

Em seguida, deve figurar a referência do trabalho, redigida em espaçamento simples e alinhamento justificado e, após um espaço de 1,5 em branco, redigir uma listagem das folhas e linhas onde ocorreram erros de redação do trabalho, seguidos da devida correção, em tamanho 12, alinhamento justificado e espaçamento de 1,5 entre as linhas.

Exemplo

ERRATA

FERRIGNO, C. R. A. **Tratamento de neoplasias ósseas apendiculares com reimplantação de enxerto ósseo autoclavado associado ao plasma rico em plaquetas: estudo crítico na cirurgia de preservação de membros em cães.** 2011, 128 f. Tese - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
16	10	auto-clavado	autoclavado

Fonte ABNT NBR 14724 (2011)

Figura 4 – Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação	
Sistema de Bibliotecas – SIBI	
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/FCE, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)	
A663a	Araújo, Gernário Marcos Avaliação do possível reuso das águas residuárias tratadas, provenientes do sistema de lagoas de estabilização de Ponta Negra, em Natal - RN. /Gernário Marcoa Araújo, 2004. 58 f. : il. Color. Monografia (Especialização) – Planejamento Urbano e Gestão Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, Campos Juazeiro do Norte, 2004. Orientação: Prof. Dr. Fransco Suetônio Bastos Mota Co-orientação: Prof. PND, André Luis Calado Araújo 1. Gestão ambiental. 2. Águas residuárias - reuso. 3. Lagoas de estabilização – Ponta Negra (RN). 4. Tratamento de esgotos. Título. CDD: 628.38

Fonte: Araújo (2004, verso folha de rosto)

3.2.1.3 Folha de aprovação

Elemento obrigatório

Definição - Folha que contém os elementos essenciais à aprovação do trabalho. (ABNT NBR 14724:2011, p. 3).

Deve ser inserida após a folha de rosto, constituída pelo nome do autor do trabalho, título do trabalho e subtítulo (se houver), natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração), data de aprovação, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem. A data de aprovação e as assinaturas dos membros componentes da banca examinadora devem ser colocadas após a aprovação do trabalho. (ABNT, 2011)

Apresentação Gráfica - Inicia-se na margem superior da folha/página com autor e título centralizados, em letras maiúsculas, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento de 1,5 entre as linhas.

A natureza do trabalho, o nome da entidade a que é submetido, a área de concentração e os nomes do orientador e coorientador (se houver) deverão ser redigidos após 2 espaços de 1,5 do título, alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita (reco de 8 cm da margem esquerda) em fonte tamanho 12, em espaço simples entre as linhas e alinhamento justificado.

A data de aprovação segue após dois espaços de 1,5. Deve vir em fonte tamanho 12, com espaçamento 1,5 entre as linhas e alinhada à esquerda.

Abaixo, após dois espaços de 1,5, deverá constar a expressão Banca Examinadora, em maiúsculas, em negrito e centralizada.

Após um espaço de 1,5 vem a descrição dos membros da Banca Examinadora. O nome, titulação e assinatura dos componentes da banca deverão figurar em letras maiúsculas/minúsculas, fonte tamanho 12, com espaçamento 1,5 entre as linhas e centralizados (FIGURA 5).

Figura 5 – Folha de Aprovação

NOME COMPLETO DO AUTOR
TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)
< Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) > < apresentado ao curso de _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus _____, como requisito parcial para obtenção do Título de _____ >
Aprovada em ____ / ____ / _____
BANCA EXAMINADORA
_____ Prof. <titulação> <nome completo> (Orientador (a)) <Instituição>
_____ Prof. <titulação> <nome completo> (Orientador (a)) <Instituição>
_____ Prof. <titulação> <nome completo> (Orientador (a)) <Instituição>

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2.1.4 Dedicatória

Elemento opcional.

Definição - Texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho. (ABNT NBR 14724:2011, p. 2).

Colocada em folha distinta, logo após a folha de aprovação. Dispensa o uso da palavra dedicatória.

Apresentação Gráfica – Deve figurar abaixo do meio da folha. Não há obrigatoriedade quanto ao recuo, porém recomenda-se recuar até 8 cm da margem esquerda. O texto deve ser apresentado em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, alinhamento justificado, espaço de 1,5 entre as linhas, sem aspas (FIGURA 6).

3.2.1.5 Agradecimentos

Elemento opcional

Definição – Folha em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho. (ABNT NBR 14724:2011, p. 1).

Apresentação Gráfica - Colocado em folha distinta, logo após a dedicatória. Inicia em folha/página distinta, com a palavra **AGRADECIMENTOS** na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, sem indicativo numérico e centralizada.

O texto deve iniciar após dois espaços de 1,5 em branco e deve ser digitado em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, com parágrafo de 1,25, com espaço de 1,5 cm entre as linhas e alinhamento justificado (FIGURA 7).

3.2.1.6 Epígrafe

Elemento opcional.

Definição - Texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho. (ABNT NBR 14724:2011, p. 2)

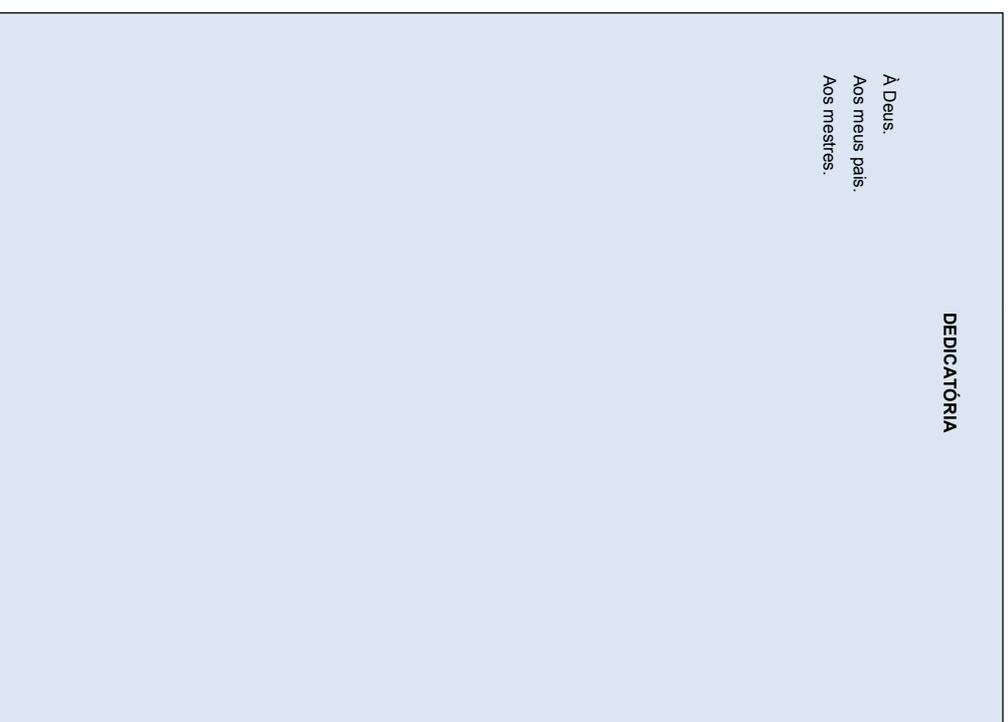
Apresentada em folha distinta, após o agradecimento (FIGURA 8). Podem também constar epígrafes nas folhas ou páginas de abertura das seções primárias (capítulos) (FIGURA 9).

Apresentação Gráfica - Inicia-se abaixo do meio da folha/página, com recuo de 8 cm da margem esquerda, parágrafo de 1,25, espaço de 1,5 entre as linhas, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, alinhamento justificado, entre aspas. Dispensa o uso da palavra Epígrafe.

Utilizando-se epígrafes nas folhas/páginas de abertura das seções primárias (capítulos), o texto deve ser digitado em tamanho 12, com recuo de 8 cm da margem esquerda, parágrafo de 1,25 de recuo, espaço de 1,5 entre as linhas, alinhamento justificado, entre aspas.

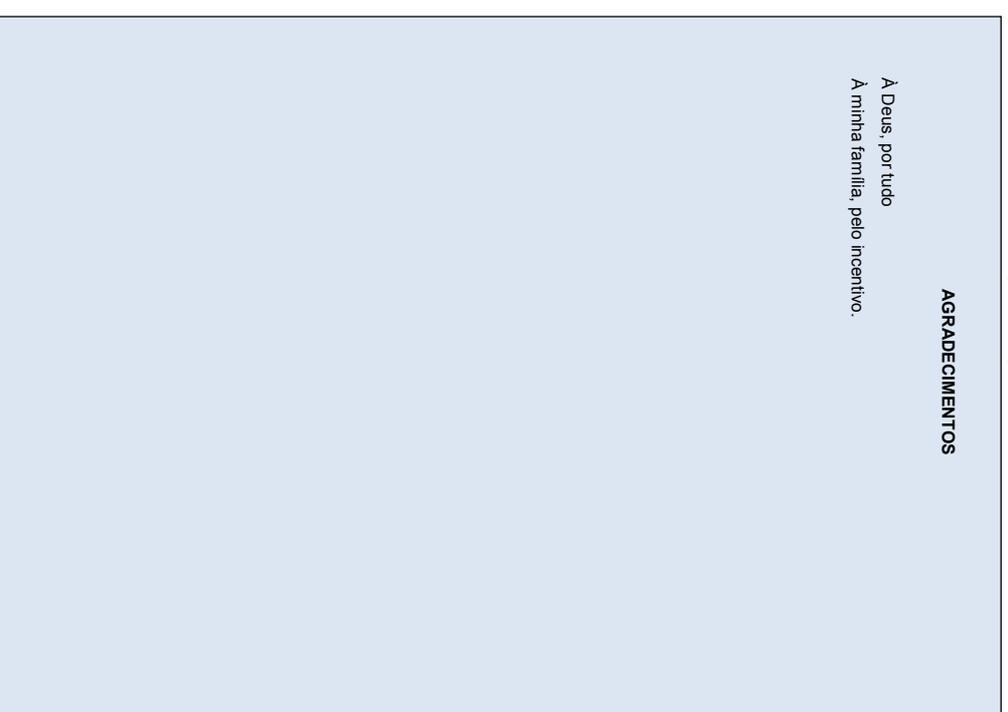
A epígrafe deve vir separada do título da seção primária que a antecede e do texto que a sucede por um espaço em branco de 1,5.

Figura 6 - Dedicatória



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 7 – Agradecimentos



Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.7 Resumo na língua vernácula

Elemento obrigatório

Definição - Apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento. (ABNT NBR 6028:2003). O resumo deve apresentar uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho.

Elaborado de acordo com a ABNT NBR 6028:2003, conforme as seguintes orientações:

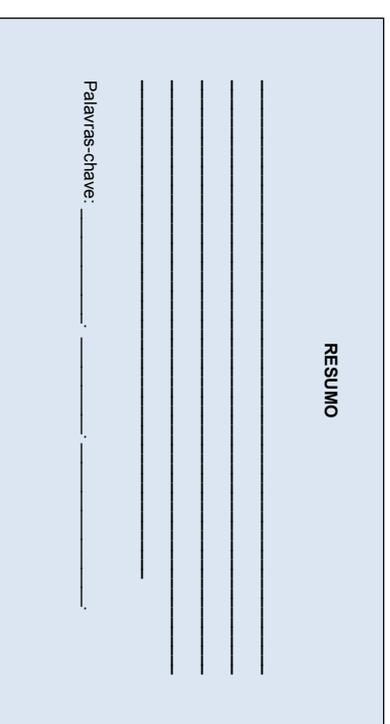
- a) deve ser informativo, apresentando finalidades, metodologia, resultados e conclusões;
- b) deve ser precedido da referência do documento, com exceção do resumo inserido no próprio documento;
- c) deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos;
- d) recomenda-se uso de parágrafo único e justificado;
- e) deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular;
- f) o resumo apresentado em trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnicos deve conter de 150 a 500 palavras;
- g) a primeira frase do resumo deve ser significativa e expressar o tema principal do trabalho. A seguir deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação etc.);
- h) deve-se evitar símbolos que não sejam de uso corrente e fórmulas, equações, diagramas etc. que não sejam absolutamente necessários;
- i) o resumo na língua vernácula precede as listas de ilustrações, abreviaturas, símbolos e o sumário. O texto do resumo deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, denominadas palavras-chave e/ou descritores.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta com a palavra **RESUMO**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho12, sem indicativo numérico e centralizada.

O texto do resumo deve ser digitado em parágrafo único, espaço de 1,5 entre as linhas, fonte tamanho12 e alinhamento justificado (FIGURA 10).

As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão Palavras-chave, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto (.).

Figura 10 – Resumo em língua vernácula



Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.8 Resumo em língua estrangeira

Elemento obrigatório

Definição - Versão do resumo para idioma de divulgação internacional, em inglês ABSTRACT, em espanhol RESUMEN e em francês RÉSUMÉ.

- a) figura logo após o resumo em língua vernácula e em formato idêntico;
- b) as palavras-chave e/ou descritores também devem estar no mesmo idioma do resumo.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta com a palavra **ABSTRACT**, **RESUMEM** ou **RÉSUMÉ**, conforme a língua, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12; sem indicativo numérico e centralizada.

O texto do resumo em língua estrangeira deve ser digitado em parágrafo único, em espaço 1,5 entre as linhas, fonte tamanho 12 e alinhamento justificado (FIGURA 11).

As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão **Keywords** (inglês), **Palabras clave** (espanhol), **Mots clés** (francês) separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

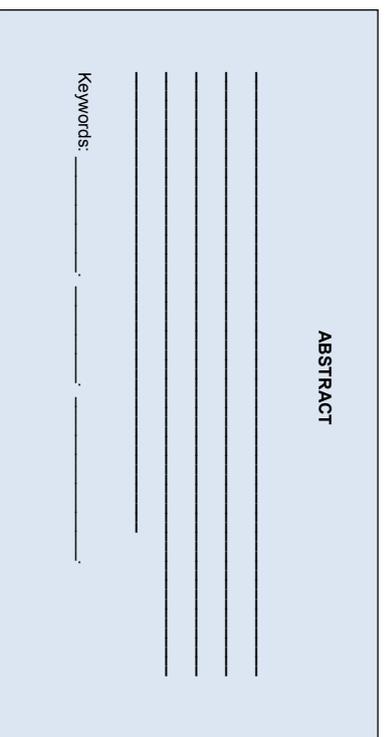


Figura 11 – Resumo em língua estrangeira

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.9 Lista de ilustrações

Elemento opcional.

Definição - Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, travessão, título e respectivo número da folha ou página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas,

fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outras). (ABNT NBR 14724:2011, p. 8)

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com o título **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, sem indicativo numérico, com espaço de 1,5 entre as linhas e centralizado.

A lista deve ser digitada em fonte tamanho 12, com espaço de 1,5 entre as linhas e alinhamento justificado. Cada item deve ser representado por seu tipo, nome e número específico, seguido do número da folha/página em que se encontra no corpo do texto. Os itens devem estar alinhados um embaixo do outro.

Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração, por exemplo: **LISTA DE GRÁFICOS**, **LISTA DE QUADROS**.

Exemplo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com o desenvolvimento de metas e objetivo	12
Figura 2 - Relação entre ações humanas, aspectos e impactos ambientais	22
Figura 3 - Processo de avaliação de impacto ambiental	24
Figura 4 - Fotografia da frente de lava de gipsita, em Santana do Cariri/CE	37
Figura 5 - Fotografia dos equipamentos utilizados na lava da gipsita, em Santana do Cariri/CE	38
Figura 6 - Fotografia dos blocos de minérios de gipsita, em Santana do Cariri/CE	39
Quadro 1 - Sistema cristalino da gipsita de acordo com seu beneficiamento e temperatura de calcinação	40
Quadro 2 - Os caminhos para a valorização dos resíduos	43

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.10 Lista de tabelas

Elemento opcional

Definição - Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da folha ou página.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com o título **LISTA DE TABELAS**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, sem indicativo numérico, com espaço de 1,5 entre as linhas e centralizado. A lista deve ser digitada em fonte tamanho 12, com espaço de 1,5 entre as linhas e alinhamento justificado.

Cada item deve ser representado pelo número específico, nome, seguido do número da folha/página em que se encontra no corpo do texto. Os itens devem estar alinhados um embaixo do outro.

Exemplo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição química teórica do mineral gipsita	33
Tabela 2 – Reserva e produção mundial da gipsita	34
Tabela 3 – Inventário de consumo de matéria-prima no processo de fabricação do bloco de gesso com resíduos disposto em aterro sanitário	52

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.11 Lista de abreviaturas e siglas

Elemento opcional

Definição - Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes, grafadas por extenso. (ABNT NBR 14724:2011, p. 8)

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com o título **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, sem indicativo numérico, com espaço de 1,5 entre as linhas e centralizado. A lista deve ser digitada em fonte tamanho 12, com espaço de 1,5 entre as linhas e alinhamento justificado.

Quando necessário, pode-se elaborar lista própria para cada tipo, por exemplo: **LISTA DE ABREVIATURAS** e **LISTA DE SIGLAS**.

Exemplo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT abrev. bibliogr.	Associação Brasileira de Normas Técnicas Abreviatura Bibliografia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Amísio Teixeira

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.12 Lista de símbolos

Elemento opcional.

Definição - Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado. (ABNT NBR 14724:2011, p. 8).

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com o título **LISTA DE SÍMBOLOS**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho12, sem indicativo numérico, com espaço de 1,5 entre as linhas e centralizado. A lista deve ser digitada em fonte tamanho 12, com espaço de 1,5 entre as linhas e alinhamento justificado.

Exemplo

LISTA DE SÍMBOLOS

B	Beta
λ	Comprimento de onda
¶	Parágrafo
§	Seção
@	Copyright

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.1.13 Sumário

Elemento obrigatório

Definição - Enumeração das divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede. (ABNT NBR 6027:2012, p. 1).

O Sumário é o último elemento pré-textual. Deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 6027:2012, obedecendo às seguintes orientações:

- os elementos pré-textuais não constam no sumário;
- os indicativos numéricos das seções e subseções são alinhados à esquerda, conforme a ABNT NBR 6024:2012;
- os títulos e subtítulos das seções, se houver, sucedem seus indicativos numéricos;

d) recomenda-se que os títulos e subtítulos sejam alinhados pela margem do título do indicativo numérico mais extenso, inclusive os elementos pós-textuais;

e) a paginação deve ser apresentada à margem direita, sob uma das seguintes formas:

- número da primeira página. Exemplo: 9;

- números das páginas inicial e final, separadas por hífen:

Exemplo: 9-43;

- números das páginas em que se distribui o texto. Exemplo: 15,

18, 20-28;

f) caso o trabalho seja apresentado em mais de um volume, em cada um deve constar o sumário completo;

g) para documentos em meio eletrônico, recomenda-se a utilização de hyperlink para cada item elencado.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com a palavra **SUMÁRIO**, na margem superior, com o mesmo tipo de fonte utilizada para as seções primárias, em letras maiúsculas, em negrito, sem indicativo numérico e centralizada.

Após um espaço de 1,5 cm em branco, são indicadas todas as seções e subseções do trabalho, com seus respectivos indicativos numéricos, listadas na mesma ordem e grafia em que aparecem no trabalho, alinhadas à esquerda pelo título do indicativo numérico mais extenso;

O sumário deve ser digitado em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho12 e espaço de 1,5 cm entre as linhas.

Deve iniciar no anverso da folha, concluído no verso, se necessário (FIGURA 12).

Figura 12 – Sumário

SUMÁRIO		
1	INTRODUÇÃO	7
2	ARQUIVOS DE SISTEMA	9
3	TESTES DE PERFORMANCE E OCUPAÇÃO DE DISCO	13
3.1	Primeiro teste: ocupação inicial de disco	14
3.2	Segundo teste: escrita em disco	16
3.3	Terceiro teste: ocupação final de disco	18
3.3.1	Tempo de arquivo de disco	20
3.3.2	Tempo de deleção de disco	20
4	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS	24
	ANEXO A – MANUAL	26

Fonte: Adaptação da ABNT NBR 6027 (2012)

3.2.2 Elementos textuais

O texto é composto de uma parte introdutória que apresenta os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração; o desenvolvimento, que detalha a pesquisa ou o estudo realizado; e uma parte conclusiva.

3.2.2.1 Introdução

Tem como finalidade dar ao leitor uma visão concisa do tema investigado ressaltando-se: o assunto de forma delimitada, ou seja, de forma que fique evidente sobre o que se está investigando; a justificativa da escolha do tema; os objetivos do trabalho; o objeto de pesquisa que será investigado durante o transcorrer da pesquisa.

3.2.2.2 Desenvolvimento

Parte principal do texto que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em seções e subseções que variam em função da abordagem do tema e métodos adotados. Independentemente da natureza do estudo (pesquisa bibliográfica, de campo, experimental, descritiva ou outra), a revisão de literatura, os materiais e métodos utilizados e as análises ou resultados alcançados constituem a parte textual do trabalho acadêmico.

Se no decorrer do texto houver a necessidade de utilizar termos de origem estrangeira, estes devem vir em *italico* para dar destaque.

3.2.2.3 Conclusão

Parte final do texto no qual o autor faz uma recapitulação sintética dos resultados e da discussão do trabalho apresentado, correspondentes aos objetivos ou hipóteses tratados, bem como das deduções lógicas, fundamentadas no que foi apresentado e discutido anteriormente.

3.2.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais sucedem o texto na ordem em que se seguem:

3.2.3.1 Referências

Elemento obrigatório

Definição - Referência é o conjunto padronizado de elementos descritivos que permitem a identificação dos documentos consultados para a elaboração do trabalho. Podem ser ordenadas alfabeticamente ou pelo sistema numérico. As referências são elaboradas conforme a ABNT NBR 6023: 2002.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com a palavra **REFERÊNCIAS**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, sem indicativo numérico, espaço de 1,5 entre as linhas e centralizada.

As referências devem ser digitadas, após um espaço de 1,5 do título, em fonte tamanho 12, espaço simples entre as linhas, alinhadas à esquerda e separadas entre si por um espaço duplo em branco (FIGURA 13).

Figura 13 - Referências

REFERÊNCIAS
<p>ABREU, E. M. X. Estudo da influência de diferentes gessos produzidos na região Nordeste do Brasil para a fabricação de moldes utilizados na indústria de louças sanitárias. 2005. 85 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2005.</p> <p>ALMEIDA, F. O bon negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Disponível em: <http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2013.</p> <p>COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430p.</p> <p>SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2.3.2 Glossário

Elemento opcional

Definição - Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. (ABNT NBR 14724: 2011, p. 3). Deve ser organizado em ordem alfabética.

Apresentação Gráfica - Inicia-se em folha/página distinta, com a palavra **GLOSSÁRIO**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito,

fonte tamanho 12, sem indicativo numérico, espaço 1,5 cm de entrelinhas e centralizada.

Os termos do glossário devem ser redigidos, após um espaço de 1,5 em branco do título, em fonte tamanho 12, com espaçamento de 1,5 de entrelinhas, alinhados à esquerda, um abaixo do outro.

Exemplo

GLOSSÁRIO

Deslocamento	Peso da água deslocada por um navio flutuando em águas tranquilas
Duplo Fundo	Robusto fundo inferior no fundo da carena.

Fonte: ABNT NBR 14724 (2011)

3.2.3.3 Apêndice

Elemento opcional

Definição - Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. (ABNT NBR 14724: 2011, p. 2)

Apresentação Gráfica - Deve figurar em folha distinta. Deve ser precedido da palavra **APÊNDICE**, escrita em maiúsculas, em negrito, fonte tamanho 12, sem indicativo numérico e centralizada.

O Apêndice deve ser identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as letras do alfabeto.

Cada Apêndice é considerado uma seção primária.

Exemplo

APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DE CÉLULAS INFLAMATÓRIAS

Fonte: ABNT NBR 14724 (2011)

3.2.3.4 Anexo

Elemento opcional

Definição - Texto ou documento não elaborado pelo autor que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. (ABNT NBR 14724:2011, p. 2)

Apresentação Gráfica – Deve figurar em folha distinta. Deve ser precedido da palavra **ANEXO**, escrita em maiúsculas, em negrito, fonte tamanho 12, sem indicativo numérico e centralizada.

O Anexo deve ser identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se as letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as letras do alfabeto.

Cada Anexo é considerado uma seção primária.

Exemplo

ANEXO A – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE CONTAGEM DE CÉLULAS INFLAMATÓRIAS PRESENTES NAS CAUDAS EM REGENERAÇÃO – GRUPO DE CONTROLE I (TEMPERATURA)

Fonte: ABNT NBR 14724 (2011)

3.2.3.5 Índice

Elemento opcional

Definição – Relação de palavras ou frases ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto.

Elaborados conforme a NBR 6034: 2004, os índices são classificados quanto à ordenação em:

- a) alfabético;
- b) sistemático;
- c) cronológico;
- d) numérico;
- e) alfanumérico.

Quanto ao enfoque, o índice pode ser:

a) especial: quando organizado por autores, assuntos, títulos, pessoas e/ou entidades, nomes geográficos, citações, anunciantes e matérias publicitárias;

b) geral: quando combinadas duas ou mais categorias

O índice deve ser impresso no final do documento, com paginação consecutiva ou em volume separado.

O título do índice deve definir sua função e/ou seu conteúdo. Exemplo: Índice de assunto, índice cronológico, índice onomástico.

Apresentação Gráfica – Inicia-se em folha /página distinta, com a palavra **ÍNDICE** e a respectiva classificação, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, fonte tamanho 12, espaço de 1,5 entre as linhas, sem indicativo numérico e centralizada.

Exemplo

Anexo, 45
Apêndice, 44
Dedicatória, 28
Epígrafe, 29
Errata, 26
Glossário, 44
Índice, 45
Lombada, 18

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Fonte: Elaborado pelos autores

4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO TRABALHO ACADÊMICO

Os trabalhos acadêmicos devem ser apresentados conforme a ABNT NBR 14724/2011.

4.1 Formato

A formatação do trabalho acadêmico deve obedecer às seguintes orientações:

- a) o texto deve ser digitado em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações;
- b) se impresso, utilizar papel branco ou reciclado, formato A4 (21cm x 29,7cm);
- c) a ABNT não faz referência ao tipo de fonte, assim recomenda-se utilizar fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se as citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação-na-publicação (ficha catalográfica), legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho 10;
- d) os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha, com exceção dos dados internacionais de catalogação-da-publicação (ficha catalográfica) que devem vir no verso da folha de rosto;
- e) recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados no anverso e verso das folhas;
- f) os títulos das seções devem ser destacados tipograficamente, da primária à quíntaria, utilizando-se os recursos caixa alta, negrito, itálico ou sublinhado e outros;
- g) os parágrafos devem aparecer com recuo na primeira linha de 1,25, justificado, sem espaçamento anterior ou posterior.

4.2 Margem

As margens devem obedecer às seguintes orientações:

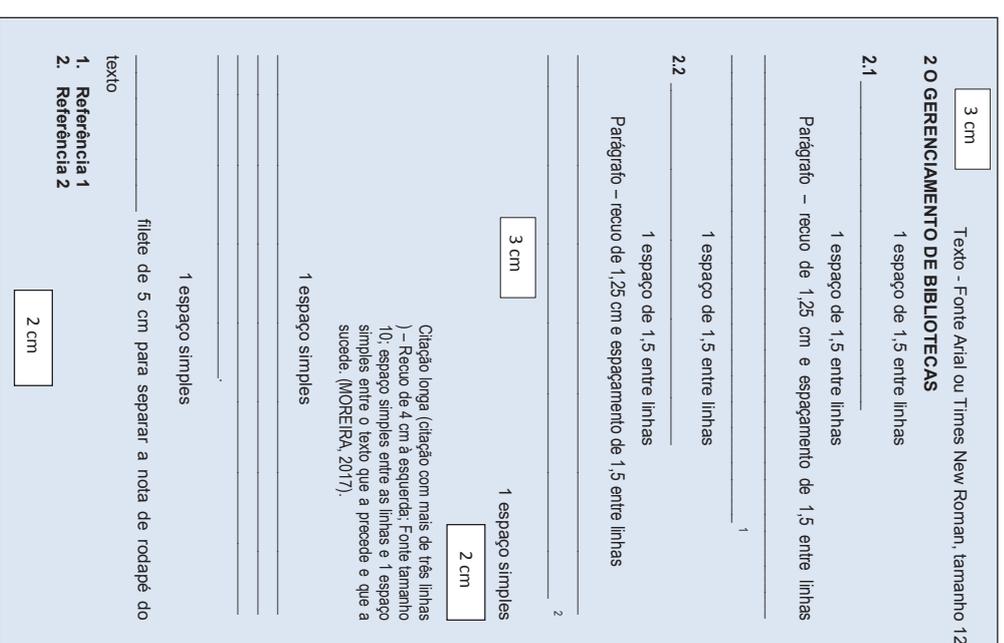
- a) para o anverso. (FIGURA 14):
 - margens esquerda e superior de 3cm;
 - margens direita e inferior de 2cm;
- b) para o verso.
 - margens direita e superior de 3cm;
 - margens esquerda e inferior de 2cm;
- c) a citação direta com mais de 3 linhas é destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda. (FIGURA 14);
- d) na folha de rosto, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração, orientador e coorientador (se houver) devem estar alinhados a partir do meio da área do texto para a margem direita (recuo de 8 cm a esquerda) (FIGURA 15);
- e) na folha de aprovação, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem estar alinhados a partir do meio da área do texto para a margem direita (recuo de 8 cm à esquerda) (FIGURA 16);
- f) as notas de rodapé devem ser digitadas dentro das margens do texto;
- g) as referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto;
- h) os títulos sem indicativo numérico (errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviações e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, referências, apêndices, anexos e índices) devem ser centralizados.

4.3 Espaçamento

O trabalho acadêmico deve obedecer às seguintes orientações sobre espaçamento (FIGURA 14):

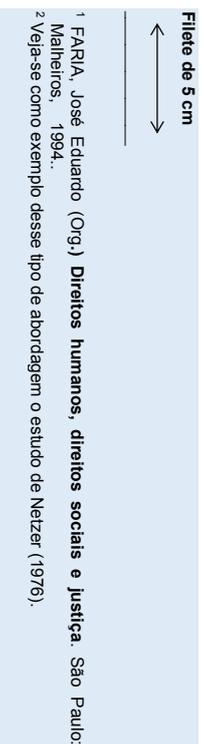
Figura 14 – Margens e espaçamentos

- a) todo o texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas;
- b) as citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza do trabalho (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração) que devem ser digitados em espaço simples;
- c) o indicativo numérico de uma seção, em algarismo arábico, precede seu título e deve vir alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere;
- d) os títulos das seções primárias devem começar em folha distinta, na parte superior, alinhados à esquerda e separados do texto que os sucede por um espaço de 1,5 entre as linhas;
Quando digitados no anverso e verso da folha, as seções primárias devem iniciar em página ímpar (anverso);
- e) os títulos das seções secundárias à quinárias devem ser separados dos textos que os precede e os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5 em branco;
- f) os títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título e separados por um espaço de 1,5 de entre as linhas;
- g) as citações diretas com mais de três linhas devem ser separadas do texto que as precede e as sucede por um espaço simples entre as linhas em branco;
- h) as notas de rodapé devem ficar separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por um filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte tamanho 10 (FIGURA 17);
- i) as referências, ao final do trabalho, devem ser digitadas em espaço simples e separadas entre si por um espaço duplo.



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 17 – Margens e espaçamento de nota de rodapé



Fonte: Adaptação da ABNT NBR 10520 (2002)

4.4 Numeração progressiva

Elaborada conforme a NBR 6024/2012. A numeração progressiva deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho. Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando-se os recursos de negrito, itálico ou sublinhado e outros, no sumário e, de forma idêntica, no texto.

4.4.1 Seções

O texto divide-se em seções. A seção primária é a primeira divisão de um texto e corresponde ao capítulo. Cada capítulo pode ser dividido em seções secundárias, estas, em terciárias, e assim por diante, em seções quaternárias e quinárias. As seções podem ser subdivididas em subseções chamadas de alíneas e estas, por sua vez, em subalíneas.

Devem figurar conforme a seguir:

- a) devem ser utilizados algarismos arábicos na numeração;
- b) são numeradas as seções de elementos textuais, ou seja, da introdução à conclusão;
- c) deve-se limitar a numeração progressiva até a seção quinária;
- d) o indicativo das seções primárias deve ser grafado em números inteiros a partir de 1;
- e) o indicativo de uma seção secundária é constituído pelo número da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for

64

atribuído na sequência do assunto e separado por ponto. Repete-se o mesmo processo em relação às demais seções;

- f) não se utiliza qualquer pontuação ou sinal (ponto, hífen, travessão, parênteses) entre o indicativo numérico e seu título;
- g) o indicativo de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere em branco.. O texto deve iniciar em outra linha;
- h) os títulos das seções com indicação numérica que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título;
- i) o título das seções deve ser colocado após o indicativo de seção, alinhado à margem esquerda, separado por um espaço. O texto deve iniciar em outra linha;
- j) os títulos dos elementos pré-textuais e pós-textuais (errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, referências, glossários, apêndices, anexos e índices) não são numerados e devem ter o mesmo destaque tipográfico das seções primárias, ou seja, devem ser centralizados, em letras maiúsculas e em negrito;
- k) folha de rosto, folha de aprovação, dedicatória e epígrafe são itens sem indicativo numérico e sem título;
- l) os títulos das seções devem ser destacados tipograficamente, de forma hierárquica, da primária à quinária, utilizando-se os recursos gráficos de maiúscula, negrito, itálico ou sublinhado ou outros;
- m) todas as seções devem conter um texto relacionado a elas.

65

Exemplo 1

1 SEÇÃO PRIMÁRIA (MAIÚSCULA E NEGRITO)
1.1 Seção Secundária (maiúscula e minúscula, negrito)
1.1.1 Seção Terciária (maiúscula e minúscula, itálico, negrito)
1.1.1.1 Seção Quaternária (maiúscula e minúscula e itálico)
3.1.1.1.1 Seção Quinária (maiúscula e minúscula, itálico e sublinhado)

Fonte: Elaborado pelos autores

Obs: Não confundir este exemplo com o do sumário (FIGURA 20), em relação ao espaço entre o indicativo numérico e o título da seção.

Exemplo 2

Numeração progressiva das seções

Seção Primária	Seção Secundária	Seção Terciária	Seção Quaternária	Seção Quinária
1	1.1 1.2 1.3	1.1.1 1.1.2 1.1.3	1.1.1.1 1.1.1.2 1.1.1.3	1.1.1.1.1 1.1.1.1.2 1.1.1.1.3
2	2.1 2.2. 2.3	2.1.1 2.1.2 2.1.3	2.1.1.1 2.1.1.2 2.1.1.3	2.1.1.1.1 2.1.1.1.2 2.1.1.1.3
3	3.1 3.2 3.3.	3.1.1 3.1.2 3.1.3	3.1.1.1 3.1.1.2 3.1.1.3	3.1.1.1.1 3.1.1.1.2 3.1.1.1.3

Fonte: ABNT NBR 6024 (2012)

4.4.2 Alíneas

Subdivisão de diversos assuntos de uma seção que não possua título próprio:

A disposição gráfica das alíneas obedece às seguintes regras (FIGURA 18):

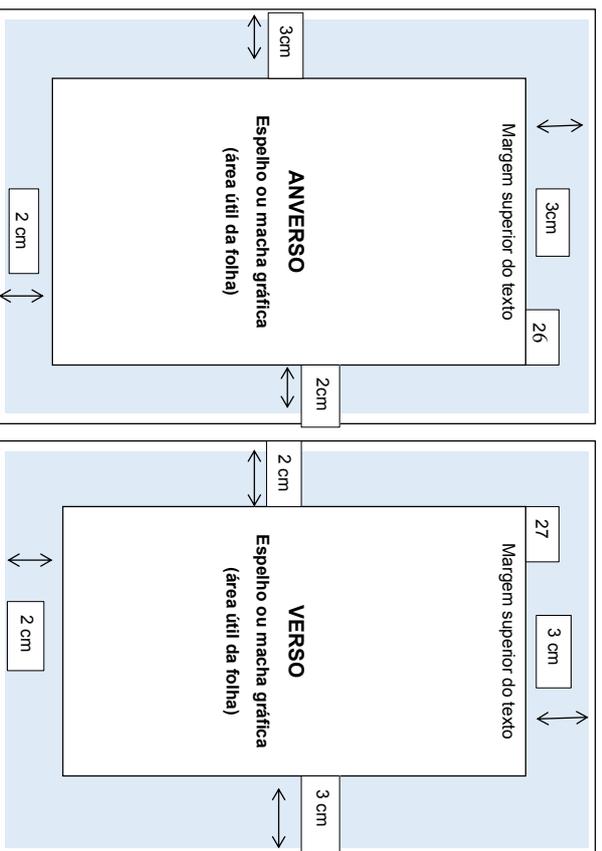
- devem ser indicadas alfabeticamente, em letra minúscula, seguida de parêntese. Utilizam-se letras dobradas quando esgotadas as letras do alfabeto;
- o texto que antecede as alíneas termina em dois pontos;
- as letras indicativas das alíneas devem ser recuadas em 2 cm, em relação à margem esquerda;
- o texto da alínea deve começar por letra minúscula e terminar em ponto-e-vírgula, exceto a última, que termina em ponto final;
- o texto da alínea deve terminar em dois pontos, se houver subalínea;
- a segunda e as seguintes linhas do texto da alínea começam abaixo da primeira letra do texto da própria alínea.

4.4.3 Subalíneas

Podem ser entendidas como subdivisão de alíneas, quando a explanação do texto assim o exigir. A disposição gráfica das subalíneas obedece às seguintes regras: (FIGURA 18)

- devem começar por travessão seguido de espaço;
- devem apresentar recuo em relação à alínea;
- o texto deve começar por letra minúscula e terminar em ponto-e-vírgula. Se não existir alínea subsequente, a última subalínea deve terminar em ponto final;
- a segunda e as seguintes linhas do texto da subalínea começam abaixo da primeira letra do texto da própria subalínea.

Figura 19 – Limites das margens e paginação - anverso/verso da folha



Fonte: Elaborado pelos autores

4.6 Siglas

Quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo..

Exemplo

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é órgão responsável pela normalização técnica no país.

Fonte: ABNT NBR 14724 (2011)

4.7 Equações e fórmulas

Para facilitar a leitura, devem aparecer destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses e alinhadas à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos como expoentes, índices e outros. (ABNT NBR 14724, 2011, p. 11).

Exemplo

$$x^2 + y^z = z^2 \quad (1)$$

$$(x^2 + y^z) / 8 = n \quad (2)$$

Fonte: ABNT NBR 15287 (2011)

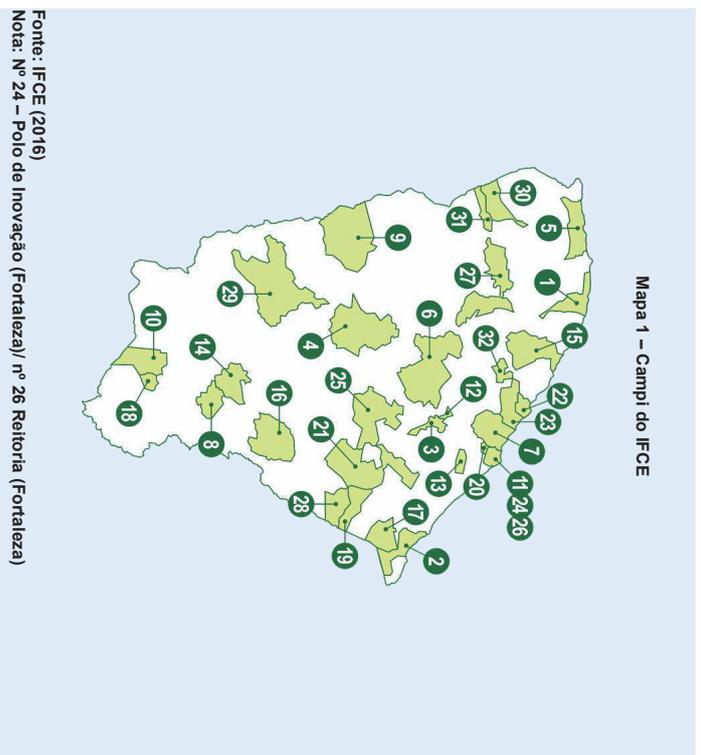
4.8 Ilustrações

Imagens que ilustram ou elucidam um texto. Consideram-se ilustrações: desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos, figuras, imagens, entre outros (FIGURA 20).

Apresentam-se da seguinte forma:

- a) sua identificação aparece na parte superior, composta pelo nome específico da ilustração, seguido do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título;
- b) após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor);
- c) após a indicação da fonte consultada, podem ser acrescentadas legenda, notas e outras informações necessárias à melhor compreensão da ilustração;
- d) a ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere;
- e) recomenda-se centralizar a ilustração e ajustar o título à largura da mesma.

Figura 20 – Ilustração



Fonte: IFCE (2016)

Nota: Nº 24 – Polo de Inovação (Fortaleza)/ nº 26 Reitoria (Fortaleza)

Fonte: Portal IFCE (2017)

4.9 Tabelas

Apresentação de informações, de forma não discursiva, nas quais o dado numérico se destaca como informação central (FIGURA 21). A ABNT orienta a utilização das Normas de Apresentação Tabular do IBGE, que estabelecem:

- a) possuem numeração independente e consecutiva;
- b) sua identificação aparece, à esquerda, na parte superior composta pela palavra Tabela (em letras maiúsculas e minúsculas), separada por travessão do número de ordem em

72

- algarismos arábicos, seguido do respectivo título, em espaço simples e justificado;
- c) as fontes citadas e notas eventuais aparecem no rodapé da tabela, após o traço de fechamento;
- d) devem ser inseridas o mais próximo possível do texto a que se referem;
- e) caso a tabela precise ser continuada na folha seguinte, não será delimitada por traço horizontal na parte inferior, sendo o título e o cabeçalho repetidos na folha seguinte, constando as palavras "continua", na primeira folha/página, "continuação" (em tabelas com mais de 3 folhas) e, "conclusão" na última folha/página;
- f) utilizam-se traços horizontais e verticais para separar os títulos das colunas no cabeçalho e fechá-las na parte inferior;
- g) evitam-se traços verticais para separar as colunas e traços horizontais para separar as linhas no corpo da tabela;
- h) recomenda-se centralizar a tabela e ajustar o título à largura da mesma.

Figura 21 - Tabela

Tabela 1 – Pessoas residentes em domicílios particulares, por sexo e situação do domicílio – Brasil - 1980

	Situação do domicílio		
	Total	Mulheres	Homens
Total	117 960 301	59 595 332	58 364 969
Urbana	79 972 931	41 115 439	38 857 492
Rural	37 987 370	18 479 893	19 507 477

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Fonte: IBGE. Normas de apresentação tabular. 3.ed. 1983.

73

4.9.1 Diferenças entre Quadro e Tabela

Tanto os quadros quanto as tabelas facilitam a compreensão do texto do trabalho acadêmico, uma vez que apresentam os dados de maneira resumida, oferecendo ao leitor uma visão geral do conteúdo em análise.

O quadro é citado no item 5.8 da NBR 14724:2011, como uma das categorias de ilustrações. A tabela segue o item 5.9 da mesma norma que, por sua vez, remete às Normas de Apresentação Tabular do IBGE.

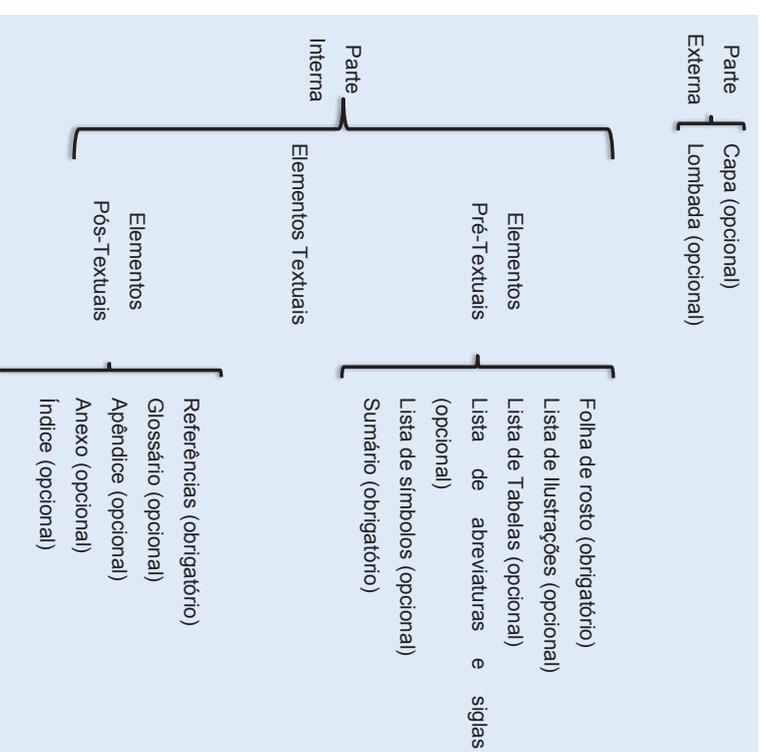
A principal diferença entre ambos está relacionada ao conteúdo e à formatação, a saber:

- a) conteúdo:
 - a tabela é usada para apresentar resultados quantitativos, ou seja, a informação central de uma tabela é o dado numérico. Todos os outros elementos têm a função explicativa e complementar;
 - a ABNT não especifica o tipo de conteúdo a ser incluído no quadro, mas, em regra geral, o quadro apresenta dados qualitativos (texto).
- b) formatação:
 - a tabela é dividida em linhas horizontais e as bordas laterais não podem ser fechadas;
 - o quadro é formado por linhas horizontais e verticais, ou seja, tem suas laterais fechadas.

5. ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa é a descrição da estrutura de uma investigação científica a ser realizada. Compreende uma das fases da pesquisa. A NBR 15287/2011 especifica os princípios gerais para a sua elaboração.

A estrutura do projeto de pesquisa é composta de duas partes: externa e interna, as quais contêm elementos obrigatórios e opcionais dispostos na ordem a seguir:



5.1 Parte Externa

Compõem a parte externa do projeto, a capa e a lombada.

5.1.1 Capa

Elemento opcional. É a proteção externa do trabalho sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação (NBR 15287: 2011, p. 2). **(Ver seção 3.1.1)**

5.1.2 Lombada

Elemento opcional. É parte da capa do trabalho que reúne as margens internas das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira.

Elaborada conforme a ABNT NBR 12225: 2002. **(Ver seção 3.1.2).**

5.2 Parte Interna

A parte interna do projeto é composta pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

5.2.1 Elementos pré-textuais

São elementos pré-textuais: folha de rosto, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos e sumário.

5.2.1.1 Folha de rosto

Elemento obrigatório. Folha que contém os elementos essenciais à identificação do trabalho. (NBR 15287: 2011, p. 2). (FIGURA 22)

As informações são apresentadas na seguinte ordem:

- a) nome do(s) autor(es);
- b) título;

c) subtítulo, se houver;

d) número do volume. Se houver mais de um, deve constar em cada folha de rosto a especificação do respectivo volume;

e) tipo de projeto de pesquisa e nome da entidade a que deve ser submetido;

f) nome do orientador, coorientador ou coordenador, se houver;

g) ano de depósito (da entrega)

Nota - Se exigido pela entidade, apresentar os dados curriculares do autor em folha ou página distinta, após a folha de rosto.

Figura 22 – Folha de rosto – projeto de pesquisa

NOME COMPLETO DO AUTOR
TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)
<Projeto> apresentado ao curso de _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - Campus _____, como requisito parcial para obtenção do Título de Orientador (a): Prof. <Título abreviado> Nome completo
Cidade – UF
Ano de Publicação

Fonte: Elaborado pelos autores

5.2.1.2 Lista de ilustrações

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, travessão, título e respectivo número da folha ou página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outras). (NBR 15287: 2011, p. 5). (Ver seção 3.2.1.9).

5.2.1.3 Lista de tabelas

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da folha ou página. (NBR 15287: 2011, p. 5). (Ver seção 3.2.1.10).

5.2.1.4 Lista de abreviaturas e siglas

Elemento opcional. Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo. (NBR 15287: 2011, p. 5). (Ver seção 3.2.1.11).

5.2.1.5 Lista de símbolos

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado. (NBR 15287: 2011, p. 5). (Ver seção 3.2.1.12).

5.2.1.6 Sumário

Elemento obrigatório. Apresentação das divisões, seções e outras partes do projeto, na mesma ordem e grafia em que se sucedem no texto, acompanhadas do respectivo número da página. Elaborado conforme a NBR 6027: 2012. (Ver seção 3.2.1.13).

5.2.2 Elementos textuais

O texto deve ser constituído de uma parte introdutória, na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber (em), bem como o(s) objetivo(s) a serem atingido(s) e a(s) justificativa(s). É necessário que sejam indicados o referencial teórico que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução. (ABNT NBR 15287, 2011, p. 5)

Os elementos estão explicitados a seguir:

- a) tema – área de interesse da pesquisa; definição genérica do que se pretende pesquisar; o assunto da pesquisa.
- b) objetivos – esclarecem o que é pretendido com a pesquisa e indicam as metas que se almeja alcançar ao final da investigação. O pesquisador formula, com toda precisão possível, para que está realizando a pesquisa. Os objetivos são categorizados em geral e específicos. O objetivo geral responde a perguntas como: o que se pretende alcançar com a pesquisa ou o que deve resultar de todo o empenho investido neste trabalho. Os objetivos específicos representam as etapas que o pesquisador deverá seguir para atingir o objetivo geral.
- c) justificativa – indica-se a relevância da pesquisa, contribuições para a compreensão ou solução do problema que poderá advir com a realização de tal pesquisa; A justificativa responde a pergunta por quê;
- d) formulação do problema – recorte mais específico; questão não resolvida e que é objeto de investigação, ou seja, o processo de problematização culmina na formulação definitiva do objeto de pesquisa;
- e) hipótese – resposta provável ao problema formulado; indagações a serem verificadas na investigação; as hipóteses são tentativas provisórias de responder as perguntas levantadas na problematização.

É necessário que sejam indicados o referencial teórico que o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução.

O referencial teórico destina-se a apresentar as leituras e fundamentos teóricos que embasam a proposta da pesquisa. Inclui-se aí a definição de conceitos, categorias, princípios e teorias que orientarão os procedimentos de pesquisa.

A metodologia específica como os objetivos estabelecidos serão alcançados. Descreve os caminhos metodológicos previstos e as técnicas a serem utilizadas no que diz respeito a amostragem e as formas de coleta e de organização e análise dos dados. Nessa fase, o pesquisador descreve a sequência dos passos que dará na sua investigação para atingir os objetivos propostos;

Os recursos são todas informações acerca dos expedientes necessários à execução da pesquisa. Os recursos podem ser: humanos, materiais, financeiros, de tempo. Geralmente, são incluídos quando o projeto é submetido a uma instituição financiadora.

O cronograma indica as ações a serem realizadas, no espaço de tempo necessário para a realização de cada etapa da pesquisa. Geralmente, apresenta-se em forma de quadro.

5.2.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais devem ser apresentados conforme a ordem, a seguir:

5.2.3.1 Referências

Elemento obrigatório. Listagem das publicações citadas na elaboração do trabalho, podendo ser ordenada alfabeticamente ou pelo sistema numérico. As referências são elaboradas conforme a ABNT NBR 6023: 2002. (Ver seção 3.2.3.1).

5.2.3.2 Glossário

Elemento opcional. Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. (Ver seção 3.2.3.2).

5.2.3.3 Apêndice

Elemento opcional. Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade do trabalho. (ABNT NBR 14724: 2011, p. 2). (Ver seção 3.2.3.3)

5.2.3.4 Anexo

Elemento opcional. Texto ou documento não elaborado pelo autor que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. (ABNT NBR 14724: 2011, p. 2). (Ver seção 3.2.3.4).

5.3 Apresentação gráfica do projeto de pesquisa

5.3.1 Formato

O projeto de pesquisa deve obedecer a seguinte formatação:

- a) o texto deve ser digitado na cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações;
- b) se impresso, utilizar papel branco ou reciclado no formato A4 (21 cm x 29,7 cm);
- c) os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha;
- d) recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados no anverso e verso das folhas;

5.3.2 Fonte

- a) texto: fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12
- b) citações com mais de 3 linhas, notas de rodapé, paginação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas: tamanho 10.

5.3.3 Margem

As margens do projeto de pesquisa devem obedecer às seguintes orientações: (Ver também seção 4.2).

- a) para o anverso:
 - margens esquerda e superior de 3 cm;
 - margens direita e inferior de 2 cm.
- b) para o verso:
 - margens direita e superior de 3 cm;
 - margens esquerda e inferior de 2 cm.
- c) a citação direta com mais de 3 linhas é destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda;
- d) na folha de rosto, o tipo de projeto e o nome da entidade a que é submetido devem ser alinhados a partir do meio da área do texto (mancha gráfica) para a margem direita (recuo de 8 cm à esquerda);
- e) as referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto;
- f) os títulos sem indicativo numérico (lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, sumário, referências, glossário, apêndices, anexos) devem ser centralizados.

5.3.4 Espaçamento

O projeto de pesquisa deve obedecer às seguintes orientações:

- a) todo texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas;

- b) as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, tipo de projeto de pesquisa e nome da entidade devem ser digitados em espaço simples;
- c) as referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco;
- d) os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço de 1,5 entre as linhas;
- e) os títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra de primeira palavra do título;
- f) os títulos sem indicativo numérico – errata, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, sumário, referências, apêndice(s), anexo(s) – devem ser centralizados;
- g) os parágrafos devem iniciar com recuo de 1,25 na primeira linha;
- h) o alinhamento da parte textual é justificado.

5.3.5 Paginação

A paginação deve ser conforme a seguir:

- a) as folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas;
- b) para trabalhos digitados somente no anverso, todas as folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, considerando somente o anverso;
- c) a numeração deve figurar a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha;
- d) para trabalhos digitados no anverso e verso, a numeração das páginas deve ser colocada no anverso da folha, no canto superior direito, e no verso, no canto superior esquerdo;

- e) para trabalhos em mais de um volume, deve ser mantida uma única sequência de numeração das folhas ou páginas, do primeiro ao último volume;
- f) havendo apêndice e anexo, as suas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

5.3.6 Numeração progressiva

Elaborada conforme a ABNT NBR 6024:2012. (Ver seção 4.4).

5.3.7 Notas de rodapé

- a) as notas devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda;
- b) devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente sem espaço entre elas;
- c) a fonte utilizada deve ser Arial ou Times New Roman, tamanho 10.

5.3.8 Citações

Apresentadas conforme a ABNT NBR 10520. (Ver seções 4 e 7).

5.3.9 Siglas

Apresentadas conforme a ABNT NBR 14724: 2011. (Ver seção 4.6).

5.3.10 Equações e fórmulas

Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 15287: 2011. (Ver seção 4.7).

5.3.11 Ilustrações

Imagens que ilustram ou elucidam um texto. (Ver seção 4.8).

5.3.12 Tabelas

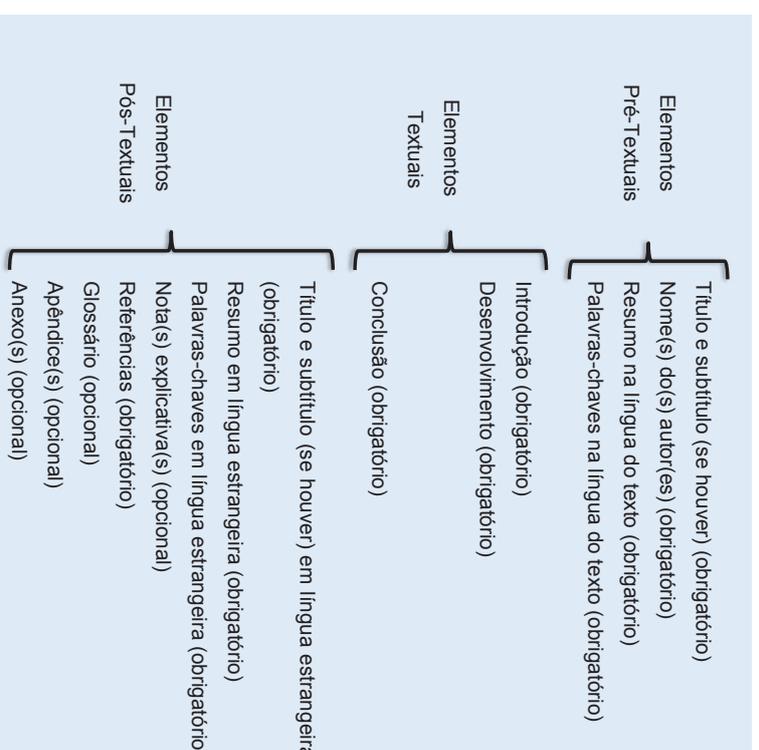
A ABNT orienta a utilização das Normas de Apresentação Tabular do IBGE. (Ver seção 4.9).

6. ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO

Segundo a ABNT NBR 6022: 2003, o artigo científico é o texto que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Os artigos científicos podem ser:

- a) artigo original: quando apresenta temas ou abordagens originais (relatos de experiências de pesquisa, estudo de caso, etc.);
- b) artigo de revisão: quando resume, analisa e discute informações já publicadas.

A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme a seguir:



6.2 Elementos textuais

A ordem dos elementos textuais deve vir conforme a seguir. (FIGURA 24)

6.2.1 Introdução

Elemento obrigatório. Parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo. Num contexto geral, a introdução deve:

- contextualização (visão global do assunto tratado);
- justificativa (relevância do assunto);
- objetivo (finalidade da elaboração);
- estrutura do texto

6.2.2 Desenvolvimento

Elemento obrigatório. Parte principal do artigo que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, que variam em função da abordagem do tema e do método.

6.2.3 Conclusão

Elemento obrigatório. Parte final do artigo na qual se apresentam as considerações finais que:

- devem responder às questões correspondentes aos objetivos e hipóteses;
- devem ser breves, podendo apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros;
- devem relatar as principais contribuições da pesquisa.

90

Figura 24 – Elementos textuais – artigo científico

1 INTRODUÇÃO As margens do artigo são: superior e esquerda 3 cm; inferior e direita 2 cm. Utiliza-se a fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento de 1,5 de entrelinhas. Não há negritos no texto. O itálico é utilizado apenas para palavras estrangeiras as quais devem ser inseridas em nota de rodapé com a explicação de seu significado e/ou tradução (ABNT NBR 14274). Citações diretas curtas (até 3 linhas) deverão vir dentro do texto entre parênteses. Citações diretas longas (mais de 3 linhas) são feitas com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10, espaçamento simples entre as linhas.
2 DESENVOLVIMENTO
2.1 Seção secundária _____
2.1.1 Seção terciária _____
3 CONCLUSÃO _____ _____

Fonte: Elaborado pelos autores

6.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais devem vir na ordem que se segue. (FIGURA 25).

91

6.3.1 Título e subtítulo em língua estrangeira

Elemento obrigatório. O título e o subtítulo (se houver) em língua estrangeira devem estar diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:). Precedem o resumo em língua estrangeira.

6.3.2 Resumo em língua estrangeira

Elemento obrigatório. Versão do resumo na língua do texto para idioma de divulgação internacional, com as mesmas características (em inglês *Abstract*; em espanhol *Resumen*; em francês *Résumé*, por exemplo).

6.3.3 Palavras-chave em língua estrangeira

Elemento obrigatório. Versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira (em inglês *Keywords*, em espanhol *Palabras clave*, em francês *Mots-clés*, por exemplo).

6.3.4 Notas explicativas

Elemento opcional. As notas explicativas, se utilizadas, devem ser colocadas no rodapé. (Ver seção 8.2).

6.3.5 Referências

Elemento obrigatório. As referências deverão ser elaboradas conforme a NBR 6023: 2002. (Ver seção 9).

6.3.6 Glossário

Elemento opcional. O glossário deverá ser elaborado em ordem alfabética dos termos. (Ver seção 3.2.3.2).

6.3.7 Apêndice

Elemento opcional. O apêndice deverá ser elaborado (s) conforme a NBR 14724: 2011. (Ver seção 3.2.3.3).

6.3.8 Anexo

Elemento opcional. O anexo deve ser apresentado conforme a NBR 14724: 2011. (Ver seção 3.2.3.4)

Figura 25 – Elementos pós-textuais – artigo científico

TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER) EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
Abstract:
Keywords: subject, subject, subject.
REFERÊNCIAS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). Educação básica e formação profissional . Salvador, 1993.
DREIFUSS, René. A era da perplexidade: mundialização, globalização e planetarização . Petrópolis: Vozes, 1996.
GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da História . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
ANEXO A - _____

Fonte: Elaborado pelos autores

6.4 Apresentação gráfica do artigo científico

6.4.1 Formato

O artigo científico deve obedecer a seguinte apresentação:

- a) o título e subtítulo (se houver) devem vir diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:).
- b) O título deve figurar na Fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, em negrito, com alinhamento centralizado e com espaçamento simples entre as linhas;
- c) o(s) nome(s) do(s) autor(es): devem figurar em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 entre as linhas;
- d) a palavra Resumo (tanto em língua vernácula quanto em língua estrangeira) deve vir em negrito, sem indicativo numérico, em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, centralizada;
- e) o texto dos resumos deverá ter alinhamento justificado, com espaçamento simples entre as linhas e sem recuo de parágrafo;
- f) as margens superior e esquerda do texto devem medir 3 cm; as margens inferior e direita devem medir 2 cm;
- g) o texto deve vir em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 entre linhas;
- h) não deve haver, no texto, palavras em negrito. O tipo itálico deve ser utilizado apenas para palavras estrangeiras;
- i) entre os elementos que compõem o artigo - seções e subseções - deve haver espaçamento de 1,5 entre as linhas;
- j) as referências devem ser digitadas em espaço simples entre as linhas, em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, com alinhamento à esquerda e separadas entre si por um espaço duplo;
- k) o indicativo de seção precede o título, deve ser alinhado à esquerda e separado dele por um espaço de caractere.

6.4.2 Numeração Progressiva

A numeração progressiva deve ser apresentada conforme e NBR 6024: 2012. (Ver seção 4.4)

6.4.3 Citações

As citações devem ser apresentadas conforme a NBR 10520: 2002 e a (Ver seção 7).

6.4.4 Siglas

Quando aparecem pela primeira vez no texto, a forma do nome precede a sigla, colocada entre parênteses. (Ver seção 4.6)

6.4.5 Equações e fórmulas

As equações e fórmulas devem ser elaboradas de acordo com a NBR 14724: 2001. (Ver seção 4.7)

6.4.6 Ilustrações

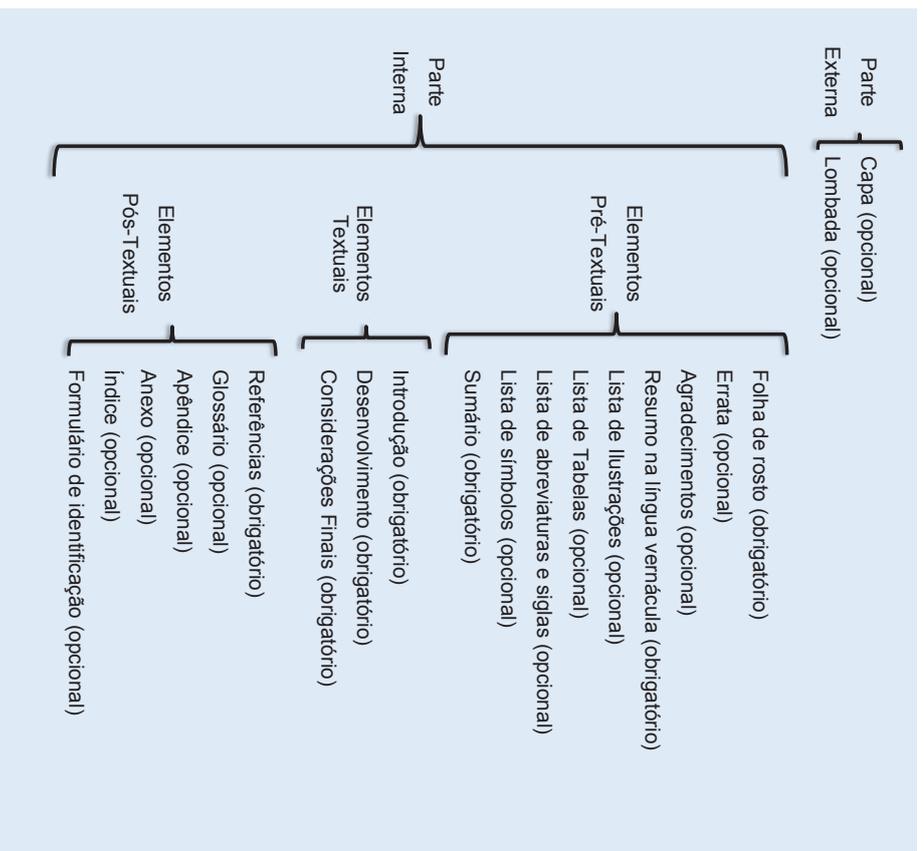
Ao ilustrações devem ser apresentadas conforme a NBR 14724: 2011. (Ver seção 4.8)

6.4.7 Tabelas

As tabelas apresentam informações tratadas estatisticamente conforme as Normas de apresentação tabular do IBGE (1993). (Ver seção 4.9)

7 ESTRUTURA DE RELATÓRIO TÉCNICO E/OU CIENTÍFICO

A estrutura de um relatório compreende: parte externa e parte interna, conforme a seguir:



Fonte: ABNT NBR 10719 (2015)

7.1 Parte Externa

Compõe-se de capa e lombada.

7.1.1 Capa

Elemento opcional. Proteção externa sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à identificação do documento. (ABNT NBR 10719:2015, p. 2). (**Ver seção 3.1.1**).

Recomenda-se incluir: nome e endereço da instituição responsável; número do relatório; ISSN (se houver) elaborado conforme a ABNT NBR 10525; título e subtítulo (se houver); classificação de segurança (se houver)

7.1.2 Lombada

Elemento opcional. Parte da capa do trabalho que reúne as margens internas das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira. (ABNT NBR 10719:2015, p. 3).

A lombada deve ser apresentada conforme a ABNT NBR 12225. (**Ver seção 3.1.2**).

7.2 Parte Interna

A parte interna é composta pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

7.2.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais devem ser apresentados na ordem que se segue:

7.2.1.1 Folha de rosto

Elemento obrigatório. Folha que contém os elementos essenciais à identificação do documento. (ABNT NBR 10719:2015, p. 3).

Os elementos no anverso da folha-de-rosto devem ser apresentados na seguinte ordem:

- a) nome do órgão ou entidade responsável que solicitou ou gerou o relatório;
- b) título do projeto, programa ou plano que o relatório está relacionado;
- c) título do relatório;
- d) subtítulo, se houver, deve ser precedido de dois pontos, evidenciando sua subordinação ao título.
- e) o relatório em vários volumes deve ter um título geral. Além deste, cada volume pode ter um título específico;
- f) se houver mais de um volume, deve constar em cada folha de rosto a especificação do respectivo volume, em algarismo arábico;
- g) código de identificação, se houver, recomenda-se que seja formado pela sigla da instituição, indicação da categoria do relatório, data, indicação do assunto e número sequencial do relatório na série;
- h) classificação de segurança - todos os órgãos, privados ou públicos, que desenvolvam pesquisas de interesse nacional ou de conteúdo sigiloso, devem informar a classificação adequada, conforme a legislação em vigor;
- i) nome do autor ou autor-entidade - o título e a qualificação ou a função do autor podem ser incluídos, pois servem para indicar sua autoridade no assunto. Caso a instituição que solicitou o relatório seja a mesma que o gerou, suprime-se o nome no campo autoria;
- j) local (cidade e unidade federativa) da instituição responsável e/ou solicitante;
- k) ano de publicação em algarismos arábicos.

No verso da folha de rosto, os elementos devem ser apresentados na seguinte ordem:

- a) equipe técnica (**opcional**), indica a comissão de estudo, colaboradores, coordenação geral entre outros. O título e a qualificação do autor podem ser incluídos, pois servem para indicar sua autoridade no assunto;
- b) dados internacionais de catalogação-na-publicação (**opcional**), deve ser elaborados conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente.

7.2.1.2 Errata

Elemento opcional. Lista dos erros ocorridos no texto, seguidos das devidas correções. (ABNT NBR 10719:2015, p. 2).

Deve ser inserida logo após a folha de rosto. (**Ver seção 3.2.1.2**).

7.2.1.3 Agradecimentos

Elemento opcional. Texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho. (ABNT NBR 10719:2015, p. 1).

Devem figurar após a errata, se houver. (**Ver seção 3.2.1.5**).

7.2.1.4 Resumo na língua vernácula

Elemento obrigatório. Apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento. (ABNT NBR 10719:2015, p. 3).

Elaborado conforme a ABNT NBR 6028. (**Ver seção 3.2.1.7**).

7.2.1.5 Lista de ilustrações

Elemento opcional. Ilustração é a designação genérica de imagem que ilustra ou elucida um texto. (ABNT NBR 10719:2015, p. 3).

A Lista de ilustrações deve ser elaborada de acordo com a ordem de ilustrações apresentadas no relatório. (Ver seção 3.2.1.9).

7.2.1.6 Lista de tabelas

Elemento opcional. Tabela é a forma não discursiva de apresentar informações das quais o dado numérico se destaca como informação central. (ABNT NBR 10719:2015, p. 4).

Deve ser elaborada de acordo com a ordem apresentada na obra, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da página ou folha. (Ver seção 3.2.1.10).

7.2.1.7 Lista de abreviaturas e siglas

Elemento opcional. Abreviatura é a representação de uma palavra por meio de algumas de suas sílabas ou letras. (ABNT NBR 10719:2015, p. 4).

Sigla é o conjunto de letras iniciais dos vocábulos e/ou números que representa um determinado nome. (ABNT NBR 10719:2015, p. 4).

Lista de abreviaturas e siglas consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no relatório, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo. (ABNT NBR 10719:2015, p. 7). (Ver seção 3.2.1.11).

7.2.1.8 Lista de símbolos

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado. (ABNT NBR 10719:2015, p. 7). (Ver seção 3.2.1.12).

7.2.1.9 Sumário

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ANBT NBR 6027. (Ver seção 3.2.1.13).

100

7.2.2 Elementos textuais

O texto é composto de uma parte introdutória que apresenta os objetivos do relatório e as razões de sua elaboração: o desenvolvimento que detalha a pesquisa ou o estudo realizado e as considerações finais. (ABNT NBR 10719:2015, p. 8).

À título de sugestão, o presente guia indica os elementos que deverão compor o Relatório de Estágio Supervisionado (estágio curricular ou atividade complementar)

- a) estágio curricular – descrever brevemente: a legislação pertinente, o objetivo; a carga horária e a jornada de trabalho;
- b) caracterização da empresa – descrever de forma sucinta: o local em que funciona a empresa; discorrer sobre o fluxo de serviço e os tipos de serviço realizados;
- c) infraestrutura e recursos humanos – listar os equipamentos utilizados e indicar o quantitativo de recursos humanos;
- d) atividades desenvolvidas – especificar os setores; fazer um relato detalhado das atividades desenvolvidas em cada setor (separadamente), levando em consideração os seguintes questionamentos: o que foi realizado? Por que foi realizado? Como foi realizado? Qual a aprendizagem obtidas com a realização das atividades?
- e) considerações finais – fazer comentários acerca das impressões obtidas, tais como, se o estágio realizado foi satisfatório, se o tempo dispendido foi suficiente, como se deu o contato com os técnicos da empresa. Fazer uma correlação entre a atividade prática do estágio e os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas relacionadas. Se desejar, podem ser inseridas, nesse tópico, sugestões e recomendações.

7.2.3 Elementos pós-textuais

São as partes que sucedem o texto e complementam o documento.

101

A ordem dos elementos pós-textuais devem vir, conforme a seguir:

7.2.3.1 Referências

Elemento opcional. Para relatórios com citações este elemento é obrigatório e deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 6023. (Ver seção 3.2.3.1).

7.2.3.2 Glossário

Elemento opcional. Elaborado em ordem alfabética. (Ver seção 3.2.3.2).

7.2.3.3 Apêndice

Elemento opcional. Deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 14724:2011. (Ver seção 3.2.3.3).

7.2.3.4 Anexo

Elemento opcional. Deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 14724:2011. (Ver seção 3.2.3.4).

7.2.3.5 Índice

Elemento opcional. Deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 6034. (Ver seção 3.2.3.5).

7.2.3.6 Formulário de identificação

Elemento opcional. O formulário será obrigatório quando não utilizados os dados internacionais de catalogação-na-publicação. (FIGURAS 26 e 27)

Figura 26 – Formulário de identificação – relatório técnico científico

Dados do Relatório Técnico e/ou Científico			
Título e Subtítulo	Classificação de Segurança		
	Nº		
Tipo de Relatório	Data		
Título do Projeto/Programa/Plano	Nº		
Autor(es)			
Instituição executora e endereço completo			
Instituição patrocinadora e endereço completo			
Resumo			
Palavras-chave/ descritores			
Edição	Nº de páginas	Nº do volume/parte	Nº de Classificação
Observações/ Notas			

Fonte: Adaptado da ABNT NBR 10719 (2015)

Figura 27 – Formulário de identificação – relatório de estágio

Dados do Relatório Técnico de Estágio Supervisionado	
Título e substituído:	
Autor:	
Supervisor de Estágio	
Instituição e endereço completo:	
Supervisor de campo:	
Instituição e endereço completo:	
Resumo	
Palavras-chave/ descritores	
Período de Estágio	
Início: ____/____/____	Término: ____/____/____
Jornada de Trabalho:	Horas Semanais:
Total de Horas:	
Observações / Notas	

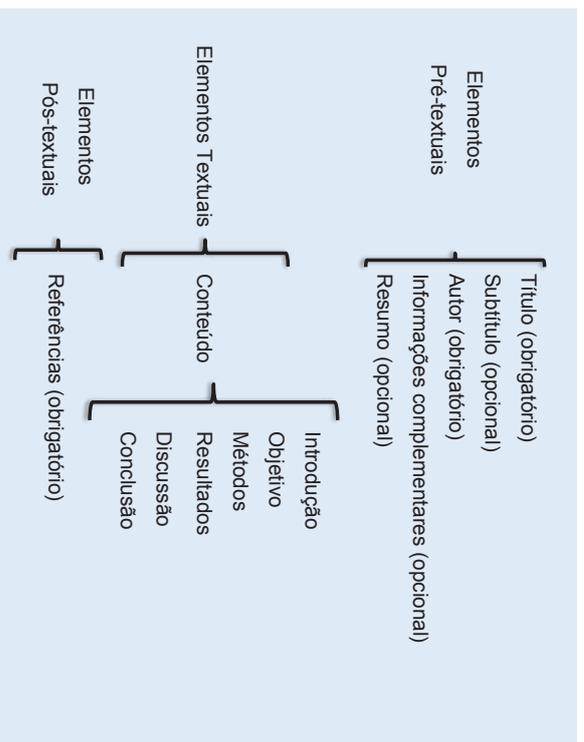
Fonte: IFRN. Guia prático para relatório técnico e científico (2011)

7.2.4 Apresentação gráfica de relatório técnico e/ou científico

A apresentação de relatórios deve ser elaborada conforme a ABNT NBR 10719: 2015 p.8-10. (Ver seção 5.3).

8. ESTRUTURA DE PÔSTER TÉCNICO E CIENTÍFICO

O pôster técnico e científico possui estrutura, conforme o quadro a seguir e deve ser apresentado de acordo com a ABNT NBR 15437.



8.1 Título

Elemento obrigatório. Palavra, expressão ou frase que designa o assunto ou o conteúdo de um documento. (ABNT NBR 15437: 2006, p.1).

8.2 Subtítulo

Elemento opcional. Informações apresentadas em seguida ao título, visando esclarecê-lo ou complementá-lo de acordo com o conteúdo do documento. (ABNT NBR 15437: 2006, p.1).

O subtítulo (se houver), deve ser diferenciado do título tipograficamente ou separado por dois pontos (:).

8.3 Autoria

Elemento obrigatório. O nome de todos os autores (autor(a) pessoal ou entidade) devem aparecer logo abaixo do título. (ABNT NBR 15437: 2006, p.2).

NOTA: Em trabalhos acadêmicos, pode(m) ser mencionado(s) o(s) nome(s) do(s) orientador(es).

8.4 Informações complementares

Elemento opcional. Nome da instituição de origem (quando autoria pessoal), titulação máxima do(s) autor(es), cidade, estado, país, endereço postal e/ou eletrônico, data e demais informações relevantes. (ABNT NBR 15437: 2006, p.2).

8.5 Resumo

Elemento opcional. O resumo deve ser elaborado conforme a ABNT NBR 6028, com até 100 palavras, seguido das palavras-chave. (ABNT NBR 15437: 2006, p.2). (**Ver seção 3.2.1.7**).

NOTA: Recomenda-se não incluir o resumo no pôster. O pôster é um resumo da pesquisa, por isso, considera-se um desperdício de espaço ter um resumo do resumo.

8.6 Conteúdo

Elemento obrigatório. O conteúdo deve apresentar as ideias centrais do trabalho, em forma de texto, e/ou tabelas e/ou ilustrações. (ABNT NBR 15437: 2006, p.2).

O conteúdo ou argumentação é composto por: introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados, discussão e conclusão.

Nesses itens é que serão concentrados todos os esforços de compreensão e entendimento, discussão e análise, síntese e demonstração do conhecimento.

NOTA: Deve-se evitar o uso de citações diretas e notas de rodapé.

8.7 Referências

Elemento opcional. As referências devem ser elaboradas conforme a ABNT NBR 6023. **(Ver seção 3.2.3.1 e seção 9).**

8.8 Apresentação gráfica do pôster técnico e científico

A seguir, serão apresentados os itens necessários para a padronização gráfica do pôster técnico e científico, cujas orientações são baseadas na NBR 15437: 2006. (Figura 27).

8.8.1 Suporte e dimensões

O pôster pode ser apresentado impresso (papel, lona, plástico, acrílico, entre outros) ou em meio eletrônico. Recomenda-se as seguintes dimensões para o pôster impresso:

- a) Largura: 0,90 m
- b) Altura: 1,20 m
- c) Deve ser legível a uma distância de pelo menos 1 metro.

8.8.2 Formato, espaçamento e margens

Para a apresentação gráfica do pôster técnico e científico, seguem-se algumas recomendações: **(Ver também seção 4).**

- a) o texto deve vir em Times New Roman, tamanho 30;

b) o título e o subtítulo (se houver) devem vir em caixa alta e negrito, centralizado e em tamanho 60;

c) o(s) nome(s) do(s) autor(es) e orientador deve constar em fonte tamanho 40;

d) as seções devem vir em negrito, com a primeira letra em maiúscula e tamanho 40;

e) deve ser apresentado em colunas;

f) as referências devem ser apresentadas em fonte tamanho 20 e em conformidade com a ABNT NBR 6023. O pôster deverá conter, no máximo, 10 referências. **(Ver seção 3.2.3.1 e seção 10);**

g) todo o texto deve ser digitado com espaçamento simples entre as linhas;

h) entre os títulos das seções e o texto, utilizar um espaço de 1,5 em branco;

i) equações e fórmulas, ilustrações e tabelas devem ser apresentadas conforme a ABNT NBR 14724. **(Ver seções 4.7 e 4.8);**

j) o resumo deve ser apresentado em parágrafo único e com espaço simples entre as linhas; **(Ver seção 3.2.1.7);**

k) o pôster deve ter ser apresentado com as seguintes margens:
- superior: 5 cm
- inferior, direita e esquerda: 3 cm.

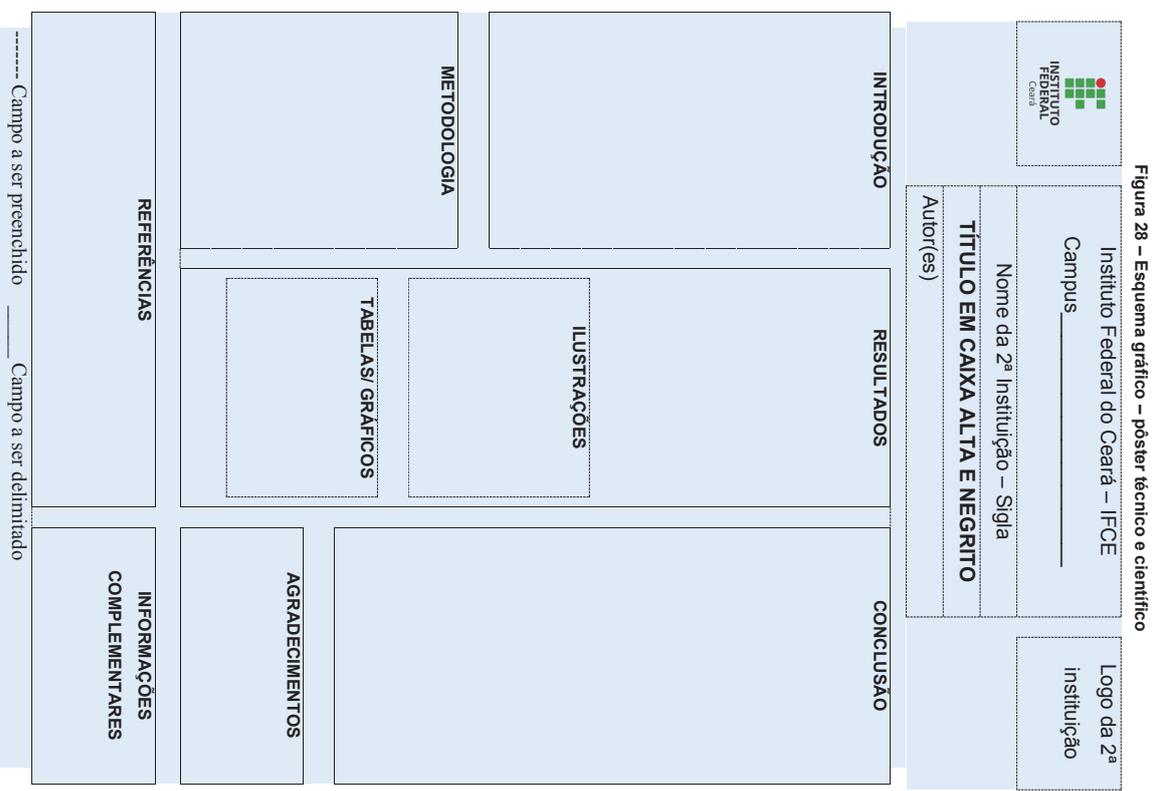
l) na margem superior, colocar o(s) nome(s) da(s) instituição(ões) e suas respectivas logomarcas: do evento (à direita) e do IFCE (à esquerda);

m) no rodapé deve constar a titulação e afiliação institucional do(s) auto(es), bem como as demais informações complementares.

8.8.3 Orientações gerais

- a) o projeto gráfico é de responsabilidade do autor;

- b) utilizar o mínimo de texto e o máximo de figuras, tabelas, quadros possíveis para ilustrar;
- c) organizar as informações de maneira que a ideia central seja facilmente entendida;
- d) recomenda-se cuidado na utilização de ilustrações, figuras e tabelas quanto a escolha de cores, resolução de imagens, plano de fundo, entre outros.



9 CITAÇÕES

Segundo a ABNT citação é “a menção de uma informação extraída de outra fonte”. Tem por objetivo esclarecer, reforçar ou ilustrar o que se diz.

As citações devem ser claras, exatas e precisas, para que o leitor do trabalho possa localizar a obra mencionada com facilidade, caso deseje aprofundar-se nos estudos sobre o assunto.

Todas as fontes de onde foram extraídas as ideias e os trechos citados no trabalho acadêmico devem ser referidas, caso contrário, o autor incidirá em plágio.

A NBR10520: 2002 estabelece as condições exigidas para a apresentação de citações em documentos técnico-científicos e acadêmicos.

As citações podem aparecer no texto ou em notas de rodapé. São divididas em: direta, indireta e citação de citação.

9.1 Citação direta

Segundo a ABNT NBR 10520: 2002, citação direta é a transcrição textual de parte da obra do autor consultado. É a cópia fiel de um fragmento (conservando-se grafia, a pontuação e até eventuais incoerências, erros de ortografia e/ou concordância).

Deve constar:

- sobrenome do autor;
- ano da publicação;
- página(s), volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada.

Exemplo 1: No texto

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Relinç (1982)

Exemplo 2: No texto

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA), 1967, p. 293)

Fonte: ABNT NBR 10520 (2002)

9.1.1 Citação direta de até três linhas

Deve ser inserida no corpo do texto, entre aspas duplas, sem destaque tipográfico, com indicação da fonte onde foi retirada.

Quando houver mais de um autor, ambos são citados.

As aspas simples (') são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo

Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte de nossa existência cotidiana [...]”
ou
“[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte de nossa existência cotidiana [...]” (SÁ, 1995, p.27)

Fonte: ABNT NBR 10520 (2002)

9.1.2 Citação direta com mais de três linhas

Deve ser destacada do corpo do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (tamanho 10) que a do texto utilizado, sem itálico e sem aspas e com espaçamento simples entre as linhas.

A citação deverá ser separada do texto que a precede e a sucede por um espaço simples entre as linhas.

Exemplo

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão. (NICHOLS, 1993, p. 181)

Fonte: ABNT NBR 10520 (2002)

9.2 Citação indireta

Texto baseado na obra do autor consultado (paráfrase). É a transcrição das ideias de um autor, usando outras palavras, conservando o sentido do texto original. Deve ser acompanhada do sobrenome do(s) autor (es), ano de publicação e, opcionalmente, do número das páginas paráfraseadas.

Exemplo 1

Neste texto, o papel do bibliotecário ganha importância como educador (DUDAZIAK, GABRIEL; VILLELA, 2000).

Exemplo 2

Rezende e Abreu (2001, p. 90) destacam ser fundamental a gestão de dados nas organizações, por isso garantirá o funcionamento [...]

Fonte: UFTPR, Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos (2009)

9.3 Citação de citação

Citação direta ou indireta de um autor a cuja obra não se teve acesso direto. Esse tipo de citação só deve ser empregado na total impossibilidade de acesso ao documento original. Neste caso, deve-se utilizar a expressão *apud* – “citado por”, “conforme”, “segundo” – em itálico, para indicar a citação de citação.

Exemplo 1

Assim, conforme Minayo (1994 *apud* BARROS; LEHFELD, 2002, p. 32): “[...] o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições.”

Nesse caso, não se teve acesso à obra de Minayo, mas leu-se sobre suas ideias na obra de Barros e Lehfeld (ao qual se teve acesso).

Exemplo 2

“Muitos pesquisadores não se preocupam com a elevação de alguém que esteja abaixo de seu nível.” (SANTOS FILHO, 2000 *apud* BARROS; LEHFELD, 2002, p. 22).

Aparece na lista de referência apenas o trabalho dos autores citantes.

Exemplo

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

9.4 Regras gerais de apresentação de citações

Quando necessário, o autor do trabalho poderá fazer supressões, ou seja, omitir parte da citação, acrescentar comentários na citação ou apor destaques (negrito, sublinhado ou itálico). Nesses casos, deve-se usar colchetes para indicar acréscimos ou explicações necessárias à melhor compreensão dentro do texto citado. Os colchetes também são usados com outros sinais com fins específicos:

9.4.1 Supressões

São permitidas quando não alteram o sentido do texto. São indicadas usando-se reticências entre colchetes [...].

Exemplo

Dennis (2001, p. 176), "[...] nós somos conhecedores ativos, não recipientes passivos, vítimas cognitivas, de tudo o que o mundo aíra bem casualmente em nossa direção."

9.4.2 Interpolações, acréscimos ou comentários

As interpolações, acréscimos ou comentários em uma citação são indicados usando-se colchetes []:

Exemplo

Diz Umberto Eco (2002): Citar é como testemunhar num processo. Precisamos estar sempre em condições de retornar o depoimento e demonstrar que é fidedigno. Por isso, a referência deve ser exata e precisa [não se cita um autor sem dizer em que livro e em que página], como também averigável por todos.

9.4.3 Ênfase ou destaque

A ênfase ou destaque em uma citação pode ser dada usando-se grifo (negrito, itálico ou sublinhado). Deve-se especificar ainda se o destaque faz parte da obra ou foi dado pelo autor do trabalho, conforme indicação a seguir:

- quando o destaque já fizer parte da obra consultada, utilizar a expressão grifo do autor;

Exemplo

"*Definir é fazer conhecer o conceito que temos a respeito de alguma coisa, é dizer o que a coisa é; sob o ponto de vista da nossa compreensão.*" (RUDIO, 2002, p. 29, grifo do autor).

116

- quando o autor do trabalho destacar algo em citações diretas, após a citação utilizar a expressão grifo nosso;

Exemplo

"A intervenção política deu-se primeiramente no **continente africano** e, na década de 1970, dirigiu-se para a América Latina." (CORTEZ, 2005, p.72, grifo nosso).

9.4.4 Citação de texto traduzido pelo autor

Quando a citação incluir texto traduzido pelo autor deve-se incluir, após a chamada da citação, a expressão tradução nossa, entre parênteses.

Exemplo

Citação no texto (CARIDE, 2004, p.100, tradução nossa)
OBS.: Recomenda-se colocar a citação original em nota de rodapé.

9.4.5 Dados obtidos por informação verbal

Em citação de dados obtidos por informação verbal (palestras, debates, comunicações etc.), deve-se indicar, entre parênteses, a expressão "informação verbal". Os dados disponíveis sobre a referida informação devem ser mencionados em nota de rodapé, não sendo incluídos na lista de referências.

Exemplo

No texto
O novo medicamento estará disponível até o final deste semestre (informação verbal)¹

117

No rodapé da página

¹ Notícia fornecida por John A. Smith no Congresso Internacional de Engenharia Genética em Londres, em outubro de 2001.

9.4.6 Trabalhos em fase de elaboração

Em citação de trabalhos que se encontram na situação de “em fase de elaboração”, “no prelo”, “in press”, “pré-publicação”, “não publicado”, “inédito”, colocam-se as respectivas expressões entre parênteses, indicando-se a referência ou os dados disponíveis sobre a informação somente em nota de rodapé, não precisando incluí-los nas referências.

Exemplo

No texto:

As diretrizes aqui apresentadas propõem noções básicas sobre a normalização de trabalhos científicos (em fase de elaboração).²

No rodapé da página:

² Guia de normalização de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Ceará, a ser editado em 2016.

9.4.7 Documentos eletrônicos

No que diz respeito à citação de informações extraídas dos meios eletrônicos, a referência completa dos documentos que deram origem à citação deve constar da listagem de referências ao final do trabalho, seguido da expressão “Disponível em”, o endereço eletrônico completo, bem como a data de acesso na forma padronizada: “Acesso em:”, finalizando pela data abreviada de acordo com os padrões vigentes na língua portuguesa.

Exemplo

No texto:

Entende-se a cultura ocidental como o conjunto de todas as manifestações culturais desenvolvidas ao longo da evolução histórica da Civilização Ocidental. (CULTURA...: 2010)

Na lista de referências:

CULTURA ocidental. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_ocidental>. Acesso em: 31 maio 2010.

9.5 Sistemas de chamada

As citações devem ser indicadas no texto por um sistema de chamada.

Há dois tipos de sistemas de chamada: autor-data (alfabético) e numérico.

Qualquer que seja o sistema adotado, deve ser seguido em todo o trabalho, permitindo sua correlação em lista de referências ou em notas de rodapé.

9.5.1 Sistema alfabético (autor-data)

Neste sistema, a indicação da fonte é feita:

- a) pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, mencionado(s) em letras maiúsculas, seguido(s) de vírgula, da data de publicação do documento e da(s) página(s); estes elementos devem ser colocados entre parênteses, logo após a citação.

Exemplo

No texto:

“O conhecimento apresenta uma dupla face, ambas ambíguas” (DEMO, 2000, p. 61).

Markoni e Lakatos (2001, p. 15) dizem: “Ler significa conhecer, interpretar, decifrar.”

Na virada do milênio, marcada por profundas transformações globais, nacionais e regionais, a questão central que se coloca para definir ações visando a um novo padrão de desenvolvimento para a Amazônia, é avaliar com o que a Região conta hoje para construir o seu futuro. (BRASIL, 2001, p. 5).

Na lista de referências:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, 2001.

DEMO, Pedro. **Conhecer & aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MARKONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

- b) pela primeira palavra do título seguida de reticências, no caso das obras sem indicação de autoria ou responsabilidade, seguida da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses:

Exemplo

No texto:

“As IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação sistemática das suas atividades, levando em conta seus objetivos institucionais e seus compromissos para com a sociedade.” (ANTEPROJETO..., 1987, p. 55).

Na lista de referências:

ANTEPROJETO de lei. **Estudos e Debates**. Brasília, DF, n. 13, p. 51-60, jan. 1987.

OBS: Se o título iniciar por artigo (definido ou indefinido) ou monossílabo, este deve ser incluído na indicação da fonte.

Exemplo

No texto:

E eles disseram globalização, e soubemos que era assim que chamavam a ordem absurda em que dinheiro é a única pátria à qual se serve e as fronteiras se diluem, não pela fraternidade, mas pelo sangramento que engorda poderosos sem nacionalidade. (A FLOR..., 1995, p. 4).

Na lista de referências:

A FLOR prometida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 2 abr. 1995.

9.5.1.1. Critérios para apresentação de autoria nas citações

A seguir apresentam-se as regras gerais para indicação de autoria nas citações.

- a) dois autores – Havendo dois autores na citação, citam-se os dois separados por ponto-e-vírgula, caso estes estejam após a sentença. Se os autores estiverem incluídos na sentença, devem ser separados pela conjunção “e”;

Exemplo

Após a sentença: (DAVENPORT; PRUSAK, 1988, p.88)

Na sentença: Conforme Davenport e Prusak (1988, p.88)

- b) três autores – Havendo três autores na citação, citam-se os três separados por ponto-e-vírgula, caso estes estejam após a sentença. Se os autores estiverem incluídos na sentença, devem ser separados por vírgula e pela conjunção “e”;

Exemplo

Após a sentença: (PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2002, p.23)

Na sentença: Probst, Raub e Romhardt (2002, p.23) destacam.....

c) mais de três autores – Havendo mais de três autores, indica-se o primeiro, seguido da expressão *et al*/(do latim *et alii*, que significa “e outros”);

Exemplo

Após a sentença: RENAUX et al., 2001, p.203)

Na sentença: Segundo Santos et al. (2001, p.30)

d) autores com o mesmo sobrenome e data de publicação – Quando houver coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data de publicação, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes. Se ainda persistir a coincidência colocam-se os prenomes por extenso:

Exemplo

(BARBOSA, C., 2005, p. 3) (BARBOSA, Cássio, 1965, p. 21)

(BARBOSA, O., 2005, p. 80) (BARBOSA, Caiso, 1965, p. 59)

e) diversos documentos de um mesmo autor, em um mesmo ano - Havendo citações de vários documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano, acrescentam-se após a data, letras minúsculas em ordem alfabética e sem espaço. Este mesmo critério deve ser observado na lista de referências:

Exemplo

De acordo com Eco (1989a)
(ECO, 1989b)

f) diversos documentos de um mesmo autor, em anos diferentes - Havendo citações indiretas de vários documentos de mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, as datas devem figurar separadas por vírgula:

Exemplo

(DREYFUSS, 1989, 1991, 1995)

g) Vários autores citados, simultaneamente - As citações indiretas de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética:

Exemplo

(CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIRROW, 1991).

h) autor-entidade – Obras de responsabilidade de órgãos governamentais, empresas, associações ou similares são atribuídas a um autor-entidade. Nesses casos identifica-se a autoria pelo nome completo do órgão ou, ainda, quando este for muito extenso, indica-se o primeiro nome do órgão seguido por três pontos “...”;

Exemplo

(COMISSÃO, ..., 2007, P.34)

(COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1992, p.34)

Quando se tratar de órgão do poder público federal, estadual ou municipal, a jurisdição deve ser indicada.

Exemplo

(CEARÁ, 2000, p. 52).

9.5.2 Sistema numérico

No sistema numérico as citações dos documentos devem ter numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, remetendo à lista de referências ao final do trabalho, do capítulo ou da parte, na mesma ordem em que aparecem no texto. Não se inicia a numeração das citações a cada página.

a) A indicação da numeração pode ser feita entre parênteses alinhada ao texto ou situada pouco acima da linha do texto, em expoente e após a pontuação que fecha a citação:

Exemplo

Diz Rui Barbosa: "Tudo é viver, previvendo". (15)

Diz Rui Barbosa: "Tudo é viver, previvendo".¹⁵

Fonte: ABNT NBR 10520 (2002).

- b) O sistema numérico não deve ser utilizado quando há notas de rodapé.

Exemplo

Citações no próprio texto:

Na dimensão epistemológica, Nonaka e Takeuchi (1997)¹ baseiam seus estudos na distinção entre conhecimento tácito e explícito, estabelecida por Michael Polanyi (1966)² em seu *Tacit Dimension*. Na dimensão ontológica..... Em Ackoff (1989)³, conhecimento também é saber.....

Na lista de Referências:

1. NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa – como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
2. POLANYI, m. **The Tacit dimension**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1966.
3. ACKOFF, R. L. From data to Wisdom. **Journal of Applied Systems Analysis**. Bailrigg Lancaster, v.16, p. 3-9, 1989.

10 ELABORAÇÃO DE REFERÊNCIAS

10.1 Definição

Segundo a ABNT NBR 6023: 2002, referência é o "conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual".

Constitui-se na relação de toda a matéria bibliográfica citada no trabalho e utilizada na pesquisa, organizada em números arábicos (na ordem de citação) ou em ordem alfabética de seus autores (pelo sobrenome). Outras publicações não mencionadas no texto, opcionalmente poderão ser relacionadas, após as referências, sob o título de "bibliografia complementar" ou "obras consultadas".

10.2 Localização

As referências podem aparecer:

- a) em notas de rodapé;
- b) em fim de texto ou de capítulo;
- c) em listas de referências;
- d) encabeçando resumos, resenhas e resenções.

Nos trabalhos acadêmicos, a lista de referências encontra-se após os elementos textuais sob o título **REFERÊNCIAS**, sem indicativo numérico, em negrito, fonte tamanho 12 e centralizado.

10.3 Regras gerais para apresentação de referências

- a) devem figurar em ordem alfabética de entrada (autores pessoais, entidades ou títulos) ou em ordem numérica de acordo com o sistema de chamada adotado nas citações, conforme a NBR 10520: 2002.

- b) são alinhadas somente à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, com espaçamento simples entre as linhas e separadas entre si por um espaço duplo;
- c) quando aparecerem em notas de rodapé, serão alinhadas, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas;
- d) a pontuação segue padrões internacionais e deve ser uniforme para todas as referências. As abreviaturas devem ser conforme a NBR 10522;
- e) o recurso tipográfico (negrito, sublinhado ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. Isto não se aplica às obras sem indicação de autoria ou de responsabilidade, cujo elemento de entrada é o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas;
- f) os elementos essenciais e complementares das referências devem ser apresentados em sequência padronizada e retratados do próprio documento. Quando isso não for possível, utilizam-se outras fontes de informação, indicando-se os dados assim obtidos entre colchetes;
- g) as referências constantes em uma lista padronizada devem obedecer aos mesmos princípios. Ao optar pela utilização de elementos complementares, estes devem ser incluídos em todas as referências daquela lista:

10.4 Modelos de referências para monografias

Consideram-se monografias: livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, entre outros).

10.4.1 Monografia no todo

Os elementos essenciais são: autor (es), título, edição (a partir da 2ª), local, editora e data de publicação.

Exemplo

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998. 137p. 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Exemplos de monografia no todo

LIVRO

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 305p.

Relatório

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Relatório de atividades 2006**. Fortaleza, 2006. 50 p.

Dicionário

HOULISS, Antônio (Ed.). **Novo dicionário Folha Webster's**: inglês/português, português/inglês. São Paulo: Folha da Manhã, 1996.

Enciclopédia

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. 20v.

Trabalho de conclusão de curso

SILVA, Marcos William Gonçalves Oliveira da. **Materials compostos**. 2011. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Mecatrônica Industrial) – Curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial, Departamento da Indústria, Instituto Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

SANTOS, Nildo Dias dos. **Elaboração de fios com efeito memória de forma por INROWASP para fabricação de cabos aplicáveis a automação**. 2007. 97 f. 97 p. Tese (Doutorado) Engenharia Mecânica, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007.

10.4.2 Monografia no todo em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para monografias no todo, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Exemplo

KOOGAN, André; HOUAISS, Antônio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. São Paulo, Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas *online*, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em: opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

ALVES, Castro. **Navio negroiro**. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/portl/portl2/navionegroiro.htm>>. Acesso em: 10 Jan. 2002, 16:30:30.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.4.3 Parte de monografia

Inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor (es) e/ou título próprios.

Os elementos essenciais são: autor(es), título da parte, seguidos da expressão "In:", e da referência completa da monografia no todo. No final da referência, deve-se informar a paginação ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

ORO, Ubirajara. Iniciação ao atletismo no Brasil: problemas e possibilidades didáticas. In: _____. **Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. p. 2-8.

Fonte: UFTPR. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos (2009).

(Autoria idêntica à da obra no todo, utiliza-se o traço sublinear equivalente a seis espaços e ponto (____.))

10.4.4 Parte de monografia em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para monografias em parte, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, *online* etc.).

Exemplo

MORFOLOGIA dos artrópodes. In: ENCICLOPÉDIA Multímdia dos Seres Vivos. [S.l.]: Planeta DeAgostini, c1998. CD-ROM 9.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas *online*, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:.

Exemplo

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: _____. **Entendendo o meio ambiente.** São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <<http://bdci.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.5 Modelos de referências para publicações periódicas

A ABNT NBR 6023: 2002 conceitua publicação periódica como "publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente"

Inclui a coleção como um todo, fascículo ou número de revista, número de jornal, caderno, etc. na íntegra e a matéria, volume ou fascículo de periódico (artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens, etc.).

10.5.1 Publicação periódica no todo

Os elementos essenciais são: título, local de publicação, editora, datas de início e encerramento da publicação, se houver.

Exemplo

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se os elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-. Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico do IBGE. Índice acumulado 1939-1963. ISSN 0034-723X.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

130

10.5.2 Parte de publicação periódica sem título próprio

Refere-se ao volume, fascículo, números especiais e suplementos, entre outros, sem título próprio.

Os elementos essenciais são: título da publicação, local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação.

Exemplo

DINHEIRO. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun. 2000. BR 6023 (2002)

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

DINHEIRO: revista semanal de negócios. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun. 2000. 98 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.5.3 Parte de publicação periódica com título próprio

Refere-se ao volume, fascículo, suplementos, números especiais entre outros, com título próprio.

Os elementos essenciais incluem: título da parte, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, data e particularidades que identificam a parte.

Exemplo

As 500 maiores empresas do Brasil. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 9, set. 1984. Edição especial.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.5.4 Artigo e/ou matéria de revista

Inclui parte de publicações periódicas (volumes, fascículos, números especiais e suplementos, com título próprio), comunicações, editorial,

131

entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros. (ABNT NBR 6023: 2002).

Os elementos essenciais são: autor (es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, quando se tratar de artigo ou matéria, data ou intervalo de publicação e particularidades que identificam a parte (se houver)..

Exemplo

COSTA, V. R. À margem da lei. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

COSTA, V. R. À margem da lei: Programa Comunidade Solidária. **Em Pauta**: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.5.5 Artigo e/ou matéria de revista em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de revista, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, *online* etc.).

Exemplo

VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. **Neo Interativa**, Rio de Janeiro, n.2, Inverno 1994. 1 CD-ROM.

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento.

precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**. Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contextos/brazilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.5.6 Artigo e/ou matéria de jornal

Inclui comunicações, editorial, entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros. (ABNT NBR 6023: 2002).

Os elementos essenciais são: autor(es) (se houver), título do artigo ou matéria, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplo

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun., 1999. Folha Turismo, Caderno B, p. 13.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p.2, 12 Jan. 2002.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento.

10.5.7 Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de jornal, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, *online*, etc.).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

ARRANJO tributário. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998. 18:30:15.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.6 Modelos de referências para eventos

Inclui o conjunto dos documentos reunidos num produto final do próprio evento (atas, anais, relatórios, entre outras denominações). Os eventos podem ser seminários, simpósios, congressos, conferências, etc.

10.6.1 Evento como um todo

Os elementos essenciais são: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização. Em seguida, deve-se mencionar o título do documento (anais, atas, tópico temático, etc.), seguido dos dados de local de publicação, editora e data da publicação.

Exemplo

INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY AND INNOVATION, 4., 2000, Curitiba. **Proceedings...**. Curitiba: Centro Internacional de Tecnologia de Software, 2000.

Fonte: UFTPR, Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos (2009).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20., 1997, Poços de Caldas. **Química: academia, indústria, sociedade: livro de resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.6.2 Evento como um todo em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para evento como um todo, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, *online* etc.).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996. Recife. **Anais eletrônicos...**. Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <<http://www.propeq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. Acesso em: 21 jan. 1997.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.6.3 Trabalho apresentado em evento

Os elementos essenciais são: autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In.: nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

Exemplo

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...**. São Paulo: USP, 1994. P. 16-29.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

MARTIN NETO, L.; BAYER, C.; MELNICZUK, J. Alterações qualitativas da matéria orgânica e os fatores determinantes da sua estabilidade num solo podzólico vermelho-escuro em diferentes sistemas de manejo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIA DO SOLO, 26., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997, p. 443, ref. 6-141.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.6.4 Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para trabalho apresentado em evento, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, *online* etc.).

Exemplo

GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998. Fortaleza. **Anais...**. Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD-ROM.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

SABROZA, P. C. Globalização e saúde: impacto nos perfis epidemiológicos das populações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. Mesa-redonda. Disponível em: <<http://www.abrasco.com.br/epitio98/>>. Acesso em: 17 jan. 1999.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.7 Modelos de referências para patentes

Os elementos essenciais são: entidade responsável e/ou autor, número da patente e datas (do período de registro).

Exemplo

EMBRAPA. Unidade de Apoio, Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária (São Carlos, SP). Paulo Estevão Cruvinel. **Medidor digital multissensor de temperatura para solos**. BR n. PI 8903105-9, 26 jun. 1989, 30 maio 1995.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.8 Modelos de referências para documentos jurídicos

Inclui legislação, jurisprudência (decisões judiciais) e doutrina (interpretação dos textos legais).

10.8.1 Legislação

Compreende a Constituição, as emendas constitucionais e os textos legais infraconstitucionais (lei complementar e ordinária, medida provisória, decreto em todas as suas formas, resolução do Senado Federal) e normas emanadas das entidades públicas e privadas (ato normativo, portaria, resolução, ordem de serviço, instrução normativa, comunicado, aviso, circular, decisão administrativa, entre outros).

Os elementos essenciais são: jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação.

No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação, entre parênteses.

Exemplo

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.8.2 Jurisprudência

Compreende as súmulas, os enunciados, os acórdãos e demais decisões judiciais.

Os elementos essenciais são: jurisdição, órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou emenda) e número, partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação. Quando necessário acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-corpus nº 181.636-1 da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex**: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Penal. Habeas-corpus. Constrangimento ilegal. Habeas-corpus nº 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex**: Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.8.3 Doutrina

Discussão técnica sobre questões legais (monografias, artigos de periódicos, papers, etc.) referenciada conforme o tipo de publicação..

Exemplo

Doutrina em forma de artigo de periódico

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.8.4 Documento jurídico em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para documento jurídico, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, online, etc.).

Exemplo

BRASIL. Regulamento dos benefícios da previdência social. In: **SILEX**: Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres da Previdência e Assistência Social. [S.l.]: Dataprev, 1999. 1 Cd-Rom.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão "Disponível em:" e a data de acesso ao documento, precedida da expressão "Acesso em:", opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?id=LE%209887>. Acesso em: 22 dez. 1999.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.9 Modelos de referências para imagens em movimento

Inclui filmes, fitas de vídeo, videodiscos (DVD), Blue-rays, entre outros.

Os elementos essenciais são: título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

Exemplo

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Sales Júnior. Produção: Martine de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. [S.l.]: Le Studio Canal; Rio Filme; MACT Productions, 1998. 1 bobina cinematográfica.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Sales Júnior. Produção: Martine de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pera; Vinícius de Oliveira; Sônia Ura; Othon Bastos; Mathews Nachtergaele e outros. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Sales Júnior. [S.l.]: Le Studio Canal; Rio Filme; MACT Productions, 1998. 1 bobina cinematográfica (106 min.), son., color., 35 mm.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.10 Modelos de referências para documentos iconográficos

Inclui pintura, ilustração, gravura, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz entre outros.

Elementos essenciais: autor, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação Sem título, entre colchetes), data e especificação do suporte.

Exemplo

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia, color., 16 cm x 58 cm.

MATTOS, M. D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40 cm x 50 cm. Coleção particular.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.10.1 Documento iconográfico em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para documento iconográfico, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, online, etc.).

Exemplo

ESTAÇÃO da Cia Paulista com locomotiva elétrica e linhas de bitola larga. 1 fotografia, p&b. In: LOPES, Eduardo Luiz Velga. **Memória fotográfica de Araraquara**. Araraquara: Prefeitura do Município de Araraquara, 1999. 1 CD-ROM.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

STOCKDALE, René. **When's recess?** [2002?]. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.webshots.com/q/d2002/1-rnw/20255.html>>. Acesso em: 13 jan. 2001.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.11 Modelos de referências para documentos cartográficos

Inclui os atlas, os mapas, o globo, as fotografias aéreas entre outros.

Os elementos essenciais são: autor (es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

Exemplo

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). **Regiões do governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1994. 1 atlas. Escala 1:2.000.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.11.1 Documento cartográfico em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para documento cartográfico, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, online, etc.).

Exemplo

PERCENTAGEM de imigrantes em São Paulo, 1920. 1 mapa, color. Escala indeterminável. **Neo Interativa**. Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

MAPA da Ubicación: vista ampliada. Buenos Aires: Dirección de Salud Y Acción Social de la Armada, c2001. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<http://www.diba.org/turismo/notes/usuaria/ubicacion2.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2002.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.12. Modelos de referências para documentos sonoros

Inclui discos, CDs (compact disc), cassetes, rolos, entre outros.

10.12.1 Documento sonoro no todo

Os elementos essenciais são: compositor(es) ou intérprete(s), título, local, gravadora (ou equivalente), data e especificação do suporte.

Exemplo

ALCIONE. **Ouro e cobre**. São Paulo: RCA Victor, 1988. 1 disco sonoro.

MPB especial. Rio de Janeiro: Globo: Movieplay, c1995. 1 CD.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

ALCIONE. **Ouro e cobre**. Direção artística Miguel Propschi. São Paulo: RCA Victor, 1988. 1 disco sonoro (45 min.), 33^{1/3} rpm, estêreo, 12 pol. FAGNER, R. **Revelação**. Rio de Janeiro: CBS, 1988. 1 cassete sonoro (60 min), 3¼ pps, estêreo.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.12.2 Parte de documento sonoro

Inclui partes e faixas de documentos sonoros.

Os elementos essenciais são: compositor(es) ou intérprete(s) da parte (ou faixa de gravação), título, seguidos da expressão "In:" e da referência do documento sonoro no todo. No final da referência deve-se informar a faixa ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplo

GINO, A. Toque macio. Intérprete: Alcione. In: ALCIONE. **Ouro e cobre**. São Paulo: RCA Victor, p1988. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 1.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

GINO, A. Toque macio. Intérprete: Alcione. In: ALCIONE. **Ouro e cobre**. Direção Artística: Miguel Propschi. São Paulo: RCA Victor, p1988. 1 disco sonoro (45 min), 33^{1/3} rpm, estêreo, 12 pol. Lado A, faixa 1. (4 min 3 s).

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.13 Modelos de referências para partituras

Inclui partituras impressas.

Os elementos essenciais são: autor (es), título, local, editora, data, designação específica e instrumento a que se destina.

144

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

GALLET, Luciano (Org.). **Canções populares brasileiras**. Rio de Janeiro: Carlos Wehns, 1951. 1 partitura (23 p.). Piano.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.13.1 Partitura em meio eletrônico

Inclui partituras em suporte ou meio eletrônico.

As referências devem obedecer aos padrões indicados para partituras, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (CD-ROM, DVD, online, etc.).

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

OLIVA, Marcos. MOCOTÓ, Tiago. **Fervilhar: frevo**. [19-?]. 1 partitura. Piano. Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/picolino/partitur.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2002.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.14 Modelos de referências para documentos tridimensionais

Inclui esculturas, maquetes, objetos e suas representações (fósseis, esqueletos, objetos de museu, animais empalhados, monumentos entre outros).

Os elementos essenciais são: autor (es) (quando for possível identificar o criador artístico do objeto), título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação "Sem título", entre colchetes), data e especificação do objeto.

145

Exemplo

DUCHAMP, Marcel. **Escultura para viajar**. 1918. 1 escultura variável.

BULE de porcelana. [China: Companhia das Índias, 18--]. 1 bule.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo

DUCHAMP, Marcel. **Escultura para viajar**. 1918. 1 escultura variável, borracha colorida e cordel. Original destruído. Coleção de Arturo Schwartz.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.15 Modelos de referências para documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico

Inclui *e-books*, *softwares*, *e-mails*, bases de dados, programas listas de discussão, *sites*, arquivos em disco rígido, aplicativos e conjuntos de aplicativos, disquetes programas de computador e conjunto de programas, entre outros.

Os elementos essenciais são: autor (es), título do serviço ou produto, versão (se houver) e descrição física do meio eletrônico.

Quando se tratar de obras consultadas online, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referente a hora, minutos e segundos.

Exemplo

AVES do Amapá: banco de dados. Disponível em: <<http://www.bdt.org/bdt/avifauna/aves/>>. Acesso em: 30 maio 2002.

MICROSOFT Project for Windows 95. Version 4.1. [S.l.]: Microsoft Corporation, 1995. 1 CD-ROM.

BIONLINE Discussion List. Mist maintain by the Bases de Dados Tropical. BDT In Brasil. Disponível em: <clisserv@bdt.org.br>. Acesso em: 25 nov. 1998.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Nota: As mensagens que circulam por intermédio do correio eletrônico devem ser referenciadas somente quando não se dispuser de nenhuma outra fonte para abordar o assunto em discussão. Mensagens trocadas por e-mail têm caráter informal, interpessoal e efêmero e desaparecem rapidamente, não sendo recomendável seu uso como fonte científica ou técnica de pesquisa.

10.16 Modelos de referências para documentos diversos

Incluem entrevistas, resenhas, resenhas, resenhas, bulas de remédio, entre outros.

- a) entrevista - os elementos incluem: entrevistado, título da entrevista, subtítulo (se houver) dados da fonte na qual foi publicada e nota de identificação do entrevistador;

Exemplo

PIRES, Paulo Roberto. Longe do patético e da obviedade. **O Rascunho**, Curitiba, out. 2011. Entrevista concedida a Rogério Pereira.

Fonte: Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2013).

- b) resenha e resensão - os elementos incluem: referência da obra resenhada, seguida da expressão "Resenha de:", autor da resenha, título da resenha, dados da fonte na qual foi publicada.

Exemplo

SANT'ANA, Afonso Romano de. Ler o mundo. São Paulo: Global, 2011. Resenha de: MARTIRANI, M. C. **O livro e o pão**. 2011. Disponível em: <<http://rascunho.gazetadopovo.com.br/o-livro-e-o-pao/>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

JARDIM, J. PEREIRA, A. Competências pessoais e sociais: guia prático para a mudança positiva. Porto Edições Asa, 2006. Recensão de: MARQUES, R. **Interações**, Porto, n.3, p. 188-189, 2006.

Fonte: Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2013).

c) bula de remédio - os elementos são: título (nome do remédio), apresentação de medicamento, responsável técnico, local, laboratório, data e nota de designação específica.

Exemplo

LISINOPRIL: comprimidos. Responsável técnico Cláudio dos Reis Tassinari. São José dos Campos, SP: SEM, 2007. Bula de remédio.

Fonte: Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFCE, 2013).

10.17 Transcrição dos elementos

As regras para apresentação dos elementos que compõem as referências aplicam-se a todos os tipos de documentos (ABNT NBR 6023: 2002)

10.17.1 Regras Gerais

A forma para transcrever os elementos nas referências deve obedecer a determinadas regras. A apresentação das informações que constituem uma referência requer formas específicas de transcrição e redação, uma forma consistente de pontuação, assim como destaque tipográfico (negrito, itálico ou grifo) para todas as referências incluídas numa lista ou publicação.

As referências devem conter as seguintes informações:

- a) formas de entrada (autor ou título);
- b) título e subtítulo;
- c) edição;
- d) local de publicação;
- e) editora;
- f) data;
- g) descrição física;
- h) série e coleção;
- i) notas especiais

Apresentação Gráfica - As referências devem ser alinhadas somente à margem esquerda e de forma a se identificar cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo.

Os vários elementos da referência são separados entre si por uma pontuação uniforme, sempre acompanhados dos respectivos espaços. As abreviaturas devem figurar conforme a NBR 10522.

Em qualquer tipo de referência indicam-se, entre colchetes, os elementos que não figuram na obra referenciada e por reticências todos os casos de supressão de informação.

10.17.2 Autor pessoal

Indica(m)-se o (s) autor (res), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se, tanto quanto possível, o mesmo padrão para abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

10.17.2.1 Um só autor

Exemplo

ALVES, Roque de Brito. *Ciência criminal*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.2.2 Dois ou três autores

Exemplo

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. *Curso de direito jurídico*. São Paulo: Atlas, 1995.

PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. *Alegria de saber: matemática, segunda série: livro do professor*. São Paulo: Scipione, 1995. 136 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.2.3 Mais de três autores

Quando existirem mais de três autores, indica-se apenas o primeiro, acrescentando-se a expressão et al.

Exemplo

URANI, A. et al. **Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Nota: Em casos específicos (projeto de pesquisa científica, indicação de produção científica em relatórios para órgãos de financiamento, etc.), nos quais a menção dos nomes for indispensável para certificar a autoria, é facultado indicar todos os nomes.

10.17.2.4 Indicação de responsabilidade

Quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletânea de vários autores, a entrada deve ser feita pelo nome do responsável, seguida da abreviação, no singular, do tipo de participação (organizador, compilador, editor, coordenador, etc.) entre parênteses.

Exemplo

FERREIRA, Léssie Piccolotto. (Org.) **O fonoadiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.2.5 Autoria desconhecida

Em caso de autoria desconhecida, a entrada é feita pelo título. O termo anônimo não deve ser usado em substituição ao nome do autor desconhecido.

Exemplo

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993. 64 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.2.6 Obra publicada sob pseudônimo

No caso da obra publicada sob pseudônimo, este deve ser adotado na referência, desde que seja a forma adotada pelo autor.

Exemplo

Joaquim Guilherme Gomes Coelho, pseudônimo do escritor português Júlio Diniz.

DINIZ, Júlio. **As pupilas do senhor reitor**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1994. 263 p. (Série Bom Livro).

Malba Tahan, pseudônimo do escritor brasileiro Júlio César de Mello e Souza.

TAHAN, M. **O homem que calculava**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984. 218 p.

Fonte 1: ABNT NBR 6023 (2002). Fonte 2: Autoria própria.

10.17.2.7 Outros tipos de responsabilidade

Outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador entre outros) podem ser acrescentados após o título, conforme aparecem no documento. Quando existirem mais de três nomes exercendo o mesmo tipo de responsabilidade, aplica-se o recomendado na seção 9.17.2.3 deste guia.

Exemplo

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva et al. 3.ed. rev. aun. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.2.8 Autor em língua espanhola

Autores de nome espanhol têm entrada pela primeira parte do sobrenome.

Exemplo

ORTEGA Y GASSET, José. **A desumanização da arte**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 93 p. (Biblioteca da Educação. Série 7, v.2 – Arte e Cultural).

Fonte: Autoria própria.

10.17.2.9 Sobrenome que indica parentesco

Em sobrenomes que indicam parentesco, a entrada do nome do autor na deverá ser pelo último sobrenome acompanhado do grau de parentesco.

Exemplo

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. São Paulo: Objetiva, 2007. 176 p.

Fonte: Autoria própria.

10.17.2.10 Sobrenome constituído por substantivo + adjetivo

Exemplo

CASTELO BRANCO, Camilo. **Amor de salvação**. São Paulo: FTD, 1993. 163 p. (Grandes Leituras).

Fonte: Autoria própria.

10.17.2.11 Sobrenome ligado por hífen

Exemplo

SAINT-EXUPÉRIEY, A. de. **O pequeno príncipe**. 41. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992. 95 p.

Fonte: Autoria própria.

10.17.3 Autor entidade

As obras de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) têm entrada, de modo geral, pelo seu próprio nome, por extenso.

Exemplo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citação em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba. **Anais** ... Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. 3 v.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.3.1 Entidade com denominação genérica

Quando a entidade tem uma denominação genérica, seu nome é precedido pelo nome do órgão superior, ou pelo nome da jurisdição geográfica à qual pertence.

Exemplo

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF., 1993. 28 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.3.2 Entidade com denominação específica

Quando a entidade, vinculada a um órgão maior, tem uma denominação específica que a identifica, a entrada é feita diretamente pelo seu nome.

Em caso de duplicidade de nomes, deve-se acrescentar no final a unidade geográfica que identifica a jurisdição, entre parênteses.

Exemplo

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da Diretoria-Geral**: 1984. Rio de Janeiro, 1985. 40 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **O 24 de julho de 1833 e a guerra civil de 1829-1834**. Lisboa, 1983. 95 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4 Título e Subtítulo

O título e o subtítulo (se for usado) devem ser reproduzidos tais como figuram no documento, separados por dois pontos. Recomenda-se colocar somente o título em negrito.

Exemplo

PASTRO, Cláudio. **Arte sacra: espaço sagrado hoje**. São Paulo: Loyola, 1993. 343 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4.1 Título demasiadamente longo

Em títulos e subtítulos demasiadamente longos, podem-se suprimir as últimas palavras, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências.

Exemplo

ARTE de furtar... Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

GONSALVES, Paulo Eiró (Org.). **A criança: perguntas e respostas**: médicos, psicólogos, professores, técnicos, dentistas ... São Paulo: Cultrix: USP, 1971.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4.2 Título em mais de uma língua

Quando o título aparecer em mais de uma língua, registra-se o primeiro. Opcionalmente, registra-se o segundo ou que estiver em destaque, separando-o do primeiro pelo sinal de igualdade.

Exemplo

SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL = REVISTA PAULISTA DE MEDICINA. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 1941. Bimensal. ISSN 0035-0362.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4.3 Título genérico em periódico

Quando o periódico possui título genérico, incorpora-se o nome da entidade autora ou editora que se vincula ao título por uma preposição entre colchetes.

Exemplo

BOLETIM ESTATÍSTICO [da] Rede Ferroviária Federal. Rio de Janeiro, 1965. Trimestral.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4.4 Abreviatura de título de periódico

Os títulos dos periódicos podem ser abreviados conforme a NBR 6032.

Exemplo

LEITÃO, D. M. A informação como insunro estratégico. **Ci. Inf.** Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 118-123, maio/ago. 1989.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.4.5 Documento sem título

Quando não existir título, deve-se atribuir uma palavra ou frase que identifique o conteúdo do documento, entre colchetes.

Exemplo

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AQUICULTURA. 1., 1978. Recife. [Trabalhos apresentados]. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1980. Il. 412 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.5 Edição

Quando houver uma indicação de edição, esta deve ser transcrita utilizando-se abreviaturas dos numerals ordinais e da palavra edição, ambas na forma adotada na língua do documento.

Exemplo

SCHAUM, Daniel. **Schaum's outline of theory and problems**. 5th. ed. New York: Schaum Publishing, 1956. 204 p.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 6. ed. Rio de Janeiro: L. Cristiano, 1995. 219 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Considerar a versão do documento eletrônico como equivalente à edição e transcrevê-la como tal.

Exemplo

ASTROLOGY source. Version 1.0A. Seattle: Multicom Publishing, c1994. 1 CD-ROM.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.5.1 Emendas e acréscimos à edição

Indicam-se emendas e acréscimos à edição, de forma abreviada.

Exemplo

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

156

10.17.6 Local de publicação

O nome da cidade de publicação deve ser indicada tal como figura no documento.

Exemplo

ZANI, R. **Beleza, saúde e bem-estar**. São Paulo: Saraiva, 1995. 173 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.6.1 Cidades homônimas

No caso de homônimos de cidades, acrescenta-se o nome do estado, país, etc.

Exemplo

Viçosa, AL
Viçosa, MG
Viçosa, RJ

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.6.2 Mais de um local para uma só editora

Quando houver mais de um local para uma só editora, indica-se o primeiro ou o mais destacado.

Exemplo

SWOKOWSKI, E. W.; FLORES, V. R. L. F.; MORENO, M. Q. **Cálculo de geometria analítica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994. 2 v.

Nota: Na obra: São Paulo - Rio de Janeiro - Lisboa - Bogotá - Buenos Aires - Guatemala - México - New York - San Juan - Santiago.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.6.3 Documento sem indicação do local de publicação

Quando a cidade não aparece no documento mas pode ser identificada, indica-se entre colchetes.

157

Exemplo

LAZZARINI NETO, SYLVIO. **Cita e recita**. [São Paulo]: SDF Editores, 1994. 108 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

Não sendo possível determinar o local, utiliza-se a expressão *sine loco*, abreviada, entre colchetes [S.l.].

Exemplo

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luis Antônio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. [S.l.]: Scita, 1992. 195 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.7 Editora

O nome da editora deve ser indicado tal como figura no documento, abreviando-se os prenomes e suprimindo-se palavras que designam a natureza jurídica ou comercial, desde que sejam dispensáveis para identificação.

Exemplo

LIMA, M. **Tem encontro com Deus**: teologia para leigos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

Nota: Na publicação: Livraria José Olympio Editora

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.7.1 Duas editoras em uma mesma cidade

Quando houver duas editoras de uma mesma cidade, indicam-se ambas, separadas por dois pontos.

Exemplo

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura moderna à agroecologia**: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste: EMBRAPA, 2009. 246 p.

Fonte: Autoria própria.

158

10.17.7.2 Duas editoras em cidades diferentes

Quando houver duas editoras em cidades diferentes, indicam-se ambas, com seus respectivos locais, separadas por ponto e vírgula.

Exemplo

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MALA, Carlos A. (Coord.). História da ciência: o mapa do conhecimento. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: São Paulo: EDUSP, 1995. 968 p. (América 500 anos, 2).

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

10.17.7.3 Três ou mais editoras

Se houver três ou mais editoras, indica-se a primeira ou a que estiver em destaque na página de rosto.

Exemplo

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LETTE, Sérgio (Org.) **Reforma agrária**: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 216 p.

Nota – Na obra constam as editoras Vozes, IBASE

Fonte: UFC. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (2013)

10.17.7.4 Documento sem indicação de editora

Quando a editora não puder ser identificada, deve-se indicar a expressão *sine nomine*, abreviada entre colchetes [s.n.].

Exemplo

FRANCO, I. **Discursos**: de outubro de 1992 a agosto de 1993. Brasília, DF: [s.n.], 1993. 107 p.

Fonte: ABNT NBR 6023 (2002).

159

10.17.7.5 Documento sem indicação do local de publicação e da editora

Quando o local e o editor não puderem ser identificados na publicação, utilizam-se ambas as expressões, abreviadas e entre colchetes [S.l.; s.n.].

Exemplo

GONÇALVES, F. B. **A História de Mirador**. [S.l. : s.n.], 1993.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.7.6 Editora responsável pela autoria

Quando a editora é a mesma instituição ou pessoa responsável pela autoria e já tiver sido mencionada, não é indicada.

Exemplo

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro memória. **AACR2. Anglo-American Cataloging Rules**. 2nd edition: descrição e pontos de acesso. 2.ed.:rev. e atual. Brasília, DF, 2001.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.8 Data

A data de publicação deve ser indicada em algarismos arábicos.

Exemplo

LEITE, C. B. **O século do desempenho**. São Paulo: LTr, 1994. 160 p.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Por se tratar de elemento essencial para a referência, sempre deve ser indicada uma data, seja da publicação, da impressão, do copyright ou outra.

Exemplo

CIPOLLA, Sylvia. **Eu e a escola, 2ª série**. São Paulo: Paulinas, c1993. 63 p.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.8.1 Documento sem data de publicação

Caso nenhuma data possa ser identificada, registra-se uma data aproximada entre colchetes, conforme a seguir:

[1971 1972]	ou	Um ano ou outro	[ca. 1960]	Data aproximada
[1969?]		Data provável	[197-]	Década certa
[1973]		Data certa, porém não indicada na obra	[197-?]	Década provável
[entre 1906 1912]		Intervalos menores de 20 anos	[18-] [18--?]	Século certo Século provável

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Exemplo

FLORENZANO, Everton. **Dicionário de ideias semelhantes**. Rio de Janeiro: Edouro, [1993]. 383 p.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.8.2 Datas em documentos com vários volumes

Nas referências de vários volumes de um documento, produzidos em um período, indicam-se as datas mais antiga e mais recente da publicação, separadas por hífen.

Exemplo

RUCH, Gastão. **História geral da civilização**: da Antiguidade ao XX século. Rio de Janeiro: F. Brique!, 1926-1940. 4 v.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.8.3 Datas em publicação periódica

Em caso de publicação periódica, indica-se as datas inicial e final do período da edição, quando se tratar de publicação encerrada.

No caso de ainda estarem em curso, indica-se apenas a data inicial seguida de hífen, um espaço de caractere e ponto.

Exemplo

DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1957-1968. Mensal.

GLOBO RURAL. São Paulo: Rio Gráfica, 1985. Mensal.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Os meses devem ser indicados de forma abreviada, no idioma original da publicação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Abreviatura dos meses

ABREVIATURA DOS MESES			
Português	Espanhol	Italiano	
janeiro	enero	gennaio	genn.
fevereiro	febrero	febratio	febbr.
março	marzo	marzo	mar.
abril	abril	aprile	apr.
maio	mayo	maggio	magg.
junho	junio	giugno	giugno
julho	julio	luglio	luglio
agosto	agosto	agosto	ag.
setembro	septiembre	settembre	sett.
outubro	octubre	ottobre	ott.
novembro	noviembre	novembre	nov.
dezembro	diciembre	diciembre	dic.

Francês	Inglês	Alemão	
janvier	January	Januar	Jan.
février	February	Februar	Feb.
mars	March	März	März
avril	April	April	Apr.
mai	May	Mai	Mai
juin	June	Juni	Juni
juillet	July	Juli	Juli
août	August	August	Aug.
septembre	September	September	Sept.
octobre	October	Oktober	Okt.
novembre	November	November	Nov.
décembre	December	December	Dec.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Exemplo

BENNETTON, M. J. Terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 11-16, mar.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Se a publicação indicar, em lugar dos meses, as estações do ano ou as divisões do ano em trimestres, semestres ou outros, transcrevem-se as estações tais como figuram no documento e abreviam-se as divisões.

Exemplo

MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofía de la cultura. **Revista Latinoamericana de Filosofía**. Buenos Aires, v. 24, n. 2, primavera 1998.

FIGUEIREDO, E. **Canadá e Antilhas**: línguas populares, oralidade e literatura. Gragoatá, Niterói, n. 1, p. 127-136, 2. Sem. 1996.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.9 Descrição física

Indicação de número de páginas, volumes ou folhas, respeitando a forma encontrada na publicação (algarismos romanos ou arábicos)

Exemplo

JABUKOVIC, J.; LELLIS, M. **Matemática na medida certa, 8. série**: livro do professor. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1994. 208, xxi p.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. 500 p.

TABAK, F. **A lei como instrumento de mudança social**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1993. 17 f.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Nota: Nos trabalhos acadêmicos, quando impressos apenas no anverso, indica-se a quantidade de folhas (f.). Quando impressos no anverso e verso, indicam-se as páginas (p.).

164

10.17.9.1 Descrição de parte de publicação

Quando se referencia parte de publicação, mencionam-se os números das folhas ou das páginas inicial e final, precedidos da abreviatura f. para folhas e p. para páginas. Pode-se indicar o número do volume, precedido da abreviatura v. ou ainda outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplo

REGO, L. L. B. O desenvolvimento cognitivo e a prontidão para a alfabetização. In: CARRARO, T. N. (Org.) **Aprender pensando**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 31-40.

TURANO, J. C.; TURANO, L. M. Fatores determinantes da oclusão em prótese total. In: _____, **Fundamentos de prótese total**. 4. ed. São Paulo: Quintessence, 1998. cap. 13.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.9.2 Descrição de páginas preliminares

Quando a publicação incluir páginas preliminares numeradas em algarismos romanos pode-se mencioná-las.

Exemplo

FELIPE, Jorge F. A. **Previdência social na prática forense**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. viii, 236 p.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.9.3 Publicação não paginada ou com numeração irregular

Quando a publicação não for paginada ou a numeração de páginas for irregular, indica-se esta característica.

Exemplo

MARQUES, M. P.; LANZLOTTE, R. G. **Banco de dados e hipermídia**: construindo um metamodelo para o Projeto Portinari. Rio de Janeiro: PUC, 1993. Paginação irregular.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

165

10.17.9.4 Publicação em mais de um volume

Quando o documento for publicado em mais de uma unidade física, ou seja, mais de um volume, indica-se a quantidade de volumes, seguida da abreviatura "v.".

Exemplo

TOURINHO FILHO, F. C. **Processo penal**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1994. 4 v.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

Se o número de volumes bibliográficos diferir do número de volumes físicos, indica-se primeiro o número de volumes bibliográficos, seguido do número de volumes físicos.

Exemplo

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. 5 v. em 3.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.9.5 Indicação de ilustrações

As ilustrações, de qualquer natureza, podem ser indicadas pela abreviatura il.. Para ilustrações coloridas, usar il., color.

Exemplo

CÉSAR, A. M. **A bala e a mitra**. Recife: Bagajo, 1994. 267 p. il.

AZEVEDO, Maria R. de. **Viva vida: estudos sociais**. São Paulo: FTD, 1994. 104 p. il., color.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.9.6 Indicação de dimensões

Podem ser indicadas as dimensões (altura e largura). Em ambos os casos aproximam-se as frações ao centímetro seguinte.

Para os documentos tridimensionais as medidas são dadas com exatidão.

Exemplo

DURAN, J. J. **Iluminação para vídeo e cinema**. São Paulo: [s.n.], 1993. 126 p. 21 cm.

TAÇA de vidro à maneira de Veneza, com a imagem de Nossa Senhora e o menino no fuste também decorado com detalhes azuis. [17-?]. 1 taça, 10,7 cm de diâmetro x 24,5 cm de altura.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.10 Série e Coleções

Após todas as indicações sobre os aspectos físicos, podem ser incluídas as notas relativas a séries e/ou coleções. Os títulos das mesmas devem vir entre parênteses, separados, por vírgula, da numeração, em algarismos arábicos, se houver.

Exemplo

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1994. 95 p. (Princípios, 243).

MIGLIORI, R. **Paradigmas e educação**. São Paulo: Aquariana, 1993. 20 p. (Visão do Futuro, v. 1).

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11 Notas

Sempre que necessário à identificação da obra, devem ser incluídas notas com informações complementares, ao final da referência, sem destaque tipográfico.

Exemplo

MARINS, J. L. C. **Massa calcificada da naso-faringe**. Radiologia Brasileira. São Paulo, n. 23, 1991. No prelo.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11.1 Documentos traduzidos

Em documentos traduzidos, pode-se indicar a fonte da tradução, quando mencionada.

Exemplo

GARRUTH, Jane. **A nova casa do Bebeto**. Desenhos de Tony Hutchings. Tradução Ruth Rocha. São Paulo: Circolo do Livro, 1993. 21 p. Tradução de: Moving house.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11.2 Tradução com base em outra tradução

No caso de tradução feita com base em outra tradução, indica-se, além da língua do texto traduzido, a do texto original.

Exemplo

SAADI, **O Jardim das rosas...** Tradução de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944. 124 p. il. (Coleção Rubaiyat). Versão francesa de Franz Toussaint do original árabe.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11.3 Separatas

As separatas devem ser transcritas como figuram na publicação.

Exemplo

LION, M. F.; ANDRADE, J. **Drogas cardiovasculares e gravidez**. Separata de: Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 125-127, 1981.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11.4 Trabalhos acadêmicos

Nas teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos devem ser indicados em nota o tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de

conclusão de curso, etc.), o grau, a vinculação acadêmica, o local e a data da defesa, mencionada na folha de aprovação (se houver).

Exemplo

ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukuna**. possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.11.5 Outras notas

Outras notas podem ser incluídas, desde que sejam consideradas importantes para a identificação da fonte de pesquisa.

Exemplo

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 301 p. il. Inclui índice. ISBN 85-7164-411-X.

PELOSI, T. **O caminho das cordas**. Rio de Janeiro: Amais, 1993. 158 p. il. Bibliografia p. 115-158.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.12 Ordenação das referências

As referências dos documentos citados em um trabalho devem ser ordenadas de acordo com o sistema utilizado para citação no texto, conforme NBR 10520.

Os sistemas mais utilizados são: alfabético (ordem alfabética de entrada) e numérico (ordem de citação no texto).

10.17.12.1 Sistema alfabético

Se for utilizado o sistema alfabético, as referências devem ser reunidas, no final do trabalho, do artigo ou do capítulo, em uma única ordem alfabética.

As chamadas no texto devem obedecer à forma adotada na referência, com relação à escolha da entrada, mas não necessariamente quanto à grafia.

Exemplo

No texto:

Para Gramsci (1978) uma concepção do mundo crítica e coerente pressupõe a plena consciência de nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada [...]

Nesse universo, o poder decisório está centralizado nas mãos dos detentores do poder econômico e nas dos tecnocratas dos organismos internacionais. (DREIFUSS, 1996.)

Nas referências:

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

O(s) nome(s) do(s) autor(es) de várias obras referenciadas sucessivamente, na mesma página, pode(m) ser substituído(s), nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinear (equivalente a seis espaços) e um ponto.

Exemplo

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. 2 v.

_____. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

170

O título de várias edições de um documento referenciado sucessivamente, na mesma página, também pode ser substituído, nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinear (equivalente a seis espaços) e um ponto.

Exemplo

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936. 405 p.

_____. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1938. 410 p.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

10.17.12.2 Sistema numérico

Se for utilizado o sistema numérico no texto, a lista de referências deve seguir a mesma ordem numérica crescente.

O sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas. No texto as chamadas das referências são indicadas por algarismos arábicos. Ver seção 8 deste guia.

Exemplo

No texto:

De acordo com as novas tendências da jurisprudência brasileira ¹, é facultado ao magistrado decidir sobre a matéria.

Todos os índices coletados para a região escolhida foram analisados minuciosamente ².

Nas referências:

1 CRETELLA JÚNIOR, José. **Do impeachment no direito brasileiro**. [São Paulo]: R. dos Tribunais, 1992. p. 107.

2 BOLETIM ESTATÍSTICO [da] Rede Ferroviária Federal. Rio de Janeiro, 1965. p. 20.

Fonte: ABNT. NBR 6023 (2002).

171

11 NOTAS DE RODAPÉ

As notas de rodapé têm por finalidade prestar esclarecimentos ou fazer considerações sobre certos aspectos que não devem ser incluídos no texto para não interromper a sequência lógica da leitura.

Devem vir separadas do corpo do trabalho por espaço simples, seguido de uma linha contínua (filete de 5 cm à partir da margem esquerda). Após a linha, novo espaço simples deve ser dado para iniciar a nota.

As notas devem constar na mesma página onde ocorre a chamada numérica no texto, digitadas em espaço simples e alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas e com fonte menor que a do texto (tamanho 10).

As notas podem ser de dois tipos: notas de referência e notas explicativas

Obs: Deve-se utilizar o sistema autor-data para as citações no texto e o sistema numérico para notas explicativas.

11.1 Notas de referência

A numeração das notas de referência é feita por algarismos arábicos, em sequência única e consecutiva para cada capítulo ou parte. Não se inicia a numeração a cada página.

- a primeira citação de uma obra deve ter sua referência completa;

Exemplo

No rodapé da página:

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

Fonte: Elaborado pelos autores

172

- as subseqüentes citações da mesma obra podem ser referenciadas de forma abreviada, utilizando as seguintes expressões, abreviadas quando for o caso:

a) **Id.** = (do mesmo autor) – substitui o nome quando se tratar de citação de diferentes obras do mesmo autor;

Exemplo

² ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 1989, p. 9.
^a *Id.*, 2002, p. 19

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

b) **Ibid.** = *Ibidem* (na mesma obra) – usada para várias citações de um mesmo documento, variando apenas a paginação;

Exemplo

² DURKEHEIM, 1925, p. 176
^a *Ibid.*, p. 190.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

c) **Op. cit.** = *Opus citatum* (obra citada) – usada para se referir à obra citada anteriormente, na mesma página, quando houver intercalação de uma ou mais notas;

Exemplo

⁹ ADORNO, 1996, p. 38.
^{9a} GARLAND, 1990, p.42-43.
¹⁰ ADORNO, *op. cit.*, p.40.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

173

d) **Cf.** = Confirma ou confronte – É normalmente usada para fazer referência a trabalhos de outros autores ou a notas do mesmo autor;

Exemplo

¹COF. CALDEIRA, 1992.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

Nota - As expressões constantes nas alíneas a), b), c) e d) da seção 11.1 só podem ser usadas na mesma página ou folha da citação a que se referem.

e) **passim** = Passim (aqui e ali, em diversas passagens) – É usada quando se quer fazer referência a diversas páginas de onde foram retiradas as ideias do autor;

Exemplo

⁴RIBEIRO, 1997, passim.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

f) **loc. cit.** = Loco citado (no lugar citado) – É empregado para mencionar a mesma página de uma obra já citada, quando houver intercalação de uma ou mais notas;

Exemplo

⁴TOMASELLI; PORTER, 1992, p. 33-46.
⁵TOMASELLI; PORTER, loc. cit.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

174

g) **et seq.** = Sequentia (seguinte ou que se segue) – É usada quando não se quer mencionar todas as páginas da obra referenciada. Indica-se a primeira página e a referida expressão;

Exemplo

⁶FOUCAULT, 1994, p. 17 et seq.

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

h) A expressão **apud** (citado por, conforme, segundo) pode também ser usada no texto;

Exemplo

No texto:

“Um texto é citado para se reinterpretado ou para apoio a uma interpretação”. (ECO, 1983, p. 121 *apud* KOCHÉ, 2009 p. 147)

No rodapé da página:

⁷ECO, 1983 *apud* KOCHÉ, 2009, p. 147

Na lista de referências:

KOCHÉ, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p.

Fonte: UFC. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (2013).

Recomenda-se, no texto, evitar o uso excessivo de expressões latinas, sendo substituídas pela tradução correspondente. Em vez de “*apud*”, por exemplo, utilizar o “citado por”.

11.2 Notas explicativas

Usadas para comentários ou esclarecimentos do autor e que não devem ser incluídos no texto por interromper a sequência do pensamento.

175

A numeração é feita em algarismos arábicos, única e consecutiva para cada parte. Não se inicia a numeração a cada página.

Exemplo

No texto:

Os pais estão sempre confrontados diante das alternativas:
vinculação escolar ou vinculação profissional.⁴

No rodapé da página:

⁴ Sobre essa opção dramática, ver também Morice (1996, p. 269-290)

Fonte: ABNT. NBR 10520 (2002).

Da mesma forma que o uso excessivo das expressões latinas dificultam o entendimento, deve haver um equilíbrio na utilização de notas de rodapé, para não haver desvios de informações que deveriam fazer parte integrante do texto.

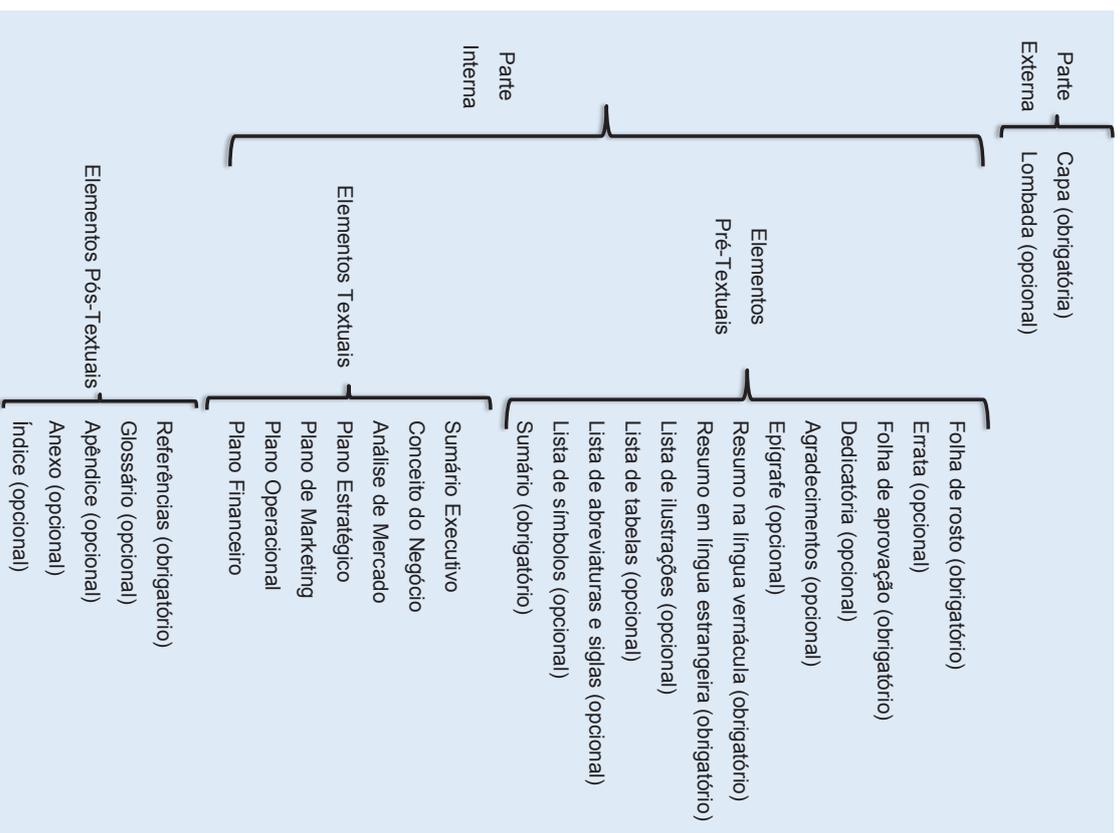
12 ESTRUTURA DO PLANO DE NEGÓCIO

O plano de negócio é o principal método utilizado para estudar a viabilidade de um empreendimento. O documento descreve a empresa e suas estratégias para o aproveitamento de uma oportunidade de mercado, alocando recursos e analisando a viabilidade técnica e econômica de se abrir um negócio, como forma de mitigar os riscos, as incertezas e os erros. É, portanto, um instrumento gerencial utilizado na tomada de decisão empreendedora.

O Plano de Negócio pode ser apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC), conforme Parecer 436/2001: Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Superior (CES) – Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de tecnólogos, aprovado em 02/04/2001 e publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 06/04/2001, seção 1E, p. 67.

Para a concessão de diploma poderia ser opcional a apresentação de trabalho de conclusão de curso, podendo ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, Performance, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Equipamentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso. (CNE/CES, 2001, p. 10)

A estrutura do Plano de Negócio é composta de duas partes: externa e interna, as quais contém elementos obrigatórios e opcionais dispostos na ordem a seguir:



178

12.1 Parte Externa

Composta por capa e lombada. Deve seguir o modelo apresentado neste guia para os TCCs no que concerne a estrutura do trabalho acadêmico (Ver seção 3).

12.2 Parte Interna

A parte interna do plano de negócio é composta pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

12.2.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais devem seguir os modelos para os TCCs, apresentados neste guia, no que diz respeito a:

- estrutura do trabalho acadêmico (Ver seção 3);
- apresentação gráfica (Ver seção 4);

12.3 Elementos textuais

O texto do Plano de Negócio deve conter os seguintes elementos:

12.3.1 Sumário Executivo

Consiste no resumo das principais características do negócio, visando mostrar:

- conceito do negócio e a oportunidade – mostrar o que ou será o negócio, os principais produtos e serviços sem muito detalhe, os principais clientes, a localização do empresa, o capital a ser investido, o tempo estimado para o retorno do investimento e apresentar a oportunidade que está sendo aproveitada com o negócio;
- dados dos empreendedores (responsáveis pela administração do negócio), experiência profissional;

179

- c) dados do empreendimento—nome da empresa, CNPJ, se for o caso;
- d) missão da empresa—papel que ela desempenha na sua área de atuação;
- e) mercado e setores de atividades—descrever o setor do negócio, a concorrência, as projeções do mercado e as tendências para o futuro;
- f) forma jurídica—maneira pela qual a empresa será tratada pela lei;
- g) enquadramento tributário—tributos devidos, alíquotas e benefícios fiscais;
- h) capital social—todos os recursos utilizados na criação do negócio;
- i) fonte de recursos—de que maneira serão obtidos os recursos para a implantação da empresa.

12.3.2 Conceito do Negócio

Esta é uma etapa descritiva em que será feita a apresentação da empresa mostrando qual será o negócio, qual a missão, a visão de futuro e os valores que norteiam a empresa.

Deve ser descrita a oportunidade que se pretende aproveitar com o negócio e as razões que levam o empreendedor a acreditar que a empresa pode ser bem sucedida.

12.3.3 Análise de Mercado

É uma etapa de grande importância para que o empreendedor tenha o conhecimento sobre o mercado onde pretende atuar e que, assim, possa estabelecer estratégias competitivas. Na análise de mercado devem conter as seguintes informações:

- a) estudo dos clientes: caracterização dos clientes do segmento de mercado em que se pretende atuar (público-alvo);
- b) estudo dos concorrentes (caracterização);
- c) estudo dos fornecedores (caracterização);

- d) estudo dos possíveis parceiros (*stakeholders*).

12.3.4 Plano Estratégico

É a etapa que consiste na análise do ambiente interno e externo para detectar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, com a finalidade de tornar a empresa mais eficiente e competitiva. Esse estudo pode ser realizado e apresentado utilizando a ferramenta gerencial chamada Análise SWOT (em inglês) ou FOFA (em português).

12.3.5 Plano de Marketing

Devem ser descritos os principais itens que serão fabricados, vendidos ou os serviços que serão prestados, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- a) descrição dos principais produtos – linhas de produtos, modelo, tamanho, embalagem, apresentação, rótulo, marca e serviços (características e garantias oferecidas);
- b) preço – considerar os custos do produto ou serviço e se o preço está compatível com o mercado;
- c) estratégias promocionais – ações que objetivam informar, apresentar e divulgar os produtos e serviços. Algumas estratégias poderão ser utilizadas, tais como: propaganda em rádio, jornal, TV, Internet, folhetos, mala direta, participação em feiras e eventos, entre outros;
- d) estratégias de comercialização – diz respeito aos canais de distribuição e formas de relacionamento com o cliente, ou seja, como os produtos e serviços chegarão aos clientes, utilizando, por exemplo, vendedores internos e externos, representantes, entre outros;
- e) localização do negócio – identificar a melhor localização para a instalação do negócio, bem como a justificativa para a escolha.

12.3.6 Plano Operacional

Descreve o fluxo operacional, a cadeia de suprimentos, o modelo de gestão da qualidade, a capacidade produtiva e logística.

Deve conter os seguintes itens:

- a) *layout* ou arranjo físico;
- b) infraestrutura – identificação e descrição das máquinas e equipamentos necessários que serão utilizados.
- c) capacidade produtiva, comercial e de prestação de serviços – o quanto pode ser produzido e a capacidade de atendimento aos clientes com a estrutura existente;
- d) processos operacionais – descrição das etapas dos processos de fabricação dos produtos, da venda das mercadorias e da prestação dos serviços. As rotinas administrativas também poderão ser descritas neste item;
- e) necessidade de pessoal – levantamento de recursos humanos necessários para o funcionamento do negócio.

12.3.7 Plano Financeiro

O Plano Financeiro deve apresentar os gastos e investimentos iniciais, bem como uma previsão para os primeiros anos de atuação da empresa, ou seja, deve refletir em números toda a estratégia do negócio. Também deve apresentar uma projeção mínima de dois anos.

Deve conter as seguintes informações:

- a) estimativa dos investimentos fixos (todos os bens que devem ser adquiridos para que o negócio comece a funcionar);
- b) capital de giro—montante necessário para o funcionamento da empresa. Incluindo a quantia necessária para a compra de matéria-prima, mercadorias, financiamento das vendas e o pagamento das despesas;
- c) investimentos pré-operacionais – compreendem os gastos realizados antes do início das atividades da empresa, tais como reforma

(pintura, instalação elétrica, troca de piso, entre outros) ou mesmo as taxas de registro da empresa;

- d) estimativa do faturamento mensal e fluxo de caixa;
- e) estimativa do custo unitário de matéria-prima, materiais diretos e terceirizados;
- f) estimativa dos custos de comercialização;
- g) estimativa dos custos com mão de obra;
- h) estimativa do custo com depreciação;
- i) estimativa dos custos fixos operacionais mensais;
- j) indicadores de viabilidade (ponto de equilíbrio, lucratividade, rentabilidade, prazo de retorno do investimento).

12.4 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais devem seguir os modelos para os TCCs, apresentados neste guia, no que diz respeito a:

- a) estrutura do trabalho acadêmico (**Ver seção 3**);
- b) apresentação gráfica (**Ver seção 4**);
- c) citações (**Ver Seção 9**);
- d) elaboração de referências (**Ver Seção 10**);
- e) notas de rodapé (**Ver Seção 11**).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Versão corrigida. Rio de Janeiro, 2016. 14 p.
- _____. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.
- _____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.
- _____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012. 4 p.
- _____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2013. 3 p.
- _____. **BR 6028**: informação e documentação: resumos: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.
- _____. **NBR 6032**: abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas. Rio de Janeiro, 1989. 14 p.
- _____. **NBR 6034**: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 4 p.
- _____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.
- _____. **NBR 10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2015. 11 p.
- _____. **NBR 12225**: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004. 3 p.
- _____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 7 p.
- _____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 8 p.
- _____. **NBR 15437**: informação e documentação: pôsteres técnicos e científicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006. 3 p.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB, 2002. Disponível em: https://bibliotecaconomiasensura.files.wordpress.com/2013/05/aacr2_complet01.pdf. Acesso em 11 ago. 2016.
- CRUZ, Anamaria da Costa.; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. **Elaboração de referências (NBR 6023/2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: IntertênciA, Niterói: Intertexto, 2007. 89p.
- DUPAS, Maria Angélica. **Pesquisando e normalizando**: noções básicas e recomendações úteis para a elaboração de trabalhos científicos. São Carlos: EdUFSCar, 2004. 71 p. (Aportamentos).
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 242 p. (Aprender, v.15).
- HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. **As normas da ABNT em trabalhos acadêmicos**: TCC, dissertação e tese: métodos práticos e ilustrações com exemplos dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. São Paulo: Globus, 2009. 156 p.
- IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. 62 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=223907>. Acesso em 11 ago. 2016.
- RIBEIRO, João Batista Miranda et al. **Instrumentação de trabalhos de conclusão de curso**: orientação para alunos de graduação. Belém: UFPA, 2011. 133 p.

SEBRAE. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília, 2013. 159 p.

TARGINO, Maria das Graças. **Citações bibliográficas e notas de rodapé: um guia para elaboração**. Teresina, UFPI, 1993. 42 p. (Pesquisador, 1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

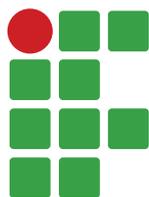
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: UTFPR, 2009. 114 p.

ANEXO A – RELAÇÃO DE NORMAS DA ABNT UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nº da Norma	Título	Objetivo
6021:2015 - Versão corrigida 2016	Publicação periódica técnica e/ou científica - Apresentação	Estabelecer os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem a publicação periódica técnica e/ou científica impressa e/ou eletrônica, no que couber.
6022:2003(em revisão)	Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação	Estabelecer um sistema para a apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa.
6023:2002	Referências – Elaboração	Estabelecer os elementos a serem incluídos em referências Fixar a ordem dos elementos das referências e estabelecer convenções para transcrição e apresentação da informação originada de documento e/ou outras fontes de informação.
6024:2012	Numeração progressiva das seções de um documento	Especificar os princípios gerais de um sistema de numeração progressiva das seções de um documento, de modo a expor em uma sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir sua localização.
6027:2012	Sumário – Apresentação	Especificar os princípios gerais para elaboração de sumários em qualquer tipo de documento.
6028:2003	Resumo – Apresentação	Estabelecer os requisitos para redação e apresentação de resumos.

6029:2006	Livros e folhetos – apresentação	Estabelecer os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto.
6032:1989	Abreviações de títulos de periódicos e publicações seriadas	Fixar as condições exigíveis para uniformizar as abreviaturas de títulos de periódicos e publicações seriadas, com o fim de simplificar as referências constantes de bibliografias, citações e legendas bibliográficas.
6033:1989	Ordem alfabética	Fixar critérios de aplicação da ordem alfabética em listas, índices, catálogos, bibliografias e trabalhos de natureza semelhante.
6034:2004	Índice – Apresentação	Estabelecer os requisitos de apresentação e os critérios básicos para a elaboração de índices.
10520:2002	Citações em documentos – Apresentação	Especificar as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.
10525:2005	Número padrão internacional para publicação seriada – ISSN	Especificar as condições para o uso do Número Padrão Internacional para Publicações Seriadas – ISSN – em publicações seriadas.
10719:2015	Relatório técnico e/ou científico – Apresentação	Especificar os princípios gerais para a elaboração e a apresentação de relatório técnico e/ou científico
12225:2004	Lombada – Apresentação	Estabelecer os requisitos para a apresentação de lombadas e aplicá- se exclusivamente a documentos em

		caracteres latinos, gregos ou cirílicos.
14724:2011	Trabalhos acadêmicos – Apresentação	Especificar os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros).
15287:2011	Projeto de pesquisa – Apresentação	Especificar os princípios gerais para a elaboração de projetos de pesquisa.
15437:2006	Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação	Estabelecer princípios gerais para apresentação de pôsteres técnicos e científicos



**INSTITUTO
FEDERAL**

Ceará

PRO-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFCE - SIBI

www.ifce.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA

**DEPARTAMENTO DE ARTES
LICENCIATURA EM TEATRO**

REGULAMENTO DO TCC I: MONTAGEM

FORTALEZA, 2018

REGULAMENTO DO TCC I: MONTAGEM

DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO DO IFCE

SOBRE O TCC I: MONTAGEM

O TCCI: montagem consiste na montagem e circulação de espetáculo teatral, envolvendo o aluno em todo o universo da produção de um espetáculo. Esse processo deve se pautar em uma prática colaborativa, a fim de que o espetáculo seja produzido num diálogo constante entre orientadores e alunos.

A produção em teatro envolve etapas importantes para a prática profissional como os ensaios e sua regularidade (processo criativo, treinamento, criação de personagens, discussão sobre a concepção cênica), a pré-produção (orçamento, levantamento de custos, elaboração de material gráfico), a própria produção (captação de recursos, fechamento de planilhas de custos, prestação de contas) e a pós-produção (dívidas, saldos, preparação de memorial, devolução de figurinos, organização de acervo de figurino, adereços e cenografia).

Cabe aos alunos também a negociação de pautas com os espaços de divulgação e o acerto de datas e apresentações. Todas as apresentações públicas do TCCI (ensaio aberto, estréia, temporada) são gratuitas e com debate com a platéia. Para os alunos é o exercício máximo da bagagem teórico-prática adquirida ao longo do curso e o momento de ver refletida no público as impressões sobre suas habilidades interpretativas.

Por semestre podem ser desenvolvidos até cinco projetos de montagem de espetáculo. Um professor se encarregará da orientação geral, tendo como parceiro direto o professor responsável pela disciplina. Os demais professores e profissionais envolvidos (sonoplastia, caracterização e cenotecnia) orientam as equipes em seus aspectos técnicos específicos e fazem um acompanhamento pelas etapas da produção definidas no projeto.

Todo o processo de montagem e as atividades desenvolvidas contribuem para atingir a formação proposta no perfil do egresso. Há sempre uma busca para que as experiências sejam realizadas de forma a privilegiar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Também as práticas estão articuladas com os conteúdos que vem sendo trabalhados ao longo do curso.

INSTRUÇÕES BÁSICAS

1. DO PROFESSOR

- 1.1. O professor responsável por essa disciplina deverá, prioritariamente, estar lotado no Curso.
- 1.2. A indicação do professor deverá ser feita pela Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro.
- 1.3. O professor é responsável pelas rotinas dessa disciplina: controle de frequência, lançamento de notas e acompanhamento dos processos de montagem, através de formulários de orientação parciais e finais.
- 1.4. Eventualmente, o professor responsável pela disciplina poderá também orientar um dos processos de montagem.

2. DOS ORIENTADORES

- 2.1- Os orientadores deverão, prioritariamente, ser professores lotados no Curso.
- 2.2- Cada orientador ficará responsável por até 2 (dois) processos de montagem por semestre, cabendo a ele acompanhá-lo durante todo o semestre.
- 2.3- O orientador pode definir com os alunos o horário mais conveniente para encontros e ensaios extras.
- 2.4- O orientador deve controlar, em formulário específico, a presença do aluno às sessões de orientação individual ou coletiva.
- 2.5 – O orientador deverá entregar ao professor responsável pela disciplina um formulário parcial das atividades realizadas durante o processo de montagem e um formulário final, na conclusão do processo.

3. DOS ALUNOS

- 3.1. Os alunos, após escolherem seus orientadores, deverão formalizar a sua decisão junto a Coordenação de Curso e ao professor responsável pela disciplina no prazo estabelecido.
- 3.2 Os alunos devem apresentar publicamente os resultados de seus processos no formato ensaio aberto, com a presença do orientador e de um debatedor convidado.
- 3.3 Os alunos devem apresentar ao final do processo um projeto de temporada, com cronograma de apresentações e definição de espaço de apresentação/pauta.

3. DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO

- 3.1 O processo de orientação é específico para cada processo de montagem, cabendo ao orientador e aos alunos envolvidos decidir conjuntamente sobre o calendário de ensaios e encontros.

3.2 O processo de orientação disporá de 60 (sessenta) horas para sua realização durante o semestre.

3.3 Os alunos poderão ter módulos de sonoplastia, caracterização e cenotecnia, de até 60 (sessenta) horas cada, voltados para o desenvolvimento dos projetos específicos. A decisão por esses módulos específicos é tomada em cada processo criativo específico.

3.4 A carga-horária do processo de orientação será controlada através de formulários parciais e finais.

3.5 Os resultados parciais poderão ser registrados através de memorial individual de cada um dos alunos-atores envolvidos no processo de montagem.

3.6 Sempre que necessário, toda a equipe de profissionais é envolvida e as orientações gerais são repassadas a todo o grupo.

3.7. A relação orientador / orientando deverá ser harmônica e construtiva, devendo ambos estabelecerem seus limites (disponibilidades e impedimentos) para que o processo se desenvolva de forma ágil e produtiva.

3.8 No decorrer do processo de orientação, o professor orientador poderá solicitar apoio técnico à Coordenação para quaisquer impasses que possam surgir nas etapas posteriores de construção do trabalho final.

4. DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

4.1 Como resultado parcial deve ser apresentado publicamente um ensaio aberto durante o processo de montagem, com a presença do orientador e de um debatedor convidado.

4.2 O ensaio aberto será um momento importante para discutir a concepção e o andamento do espetáculo, a fim de fazer as afinações e mudanças necessárias.

4.3 O ensaio aberto deverá ser registrado em vídeo e a fala do debatedor deve ser transcrita, compondo o memorial sobre o processo.

4.4 A data de realização do ensaio aberto será determinada pela Coordenação em articulação com os orientadores, devendo acontecer até a penúltima semana que antecede o final do semestre.

5. DO PROJETO DE TEMPORADA

5.1 O projeto de temporada, com previsão de estréia e reserva de pauta, deve seguir a seguinte estrutura:

- a) Apresentação
- b) Objetivos
- c) Justificativa

- d) Cronograma
- e) Equipe técnica
- f) Texto (original, adaptado ou roteiro de ações)

5.2 O projeto de temporada deve ser entregue ao final do semestre como relatório final das atividades do processo de montagem e requisito fundamental para conclusão da disciplina.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA

**DEPARTAMENTO DE ARTES
LICENCIATURA EM TEATRO**

REGULAMENTO DO TCC I: MONTAGEM

FORTALEZA, 2018

REGULAMENTO DO TCC I: MONTAGEM

DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO DO IFCE

SOBRE O TCC I: MONTAGEM

O TCCI: montagem consiste na montagem e circulação de espetáculo teatral, envolvendo o aluno em todo o universo da produção de um espetáculo. Esse processo deve se pautar em uma prática colaborativa, a fim de que o espetáculo seja produzido num diálogo constante entre orientadores e alunos.

A produção em teatro envolve etapas importantes para a prática profissional como os ensaios e sua regularidade (processo criativo, treinamento, criação de personagens, discussão sobre a concepção cênica), a pré-produção (orçamento, levantamento de custos, elaboração de material gráfico), a própria produção (captação de recursos, fechamento de planilhas de custos, prestação de contas) e a pós-produção (dívidas, saldos, preparação de memorial, devolução de figurinos, organização de acervo de figurino, adereços e cenografia).

Cabe aos alunos também a negociação de pautas com os espaços de divulgação e o acerto de datas e apresentações. Todas as apresentações públicas do TCCI (ensaio aberto, estréia, temporada) são gratuitas e com debate com a platéia. Para os alunos é o exercício máximo da bagagem teórico-prática adquirida ao longo do curso e o momento de ver refletida no público as impressões sobre suas habilidades interpretativas.

Por semestre podem ser desenvolvidos até cinco projetos de montagem de espetáculo. Um professor se encarregará da orientação geral, tendo como parceiro direto o professor responsável pela disciplina. Os demais professores e profissionais envolvidos (sonoplastia, caracterização e cenotecnia) orientam as equipes em seus aspectos técnicos específicos e fazem um acompanhamento pelas etapas da produção definidas no projeto.

Todo o processo de montagem e as atividades desenvolvidas contribuem para atingir a formação proposta no perfil do egresso. Há sempre uma busca para que as experiências sejam realizadas de forma a privilegiar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Também as práticas estão articuladas com os conteúdos que vem sendo trabalhados ao longo do curso.

INSTRUÇÕES BÁSICAS

1. DO PROFESSOR

- 1.1. O professor responsável por essa disciplina deverá, prioritariamente, estar lotado no Curso.
- 1.2. A indicação do professor deverá ser feita pela Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro.
- 1.3. O professor é responsável pelas rotinas dessa disciplina: controle de frequência, lançamento de notas e acompanhamento dos processos de montagem, através de formulários de orientação parciais e finais.
- 1.4. Eventualmente, o professor responsável pela disciplina poderá também orientar um dos processos de montagem.

2. DOS ORIENTADORES

- 2.1- Os orientadores deverão, prioritariamente, ser professores lotados no Curso.
- 2.2- Cada orientador ficará responsável por até 2 (dois) processos de montagem por semestre, cabendo a ele acompanhá-lo durante todo o semestre.
- 2.3- O orientador pode definir com os alunos o horário mais conveniente para encontros e ensaios extras.
- 2.4- O orientador deve controlar, em formulário específico, a presença do aluno às sessões de orientação individual ou coletiva.
- 2.5 – O orientador deverá entregar ao professor responsável pela disciplina um formulário parcial das atividades realizadas durante o processo de montagem e um formulário final, na conclusão do processo.

3. DOS ALUNOS

- 3.1. Os alunos, após escolherem seus orientadores, deverão formalizar a sua decisão junto a Coordenação de Curso e ao professor responsável pela disciplina no prazo estabelecido.
- 3.2 Os alunos devem apresentar publicamente os resultados de seus processos no formato ensaio aberto, com a presença do orientador e de um debatedor convidado.
- 3.3 Os alunos devem apresentar ao final do processo um projeto de temporada, com cronograma de apresentações e definição de espaço de apresentação/pauta.

3. DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO

- 3.1 O processo de orientação é específico para cada processo de montagem, cabendo ao orientador e aos alunos envolvidos decidir conjuntamente sobre o calendário de ensaios e encontros.

3.2 O processo de orientação disporá de 60 (sessenta) horas para sua realização durante o semestre.

3.3 Os alunos poderão ter módulos de sonoplastia, caracterização e cenotecnia, de até 60 (sessenta) horas cada, voltados para o desenvolvimento dos projetos específicos. A decisão por esses módulos específicos é tomada em cada processo criativo específico.

3.4 A carga-horária do processo de orientação será controlada através de formulários parciais e finais.

3.5 Os resultados parciais poderão ser registrados através de memorial individual de cada um dos alunos-atores envolvidos no processo de montagem.

3.6 Sempre que necessário, toda a equipe de profissionais é envolvida e as orientações gerais são repassadas a todo o grupo.

3.7. A relação orientador / orientando deverá ser harmônica e construtiva, devendo ambos estabelecerem seus limites (disponibilidades e impedimentos) para que o processo se desenvolva de forma ágil e produtiva.

3.8 No decorrer do processo de orientação, o professor orientador poderá solicitar apoio técnico à Coordenação para quaisquer impasses que possam surgir nas etapas posteriores de construção do trabalho final.

4. DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

4.1 Como resultado parcial deve ser apresentado publicamente um ensaio aberto durante o processo de montagem, com a presença do orientador e de um debatedor convidado.

4.2 O ensaio aberto será um momento importante para discutir a concepção e o andamento do espetáculo, a fim de fazer as afinações e mudanças necessárias.

4.3 O ensaio aberto deverá ser registrado em vídeo e a fala do debatedor deve ser transcrita, compondo o memorial sobre o processo.

4.4 A data de realização do ensaio aberto será determinada pela Coordenação em articulação com os orientadores, devendo acontecer até a penúltima semana que antecede o final do semestre.

5. DO PROJETO DE TEMPORADA

5.1 O projeto de temporada, com previsão de estréia e reserva de pauta, deve seguir a seguinte estrutura:

- a) Apresentação
- b) Objetivos
- c) Justificativa

- d) Cronograma
- e) Equipe técnica
- f) Texto (original, adaptado ou roteiro de ações)

5.2 O projeto de temporada deve ser entregue ao final do semestre como relatório final das atividades do processo de montagem e requisito fundamental para conclusão da disciplina.